



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

i

A EXPECTATIVA DO PETRÓLEO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

João Rodrigues Neto

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por João Rodrigues Neto em 08/03/2007 e orientado pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

CPG, 08 / 03 / 2007

A handwritten signature in black ink, which appears to be "João Rodrigues Neto", is written over a horizontal line.

Campinas, 2007

UNIDADE IB
Nº CHAMADA: T/UNICAMP R618e
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 74843
PROC 16.245.07
C _____ D 8
PREÇO 11.08
DATA 24.10.07
BIB-ID 486042

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

V R618e Rodrigues Neto, João.
A expectativa do petróleo : aspectos históricos do Rio Grande do Norte /
João Rodrigues Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Jose Ricardo Barbosa Gonçalves.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Indústria petrolífera – Rio Grande do Norte. 2 Indústria petrolífera – Na-
cionalização. 3. PETROBRAS. 4. Desenvolvimento econômico. I. Gonçalves,
Jose Ricardo Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

07-022-BIE

Título em Inglês: Expectation of oil : historical aspects of Rio Grande do Norte

Keywords : Oil – Industrialization – Rio Grande do Norte ; Nationalism ; PETROBRAS ; Economic Development

Área de concentração : História econômica

Titulação : Doutor em Economia Aplicada

Banca examinadora : Prof. Dr. Jose Ricardo Barbosa Gonçalves

Prof. Dr. Hernani Maia Costa

Profa. Dra. Maria Alejandra Caporale Madi

Prof. Dr. João Matos Filho

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Data da defesa: 08-03-2007

Programa de Pós-Graduação: Economia aplicada

Tese de Doutorado

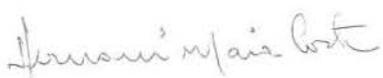
Aluno: JOÃO RODRIGUES NETO

**“A Expectativa do Petróleo: Aspectos Históricos
do Rio Grande do Norte”**

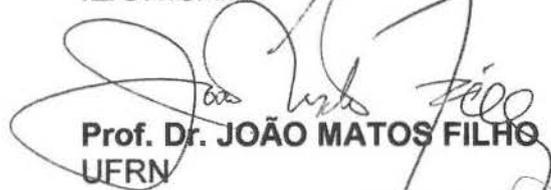
Defendida em 08 / 03 / 2007

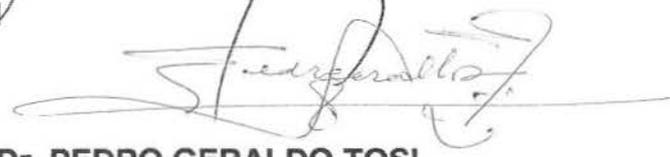
COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Orientador – IE / UNICAMP


Prof. Dr. HERNANI MAIA COSTA
IE / UNICAMP


Profa. Dra. MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI
IE/UNICAMP


Prof. Dr. JOÃO MATOS FILHO
UFRN


Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP/Franca

200752146

DEDICO aos meus pais:

Avelino Rodrigues (97)
Francisca Bezerra Rodrigues (86)

A minha mulher:

Raquel

Aos meus filhos:

Fabrcio, Yuri, Rodrigo e Dimitri.



AGRADECIMENTOS

Apesar das dificuldades que enfrentei para concretizar este trabalho, só foi possível porque pude contar com a colaboração e a generosidade de algumas pessoas que se dispuseram a opinar ou dar sugestões, sobre as questões aqui tratadas.

Agradeço ao amigo e Orientador o professor Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves, pela forma como conduziu a orientação, e a fez com a competência que lhe é peculiar.

Agradeço aos professores Dra. Alejandra Madi e ao Dr. Wilson Cano, da UNICAMP, pelas opiniões e sugestões dadas e que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradeço a professora Dra. Mirian Beatriz Schneider Braun, da UNIOESTE (Paraná), pela gentileza com que acompanhou a elaboração deste trabalho, colaborando com críticas e sugestões importantes.

Agradeço aos engenheiros Francisco Alves de Queiroz Neto e Augusto Franklin F. Dantas Caldas, da Gerência de Comunicação Empresarial da UN-RN/CE, da Petrobrás, pelas informações sobre as atividades da *Holding Petrobrás*.

Agradeço aos colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Odair Lopes Garcia, Marconi Gomes, Francisco Wellington e Denilson Araújo, pela disponibilidade com que sempre se prestaram a discutir as questões pertinentes a este trabalho.

Aos colegas da pós Graduação, do Instituto de Economia / UNICAMP, Marilise, Leandro, Michael, Rogério e Tânia Zotto, agradeço o incentivo e o apoio nas horas difíceis.

Agradeço ao pesquisador Raimundo Soares de Brito, de Mossoró, pelas entrevistas concedidas sobre a história do petróleo no Rio Grande do Norte e a documentação colocada a minha disposição.

Agradeço ao Sr. Antonio Erivando Xavier Júnior, Contador da Prefeitura Municipal de Mossoró, pelas informações (dados) sobre os royalties recebidos pelo município e sua destinação.



S U M Á R I O

Lista de Tabelas

Lista de Gráficos

Lista de Figuras

Lista de Siglas

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO	3
1.1 – Petróleo e Nacionalismo	27
1.2 – A Conjuntura Internacional	57
1.3 – A Petrobrás e o II Plano Nacional de Desenvolvimento	68
CAPÍTULO 2 – A CRISE DO NACIONALISMO E A GOVERNANÇA CORPORATIVA	79
2.1 – As Políticas Petrolíferas de JK a Sarney – 1956-1990	80
2.2 – O Debate Político sobre o processo de Flexibilização do Monopólio Estatal do Petróleo	106
2.3 – A Petrobrás e a Lógica da Governança Corporativa	119
CAPÍTULO 3 – O SONHO DO PETRÓLEO	137
3.1 – A História do Petróleo do Rio Grande do Norte	139
3.2 – A Petrobrás e a Evolução da Economia do Rio Grande do Norte	148
3.3 – O Desempenho da Economia do Rio Grande do Norte, no Período pós-Implantação da Petrobrás – 1985-2004	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
ANEXOS	197
Anexo 1 – Evolução da economia do RN, no período de 1985 a 2004 (IN: Garcia, 2006).....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Capacidade Instalada e Utilização de Refinarias da Petrobrás – 1997 e 2005.....	125
TABELA 2 – Principais Acionistas da Petrobrás.....	128
TABELA 3 – Resultado Obtidos pela Petrobrás (EBITDA, Lucros Líquidos e Participações Governamentais) – 1996-2005.....	130
TABELA 4 – Dividendos Pagos aos Acionistas pela Petrobrás – 1996-2005	131
TABELA 5 – Resultados do Superávit Primário – 1999-2005.....	132
TABELA 6 – Impactos das Participações Governamentais sobre o Superávit Primário – 1999- 2005.....	133
TABELA 7 – Receita Operacional Líquida – 1997-2005.....	133
TABELA 8 – Investimentos Consolidados – 1997-2005.....	134
TABELA 9 – Investimentos da Petrobrás, por Governo, no Período de 1954-2003.	136
TABELA 10 - Produção Nacional de Petróleo (Principais Estados) – 1976-2000	149
TABELA 11 - Produto Interno Bruto do RN, Nordeste e Brasil – 1970-1999.....	150
TABELA 12 - População e Taxa de Crescimento Demográfica dos Municípios Produtores de petróleo do Rio Grande do Norte – 1970 – 2000	158
TABELA 13- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio Grande do Norte – 1970 – 2000	160
TABELA 14- Exportações Totais do Rio Grande do Norte – 1996-2004.....	162
TABELA 15- Participação do Rio Grande do Norte no VAB pb do Brasil, por Atividade Econômica – 1985- 2004.....	181
TABELA 16 – Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e dos Royalties do Petróleo da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) 2004 a 2006	187

TABELA 17 – Destinação das Receitas com Royalties do Petróleo, da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – 2004 a 2006	188
TABELA 18 – Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e das Despesas Empenhadas e Liquidadas, da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – 2004 a 2006	189
TABELA 19 – Demonstrativo da execução das despesas da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – (Descrição por Rubrica)	190

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Unidades de Refino da Petrobrás.....	21
GRÁFICO 2 - Decomposição no Refino de um Barril de Petróleo	23
GRÁFICO 3 - Importações Brasileiras - 1901-1950.....	34
GRÁFICO 4 - Participação do Petróleo nas Importações Brasileiras - 1974-1979	71
GRÁFICO 5 - Produto Interno Bruto, Produção Industrial e Inflação - 1961-1967	90
GRÁFICO 6 - Evolução da Produção de Petróleo e do Consumo de Derivados 1997-2005	124
GRÁFICO 7 - Investimentos na Petrobrás – 1951-2005.....	135
GRÁFICO 8 - Produção de Petróleo na Bacia Potiguar - UN-RNCE - 1976-2000	148
GRÁFICO 9 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%) - Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste - 1970 a 1992	151
GRÁFICO 10 - Evolução do Valor do PIB pm dos Setores de Atividades do RN - 1985 a 2003	166
GRÁFICO 11 - Evolução do VAB pb da Indústria Extrativa Mineral – 1985-2004	169
GRÁFICO 12 - Evolução do VAB pb da Indústria de Transformação – 1985-2004	171
GRÁFICO 13 - Evolução do VAB pb dos Serviços Industriais de Utilidade Pública - 1985-2004.....	173
GRÁFICO 14 Evolução do VAB PB do Comércio -1985-2004	174
GRÁFICO 15 - Evolução do VAB pb nas Atividades de Alojamento e Alimentação - 1985-2004.....	175
GRÁFICO 16 - Evolução do VAB pb nos Setores de Comunicações – 1985-2004.....	176
GRÁFICO 17 - Evolução do VAB pb nas Atividades de Intermediação Financeira - 1985-2004.....	177
GRÁFICO 18 - Evolução do VAB pb das Atividades Imobiliárias – 1985-2004	178

GRÁFICO 19 - Evolução do VAB pb Total da Economia do Rio Grande do Norte 1985-2004	179
GRÁFICO 20 - Evolução do VAB pb dos Estados do Nordeste, do RN e do Brasil – 1985-2004	180
GRÁFICO 21 - Remuneração Média em Salários Mínimos – Brasil, Nordeste e RN- 1988 a 2002	183
GRÁFICO 22 - Evolução do Quadro Efetivo da Petrobrás no Rio Grande do Norte- 1989-2002	184
GRÁFICO 23 – Evolução do Efetivo Total da Petrobrás (Sem Subsidiárias) 1989-2002	185

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da Petrobrás	120
---	-----



LISTA DE SIGLAS

FMI	- Fundo Monetário Internacional.
OCEE	- Organização para Cooperação Econômica Européia.
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina.
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
CSN	- Companhia Siderúrgica Nacional.
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral.
SGMB	- Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.
CNP	- Conselho Nacional de Petróleo.
UDN	- União Democrática Nacional.
PSD	- Partido Social Democrático.
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro.
PR	- Partido Republicano.
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito.
PIB	- Produto Interno Bruto.
STIEP	- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de petróleo.
RLAM	- Refinaria Landolfo Alves de Mataripe.
RPBC	- Refinaria de Presidente Bernardes.
REDUC	- Refinaria de Duque de Caxias.
PAEG	- Plano de Ação Econômica do Governo.
PED	- Programa Estratégico de Desenvolvimento.
PIN	- Programa de Integração Nacional.
PIS	- Programa de Integração Social.
PASEP	- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor.
II PND	- II Plano Nacional de Desenvolvimento.
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
ECE	- Empresa de Capital Estrangeiro.
IED	- Investimento Externo Direto.
PROÁLCOOL	- Programa Nacional do Alcool.
III PND	- III Plano Nacional de desenvolvimento.
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
MBD	- Movimento Democrático Brasileiro.
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil.
ABI	- Associação Brasileira de Imprensa.
PCB	- Partido Comunista Brasileiro.
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
I PND-NR	- I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.
SEPLAN	- Secretaria do Planejamento
PAG	- Plano de Ação Governamental.

BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento.
QAV	- Querosene de Aviação.
CENAP	- Centro de Aperfeiçoamento de Pesquisa do Petróleo.
FHC	- Fernando Henrique Cardoso.
PT	- Partido do Trabalhadores.
PSDB	- Partido Social Democrático Brasileiro.
PDT	- Partido Democrático Trabalhista.
PPR	- Partido Progressista Republicano.
PL	- Partido Liberal.
PFL	- Partido da Frente Liberal.
CND	- Conselho Nacional de Desestatização.
PND	- Programa Nacional de Desestatização.
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais.
AEPET	- Associação dos Engenheiros da Petrobrás.
CENPES	- Centro de Pesquisas da Petrobrás.
ANP	- Agência Nacional de Petróleo.
CRV	- Centro de Realidade Virtual.
PIFCO	- Petrobrás Internacional Finance Company.
REFAP	- Refinaria Alberto Pasqualine.
CAERN	- Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte.
UN-RNCE	- Unidade de Negócio de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará.
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
PROADI-	- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial.
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
POTIGÁS	- Companhia Potiguar de Gás.
GNV	- Gás Natural Veicular.
GLP	- Gás Liquefeito de Petróleo (Gás de Cozinha).
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
VAB pb	- Valor Agregado Bruto, a preços básicos correntes.
SIUP	- Serviços Industriais de Utilidade Pública.
PISV	- Programa de Incentivos às Saídas Voluntárias.
GPD	- Gerenciamento de Desempenho Pessoal.

A EXPECTATIVA DO PETRÓLEO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi discutir as questões relacionadas com a dinâmica do desenvolvimento e da industrialização brasileira, no pós-guerra, tendo como eixo central o petróleo e especificamente, o papel da Petrobrás nesse processo. Destaca-se a história da Petrobrás desde os anos de 1940 até o início dos anos de 2000, assim como, o envolvimento da sociedade brasileira nas discussões, ao eleger a questão do petróleo como fundamental para impulsionar o processo de industrialização brasileira, enquanto atividade estratégica para consolidar o desenvolvimento e capaz de assegurar a soberania nacional. Dentro desse cenário, discutem-se os momentos de crises da Petrobrás, com evidências da quebra do monopólio estatal do petróleo ou sua privatização, além da crise internacional dos preços do petróleo, e, como a Holding Petrobrás foi capaz de superá-las, porque a lógica do nacional (voltada para o desenvolvimento ou industrialização do país) é substituída pela lógica do internacional (da financeirização internacional e expansão de suas atividades no exterior). Todas essas mudanças, ocorridas na Petrobrás, resultaram em novas políticas, de intensificação das atividades de exploração e produção de petróleo no território nacional. Evidenciam-se dentro desse processo, as possibilidades de realização do sonho do petróleo, no Rio Grande do Norte, resultado de uma crença do seu povo desde os anos de 1950, e, concretizado com a implantação das atividades da Petrobrás, na década de 1970, promoveu transformações tanto na economia, como na estrutura produtiva estadual.

PALAVRAS CHAVE: Petróleo – Petrobrás – Industrialização – Nacionalismo – Desenvolvimento.



EXPECTATION OF OIL: HISTORICAL ASPECTS OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

The objective of the present work was discuss the questions related with the dynamic of development and Brazilian industrialization, in the postwar, having like central axis the oil and specifically, the importance of the Petrobrás in that trial. Detaches it the history of Petrobrás since 1940 until the beginning of the years 2000, such as the involvement of Brazilian society in the arguments, upon electing the question of the oil as fundamental for stimulate the trial of Brazilian industrialization, while strategic activity for consolidate the development and capable of assure the national sovereignty. While strategic activity for consolidate the development and capable of assure the national sovereignty. Inside that setting, it discuss the moments of crises of Petrobrás, with evidences of the break of the state-owned monopoly of the oil or his privatization, beyond the international crisis of the prices of the oil, and, as the Holdings Petrobrás was capable of exceed-them, because of the national logic (centralities on development or industrialization of the country) is replaced by the logical of the international one (financirizing international and expansion of activities in the outside). They show up inside that trial, the possibilities of achievement of the dream of the oil, in Rio Grande do Norte, result of a belief of their people since 1950, and, fixed with the implementation of Petrobrás activities, in the decade of 1970, promoted transformations so much in the economy, as in the state productive structure.

KEYWORDS: Oil – Petrobrás – Industrialization – Nationalism – Development.



INTRODUÇÃO

Sempre se soube, desde o Século XIX, existia alguma evidência da existência de petróleo no Rio Grande do Norte. Ao longo do tempo, sempre se esperou que esse petróleo jorrasse e fosse economicamente explorado.

Pretendo expor o que tornou possível a realização desse sonho secular. Para tanto, as condições específicas do capitalismo no Brasil, cuja dinâmica da industrialização, possibilitou a criação de uma empresa: a Petrobrás; e, suas atividades foram relevantes para consolidação da industrialização do Brasil. E foram crescendo pelas necessidades internas, favorecidas pelas condições da viabilidade econômica do cenário mundial. Na década de 70, inicia a exploração do petróleo, no Rio Grande do Norte, realizando o sonho. Aspectos da trajetória da empresa constituem-se o objetivo deste trabalho.

Portanto, no Capítulo 1, mostra-se como a questão do petróleo é definida pelo movimento nacionalismo, como uma questão nacional, nos anos 1950, especificamente, no segundo governo Vargas, quando os debates foram acirrados sobre o monopólio estatal do petróleo. O entendimento dos movimentos sociais, articulados, resultou na criação da Petrobrás e foi visto como um momento de afirmação da sociedade. Apesar das diversidades, da conjuntura internacional, as atividades petrolíferas, inclusive do setor petroquímico, são consolidadas nos anos de 1970, com a adoção do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

No Capítulo 2, destaca-se a importância da Petrobrás para o desenvolvimento, deste modo, a questão nacional foi substituída pela lógica do mercado. Destaca-se o papel da petroquímica no processo de industrialização brasileira, bem como, se as privatizações representaram a compensação, pelos setores, politicamente, dominantes das novas questões sociais. O crescimento econômico passava-se a ser entendido como uma ação desenvolvida pelos agentes sociais, a partir dos seus interesses. Nesse cenário, a Petrobrás se configura como uma exceção.

No Capítulo 3, com a exploração do petróleo no Rio Grande do Norte, que se iniciou em 1973, expressa uma realidade do imaginário construído, desde o Século XIX, pela sociedade potiguar: o sonho do petróleo. Desta forma, a história do petróleo, no Rio

Grande do Norte, é resgatada, e, destacam-se a evolução e o desempenho da economia estadual, com a implantação da nova matriz industrial petrolífera. Essas transformações, na economia do Rio Grande do Norte, são analisadas, a partir do advento das atividades da Petrobrás que criaram novas possibilidades de empregos, e que resultaram na melhoria das condições de vida das populações dos municípios produtores de petróleo, além do surgimento de um novo grupo social: dos proprietários de terras produtoras de petróleo.

CAPITULO 1

AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO

As fases de constituição do capitalismo, no Brasil, têm distintas formulações que vão desde a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado até as fases mais desenvolvidas do capitalismo brasileiro, ou seja, de uma economia (agro) exportadora sob o domínio do capital mercantil, passando por uma industrialização restringida, nos anos de 1930 e 1940 (primeiro governo Vargas) *porque as bases técnicas e financeiras, da acumulação são insuficientes para que se implante o núcleo fundamental da indústria de bens de produção.*¹ até a industrialização pesada dos anos de 1950 (segundo governo Vargas e pelo governo de Juscelino Kubitschek), construída *sobre base e dinâmica sociais bastante distintas, definiu-se um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o delineado ao final da década de 30.*² É importante resgatar o debate sobre a industrialização brasileira, ocorrido no período do Pós-Guerra ou no segundo governo Vargas para verificar o papel desempenhado pelo Estado tanto na redemocratização política como na participação do processo de desenvolvimento industrial, como forma de entender o processo de constituição e de consolidação do capitalismo brasileiro nos períodos subseqüentes.

Vale registrar a situação econômica do país, após o primeiro governo Vargas, no que concerne às relações comerciais internacionais, ditas pelo próprio.³ em discurso pronunciado em Salvador, no dia 30 de agosto de 1950: *quando deixei o Governo, logo depois do conflito mundial, o Brasil era, pela primeira vez na sua história, credor internacional, através de divisas que tinham valor ouro. Éramos credores dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra, além de outros países.* No período compreendido entre 1945 até o final da década de 1950, a América Latina elege como pauta de debate o desenvolvimento econômico. Esse debate surge como reflexo do processo de recuperação e

¹ Cardoso de Mello, 1986, p. 110.

² Draibe, 1985, p. 180.

³ Vargas, 1964, p.64.

consolidação das economias dos países desenvolvidos ou industrializados, do Pós-Guerra, dentre eles os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Japão, etc. Observa-se que, o processo de industrialização brasileiro, no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, ocorreu, de forma discreta, em setores específicos como o de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários (de tecidos, cimento, papel, etc.), comumente chamados de industrialização restringida, e que estavam subordinados ou dependentes dos resultados obtidos pelo setor primário-exportador, basicamente, do crescimento da demanda do principal produto da pauta de exportações: o café.

Entendido o capitalismo a partir dos elementos básicos que formam esse modo de produção, de maneira que expliquem o desenvolvimento das forças produtivas e da industrialização brasileira, é necessário entender como ocorreu a dinâmica da acumulação e reprodução do capital. Isso significa dizer que, esse dinamismo ocorre *quando pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital.*⁴ Portanto, ao relacionar essas questões com a reprodução do capital, pode-se afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas resulta do

*... revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. Isso é válido primeiro para os ramos da indústria que estão isolados pela divisão social do trabalho, de forma que cada um deles produz uma mercadoria autônoma, mas que, mesmo assim, se entrelaçam como fases de um processo global. (...) Mas a revolução do modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte.*⁵

O excelente desempenho do setor cafeeiro, na fase que antecede a industrialização brasileira, foi de grande importância no que concerne à geração de divisas, haja vista que, o

... complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no

⁴ Cardoso de Mello, op. Cit. p. 97.

⁵ Marx, K, 1984, 15.

*mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador.*⁶

Observa-se, que as condições para o surgimento da industrialização foram criadas pelo complexo das exportações de café que impulsionou toda a atividade cafeeira e pela exigência de alimentos e de bens de consumo para reprodução da força de trabalho. Isso nos remete ao final do século XIX, mas propriamente ao período entre 1886 e 1897, em que o ciclo longo da cafeeira encontrava-se em expansão, nasce o capital industrial, com a produção de bens de consumo assalariado. Não restam dúvidas que o complexo exportador foi importante para a constituição de uma economia capitalista, a partir da constatação de que,

*... a economia exportadora cafeeira constitui a primeira fase do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. A acumulação cafeeira se faz sob o signo do capital mercantil e, no seu movimento contraditório, impulsiona o surgimento da grande indústria e, mais ainda, o de um núcleo embrionário produtor de meios de produção*⁷.

Nessa fase da industrialização, vale destacar que o dinamismo da economia resultava exatamente da elevação do nível de renda (renda nacional) causada pelo aumento das exportações – cujas atividades eram absorvedoras de mão-de-obra – e a formação de um mercado interno de produtos de consumo assalariados.

A década de 1920 marca um período, de expansão da cultura cafeeira e da geração de um excedente maior, capaz de aumentar a dependência do capital industrial. Isso ocorreu porque *o capital industrial dependia do capital mercantil-exportador tanto para repor e ampliar seu capital constante, através das divisas geradas, quanto para sua própria realização, pois era incapaz de gerar os seus próprios mercados*⁸. Também é um período importante para o mundo capitalista porque ocorrem mudanças técnicas, de costumes, na urbanização; transformações que permitem alterar o rumo da sociedade. No plano econômico, com a diversificação da produção, aumentou a inter-relação entre os setores produtivos; o número de indústrias cresce em todas as atividades com a intensificação do

⁶ Cardoso de Mello, op. cit., p. 101.

⁷ Aureliano, 1981, p. 10-11.

⁸ Draibe, op. cit., p. 30.

mercado local, o que alterou o mercado de trabalho com o aumento da demanda por trabalho especializado. Naquele período, a cidade de São Paulo já conta com cem mil trabalhadores - o que facilitou a formação de sindicatos e partidos políticos -, que na sua maioria são migrantes, marginalizando o trabalhador brasileiro.

Sendo o ano de 1929, considerado o epílogo de uma larga acumulação de capital, ou seja, de superacumulação de capital, faz com que a década de 1930 seja de anos inevitáveis de crises e que se caracterizou por transformações estruturais do processo produtivo que trouxe a reboque mudanças na estrutura social, explicadas através da lógica dos bens de consumo duráveis ou através de evidências empíricas. Mesmo dependente das exportações, o dinamismo da economia era determinado pela industrialização e tinha como fator de mudança o volume de investimentos. Apesar de criar as condições para a reprodução da força de trabalho, com a organização de um mercado de trabalho e sendo dependente de importações de matérias-primas como: química; material elétrico; máquinas e equipamentos; etc, a indústria tinha limitações porque era insuficiente de base técnica de produção e com problemas estruturais como: sistema de financiamento de longo prazo; o papel do Estado sempre foi crucial e precisava ter um sistema para financiar seus gastos, pois necessitava rever a política fiscal – a base de tributação -, criou-se naquela década, o imposto sobre o consumo, uma estrutura fiscal com uma tributação indireta.

Essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil com a expansão da industrialização deu-se no governo Vargas - no período do Estado Novo -, quando ocorrem incrementos da receita tributária interna. Além do mais, o país convive com problemas de inflação (como controlar a inflação?); de fiscalidade (como tributar?); de balanço de pagamentos (aumento de pressões externas) e de câmbio (como controlar o câmbio?). Esse período é marcado pelas transformações do aparelho estatal, exatamente porque,

... nessa etapa crucial de constituição do 'capitalismo industrial' e do Estado capitalista no Brasil condensam-se, simultaneamente, num curto período histórico (1930 a 1945), as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial⁹

⁹ Draibe, op. cit., p. 82.

Paralelamente, a constituição do processo de industrialização, observa-se que nos anos de 1930, São Paulo tornou-se o maior produtor de açúcar e de algodão. Esse processo de industrialização ou fase do desenvolvimento do capital industrial possibilita explicar que *a forma nova e superior assumida pela acumulação de capital já se desenham durante a recuperação econômica da crise de 1929, mas somente a partir de 1933 tem início o que se convencionou chamar de Industrialização Restringida.*¹⁰

O capitalismo ocorreu de forma tardia, no Brasil, Cardoso de Mello observa que *a industrialização restringida configurou um padrão 'horizontal' de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, nem, muito menos, houve grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas.*¹¹ Significa que essa fase da industrialização restringida foi pré-condição para a implantação, nos anos de 1950, da industrialização pesada e se ter uma maior compreensão do processo de desenvolvimento, a partir de uma política industrial baseada no modelo de substituição das importações, posta em prática nos períodos subseqüentes, que objetivava a consolidação do processo de industrialização brasileira. Modelo que tão bem definiu Tavares, quando faz uma análise sobre esse momento da industrialização e desenvolvimento da economia brasileira, ao afirmar que o

*... 'processo de substituição das importações' pode ser entendido como um processo de desenvolvimento 'parcial' e 'fechado' que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.*¹²

A presença do Estado, nesse processo de industrialização dos anos de 1930, foi fortalecida a partir da proposição estatal-industrializante da CEPAL, no pós-guerra, teve como objetivo: aumentar a competitividade da indústria nacional nos mercados interno e externo. Efetivamente, isso ocorreu em indústrias de base e de maior dinamismo, aquelas que demandavam um volume considerável de investimentos, como: siderurgia, mineração, petrolífera (petroquímica), construção naval, automobilística, material elétrico pesado, química pesada, de celulose e papel. Para realizar a política de desenvolvimento industrial,

¹⁰ Aureliano, op. cit., p. 93.

¹¹ Cardoso de Mello, op. cit., p.117

¹² Tavares, 1973. p.35.

o Estado criou, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que num primeiro momento financiou a instalação de indústrias de base e a infra-estrutura de transportes (ferrovias, serviços portuários e transporte aeroviário) e energia, que *no final dos anos de 1950 já havia incorporado parte da indústria de bens de consumo duráveis, de bens de capital e da indústria pesada, bem como de indústrias em substituição a importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, eletrodomésticos e automóveis.*¹³ Esses investimentos, do BNDE, resultaram da implementação de políticas monetária e fiscal expansionistas, durante o segundo governo Vargas, como também, da entrada de investimentos estrangeiros, privado ou de instituições governamentais, para financiar o desenvolvimento. Também foi importante a implementação de políticas visando: eliminar as barreiras ao desenvolvimento no que concerne ao setor de alimentação (aumento da capacidade de armazenamento) e de educação (formação de mão-de-obra especializada), como forma de impulsionar o processo de industrialização. Observa-se que paralelamente, diversificou-se a indústria leve, os produtos industriais passaram a ter maior participação na pauta de exportações. Por outro lado, o capitalismo marcou presença e transformou o campo de uma situação de monocultura para uma diversificada produção agrícola e pecuária, apresentando um aumento de produtividade, em virtude da introdução de máquinas, implementos e insumos agrícolas.

Esse modelo de desenvolvimento econômico, o nacional-desenvolvimentismo, tem sua origem nos estudos do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. O pensamento cepalino contestava frontalmente a clássica doutrina ricardiana da especialização vantajosa, assim como sua versão mais sofisticada, a 'teoria pura de comércio internacional', ou seja, a teoria prevalecente da divisão internacional do trabalho. Como consequência normativa, apontava a necessidade de uma política econômica intervencionista, protecionista e industrializante no interior dos países subdesenvolvidos. A lógica do pensamento da CEPAL leva a crer que, este caminho seria a única esperança de sobrevivência para os dois mundos, o do centro e o da periferia – seria a única forma de combinar crescimento e estabilidade, controle social e liberdade de iniciativa. É muito conhecido o modelo da realidade econômica mundial, delineado pela CEPAL: estrutura

¹³ Kon, 1994, p. 190.

centro-periferia que se auto-reproduz, eternizando ritmos diferentes, desiguais, na absorção (ou obtenção) dos frutos do progresso técnico.

Para a CEPAL, a industrialização é indispensável para solucionar os outros dilemas da história dos países subdesenvolvidos, somente encontraria seu caminho através de uma ruptura deliberada, de uma intervenção política. Desta forma, medidas de políticas econômicas, visando proporcionar uma infra-estrutura para o processo de industrialização brasileira e conseqüentemente, o caráter nacionalista do governo em manter a soberania nacional, tem como exemplo a adoção da Lei nº 2004, que instituiu o monopólio do petróleo e a criação da Petrobrás, sendo uma das principais Leis sancionada por Vargas, em 03 de outubro de 1953; além da criação da Eletrobrás, para produção de energia elétrica concretizando, através de um plano considerado ousado para o setor de eletrificação, as condições exigidas ou postuladas pela política de desenvolvimento industrial voltada para a implantação da indústria pesada, o que concentrava as inversões públicas nos setores de energia e transporte.

As metas definidas pelo governo Vargas, para a agricultura, estavam centradas no dinamismo dos médios e pequenos produtores rurais capazes de transformá-la numa agricultura capitalista. Essas transformações acarretaram, ao mesmo tempo, uma diminuição relativa da população rural (com o êxodo campo-cidade) e conseqüentemente, a base da formação das grandes cidades ou sua urbanização em ritmo acelerado que fortaleceria, de forma tardia, a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial diversificada, concentrada no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Essa transição, de uma industrialização restringida para uma industrialização pesada, necessária para constituição do capitalismo, *envolveu um processo de profundas transformações sociais. Na verdade, a industrialização é tão-somente o aspecto econômico de um processo mais amplo da formação e consolidação da dominação e do poder burgueses, ou seja, do processo de revolução burguesa*¹⁴. Essas transformações sociais resultaram de lutas e posturas políticas entre as classes e seus partidos, ou mesmo entre setores agrários (burguesia mercantil-exportadora) e urbano-industriais (burguesia industrial), da mesma forma como as mediações, entre a política e a economia, durante a “era Vargas” que suscitaram no surgimento do Estado nacional capitalista.

¹⁴ Draibe, op. cit., p.13-14.

O papel central do Estado nacional foi fortalecido pelo pacto federativo firmado, no segundo governo Vargas, que subordinou as oligarquias regionais, ao participar dos principais empreendimentos industriais e nos de infra-estrutura, bem como, na organização de um sistema financeiro estatal composto pelo BNDE, Banco do Brasil, Bancos regional e estadual; além da criação de agências de fomentos e instituições de pesquisas científicas preocupadas com a questão do desenvolvimento. Essas oligarquias regionais estavam inseridas numa estrutura social do campo onde representavam

... a oligarquia de latifundiários, que controlava a propriedade da terra: latifundiários capitalistas, como os fazendeiros de café e os usineiros de açúcar, ou latifundiários 'tradicionais', como boa parte dos grandes pecuaristas. Abaixo deles, vem todos os que já empregavam trabalho assalariado e produziam exclusivamente para o mercado: médios proprietários, alguns dos pequenos, os arrendatários capitalistas.¹⁵

Além dessa oligarquia, encontrava-se dentro dessa estrutura social: posseiros, pequenos proprietários e parceiros (a margem das relações capitalistas de produção) e viviam em estado de extrema pobreza ou miséria; e, os assalariados temporários ou permanentes (integrados ao capitalismo).

Para implementar a industrialização ou políticas de desenvolvimento, o Estado ao lado do capital privado nacional contou com a presença do capital estrangeiro através de investimentos diretos, isolados ou associados, ou via empréstimos para financiamento do Governo, bancos e empresas, representado pelas empresas (em alguns casos filiais) transnacionais. Até a primeira metade do século XX, os investimentos diretos se concentraram no setor de infra-estrutura, e, a partir dos anos de 1950 foram mais destinados à indústria de transformação, aquelas de maior importância econômica ou de maior dinamismo – e porque absorve um grande número de trabalhadores -, como é o caso da indústria automotiva.

Apesar da concentração dos investimentos em setores produtivos mais dinâmicos,

... as características gerais das estruturas sociais e econômicas permaneciam fundamentalmente as mesmas. Por um lado, o processo de industrialização, embora se tenha intensificado desde 1950,

¹⁵ Cardoso de Melo & Novais, 2000, p. 574-575.

*não pode superar as limitações impostas por um setor exportador de produtos primários e tendem a debilitar-se. Por outro lado, o desenvolvimento industrial passou a depender cada vez mais de capitais estrangeiros, sem que se formasse um grupo empresarial capaz de formular uma política independente desses interesses.*¹⁶

A migração dos anos de 1950 para as grandes cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, onde o progresso industrial foi mais intenso, a urbanização ocorreu de forma rápida o que exigiu um processo de industrialização mais acelerado e ao mesmo tempo, abria novas perspectivas e oportunidades de melhoria de vida (ou trabalho) e de investimentos: na indústria, no comércio, nos transportes, nas comunicações, na construção civil (setor importante porque absorve uma grande quantidade de mão-de-obra), nos sistemas bancário, de saúde e educacional, dentre outros.

Apesar de tantas oportunidades criadas com o advento da industrialização, *o capitalismo cria a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, ou os mais 'econômicos'. Mas, a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale.*¹⁷ Por isso, como resultado da concorrência entre aqueles que buscam oportunidades de investimentos, surgem os que se tornaram empresários ou proprietários do capital e integraram a classe burguesa urbana. Da mesma forma, aqueles atraídos pelas oportunidades de trabalho, formaram a classe trabalhadora ou do proletariado que correspondem aos que têm somente a força de trabalho à venda e não detêm ou não são proprietários do capital. A formação dessas classes sociais ou estratos sociais, nos anos de 1950, constituíram os sujeitos da industrialização e da urbanização aceleradas (o empresário ou capitalista, o trabalhador que se originaram: da imigração estrangeira; da migração rural – principalmente o nordestino e o mineiro – e do negro urbano), e, apresentavam uma forte característica do processo de produção capitalista: a desigualdade social. Entretanto, essa burguesia urbana – o empresário industrial ou capitalista brasileiro – imaginava-se parte de um sistema econômico mundial, no âmbito de uma nova divisão internacional do trabalho patrocinada pelos países mais desenvolvidos ou do Primeiro Mundo e sua integração política com as instituições do Estado foram realizadas através

¹⁶ Weffort, 1968, p.73.

¹⁷ Cardoso de Mello & Novais, op. cit. p.581.

dessas relações com o mercado externo, que garantisse políticas de estabilidade ou segurança econômica.

O projeto do segundo governo Vargas foi construído a partir da possibilidade de concretizar a industrialização pesada, como meio para atingir o progresso social e fazer do Brasil uma nação soberana. Além do mais, o projeto de industrialização, de Vargas, continha um cunho social, muito forte, por isso foi considerado um projeto de tendência - nacional-popular, sob a influência de sua visão de nação soberana. No ímpeto de transformar o Brasil em uma nação soberana, bem como, por ser considerado um personagem polêmico e complexo, Vargas contava com o apoio das forças armadas e das massas populares para realizar o seu projeto e assim o Estado pode desempenhar um papel importante no processo de estatização das relações sociais, ou seja, dar formas às classes sociais. Em discurso pronunciado em Salvador-BA, em 30 de agosto de 1950, Vargas afirmava sua posição em relação à entrada de investimentos externos para o processo de industrialização, ao destacar num trecho que:

*... não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital cosmopolita. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estranhos, deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo à penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores.*¹⁸

E assim, só foi possível implantar uma política estatizante de industrialização, no governo Vargas, porque a elite industrial brasileira não tinha um projeto de industrialização pesada, mas, por outro lado, a burguesia industrial dificultava esse processo, porque não desejava realizar uma revolução industrial, o que significaria deduzir que essa atitude explica (ou pode ser um viés explicativo) porque o capitalismo (ou a industrialização pesada) ocorreu, no Brasil, de forma tardia. Não está nos horizontes desses conservadores a industrialização pesada.

¹⁸ Vargas, op. cit., p.64.

Apesar disso, a industrialização pesada avançou com o Estado e teve que acomodar os interesses dos capitalistas, principalmente os de São Paulo, que criaram barreiras ao projeto do governo Vargas. Essa oposição política a Vargas dar-se pela quebra da hegemonia das oligarquias que passam a dificultar o projeto de industrialização pesada. Outra dificuldade enfrentada pelo governo Vargas foi que as multinacionais exigiam o mínimo de desenvolvimento ou de condições para investir no Brasil e o Estado teria que preparar uma infra-estrutura mínima para receber os investimentos. O projeto de industrialização pesada ou setor de bens de produção ficaria sob a liderança das empresas estatais, sendo que a participação do capital internacional seria minimizada. Isso significa dizer que, *a política industrial não excluía a empresa estrangeira, mas visava controlar sua entrada e sua participação nos setores novos, para proteger os espaços em que atuariam as empresas nacionais, públicas e privadas.*¹⁹ Vargas era consciente que o caminho natural imposto pelo capitalismo, era o da industrialização, o dinamismo via a grande empresa, mesmo que a produção do café continuasse normal; a atuação dos bancos em pleno crescimento; e, os investimentos imobiliários em ritmo acelerado, isso significava que esse dinamismo não levava à industrialização.

O projeto do governo Vargas de industrialização pesada, é o marco da realização da 2ª Revolução Industrial brasileira. Isso significava que, só foi possível porque o Brasil tinha consolidada a 1ª Revolução Industrial. Vargas por ser pragmático faz alianças para realizar o projeto do Estado, ou seja, por um lado, faz conexão com o poder econômico – não consegue fazer alianças -, e por outro, por ser considerado um positivista e antiliberal, buscava a harmonia das classes de onde tinha apoio popular (das massas), sendo visto pelos críticos e denominado de populista, por centrar sua aliança com as classes sociais na questão da soberania nacional. Quiçá, pode-se considerar Vargas um positivista que escolheu uma estratégia ou técnica, para apreender o que se é considerado (por ele) como verdade ou certeza de uma coisa: a industrialização pesada como o caminho natural para o Brasil superar o estágio de subdesenvolvimento econômico e social, a que estava relegado.

A abrangência das políticas, elaboradas no segundo governo Vargas, centrava-se na perspectiva de alcançar o desenvolvimento econômico e social, a partir da consolidação da industrialização pesada, voltada mais para o futuro, mas considerando as políticas de infra-

¹⁹ Draibe, op. cit., p.235.

estrutura industrial, consolidadas no governo passado (no que concerne às políticas implantadas no primeiro governo). Desse modo,

... o papel projetado para a intervenção do Estado na economia não pressupunha qualquer tipo de ruptura na ordem econômica. Não se tratava, em absoluto, nem de reordenar os pesos relativos do Estado, capital estrangeiro e capital privado nacional, nem através da ação de governo, perseguir uma estratégia de desenvolvimento capitalista autônomo, nacionalista e popular.²⁰

Assim, o Estado desempenhou um papel importante tanto na centralização dos programas voltados para industrialização pesada, como no processo de acumulação e desenvolvimento do capitalismo, através do dinamismo da empresa pública como um dos fatores estratégicos e fundamentais na implantação de uma nova estrutura produtiva nacional. Além de abrir um novo canal de articulação entre o empresariado e o Estado, o governo Vargas criou um sistema bancário de investimento – formado por um banco estatal central e por bancos regionais – que por um lado, tinha a função de agilizar os fluxos de inversões de empresas públicas e privadas tanto nas indústrias de base como nas de infra-estrutura; e por outro lado, atuavam como agentes de arrecadação tributária, ampliando e adequando os fluxos de inversões públicos e privados.

O capitalismo também se fazia presente na agricultura, através de políticas para a modernização do modo de produção rural *via inversões estatais em melhorias técnicas, mecanização, créditos e financiamentos às empresas agrícolas, e montagem de um sistema integrado de armazenamento e comercialização.*²¹ Para desenvolver o capitalismo na agricultura, as políticas varguistas estavam assentadas na dinâmica dos médios e pequenos produtores rurais. A redistribuição de renda, também preocupante, estava presente no programa do governo Vargas, como forma de melhorar as condições de vida das populações urbanas, ao priorizar setores fundamentais, tais como transporte e alimentação – relacionado ao abastecimento urbano e ao controle de preços dos gêneros alimentícios –, que possibilitassem o atendimento de suas necessidades básicas. E para tanto, o Estado com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, dota a máquina estatal de um órgão responsável pela elaboração de políticas sociais: a Comissão

²⁰ Vianna, 1987, p. 35

²¹ Draibe, op. cit., p.183.

Nacional do Bem-Estar. E para atender as necessidades mais prementes, essa Comissão organizou diversas subcomissões: *Seguro Social, Serviço Social, Habitação, Saúde, Indústria doméstica e Artesanato, Colonização e Bem-Estar Rural, Recreação e Cultura, e Assistência Técnica* que desenvolveriam de forma coordenada políticas sociais de atendimento às massas trabalhadoras urbanas e rurais.²²

Essa política teve como objetivo atrair a entrada de capital externo para investimentos em diversos setores de infra-estrutura ou em áreas consideradas prioritárias (ou problemáticas), como energia, transporte e comunicações, em razão do rápido crescimento industrial. As metas principais na área de infra-estrutura, o segundo governo Vargas definiu, em sua Mensagem Programática, enviada ao Congresso Nacional, em 1951, prioridades para o programa energético de desenvolvimento da geração de energia elétrica e ampliação e modernização da distribuição, além do Plano Nacional de Eletrificação conter a padronização das tensões de transmissão e equipamentos, o que tornaria imperativo a criação e a implantação da indústria pesada de material elétrico. Outra fonte energética importante foi o carvão mineral, priorizado pela sua utilização no contexto do processo industrial e que necessitava da intervenção estatal para efetivar a melhoria de extração, industrialização e transporte, assim como, uma política de estímulo à produção e participação da empresa privada no setor. Mas, o maior desafio da política energética do governo Vargas, estava centrado no setor petrolífero. O petróleo como principal fonte energética tornou-se de importância vital, no pós-guerra, tanto para o desenvolvimento tecnológico, como para a modernização da industrialização.

O Brasil necessitava implantar uma política de substituição de importações, a partir de transformar o país de importador de refinados, em importador de óleo cru, ao mesmo tempo em que teria que intensificar a pesquisa, industrialização e armazenamento de refinados – ao duplicar a refinaria de Mataripe e acelerar a construção da refinaria de Cubatão -, assim como, aumentar a produção nacional de petróleo, a fim de atender as demandas do mercado interno. Na área de transporte, a Mensagem governamental se assentava na expansão, integração e consolidação de todas as redes, a partir do revestimento das estradas de rodagem, assim como, apresentava um programa de reaparelhamento dos portos e melhoria das condições de navegabilidade dos rios e o

²² Draibe, op. Cit., p. 218.

aperfeiçoamento do transporte aéreo brasileiro. Outra área de capital básico social, considerada no programa pela sua relevância no contexto da infra-estrutura, era a das comunicações. As comunicações eram consideradas, pelo governo Vargas, como fator de unificação nacional e instrumento do progresso econômico e social. Nesse setor, o Estado pretendia desenvolver e modernizar os serviços de correios e telégrafos e o da telefonia ampliado e modernizado, por ser considerado como setor fundamental de investimentos públicos. Como conseqüência dessa política de comunicações, a indústria nacional de equipamentos para comunicações e transmissões seria ampliada. Desta forma, seria *inevitavelmente o projeto de aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro, com as características apontadas, produziria impactos de monta na estrutura econômica do Estado, exigindo reordenação da forma de inserção, expressão e materialização dos interesses sociais na ossatura e dinâmica estatal.*²³

Observa-se que, apesar dos conteúdos nacionalistas ‘estatizantes’, ocorreram avanços significantes em setores de infra-estrutura, resultantes dos investimentos do Estado tanto através de empresas estatais, que intensificaram o crescimento e a modernização da estrutura industrial, como pela execução de políticas creditícia e cambial. O Estado deixa sua condição de mero regulador da acumulação, tornando-se, efetivamente, um importante agente produtor, através de um conglomerado de empresas públicas. Os propósitos apresentados na Mensagem governamental de 1951 definiam a intervenção estatal, como o principal condutor do programa de industrialização pesada ou do desenvolvimento capitalista brasileiro. Essa atuação ocorreria em setores produtivos que exigiam grandes inversões, diante da fragilidade da máquina estatal para manter o controle de indústrias consideradas estratégicas para a economia nacional, tais como a indústria de ferro e aço; a indústria química pesada; a indústria de equipamentos e materiais ferroviários; a indústria elétrica pesada (inclusive de equipamentos e materiais para serviços de comunicações); a indústria automobilística; a indústria de construção naval; e, principalmente, a indústria petrolífera (considerada estratégica para a segurança nacional, além de incluir todos os setores produtivos da petroquímica).

Apesar das dificuldades em consolidar essa fase da industrialização pesada, *há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão*

²³ Draibe, op. cit., p 213.

*industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduz, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente de capitais constantes industriais).*²⁴ Mesmo de forma relativa, mantinha uma dinâmica de acumulação limitada pela industrialização restringida. Mudanças ocorreriam com a entrada, no país, de empresas multinacionais, principalmente, de grandes empresas européias, a exemplo da indústria automobilística, onde as montadoras foram implantadas pelo capital multinacional, enquanto a produção de autopeças ficou sob a responsabilidade do capital privado nacional.

O governo Vargas elaborou um programa de desenvolvimento industrial, baseado num pensamento nacional a partir do pressuposto do desenvolvimento que estava objetivado, num primeiro momento, na criação da Companhia Vale do Rio Doce, da Fábrica Nacional de Motores e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda entendida, como o caminho natural, para a redenção ou independência econômica do país. Num segundo momento, o projeto político nacionalista de Vargas, voltou-se para a nacionalização dos recursos naturais e das riquezas do subsolo, como essência e culminância da instituição do monopólio estatal do petróleo, através da criação da Petrobrás – como resultado de grandes debates travados no Congresso Nacional, na esfera militar e no âmbito da sociedade civil brasileira que participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso”. Para tanto, era necessário contar com um sistema financeiro nacional - a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, e do Banco do Nordeste -, e da capacidade produtiva da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, para atender as demandas do mercado interno; também propôs a criação da Eletrobrás para regular e controlar a produção e consumo do setor energético brasileiro - instalada somente no governo Goulart, em 1962. Assim, como aconteceu nos países industrializados ou do Primeiro Mundo que passaram a utilizar o petróleo – como principal matriz energética - e intensificar sua produção no pós-guerra, o governo Vargas entendia que, para consolidar a industrialização pesada e o capitalismo brasileiro, seria importante seguir o exemplo e implantar uma política de desenvolvimento baseada na incorporação dessa fonte energética.

Desta forma, o monopólio estatal do petróleo, torna-se uma questão nacional que tinha como objetivo principal à implantação de um setor petrolífero (inclusive a

²⁴ Cardoso de Mello, op. cit. p. 110.

petroquímica), capaz de atuar diretamente na consolidação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento, modernização e diversificação de uma base industrial no país.

Nesse sentido, coube ao Estado brasileiro a tarefa da implantação de toda cadeia produtiva do complexo petroquímico, considerado como parte do processo de verticalização das atividades petrolíferas, visando à ampliação da estrutura industrial nacional. A atividade petroquímica, no Brasil, iniciou-se no final da década de 1950, na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão – São Paulo, com a produção de etileno, propileno, benzeno e amônia. A partir daí, a Petrobrás criou a primeira unidade brasileira de pirólise de nafta que resultou no surgimento de um núcleo petroquímico para produção de resinas plásticas, fertilizantes, metanol, negro de fumo e outros produtos.

Como a atividade petrolífera, no mundo todo, é verticalizada, a Petrobrás dava o passo importante com a implantação de uma Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados a partir da utilização de gases residuais, produzirem amônia, ácido nítrico, nitrato de anônia e um adubo químico denominado de nitrocálcio; e com a construção de uma Fábrica de Asfalto integrados à Refinaria de Presidente Bernardes, em Cubatão, iniciar o processo de desenvolvimento da indústria brasileira, dentro de uma política de apoio à indústria nacional. Vale destacar que ao final de 1956, ao somar-se à produção de derivados das refinarias Ipiranga, no Rio Grande do Sul; Capuava, em São Paulo; e Manguinhos, no Rio de Janeiro (refinarias privadas) com a produção da Refinaria de Presidente Bernardes foi possível atender a demanda do mercado interno, de derivados de petróleo nacional e importados (representado 62% do consumo nacional de derivados).

No início da década de 1960, a Petrobrás criou a primeira Fábrica de Borracha sintética, em Caxias, Rio de Janeiro, que utilizaria matéria-prima produzida pela Refinaria Duque de Caxias-RJ. Até então, a atividade petroquímica brasileira era formada por unidades isoladas e funcionavam sem uma integração entre elas. O surgimento ou implantação dos complexos petroquímicos deu-se no final da década de 1960, com a instalação, em São Paulo, por iniciativa do Grupo Soares Sampaio, empresa privada ligada à atividade de refino do petróleo. Para participar desse empreendimento, a Petrobrás criou a PETROQUISA, subsidiária responsável e sua representante nessa atividade e em outras que iriam surgir. O complexo petroquímico de Cubatão, São Paulo, foi concluído em 1972. Em 1978, seria concluído o complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, considerado o

maior e mais diversificado complexo petroquímico do Hemisfério Sul. Em 1982, seria a vez da conclusão do complexo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

Na formação desses complexos petroquímicos participavam um grande número de empresas, multinacionais e nacionais privadas, constituídas sob a forma jurídica de sociedades anônimas, com a participação da Petrobrás, representada pela PETROQUISA nessa sociedade com capitais internacional e nacional. Liderados pela Petrobrás, esses empreendimentos foram implantados seguindo política governamental de atenuação das disparidades regionais de desenvolvimento e de fortalecimento do empresário nacional. *Como resultado, o Brasil ganhou um parque petroquímico diversificado, de porte mundial, tecnologicamente atualizado e geograficamente descentralizado.*²⁵

A verticalização do setor petrolífero deve ser entendida, como uma inter-relação entre as diversas atividades, que formam a cadeia produtiva, e que tem como elo central de ligação, entre elas, a atividade de refino do petróleo. Pode-se afirmar que *o refino é uma atividade industrial que, embora de elevada densidade tecnológica e de investimentos, é também altamente lucrativa, situando-se o nível de risco na normalidade de empreendimentos densos em capital e tecnologia.*²⁶ Por isso, após a Campanha do “Petróleo é Nosso”, os movimentos nacionalistas que eram a favor do monopólio estatal do petróleo, voltaram-se para a questão da nacionalização das refinarias de capital privado, por entender que, o refino seria a atividade capaz de financiar a pesquisa, a prospecção e a produção de petróleo (consideradas de altos custos) e assim, viabilizar a implantação da indústria de petróleo brasileira.

Na atividade de refino o principal objetivo, da Petrobrás, é obter do petróleo processado o máximo possível de derivados, de maior valor de mercado, o que equivale a reduzir ao mínimo a produção de óleo combustível. A Petrobrás, por deter o monopólio do refino no País, tem, adicionalmente, o objetivo de atender o mercado nacional de derivados em qualquer circunstância. Voltado para realizar esse objetivo, a Petrobrás cumpriu o seu papel, de liderar o processo de modernização do parque industrial brasileiro. Tendo em vista que, o país sofria uma elevada sangria de divisas acarretadas pela importação de derivados e a necessidade do Estado ocupar esse espaço, considerado estratégico, foi

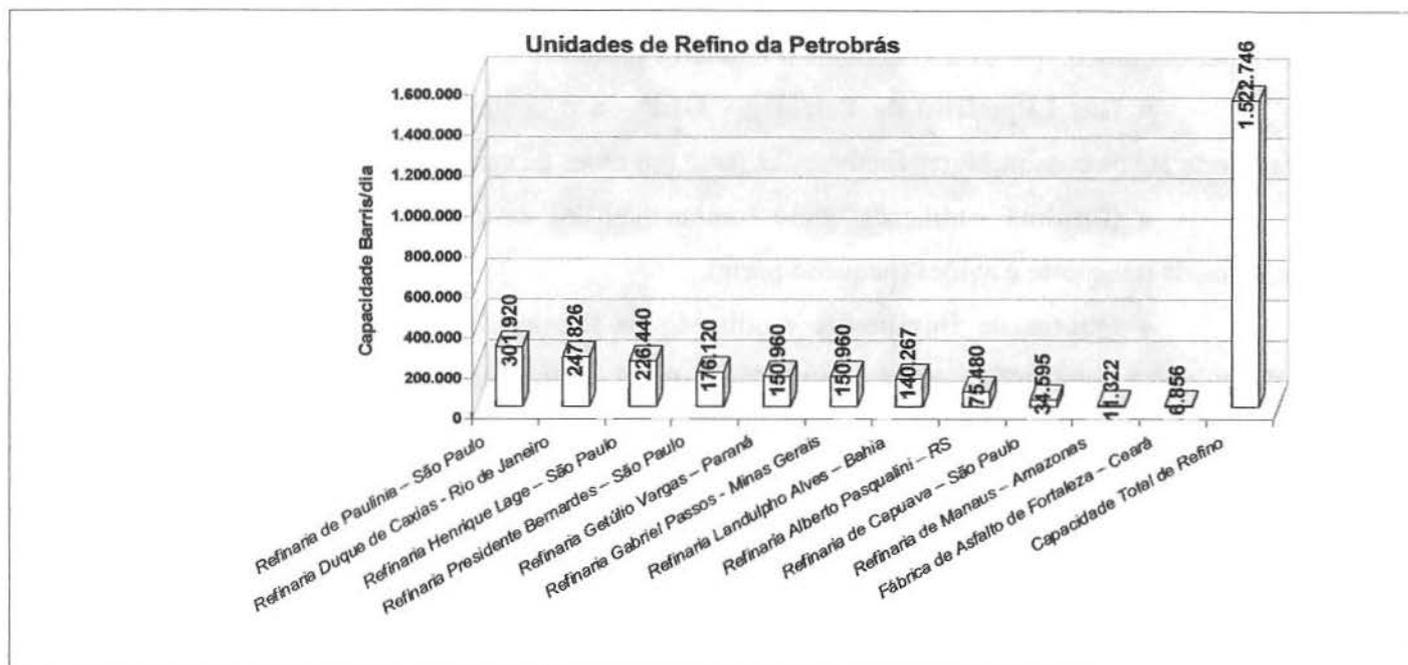
²⁵ Perrone, 2000, p. 150.

²⁶ Alveal Contreras, 1994, p.89.

definido um programa de refino nacional, que contou com a participação da elite dirigente da Petrobrás e teve o apoio de movimentos populares em prol da estatização do refino do petróleo. Este era o meio de gerar elevados recursos financeiros, indispensáveis para se intensificar a busca do petróleo no subsolo brasileiro.

A definição da localização das unidades de refino dá-se de forma estratégica, nas regiões de maior consumo, objetivando criar uma infra-estrutura de produção e abastecimento de derivados, voltada ao atendimento das necessidades do País no que concerne ao seu desenvolvimento industrial. As refinarias da Petrobrás (em número de 11) com capacidade instalada capaz de produzir em torno de **um milhão e meio de barris**, de derivados por dia, atende plenamente a demanda interna de derivados do petróleo, bem como exporta os excedentes de produção. Destaca-se, conforme o Gráfico 1, todas as unidades de refino da Petrobrás, com localização e capacidade de produção:

GRÁFICO 1 – Unidades de Refino da Petrobrás



Fonte: Petrobrás (1993, p.6)

b/d - barris por dia

A complexidade dessa atividade é destacada pela Petrobrás, ao esclarecer que

... o petróleo, no estado em que é extraído do solo, não tem, praticamente, nenhuma aplicação. Na refinaria é que se obtém do petróleo os hidrocarbonetos em suas formas de maior utilidade. Para isso se empregam processos que separam grupos de moléculas, quebram-nas, re-agrupam átomos, ligam moléculas diferentes, produzindo assim os diversos derivados do petróleo. Uma refinaria moderna possui sistemas de fornos, torres de destilação atmosférica e a vácuo, unidade de craqueamento, tabulações e válvulas, bombas e compressores, permutadores de calor, tanques de estocagem, instrumentos de controle, etc.²⁷

²⁷ Petrobrás, 1985, p. 23-24.

É através deste conjunto de equipamentos que o petróleo é transformado em produtos derivados, entre eles os principais são:

- **Gás Natural** - de ampla utilização pelas indústrias, principalmente pelas do setor petroquímico, que os transforma em inúmeros produtos finais.

- **Gás Liquefeito de Petróleo - GLP** - é o conhecido gás de cozinha, seu transporte até os consumidores finais se faz tanto por redes de canos como por botijões.

- **Gasolina** - utilizada como combustível dos motores de carros de passeio, veículos de transporte e aviões (pequeno porte).

- **Querosene Iluminante** - utilizado na iluminação, através de lamparinas, substituindo a iluminação elétrica e como combustível em fogareiros e aquecedores.

- **Querosene de Jato** - combustível de motores a jato. Para os grandes aeroportos internacionais onde seu consumo é elevado, este querosene é transportado por oleodutos.

- **Óleo Diesel** - utilizado nos veículos de transportes pesados: ônibus, caminhões, locomotivas e navios e também como combustível de máquinas industriais. Vale lembrar que em outros países o diesel é usado também em automóveis.

- **Óleos Lubrificantes** - servem para reduzir o atrito entre as peças ou partes de uma máquina, largamente utilizadas por todos os setores industriais.

- **Óleo Combustível** - utilizado para movimentar grandes máquinas, muitas vezes é levado aos locais de consumo através de oleodutos, como acontece no abastecimento de usinas termoelétricas.

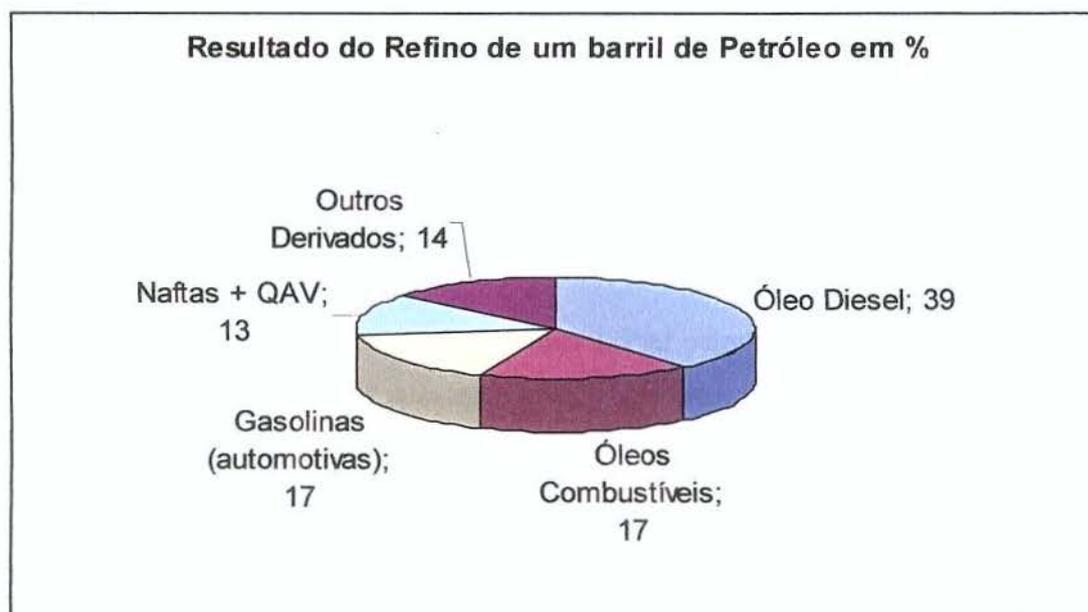
- **Asfalto** - utilizado na pavimentação de estradas, e pelas indústrias para impermeabilização, isolamento, etc.

O refino foi, aliás, o primeiro grande desafio enfrentado pela Petrobrás, logo após o início de suas atividades. Criar um parque industrial capaz de livrar o Brasil da dependência externa de derivados era tão prioritário quanto expandir os trabalhos de exploração. O desafio foi vencido, deixando, como saldo, capacitação para projetar e construir refinarias e plantas de processamento de gás natural, com tecnologia própria. Hoje, a Companhia opera um parque de refino com dez grandes refinarias, uma fábrica de asfalto e uma unidade produtora de óleo de Xisto (folhelho betuminoso) com tecnologia própria e única do mundo em nível comercial, além de 10 plantas de processamento de gás natural. Estas unidades podem processar diariamente 1,5 milhão de barris, produzindo todos os derivados de que o

País necessita, dentro de padrões internacionais de qualidade, proteção ambiental e com segurança do homem e do patrimônio. Para atender à expansão do consumo de derivados, o parque de refino está em constante modernização e ampliação.

Este processo também compreende a melhoria da qualidade dos derivados e a adequação à quantidade crescente de petróleos nacionais e à modificação contínua do perfil da demanda nacional. Outra providência foi à retirada do chumbo tetraetila (CTE) da gasolina produzida no País, melhorando a qualidade do ar das cidades brasileiras. No processo da atividade de refinação pode-se obter o aproveitamento de um barril de petróleo (que corresponde a 159 litros), com a produção dos seguintes derivados, conforme Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Decomposição no Refino de um Barril de Petróleo



Fonte: Petrobrás (2006)

Pode-se destacar na atividade de refino, a produção de Óleo Diesel (39,0%) como o mais significativo; acompanhado de Óleos Combustíveis (17,0%); Gasolina - automotivas (17,0%); Naftas e QAV (querosene de aviação) (13,0%); e, Outros Derivados (14,0%), o que pode explicar os índices (diferenciados) utilizados para o reajuste de preços dos derivados do petróleo.

Como o principal ator, dentro dessa atividade estratégica, do setor petrolífero, para o desenvolvimento da economia nacional,

... o Estado empresário no Brasil surgiu no âmago de um desenvolvimento industrial nucleado por políticas setoriais de substituição de importações. Essa modalidade estratégica permitiu enfrentar as restrições de uma industrialização muito tardia, em condições de desvantagem face à dinâmica mundial capitalista de internacionalização produtiva. A implementação desse processo requereu soluções políticas específicas, colocando a ação estatal, especialmente a das estruturas diretamente produtivas, em posição estratégica virtual para orientar e acomodar a dinâmica conflitante entre interesses estatais, os dos capitais privados nacionais e os dos capitais estrangeiros.²⁸

Assim, a presença do Estado, nesse importante setor produtivo, e as dificuldades enfrentadas durante toda sua história, a Petrobrás, enquanto executora do monopólio estatal, concentra suas atividades em setores estratégicos que possam produzir e fornecer matérias-primas para o parque industrial nacional com a finalidade de contribuir para a consolidação tanto do desenvolvimento econômico como da industrialização brasileira, desta forma, consolidar o capitalismo brasileiro.

Apesar de o setor petroquímico ter iniciado suas atividades na década de 1950, sua contribuição ocorreria, de forma concreta, com a implantação do parque petroquímico brasileiro: o Pólo Petroquímico de São Paulo, construído em 1972, o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, em 1978; e o Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, em 1982. O processo de implantação de complexos petroquímicos em regiões distintas, além de diminuir as desigualdades regionais, em termos de oferta de insumos básicos para indústrias da cadeia produtiva do setor petrolífero, possibilitava uma nova dinâmica ao desenvolvimento regional a partir da criação de um pólo industrial que facilitaria a implementação de políticas de desenvolvimento e integração regional. Mesmo assim, a dinâmica regional de desenvolvimento ocorre de forma diferenciada, haja vista que,

²⁸ Alveal Contreras, op. cit., p.11-12.

... essa manifestação dar-se-á com distintas intensidades em cada uma das regiões impactadas pelo desenvolvimento capitalista da região que lidera o processo de integração. Quer por sua proximidade geográfica, por sua disponibilidade e pelo grau de ocupação de determinados recursos materiais e, principalmente, por sua capacidade em 'assimilar e propagar internamente' o desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas emanadas a partir do 'pólo', uma região poderá se beneficiar mais que outra, durante o processo de integração.²⁹

Evidentemente, a Petrobrás desempenha um papel preponderante nesse processo de desenvolvimento regional, ao assegurar às indústrias emergentes o fornecimento, pelo pólo petroquímico, além de derivados do petróleo e do gás natural, matérias-primas e/ou insumos básicos necessários às atividades industriais. A Petrobrás, a exemplo de toda empresa desse setor produtivo, tem suas atividades verticalizadas, o que corresponde a toda cadeia produtiva articulada. *A cadeia produtiva do petróleo é o conjunto de componentes interativos, incluindo fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais.³⁰*

A presença da Petrobrás nas etapas de criação; de implantação; e, de desenvolvimento, da indústria petroquímica é destacada, a partir do papel desempenhado tanto no campo da pesquisa e desenvolvimento dos Complexos Petroquímicos, como na formação de um grande número de profissionais qualificados, através dos seus cursos de pós-graduação. A preocupação em formar quadros de técnicos para as atividades ligadas ao setor petrolífero iniciou-se em 1955 com a criação do Centro de Aperfeiçoamento de Pesquisa do Petróleo – CENAP. Entre 1955 e 1964, foram formados 92 geólogos e 582 engenheiros que seriam utilizados na substituição de técnicos estrangeiros. O CENAP, no período de 1965 até 1973, formou especialistas de outras áreas, com o objetivo de transferência e absorção de tecnologia, dentre eles 54 geólogos e geofísicos, 699 engenheiros, 150 analistas de sistemas e 60 administradores. Com o desenvolvimento e a complexidade do setor petrolífero, destaque para a atividade comercial e ampliação do parque de refino, além da demanda de toda sua cadeia produtiva, principalmente na

²⁹ Cano, 1998, p. 197.

³⁰ Antunes & Martini, 2003, p.153.

petroquímica, e, em virtude da exigência de adaptação de tecnologias, o CENAP, no período de 1974 a 1979, desenvolveu programas que formaram 642 engenheiros de processamento, 1344 engenheiros de equipamentos, 346 engenheiros de petróleo, 231 analistas de sistemas, 177 administradores, 103 analistas de comércio e suprimento e 70 contadores e economistas.

A Petrobrás esteve presente em todos os momentos, de crises ou de auge da economia, no setor petroquímico, principalmente, na década de 1980, quando o mercado interno sofre uma forte depressão e o setor apresenta um elevado excedente de produção. Fato que se deve lembrar, da década de 1980, é que foi posta em prática uma política industrial que privilegiou o protecionismo econômico, em virtude da crise cambial, o que induziu à demanda interna de bens e serviços, para todo o Complexo Petrobrás, independente das condições favoráveis ou não de preço e qualidade. Como forma de superar a crise dos anos de 1980, e manter a indústria petroquímica dentro de sua normalidade produtiva, a Petrobrás utilizou mecanismos capazes de responder as necessidades do setor, que seriam procedimentos necessários para superar a retração do mercado interno (ou a crise):

... a Interbrás comprava os excedentes de produção, mantendo as fábricas (das quais a Petroquisa era sócia) trabalhando em nível de capacidade elevada; e, a Petrobrás, as Centrais Petroquímicas e as empresas de segunda e terceira geração adotaram um sistema de preços marginais, em cascata, para a exportação, que era feita através da Interbrás, desde que houvesse um ganho de divisas na venda dos produtos finais exportados.³¹

Com essa política adotada pela Petrobrás foi possível manter o fornecimento de derivados de petróleo e de matérias-primas, bem como, de insumos básicos para as indústrias nacionais que compõem o setor petroquímico e as atividades afins. O setor petroquímico por ser estratégico, na consolidação do processo de industrialização, necessita contar com o apoio do Estado para enfrentar a concorrência global, principalmente

... para as empresas dos países em desenvolvimento é ainda maior a necessidade do apoio estatal. Este apoio é decisivo para que as empresas nacionais não sucumbam diante da pressão da

³¹ Perrone, op. cit., p. 151.

concorrência e possam manter ou mesmo avançar em termos relativos. A manutenção e expansão das capacidades produtivas e de competição de empresas, e mesmo de setores industriais inteiros, exigem que os Estados assegurem às empresas de capital nacional as vantagens já mencionadas (financiamento, P&D e adequado sistema de incentivos), sobretudo no momento em que vários países em desenvolvimento enfrentam fragilidades macroeconômicas.³²

Para tanto, o Estado dentro de um planejamento voltado à ampliação das fontes energéticas e de novas fontes (como é o caso das termoeletricas), definiu metas para a Petrobrás expandir suas atividades de exploração e produção de petróleo, nas bacias das regiões Nordeste e Norte. Nos anos 1990, com a crise do nacionalismo, têm início uma nova fase da história da Petrobrás, com a privatização de estatais do setor petroquímico; com a flexibilização ou quebra do monopólio das atividades de exploração e produção de petróleo; e, com o processo de reestruturação produtiva (inovações tecnológicas e organizacionais). Com o intuito de entender todas essas transformações, pretende-se reconstruir a história da criação da Petrobrás, assim como, os debates que ocorreram entre nacionalistas e grupos contrários ao monopólio estatal do petróleo.

1.1 – Petrobrás e Nacionalismo

O marco histórico da exploração de petróleo, no Brasil, ocorreu em 1892, quando o paulista Eugênio Ferreira Camargo decidiu perfurar um poço em Bofete – interior de São Paulo – após contratar o belga Auguste Collon para realizar uma pesquisa geológica para petróleo. Do poço de Bofete com 488 metros de profundidade foram extraídos dois barris de óleo.³³ A importância dessa exploração deve-se a possibilidade aberta da existência de petróleo no território brasileiro. A constatação somente deu-se em 1930, quando o engenheiro civil e geógrafo, Manoel Ignácio Bastos, um autodidata em geologia, funcionário do governo baiano, observou que no lugarejo de Cabritos, em Lobato-BA, os moradores não compravam gás para acender os lampiões, pois utilizavam um óleo negro que jorrava da terra. Após constatar a abundância do óleo negro e a análise pela Escola

³² Cardoso de Mello, op. cit., p. 26.

³³ Souza, 1997, p. 184-185.

Politécnica da Bahia, concluiu-se que se tratava, realmente, de petróleo. Marcava, assim, a descoberta de petróleo na Bahia.

Vale destacar que foi identificada a existência de óleo, na Bahia, em 1858, na localidade de Camamu, a sul de Salvador, e que foi o sítio das primeiras concessões para a exploração de betume no Brasil. Sendo que em 1859, a exsudação de petróleo foi constatada pelo engenheiro inglês Samuel Allport ao realizar cortes no terreno para a construção da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, próximo à Estação de Lobato, verificou que a existência do óleo dificultava o serviço dos trabalhadores. Também, em 1890, o Diário de Notícias da Bahia, noticiava a ocorrência de exsudação de petróleo na ilha de Itaparica. Apesar dos relatos, a descoberta de petróleo na Bahia foi considerada uma casualidade histórica. Conta-se que uma versão folclórica do presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, Oscar Salvador Cordeiro de que a descoberta do petróleo em Lobato foi resultado de uma briga de vizinhos. Um pai-de-santo chamado Jacinto queixava-se que seu vizinho Antônio da Fonte colocara querosene dentro da sua cacimba, no quintal da sua casa, a fim de prejudicar toda sua família, o que o levou a fazer ameaças de morte ao vizinho. Não sabia o pai-de-santo que tinha cavado uma cacimba, exatamente onde aflorava o petróleo (razão do gosto de querosene na água). Ao saber do ocorrido Oscar Cordeiro foi ao local e constatou que realmente tratava-se de petróleo. Assim, procurava Oscar Cordeiro ter para si a paternidade da descoberta de petróleo, em Lobato-BA. Segundo Petronilha Pimentel (1984), após consultar farta documentação, entrevistas com familiares, reportagens de jornais e transcrições de manuscritos de Manoel Ignácio Bastos e depoimentos de contemporâneos, como o Sr. Aurélio Brandão Cirne, que participaram da exploração de petróleo, na Bahia, restabelece a verdade histórica e afirma Manoel Ignácio Bastos como sendo o descobridor do petróleo no Brasil.

Após pesquisas realizadas por geólogos estrangeiros, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, em 1934, enviou o geólogo Luciano Jacques para Lobato com a finalidade de emitir parecer sobre a descoberta de petróleo. Em relatório, procurou não contrariar os resultados de pesquisadores estrangeiros e ao concluí-lo afirmou que não existia petróleo em Lobato: não é possível haver petróleo em quantidade comercial. Tanto o diagnóstico como à ação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil – SGMB, depois em 1933 o sucessor, o DNPM, tiveram como principal crítico o escritor Monteiro Lobato

(que na época desconhecia a tecnologia da pesquisa do petróleo, apesar do interesse que tinha pela descoberta, pois acreditava na existência do ouro negro em território brasileiro). São atribuídas a Monteiro Lobato algumas frases, tais como: “*Só existe uma forma de encontrar petróleo – perfurando, perfurando, perfurando*”; “*O lema do DNPM é não tirar petróleo e não deixar que o tirem*”.³⁴ Por um lado, as críticas de Monteiro Lobato serviram para alertar a opinião pública, chegando a provocar uma agitação política; formação de Comissão Parlamentar de Inquérito; reuniões no Clube Militar; funcionários públicos sendo acusados de estar a serviço de companhias estrangeiras; e por outro lado, lhe custou uma condenação à prisão e a se exilar no exterior (devido às críticas feitas a membros do governo).

A importância da participação de Oscar Salvador Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, no debate de domínio público sobre a existência de petróleo em Lobato-BA, tem como premissa a sua obstinação em comprovar a riqueza em solo brasileiro, a ponto de articular junto ao Governo Central (ao Ministro da Agricultura Juarez Távora), da necessidade de um técnico para realizar uma pesquisa e uma sonda para exploração de petróleo. Como resposta, teve seu pedido indeferido. A alegação era a de que o parecer do geólogo Vitor Oppenheim: “*o petróleo em Lobato-BA é um elemento estranho à sua formação geológica, bem como ao local onde é encontrado*”³⁵, seria a opinião dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral. Em novembro de 1934, Oscar Cordeiro endereçou carta ao Presidente Getúlio Vargas, com o seguinte teor:

*“Para nós brasileiros, é muito desagradável trazer ao conhecimento do público, pela imprensa, fatos desta ordem; entretanto, nunca poderei concordar com os ‘profissionais’ do ‘serviços de mineração’, em terem atestado que o petróleo do Lobato, no Estado da Bahia, é estranho ao local, e como neste caso do Lobato existem mistificadores, vamos ver quais serão aqueles mistificadores”*³⁶.

Diante deste fato, Monteiro Lobato endereça carta aberta ao Ministro Juarez Távora, onde denunciava Vitor Oppenheim e Mark Malamphy, respectivamente, diretores de Geofísica e

³⁴ Souza, op. cit., p. 190.

³⁵ Marinho Júnior, 1989, p. 236.

³⁶ Ibid. idem, p.236.

Geologia do Departamento Nacional de Produção Mineral (demitidos em 1936, por ordem do Ministro Odilon Braga, a bem da descoberta do petróleo no Brasil), com o seguinte teor:

Senhor Ministro: - Há coisa de um ano o abaixo-assinado enviou ao Senhor Presidente da República uma séria denúncia contra a sabotagem sistemática que de muito tempo o Serviço Geológico, hoje rebatizado em Departamento Nacional de Produção Mineral, vem exercendo contra o petróleo brasileiro. Essa denúncia acusava o Departamento de ter como divisa: “Não tirar petróleo e não deixar tira-lo”; acusava-o de falsear os resultados geológicos e geofísicos a fim de desanimar as pesquisas promovidas pelas companhias nacionais; de haver substituído a velha Lei de Minas, liberal e exequível, por um monstro sesquipedal que impossibilita de maneira absoluta qualquer exploração do subsolo; de tudo fazer, em suma, para que o Brasil se perpetue, per omnia secula, como mercado comprador do petróleo estrangeiro, para regalo dos trusts que no-lo vendem. Decorria daí o fasto grotesco de, no continente petrolífero por excelência, que é a América do Sul, todos os países terem petróleo, exceto justamente o maior de todos – o nosso. (...)

Criminosa aventura de má fé, sonharem com um Brasil poderoso, rico, liberto para sempre da sangria anual de meio milhão de contos, que é quanto lhe custa não haver ainda mobilizado as tremendas reservas de óleo que indubitavelmente possuem. Infâmia suprema: atreverem-se a denunciar, com provas na mão, a camorra enquistada no Departamento Nacional com o fim expresso de impedir que o grande objetivo seja alcançado.

Senhor Ministro: os aventureiros de má fé cujos nomes deverão ser apontados à Justiça estão dentro do Departamento Nacional, não fora. Vamos fundamentar a afirmação.

Antes de qualquer coisa, porém, é mister esclarecer um ponto. Esse famoso Departamento Nacional de Produção Mineral, que custa ao país mais de 5.000 contos por ano, é um organismo composto de numerosas peças. Um ornamental apenas, de mera função decorativa, como o seu diretor geral. Outras técnicas, mas simplesmente burocráticas. Existem, todavia, duas peças mestras que estão para o resto do organismo, como o cérebro humano está para o corpo. São elas, o diretor de Geofísica, Mr. Mark Malamphy, e o diretor de Geologia, Mr. Vitor Oppenheim. Peças mestras, senhor Ministro, porque um é detentor em primeira mão dos resultados dos estudos geofísicos; e o outro é o detentor em primeira mão dos resultados dos estudos geológicos. Esses dois homens, portanto, dispõem, sempre de primeira mão dos resultados do subsolo nacional, revelados pela Geofísica e pela Geologia. Conjugados, formam a cabeça do Departamento, a cabeça de onde tudo emana – sejam as determinações do diretor geral, sejam as instruções do Ministro da Agricultura. (...).

Mas, senhor Ministro, donde vieram esses homens e que fazem?

Vieram diretamente do trust que tem como ponto de programa conservar o Brasil em “estado de escravidão petrolífera”. Com que fim? Retardar, senão impedir, o nosso 13 de Maio econômico. Por que maio? Transformando um serviço público que nos custa 5.000 contos por ano

em mero instrumento dos interesses ocultos contrários a que o Brasil seja produtor de petróleo. Indague o senhor Ministro da procedência desses homens e assombre-se da nossa infinita ingenuidade.

Que fazem?

Anunciam em revistas estrangeiras, para uso de quem lá fora queira apossar-se das terras petrolíferas brasileiras, os serviços profissionais da firma Malamphy & Oppenheim. Vendem, pois, os segredos do subsolo nacional, de que são detentores em primeira mão. (...).

A política dos grandes trusts mundiais de petróleo em relação ao petróleo do Brasil, consiste em “acaparar” as terras potencialmente petrolíferas, depois de a nossa custa estudá-las geológica e geofisicamente por intermédio da dupla Malop. (...).

Era este senhor Ministro o depoimento que o signatário desejava prestar no inquérito sobre o petróleo. A estranha demora em dar-se início a tal inquérito, leva-o a vir depor em público, fazendo sinceríssimos votos para que o senhor Ministro reflita a fundo – e resolva como a sua consciência de homem de bem o determinar.³⁷

Em junho de 1935, o geólogo Sílvio Fróes Abreu visitou o poço de Lobato e fez a comprovação natural e após colher amostras apresentou a seguinte conclusão:

*O exame atento das condições locais nos fez fixar, como princípios, uma ocorrência natural, afastando a hipótese de mistificação, o que justifica a intensificação das pesquisas iniciadas, sobretudo sob uma orientação mais de acordo com os métodos modernos de pesquisas de petróleo.*³⁸

Com a decretação do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso e nomeou uma Assembléia Constituinte, sob a alegação da necessidade de reformular a Constituição. Dentre as reformulações, o governo entendia que era necessária uma nova política petrolífera para o país. Pois, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM da forma que estava funcionando, não estava em condições de resolver os problemas da pesquisa do petróleo. A proposta do Governo era a de que o DNPM seria um órgão ligado diretamente à Presidência da República e com orçamento próprio. A política do petróleo aprovada na nova Constituição e promulgada no Estado Novo, não permitia que a exploração e a produção de petróleo fossem concedidas para capitais estrangeiros. A

³⁷ Lobato, 1956, p. 69-76.

³⁸ Petrobrás. Petrobrás ano 40: uma história brasileira de sucesso, p. 6.

atividade de extração de riqueza do subsolo, em território nacional, seria de exclusividade para brasileiros.

Na verdade, como governo nacionalista Getúlio Vargas tinha um propósito: o de afastar a Standard, a Shell e outras companhias do setor petrolífero brasileiro. Apesar dessas empresas multinacionais atuarem no país, na atividade de distribuição de derivados do petróleo, e de manterem o controle da distribuição, tinham o propósito de preservar essa atividade. O governo Vargas através da intervenção do Estado tinha como finalidade, diminuir o poder de intervenção, na economia, dessas empresas multinacionais. Essa atitude de preservar esse setor produtivo significava que,

... sob a premência de uma situação de crise, percebida ao seu modo – em termos de criação de condições para a eficiência, em curto prazo, do aparelho de defesa nacional – os militares aparecem como o verdadeiro elemento dinamizador, na época, da ação oficial neste setor nuclear da economia.³⁹

É importante destacar que a política econômica do Estado Novo (conduzida pelo ministro da fazenda Souza Costa) caracterizou-se por um forte intervencionismo estatal. Isso significa que a característica básica desse governo nacionalista era a centralização das ações políticas.

A forma como o governo Vargas realizou alterações na estrutura do aparelho estatal, no período do Estado Novo, resultou de medidas que se

... erigiu um novo aparelho de regulação e intervenção econômica; estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a serem gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova.⁴⁰

A fase histórica da intervenção estatal na atividade petrolífera, durante o Estado Novo, que resultou na criação do CNP, deu-se sob o prisma da política energética voltada para o abastecimento interno, mediante o intervencionismo estatal antes norteador pelas atividades que exigiam grandes investimentos e serem de riscos, como as de pesquisas e exploração de

³⁹ Cohn, 1968, p. 49.

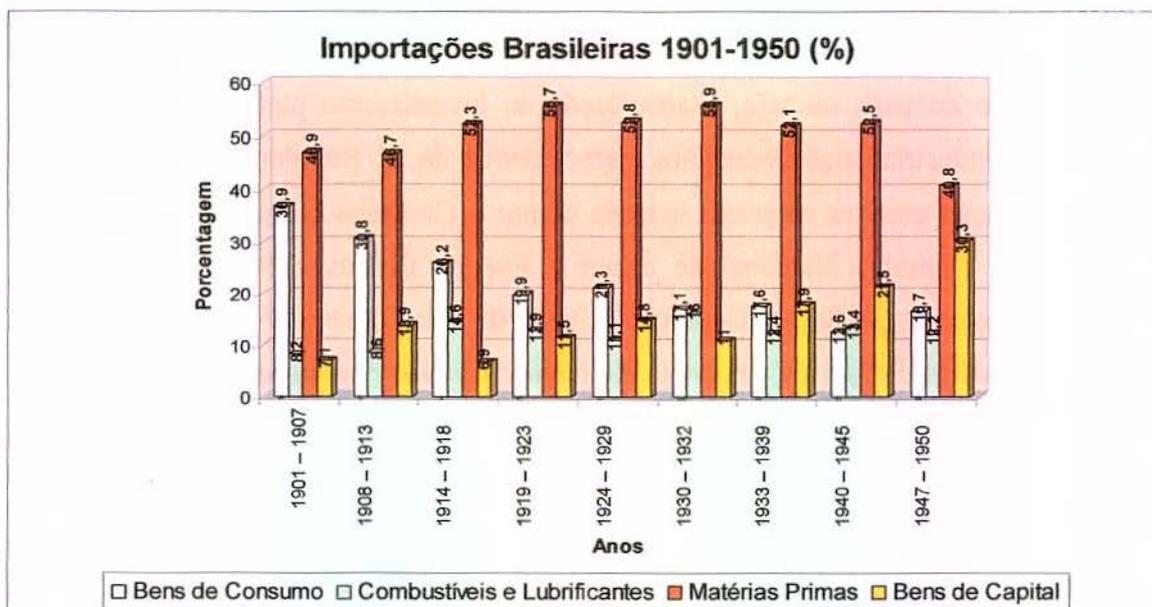
⁴⁰ Cardoso de Mello & Novais, op. cit., p. 593.

petróleo. Isso levaria o Governo Vargas declarar de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo, através da nacionalização da atividade de refinação.

Assim, o intervencionismo estatal no período 1937-1945, tinha uma visão estratégica de desenvolvimento do país, ou seja, a articulação do investimento para propiciar o salto qualitativo na industrialização brasileira, característica da 2ª Revolução Industrial, que resultou na criação grandes empresas estatais como: o Conselho Nacional de Petróleo – CNP (1938); o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939); a Companhia Siderúrgica Nacional (1940); a Companhia Vale do Rio Doce (1942); a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

No período que antecedeu ao Estado Novo ou o primeiro governo Vargas, nota-se a ausência das grandes companhias internacionais na pesquisa do petróleo, no Brasil, numa época em que nada as impedia de atuar. Na primeira metade do século XX, essas corporações fizeram o reconhecimento de quase todas as regiões do planeta e avaliando suas possibilidades petrolíferas. Descobriram, nesse período, algumas das mais importantes áreas produtoras do mundo, como na Venezuela, no México, no Oriente Médio e, naturalmente, nos Estados Unidos e no Canadá. A principal causa do desinteresse das grandes companhias e da demora em transformar o país em produtor de petróleo foi à natureza pouco generosa de nossas bacias sedimentares, que exigem grande esforço e perseverança para identificar os campos de petróleo, tornando a exploração de petróleo no Brasil uma atividade de elevado risco. A estratégia das grandes empresas multinacionais do setor petrolífero – ESSO, SHELL e TEXACO – seria a manutenção do Brasil como mercado, potencialmente, consumidor de petróleo como matéria-prima para a indústria, bem como, os subprodutos derivados dessa fonte energética, ou seja, manter a atividade de distribuição dos derivados do petróleo. O Gráfico 3, apresenta o comportamento das importações de Combustíveis e Lubrificantes demonstra, ter o Brasil, um potencial mercado com tendência ao crescimento, resultado de uma política de industrialização construída ao longo da primeira metade do século XX.

GRÁFICO 3 – Importações Brasileiras – 1901-1950.



Fonte: • O período 1901 – 1945, In: Cotta, Pery. O petróleo é nosso? Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1975. (p. 114).

• O período 1947 – 1950, In: Vianna, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas (1951 – 1954). Rio de Janeiro: BNDES, 1987 (p. 58).

O comportamento das importações brasileiras, na primeira metade do século XX, de Combustíveis e Lubrificantes não ocorreu uma mudança significativa na pauta de importações, assegurando assim, uma estabilidade na atividade de distribuição cujo mercado estava sob o controle de multinacionais petrolíferas (ESSO, SHELL e TEXACO). Por outro lado, observa-se que o país manteve sempre um índice alto das importações de matérias-primas, o que demonstrava uma incapacidade das indústrias nacionais de produzirem e abastecerem o mercado interno de insumos básicos e matérias secundárias, e desta forma, colocava o país sem possibilidades de diminuir a dependência externa. Dentro da estratégia do Estado de intensificar o processo de industrialização, observa-se que, no pós-guerra às importações de bens de capital foram bastante representativas, em virtude de uma política de industrialização pesada ou de bens de produção, voltada para um objetivo central: o da substituição das importações. Esta questão é destacada por Furtado ao tratar das implicações do progresso tecnológico, ocorrido no pós-guerra, afirma que:

... esse progresso, como é bem sabido, orienta-se no sentido da economia de mão-de-obra, isto é, no sentido da automatização dos processos produtivos. Por conseguinte, o problema não é apenas de passagem da indústria leve para a pesada, trilha natural do processo de substituição de importações⁴¹.

Na verdade, Furtado identifica como sendo um problema estrutural, com tendência a se tornar mais grave. A implantação dessa política industrializante – mesmo tardia –, ocorre de forma mais concreta no segundo governo de Vargas (1951-1954) e no governo Kubitschek (1956-1961).

Diante deste quadro de dificuldades vivido na primeira metade do século XX, o Estado utiliza-se de políticas voltadas para atividades de geração de energia, mas especificamente, de petróleo e energia hidráulica. Mesmo sabendo das dificuldades peculiares das bacias sedimentares e os altos custos das atividades de pesquisa e exploração de petróleo no subsolo brasileiro, e mais, devido à deficiência técnica e a falta de capital do setor privado nacional – frustrado em suas tentativas de encontrar petróleo –, o Governo Federal criou pelo Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, o Conselho Nacional de Petróleo – CNP, representou a primeira iniciativa do Estado brasileiro de regulação do setor petrolífero com a finalidade exclusivamente voltada para o controle estatal da atividade do setor petrolífero brasileiro, o governo Vargas

... organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define atribuições e dá outras providências.

Art. 1º O Conselho Nacional do Petróleo, criado pelo art. 4º do decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República, é composto de um Presidente e de oito (8) Conselheiros, todos designados por decreto.

Os Conselheiros serão:

- 1) um representante do ministério da Guerra;*
- 2) um representante do Ministério da Marinha;*
- 3) um representante do Ministério da Fazenda;*
- 4) um representante do Ministério da Agricultura;*
- 5) um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas;*
- 6) um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;*
- 7) um representante das Organizações de classe da Indústria;*
- 8) um representante das Organizações de classe do Comércio.*

⁴¹ Furtado, 1969, p. 36.

Art. 2º Para Presidente ou membro do Conselho Nacional do Petróleo é necessário:

- a) ser brasileiro nato, de notória competência e reputação ilibada, e maior de trinta anos de idade;*
- b) estar no gozo de seus direitos civis e políticos;*
- c) não ter no momento da designação, nem ter tido nos cinco anos precedentes, interesses diretos ou indiretos em empresas particulares, que se dediquem ou se hajam dedicado a pesquisa, lavra, industrialização ou comércio do petróleo e seus subprodutos.*

Art. 3º Os Conselheiros representantes dos Ministérios, são escolhidos livremente dentre os oficiais gerais ou superiores do serviço ativo, funcionários de alta categoria membros do magistério superior ou pessoas estranhas ao funcionalismo público; os representantes das organizações de classe são escolhidos de lista triplíce, uma para a Indústria, outra para o Comércio, feitas, respectivamente, pela Confederação Industrial do Brasil e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Parágrafo único. O Presidente e os membros do Conselho Nacional do petróleo, depositários da confiança do Presidente da República, recebem a investidura em caráter de comissão, pelo prazo de três anos, podendo ser substituídos ou reconduzidos.

Art. 4º Tem o Conselho um Vice-Presidente designado por decreto dentre os Conselheiros.

Art. 5º O Presidente, o Vice-Presidente e um Conselheiro, designado na forma do artigo anterior, constituem a Comissão Executiva do Conselho. (...).

Art. 10 Incumbe ao Conselho Nacional do petróleo:

- a) autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados no território nacional;*
- b) autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, e da natureza e qualidade dos produtos de refinações;*
- c) estabelecer, sem que julgue conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercado a indústria da refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados – importados em estado final ou elaborados no País – tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República;*
- d) opinar sobre a conveniência da outorga de autorizações de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rocha betuminosas e piro-betuminosas requeridas ao Governo Federal;*
- e) opinar sobre a constituição das reservas de zonas e áreas petrolíferas de que tratam o art. 116 do decreto-lei nº 366, de 11 de abril de 1938 e o seu parágrafo único;*

- f) *autorizar e fiscalizar as operações financeiras das empresas constituídas, ou que se constituírem, para a exploração da indústria da refinação do petróleo, importado ou de produção nacional, qualquer que seja, neste caso, a sua fonte de extração (...);*
- g) *sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias à intensificação das pesquisas de petróleo no país, ao barateamento dos hidrocarburetos fluidos em geral, quer de produção nacional, quer importados;*
- h) *propor medidas ao Governo no sentido de incentivar no país a indústria da destilação de rochas betuminosas e piro-betuminosas e dos combustíveis fósseis sólidos;*
- i) *determinar dentre os subprodutos de destilação do petróleo aqueles que de acordo com a presente lei, devam ser incluídos no abastecimento nacional de petróleo; (...).*

Art. 12 Nenhum compromisso internacional que afete o comércio ou a indústria do petróleo e seu subprodutos, será assumido pelo Governo sem a prévia audiência do Conselho Nacional de Petróleo.

Art. 13 O Conselho Nacional do Petróleo realizará, por intermédio do órgão técnico, que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisas das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como quando julgar conveniente, procederá à lavra e industrialização dos respectivos produtos. (...).
(Lex, Legislação Federal, 1938, pp. 270-274).⁴²

Além de ser uma iniciativa do setor público, voltada para solucionar o problema de exploração e extração de petróleo, em virtude da política industrial e, da expansão da rede rodoviária que exigiam um aumento de importação de petróleo. Como primeiro órgão oficial criado para tratar dos assuntos da indústria do petróleo, no país, o CNP confirmou, em 1939, a existência de petróleo em Lobato – Bahia, que foi considerado o primeiro poço a produzir petróleo no Brasil.

O que ocorreu após diversas tentativas, no dia 29 de julho de 1938 começou a perfuração do poço de número 163, que ao atingir 210 metros de profundidade, finalmente, em 21 de janeiro de 1939, torna-se produtivo o campo de Lobato. A legislação promulgada de criação do CNP previa a imediata nacionalização de todas as atividades e o estrito controle governamental sobre todos os aspectos da indústria do petróleo. Bem como, se previsse a participação do setor privado, em atividade de exploração e distribuição, o controle governamental deixava clara a opção estatizante para a atividade petrolífera. O primeiro presidente do CNP, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, oficial nacionalista de formação positivista, utilizou-se da lei para dificultar a operação de empresas privadas, pois

⁴² Carone, 1976, p. 175-178.

entendia que só o *Estado tem qualidade para explorar o petróleo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.*⁴³, por ser um produto estratégico para o desenvolvimento industrial e para a segurança nacional. Em 1943, as teses e influências dos setores nacionalistas enfraqueceram-se, o que levou o general Horta Barbosa se demitir do CNP. Sendo nomeado para substituí-lo o general João Carlos Barreto, com tendências próximas às teses liberais, iniciava as primeiras revisões do “nacionalismo corporativista” que se manifestaram com as concessões para a instalação de refinarias no Rio de Janeiro (com a refinaria de Mangueiras, ao Grupo Drault Ernanny, que entrou em operação no início da década de 1950); em São Paulo (com a refinaria União, ao Grupo Soares Sampaio) e com a descoberta do Campo de Dom João, o CNP contratou (em 1947) a M. W. Kellogg Co. para construir uma refinaria em Mataripe – Bahia.

A orientação do setor petrolífero brasileiro exercido pelo CNP pode ser diferenciada em função das suas prioridades e nesse sentido, pode-se pensar numa periodização: o **primeiro**, no período entre 1938 a 1946, que corresponde à fase de organização do CNP e a descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano, além de Lobato, em 1939, o Campo de Candeias, em 1941, considerado a primeira descoberta comercial, com reservas estimadas em torno de 115 milhões de barris de óleo. O **segundo**, entre 1946 e 1951, corresponde ao período de expansão das suas atividades e pela descoberta do Campo de Dom João, em 1947, no Recôncavo Baiano, com reservas estimadas em 137 milhões de barris de óleo. O **terceiro**, que marca o seu término no período entre 1951 a 1953, com a fase de integração das suas atividades e a descoberta do Campo de Água Grande, em 1951, considerado um campo gigante com reservas estimadas em 326 milhões de barris de óleo.

Na realidade, a atuação do Conselho Nacional de Petróleo – CNP -, no período entre 1938 e 1953, foi o de consolidação da atividade de pesquisa e exploração, principalmente no Recôncavo Baiano, apesar de menos de 100 poços haviam sido perfurados em busca do petróleo, no período anterior a 1938, dos quais, 77 poços foram de iniciativas do Governo, através do SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, e cerca de 20 poços foram perfurados por empresas privadas nacionais, que atuaram no setor sem a cooperação ou participação do Governo. Durante os 15 anos de atuação do CNP, quando foram realizadas as primeiras descobertas na Bacia do Recôncavo Baiano, nenhum grupo privado sentiu-se

⁴³ Cupertino, 1976, p. 79.

motivado a participar concretamente destas pesquisas e explorações. A atuação do CNP, sob a lógica nacional que condiz com a idéia de progresso ou de desenvolvimento nacional, não apresentava resultados satisfatórios e de certa forma promovia uma inquietação no Governo, em virtude do período de organização do CNP ter-se, revelado um modelo nacionalista vulnerável, desgastado e desiludido politicamente, nos últimos anos, no exato momento em que o Congresso Nacional realizava uma discussão sobre a política brasileira do petróleo. *O que ninguém suspeitava é que a força do nacionalismo estava preste a despertar os corações e mentes dos brasileiros para a realidade do petróleo, como jamais havia acontecido antes do país.*⁴⁴ Essa conscientização tomava conta do povo brasileiro, ao eleger a questão do petróleo como a luta pela soberania nacional que definiam os caminhos para consolidar o processo de industrialização e do desenvolvimento econômico e social. Esse movimento nacional de luta e de autodeterminação do povo brasileiro ficou conhecido como a Campanha “O Petróleo é Nosso”. Com essa afirmação do princípio nacional de participação popular, dar-se início a história do Estado Nacional como detentor, sob a forma de monopólio, do setor petrolífero em terras brasileiras. Assim, a campanha “O Petróleo é Nosso” representou um movimento nacional que mobilizou a opinião pública, em defesa de uma ideologia do progresso, entendida enquanto uma política nacional. No governo de Eurico Gaspar Dutra, algumas mudanças ocorreram em relação ao aproveitamento ou a exploração dos recursos minerais seria da responsabilidade de brasileiros ou de sociedades organizadas no país, sendo assegurada a liberdade de mercado, para poder atrair investidores externos. Esta política de liberalização do mercado consolidou-se com a concessão da atividade de refinação para duas empresas privadas: os grupos Soares Sampaio e Drault Ernany. Com essas concessões ao capital privado, que apontava para a possibilidade de avanço no processo de desenvolvimento, com a atividade de refino. Essa possibilidade foi criada através da Resolução nº 1 do CNP, publicado no Diário Oficial de 30 de outubro de 1945, onde as principais condições exigidas, para se obter as concessões era ter uma fonte produtora de óleo, capaz de assegurar o fornecimento de matéria-prima por um período cinco anos.

Apesar do otimismo criado, na segunda metade da década de 1940, inicia-se um debate sobre a política brasileira de petróleo. O fórum escolhido foi o Clube Militar, no Rio

⁴⁴ Marinho Júnior, op. cit., p. 249.

de Janeiro, onde as conferências realizadas pelos generais Juarez Távora e Horta Barbosa tiveram uma grande repercussão junto à opinião pública, tendo sido considerado *um dos mais apaixonantes debates de toda vida política brasileira*.⁴⁵ A importância do debate era que se revelava, a partir daquele momento, um grupo de militares que teriam destaque na definição de uma política brasileira de petróleo. O argumento de sustentação, desses militares, na criação do monopólio estatal do petróleo, estava baseado na lógica da segurança nacional como uma questão de soberania nacional.

O debate no Clube Militar tinha, por um lado, o General Juarez Távora que defendia uma política petrolífera, mais liberalizante, onde a pesquisa e a exploração de petróleo poderiam ser realizadas por empresas nacionais, ou totalmente estrangeiras, ou mesmo, associadas. Sendo que a refinação e o transporte seriam reservados a empresas nacionais ou sociedades mistas (com participação de no mínimo de 60% do capital para as empresas brasileiras). O primeiro pronunciamento do General Juarez Távora, durante a elaboração do Estatuto do Petróleo, daria o tom dos debates sobre essa questão nos anos seguintes. Sua opinião vem sob a forma de advertência, quando afirmou:

“Discutem-se agora as bases de leis orgânicas que regulamentarão as atividades de empresas concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, das relativas à exploração das riquezas do subsolo, aí incluídas as jazidas de petróleo, e, também, ao aproveitamento de nossas fontes de energia elétrica, facilitando a inversão de capitais estrangeiros e, mais do que isso, a interferência de poderosos trustes internacionais nesses empreendimentos. Isso deve ser um bem. Mas, poderá ser também um mal para o desenvolvimento e a maioria de nossa atividade econômica, quer no campo nacional, quer na esfera internacional.

*A abstenção, em casos de tal gravidade, não isenta a ninguém de responsabilidade nas desgraças que poderão advir, se tais leis permitirem que os interesses do capital, sobretudo do capital estrangeiro, se transformem em fim e o desenvolvimento da capacidade econômica nacional fique relegado a um simples meio ou pretexto para a consecução de tal fim. Que cada brasileiro saiba, pois, cumprir nesta grave encruzilhada o seu dever.”*⁴⁶

Por outro lado, o General Horta Barbosa defendia o monopólio integral do Estado e tinha como tese fundamental de que: o petróleo pertence à nação. Assim, se popularizou

⁴⁵ Lima, 1975, p. 82.

⁴⁶ Cupertino, op. cit., p. 77-78.

como nacionalista e foi um dos principais personagens da campanha “O Petróleo é Nosso”. Essa participação no debate, enquanto uma questão nacional, está embasada na *influência da concepção ‘militar’ do problema do petróleo, que era encarado em termos de segurança nacional, foi decisiva, de vez que forneceu a pedra de toque para as suas formulações de cunho mais nacionalista.*⁴⁷ O pronunciamento do General Horta Barbosa foi mais enfático, na defesa da estatização do setor petrolífero brasileiro. Ao contrário do que afirmou o General Juarez Távora, deixa claro em seu pronunciamento, de forma explícita que o Estado deveria, em nome da soberania nacional, assumir o controle desse setor produtivo, ao afirmar:

Estão em moda as sociedades mistas. Citam-se, a propósito, Volta Redonda e Vale do Rio Doce. Não colhem, todavia, os exemplos lembrados. Num caso, a tendência do governo é, garantido o êxito da indústria, afastar-se, deixando-a entregue a particulares. Noutro caso, a propensão é assumir o monopólio. Petróleo não é ferro e nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas. Petróleo é base da economia e da defesa militar de um país.

Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares. Se a indústria do petróleo visar lucros comerciais, perde o seu caráter de utilidade pública. Com esse caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos.

*A pesquisa, a lavra e a refinação constituem as partes de um todo, cuja posse assegura poder econômico e poder político. Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de atividade que se confunde com a própria soberania nacional. Só o Estado tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.*⁴⁸

A política nacional do petróleo, também, era tema de discussão no Congresso Nacional ao se colocar em tramitação (ou em pauta) o Estatuto do Petróleo, que contemplava a participação de capitais privados estrangeiros em todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo.

⁴⁷ Cohn, Gabriel, op. cit., p. 48.

⁴⁸ Cupertino, op. cit., p.78-79.

Naquele ano de 1947, por iniciativa do presidente Dutra, foi constituída a Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, sendo designados os Srs. Odilon Braga, Glycon de Paiva, Avelino Inácio de Oliveira, José Alves de Souza, Rui Lima e Silva e o coronel Artur Levy, com a finalidade de elaborar o Estatuto do Petróleo. As atribuições dadas a Comissão para propor o Projeto seria a de *rever as leis atinentes à pesquisa, lavra e industrialização de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobotuminosas assim como, em parte, o Código de Minas, de sorte a ajustá-lo à Constituição e às modificações recomendadas pela prática.*⁴⁹ Na proposta apresentada ao presidente Dutra, a Comissão incluía a possibilidade da presença de capitais internacionais na atividade de extração ou produção de petróleo, ou seja, limitava a participação do capital estrangeiro nas empresas em apenas 40%. A Comissão tinha uma posição clara de que, ao ser identificada ou descoberta uma jazida, nas áreas concedidas às empresas nacionais ou transnacionais, o Estado teria direito da metade, tanto para exploração como para novas concessões. E ainda, destacavam que essa nova concessão teria maiores vantagens para o Estado porque se tratava de uma área, onde seriam conhecidas as reservas petrolíferas.

Observou-se um fato curioso: o presidente Dutra encaminhou o Projeto de Lei, que criava o Estatuto do Petróleo, ao Congresso Nacional sem nenhuma orientação e sem interferir na sua tramitação. Deixando clara a posição do Governo, a não aceitação da proposta apresentada pela Comissão. Na tentativa de justificar tal procedimento, apresentou nova mensagem ao Congresso Nacional de emendas ao projeto. Acredita-se que o conteúdo do Estatuto,

*... inspirado pelo presidente do CNP, João Carlos Barreto, compunha-se de 105 artigos e concede total liberalidade ao capital estrangeiro. O detalhe de maior gravidade em seu texto é quando permite ao concessionário 'um direito real de posse, administração e exploração econômica dos bens que tenha por objeto.'*⁵⁰

não tenha convencido o presidente Dutra, de que seria a melhor solução para o setor petrolífero brasileiro.

⁴⁹ Lima, op. cit., p.80.

⁵⁰ Cotta, 1975, p. 307.

A reação contrária ao Estatuto do Petróleo foi imediata, de desaprovação nacional e se espalhou por todos os estados da Federação, pois diversas instituições já tinham definido posição de apoio à manutenção do petróleo como um bem nacional, como o exemplo da Juventude Estudantil Paulista que divulgou o Manifesto de 1948, no qual afirmava oposição ao Projeto que tramitava no Congresso Nacional, com o seguinte teor:

*“Homens do governo, num acinte aos nossos bríos de povo democrático, prepararam-se para entregar aos trustes internacionais a chave de nossa emancipação econômica. O Estatuto do Petróleo, lei antinacional e de lesa pátria, tenta conciliar interesses irreconciliáveis, instituindo companhias mistas, nas quais o truste, através de suas ações, controla dominadoramente a extração do petróleo”.*⁵¹

O debate no Congresso Nacional centrava-se sobre a melhor forma de explorar o petróleo, pois não existiam mais dúvidas de sua existência em solo brasileiro. Por um lado, partidos de direita - representada pela União Democrática Nacional – UDN que assumia uma atitude política em relação ao petróleo, favorável a privatização das atividades produtivas, ou seja, abertura da indústria brasileira do petróleo às multinacionais e pelo Partido Social Democrático – PSD, que por ser um partido cuja origem era conservadora não inspirava confiança -, contestava a proibição por lei à atuação do capital estrangeiro no setor petrolífero brasileiro, em função do Estado não ter capacidade e disponibilidade de recursos para tal investimento, bem como, o empresariado privado não estava disposto investir num setor considerado de alto risco. O argumento forte seria a carência tecnológica e a pouca capacidade de investimento para esta atividade. Apesar da posição defendida por esse setor, a proposta do Estatuto do Petróleo não obteve êxito. Na verdade, o projeto do Estatuto do Petróleo foi abandonado no Congresso por falta de um parlamentar que assumisse sua paternidade. Por outro, a esquerda – representada pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, com uma bancada minoritária no Congresso Nacional -, tinha uma preocupação em não entregar aos trustes internacionais toda a riqueza existente no subsolo brasileiro. E esta posição da esquerda, fortalecia a campanha “O Petróleo é Nosso” que tinha como objetivo: assegurar a nacionalidade ou a propriedade de todas as reservas de

⁵¹ Marinho Júnior, op., cit. p. 253.

petróleo descobertas no território nacional. Os políticos ou partidos enfrentaram muitas dificuldades nessa campanha. Essas dificuldades tendo em vista que:

... de modo geral, a Campanha do Petróleo teve que lutar com obstáculos de toda sorte: desde a falta de recursos até a mais aberta repressão policial. Esta repressão era exercida basicamente sob a alegação de que se tratava de movimento dominado pelos comunistas – que a partir de 1947, estavam fora da lei.⁵²

Esse embate político, que ocorreu no ano de 1950, tinha dois planos: um internacional e outro nacional, e, teve como eixo central à questão do petróleo, como também, a industrialização brasileira e o desenvolvimento nacional.

O embate coincide com as tensões internacionais que marcam o início da guerra fria, mesmo considerando o ponto de vista do Ministro da Fazenda (do primeiro governo Vargas), de que:

... a Conferência de Bretton Woods, marcou um sentido novo à orientação econômica do mundo, baseada na cooperação internacional, na boa vontade entre as nações, condições fora das quais é absolutamente impossível realizar qualquer plano seguro,⁵³

o que leva a entender que as condições são impostas, de sobremaneira aos países que desejam adaptar sua política financeira aos princípios e às normas exigidas pelos países centrais, através do Fundo Monetário Internacional e que isso favorecia o Brasil,

... considerando ser o nosso país ainda novo e pobre de capitais, sendo-lhe indispensável à confiança do estrangeiro para que possa realizar a sua expansão econômica, regularizamos a situação da Dívida Externa em forma definitiva e através de entendimentos com os países credores.⁵⁴

Na verdade, o Acordo de Bretton Woods tinha uma ordem bipolar. Os EUA tinham interesse no avanço do capitalismo na periferia, e apoiavam a forma de industrialização brasileira, coordenada pelo Estado e em contrapartida queriam a abertura da economia ao

⁵² Cohn, op. cit., p. 118.

⁵³ Costa, 1944, p. 52.

⁵⁴ Ibid, idem, p. 52.

capital internacional. Em nível nacional, o embate político estava centrado na campanha eleitoral para sucessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Nessa eleição, à direita, era representada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes que defendia a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro. Essa corrente era chamada de liberal ou entreguista porque defendia a entrada da iniciativa privada (capital estrangeiro) nas atividades de exploração, produção e distribuição, que seria responsável pelo desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira. Vale destacar, que essa corrente política considerada de direita, não era contra o processo de industrialização da economia brasileira. Entendia que a abertura do mercado petrolífero para exploração e produção por multinacionais, provocaria uma atração de capital internacional, necessários ao progresso nacional. Por sua vez, à esquerda, tinha como candidato Getúlio Vargas que defendia uma solução nacionalista para esse setor. Essa corrente conhecida como nacionalista ou estatizante, defendia tanto o controle do setor petrolífero exercido pelo Estado como a implantação da industrialização pesada, ou seja, a questão do petróleo seria o eixo central da discussão, porque entendia ser o petróleo uma questão nacional que possibilitaria a industrialização e o desenvolvimento do país.

Após a eleição de Vargas para um segundo mandato de Presidente da República, a campanha “O Petróleo é Nosso” tomou uma dimensão nacional e se radicalizam as manifestações contra o Estatuto do Petróleo e a favor da nacionalização do setor petrolífero. A campanha “O Petróleo é Nosso” foi capaz de unir os diversos segmentos da sociedade civil e de partidos políticos, com um só propósito: defender a nacionalização do setor petrolífero. Uma aliança firmada entre militares e técnicos do Governo, baseada numa ideologia estatizante e nacionalista, foi importante para formar um aparato militar em torno da questão nacional do petróleo. Destacam-se nessa aliança personalidades como: Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás Accioly Borges. Esse debate que tinha como ponto central de discussão tanto a possibilidade de desenvolver, no país, a indústria petrolífera, como esclarecer à opinião pública, que não existiria, por parte do cartel internacional do petróleo, interesses em realizar investimentos na exploração de petróleo e nem promover o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Foi uma Campanha que mobilizou todo País, onde a grande tribuna era a do povo nas ruas e praças (sem a participação de partidos políticos e sem qualquer personalismo) e o discurso principal tinha como objetivo: a conscientização dos interesses nacionais no controle estatal de toda atividade do setor de petróleo. Com respeito a essa campanha, o deputado do Partido Republicano (PR) e ex-presidente Arthur Bernardes, nacionalista e grande defensor do monopólio estatal, chegou a fazer comparações, ao dizer que:

*... duvido que os grandes movimentos nacionais como a Independência, a Abolição e a República tenham empolgado mais rapidamente o nosso povo do que essa campanha do petróleo, campanha da Redenção. A luta é árdua, mas a vitória do povo é certa, porque sua causa é justa. Defendemos hoje pacificamente a nação, para evitar ter que defendê-la amanhã, de armas em punho.*⁵⁵

O grupo de oposição (considerados entreguistas parlamentares, industriais tradicionais, ortodoxos e internacionalista, além de autoridades do governo) capitaneado por Assis Chateaubriand e Juarez Távora, além de Paulo Bittencourt, Otávio Mangabeira, Odilon Braga e O. Henry Leonardos, ao projeto do monopólio do setor petrolífero ou a campanha “O Petróleo é Nosso”, argumentava que esse era um movimento arquitetado e manipulado pelos comunistas (tese de concepção norte americana em defesa dos trustes de petróleo).

O debate sobre o petróleo, no pós-guerra, especificamente, entre 1946 e 1955, foi mais intenso porque a sociedade, ao participar em todo país, elegeu o petróleo, como uma questão nacional, que motivou o início da “Campanha do Petróleo é Nosso” (tratada neste trabalho). Naquele período, estavam em discussão, as questões relacionadas com o processo de desenvolvimento econômico. Na verdade, o que estava no centro da discussão era uma consciência nacional, de que o Brasil necessitava de instrumentos ou mecanismos capazes de criar as condições necessárias – uma infra-estrutura energética - ao desenvolvimento industrial, o que evidenciava a urgência da implantação da industrialização pesada, como forma, de colocar o país no caminho do desenvolvimento sócio-econômico. A história do petróleo, como uma questão nacional, está associada a duas correntes antagônicas, que discutiram a viabilidade da participação ou não do Estado e/ou do capital internacional (cartel internacional do petróleo), na implantação de uma indústria petrolífera brasileira.

⁵⁵ Cupertino, op. cit., p. 83.

Estava em discussão, qual seria a forma de capitalismo e como se daria o seu avanço ou sua inserção, no contexto da internacionalização da atividade petrolífera?

Um importante representante da corrente que defendeu a participação do capital estrangeiro, na exploração das jazidas petrolíferas e por isso foi muito criticado, o General Juarez Távora. Também, se posicionou contrário à instituição do monopólio estatal do petróleo, sob a alegação de que o país se recente de capacidade técnica e administrativa. Ao responder às críticas, afirma que:

... insurjo-me, por isso, contra o critério fragmentário e deformador da realidade, no seu conjunto, da maioria das críticas feitas àqueles pontos de vista – tendentes, umas a fazer crer que rejeito a idéia do monopólio de Estado, simplesmente por carecer este de recursos próprios para financiar, sozinho, a solução do problema; estoutras (entre outras), que imputo ao Estado Brasileiro, incapacidade técnica e administrativa, em sentido absoluto, para empreender tal solução; aqueloutras (aquelas outras), que considero, já não apenas o Estado, mas, os brasileiros, individualmente ou coletivamente, incompetentes ou inidôneos, para realizá-la; e, finalmente, algumas outras, que combato aquele monopólio, por admitir que o problema do nosso petróleo deve ser resolvido em função das exigências da defesa continental (predominância dos interesses dos Estados Unidos, ou, ainda, dos trustes petrolíferos) e não das conveniências nacionais.⁵⁶

Admitiu que o ideal seria o monopólio exercido pelo Estado, tanto sob o ponto de vista da racionalização da indústria como em termos de segurança nacional, mas, o considerou inoportuno naquele cenário do pós-guerra, porque os interesses nacionais convergiam com os interesses dos Estados Unidos em relação à questão da defesa do mundo civilizado, por isso, admitia a participação do capital internacional na atividade petrolífera brasileira, como *a solução do problema, isto é, a satisfação de nossas necessidades internas de petróleo.*⁵⁷

A participação do General Juarez Távora nos debates sobre a questão do petróleo, principalmente, no pós-guerra, foi significativa durante a formatação do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, em 1947, para o qual apresentou contribuições e, do qual destacamos três pontos, que em sua opinião, seria a solução para o problema petrolífero brasileiro: a) a abertura da atividade ao capital privado – nacional e estrangeiro – na exploração de todos

⁵⁶ Távora, 1955, p. 144-145.

⁵⁷ Ibid idem, p. 146.

os ramos da cadeia econômica do petróleo; b) fortalecia a ação dos órgãos estatais responsáveis pela exploração de petróleo e criava possibilidades de ter prioridades frente ao capital privado, além disso, lhes assegurava o controle de preços no mercado interno; e, c) resguardava, em sua plenitude, a soberania nacional, mesmo sob o regime de concessões – para explorar riqueza patrimonial da União - para empresas organizadas no país. Távora sempre procurou (de forma repetitiva), justificar sua posição favorável à participação do capital internacional, nas atividades petrolíferas, quando destacou:

*... a necessidade de, pelo menos nos próximos anos, facilitar-se à cooperação de capitais, empreendedores e técnicos estrangeiros, na exploração de nosso petróleo, ressalvadas as precauções indispensáveis para garantia de nosso desenvolvimento econômico e suprimento futuro, inclusive a realização de oportuna nacionalização da indústria e comércio petrolífero.*⁵⁸

Acreditava que, se fosse dada concessões para o capital internacional explorar a atividade petrolífera nacional, por um determinado tempo, no qual poderia consolidar o desenvolvimento sócio-econômico, o Estado poderia, negar a renovação das concessões e nacionalizar essa atividade. A essa proposta, Távora chamou de solução objetiva para resolver o problema do petróleo brasileiro.

Na verdade, o petróleo era considerado, na visão dos militares, nesse debate, como um fator que promoveria o progresso econômico e o bem-estar social, além de sua importância decisiva como instrumento de segurança nacional. Então, a segurança nacional estaria relacionada com o desenvolvimento econômico e social da Nação. A segurança nacional era tratada de forma doutrinária, haja vista, que ela era *a garantia dada pelo Estado para a conquista ou a defesa dos Objetivos Nacionais, apesar dos antagonismos e das pressões.*⁵⁹ A idéia era clara de que, o país necessitava desenvolver sua indústria petrolífera, porque era essencial à segurança nacional. Isso significava a garantia de que o mercado interno seria abastecido, bem como, assegurava o equilíbrio econômico a partir do momento em que, o país fosse capaz de atender a demanda interna por combustíveis líquidos.

⁵⁸ Ibid idem, p. 156-157.

⁵⁹ Comblin, 1978, p. 54.

A Campanha do Petróleo é Nosso, reacendeu toda a discussão sobre o petróleo, como uma questão nacional, ao mesmo tempo em que, o Presidente Vargas encaminhou Mensagem em 06 de dezembro de 1951, que submeteu o projeto de lei, ao Congresso Nacional, sobre a constituição ou criação da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. O General Juarez Távora fez parte do grupo oposicionista à criação do monopólio estatal do petróleo. Contava com o apoio do grupo (considerados entreguistas parlamentares, industriais tradicionais, ortodoxos e internacionalistas) capitaneado por Assis Chateaubriand, Plínio Pompeu, Othon Mader, Apolônio Sales, Paulo Bittencourt, Otavio Mangabeira, Odilon Braga e Henry Leonardos.

Entre os militares adversários do governo encontravam-se os oficiais anticomunistas, os inimigos do populismo, alguns identificados com a UDN e outros adversários dos políticos em geral. Os nomes mais conhecidos eram os de generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes.⁶⁰

Todos defendiam, de forma radical, a abertura da exploração de petróleo aos capitais privados, tanto nacionais como estrangeiras como forma de inviabilizar ou extinguir a idéia do monopólio estatal do petróleo. Essa posição contrária ao projeto do monopólio do setor petrolífero ou a campanha “O Petróleo é Nosso”, teve como argumentação, que esse era um movimento arquitetado e manipulado pelos comunistas.

Juarez Távora realizou diversas conferências sobre a questão do petróleo, inclusive esteve, em 11 de fevereiro de 1952, perante as Comissões de Economia e de Transporte da Câmara dos Deputados, com o objetivo de esclarecer suas posições contrárias à criação do monopólio do petróleo. Naquele depoimento, apresentou fatos históricos e argumentos estatísticos da exploração e produção de petróleo em outros países, assim como, as vantagens que teria o Brasil, se essas atividades fossem executadas pela iniciativa privada. Ao final, da sua tentativa de convencimento dos Deputados, foi aparteado pelo Deputado Orlando Dantas que fez o seguinte comentário:

O meu juízo sobre V. Excia., Senhor General Juarez Távora, que é o lisonjeiro possível, já está formado de há muito. Mas na questão da fórmula a ser adotada para a

⁶⁰ Fausto, 2006 p. 229.

*exploração do nosso petróleo, eu sou nacionalista, ao contrário de V. Excia. Estou convencido – e a brilhante exposição de V. Excia., não me convenceu do contrário – de que a fórmula que melhor consulta os interesses superiores do nosso país é a do monopólio estatal.*⁶¹

Essa posição, do Deputado Orlando Dantas, deixou clara a posição nacionalista das duas Comissões. Apesar dessa tendência em prol do monopólio estatal, Juarez Távora utilizou-se, de uma forte argumentação, na tentativa de convencimento dos deputados, ao afirmar que, *a exploração pelo Estado, sob a forma de monopólio, é desaconselhável, no momento, entre outros motivos, pela ameaça de guerra que aflige o mundo e que poderia deixar-nos, de um dia para outro, inteiramente privados da importação de petróleo.*⁶² Não foi suficiente, esse argumento, para demover os Deputados da decisão em favor da instituição do monopólio estatal do petróleo. Essa opinião tinha por base a Guerra Fria que polarizou o mundo, no pós-guerra, entre países capitalistas e socialistas, e a eminência da eclosão de uma Terceira Guerra Mundial (hipótese de plano estratégico militar).

Após a criação da Petrobrás, sancionada pelo Presidente Vargas, mudou a postura do General Juarez Távora, em relação à instituição ou não do monopólio estatal do petróleo. Passou a fazer críticas às decisões tomadas, pela Câmara dos Deputados, referentes à radicalização do nacionalismo quando do veto às empresas privadas, associadas a empresas estrangeiras, de concessões para participar de atividades de exploração do petróleo. Em relação à Petrobrás, como uma solução nacional monopolista, tomada pelo Governo, foi taxativo ao ver suas pretensões derrotadas, quando afirmou naquela ocasião que:

*... o melhor que temos todos a fazer, agora, é cerrar fileiras, patrioticamente, em torno dessa solução, prestando-lhe, cada qual, o apoio que estiver ao seu alcance..., e, mais adiante, destacou que, qualquer que venha ser esse caminho, a Petrobrás deve ser mantida e, sempre e cada vez mais, prestigiada e expandida, de forma a liderar, como órgão estatal, os demais empreendimentos que com ela se vierem enfileirar para exploração intensiva e extensiva de nossos recursos petrolíferos.*⁶³

⁶¹ Távora, op. cit., p. 235.

⁶² Ibid idem, p. 260.

⁶³ Ibid idem, p. 301-302.

Portanto, Juarez Távora foi mais um importante colaborador, a apoiar os empreendimentos da Petrobrás, principalmente, as explorações iniciadas na Amazônia e consideradas promissoras. Apesar das limitações de recursos humanos e materiais, acreditou no sucesso que seria obtido, no futuro, pela Petrobrás, e, fez saber a toda sociedade, que todos os esforços por parte do Governo, foram feitos, para a empresa desempenhar o seu papel no processo de desenvolvimento do país, assim como, cumprir as metas determinadas para a atividade petrolífera nacional.

Com o apoio, de um grupo representativo da sociedade (parlamentares, industriais tradicionais, ortodoxos e internacionalistas) e da UDN, além de ser uma liderança no Exército, por sido um integrante do movimento tenentista, nos anos de 1930 – vale lembrar que:

... a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido em curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional.⁶⁴,

Távora candidatou-se à Presidente da República, nas eleições de outubro de 1955. Teve como adversários Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros e Plínio Salgado. Nessa eleição presidencial em que foi derrotado, Távora fez uma campanha em que:

... enfatizava os apelos moralistas familiares à UDN, porém o candidato adotou uma posição diferente, diante dos problemas sociais e econômicos, da que adotara Eduardo Gomes nas campanhas eleitorais de 1945 e 1950. Távora prometia conservar as leis de bem-estar social, enquanto que, em 1950, Gomes parecia advogar a anulação da lei do salário mínimo. Porém a tomada de posição de Távora diante da política econômica era tímida.⁶⁵

Juarez Távora quando foi indicado candidato à presidente da República pela UDN, ocupava a Chefia da Casa Militar, do governo Café Filho.

⁶⁴ Skidmore, 1975, p. 28.

⁶⁵ Ibid. idem, p. 186.

Em campanha, Távora apoiou a união dos militares contra o movimento que defendia a quebra do monopólio do petróleo. Esse fato chamou a atenção, em virtude da repentina mudança de posição, em relação ao monopólio estatal do petróleo, deu-se, exclusivamente, por entender que tal postura poderia lhe render bons resultados na eleição. Argumentação ou estratégia que não convenceu a maioria do eleitorado brasileiro, ou seja, obteve 30% dos votos, enquanto 36% dos votos foram para Kubitschek que se elegeu, 26% para Ademar de Barros e 8% para Plínio Salgado. Assim, Juarez Távora, o tenente vice-rei político do Nordeste (como era chamado, por ter sido o líder da Revolução de 1930, na Paraíba e em Pernambuco) e influente liderança no governo provisório de Vargas (1930-1937), na campanha, não convenceu a opinião pública, de que teria mudado suas idéias em defesa da participação, do capital internacional, nas atividades petrolíferas brasileira. Apesar disso, não era contrário aos processos de desenvolvimento e de industrialização brasileira. Juarez Távora se autodenominava um autêntico nacionalista. Como entender um nacionalista que não defendia a soberania nacional, quando se tratava da questão do petróleo, como uma questão nacional? Ao comentar a participação, do General Juarez Távora, nos debates do Clube Militar, Jesus Soares Pereira constatou,

... que, o antigo líder tenentista partia de premissas certas para conclusões falsas. Quando dizemos que partia de premissas certas é porque reconhecia, em princípio, que "teoricamente (e, pelo menos dos pontos de vista de racionalização técnica e integração econômica), a solução mais adequada do problema seria a entrega, desde o início, de toda a exploração petrolífera ao Estado, sob a forma de monopólio". Contudo, a base de uma série de preconceitos, ignorando, deliberadamente ou não, a posição exata das grandes empresas estrangeiras no caso, termina, com pequenas variações, por defender a política fixada pelo anteprojeto do Estatuto do Petróleo.⁶⁶

Ao escrever suas memórias, Juarez Távora faz uma referência ao que chamou de deformação de sua imagem diante da população brasileira, feita pela imprensa, no que diz respeito a sua posição pessoal e do governo, quando exerceu a Chefia da Casa Militar da Presidência da República, no governo Café Filho, sobre o monopólio estatal do petróleo. Acusou alguns órgãos de imprensa de usar o discurso dos comunistas, de que faria parte do

⁶⁶ Pereira, Op. cit., p. 81.

grupo intitulado de “entreguistas”, que desejava abrir a concessão das atividades petrolíferas aos trustes internacionais do petróleo e que estaria sabotando a execução da lei nacionalista que criou a Petrobrás. Admite que a exploração da atividade petrolífera devia ser feita a partir de um rigoroso “controle nacionalista”. Essa exploração seria controlada pelo Estado. Sob o regime de concorrência, onde seria admitido que a iniciativa privada atuasse ao lado do Estado, mesmo exercida por pessoas físicas ou jurídicas nacionais, ou mesmo quando associada a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras (que estariam sujeitas às normas diferenciadas que atuariam, em favor do capital nacional, tanto privado como estatal). Desta forma, a solução para a questão do petróleo, estaria condicionada aos *fins a alcançar, as peculiaridades nacionais e internacionais do problema, e os meios de que efetivamente dispomos para enfrentá-las e alcançar os fins visados*.⁶⁷ O que chama a atenção, nessa posição assumida pelo General Juarez Távora é que ele não fez menção à questão da segurança ou soberania nacional, como uma condicionante importante para definir a questão do petróleo ou da Petrobrás.

As discussões, em torno do monopólio estatal do petróleo, foram abrangente, desde da estratégia de segurança nacional como uma questão de soberania nacional, inclui temas como: a industrialização e o desenvolvimento econômico. Essas discussões, no âmbito das forças Armadas, provocaram uma divisão os militares. De um lado, aqueles considerados nacionalistas, e de outro, aqueles contrários à instituição do monopólio. Outros temas preocupantes da política econômica interna, como o combate à inflação e quais os mecanismos que seriam definidos, naquela ocasião, para o controle da emissão de moeda e os gastos públicos, assim como, a definição de uma política externa brasileira. Boris Fausto resume as posições ideológicas dos dois grupos, ao destacar que, por um lado,

... os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo e independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por

⁶⁷ Távora, 1977, p.213.

*razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional.*⁶⁸

Esse foi o discurso defendido pelo General Horta Barbosa ao longo da campanha “O Petróleo é Nosso”. Preocupou-se em disseminar suas teses nacionalistas, utilizando argumentos técnicos embasados politicamente e ao mesmo tempo em que, defendeu o princípio da soberania nacional. *A soberania nacional, com muito bem salienta o Padre Comblin: enquanto um objetivo nacional capaz de manter a Nação intangível, assegurando sua capacidade de autodeterminação.*⁶⁹

Por outro lado,

*... os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro.*⁷⁰

O principal defensor dessa tese foi o General Juarez Távora, durante as conferências que realizou no Clube Militar. É importante destacar que, três militares anticomunistas, que se consideravam inimigos do populismo, ou seja, opositoristas do segundo governo de Getúlio Vargas, começaram uma campanha pela renúncia do presidente, foram eles: os Generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Quanto à política externa, se discutiu, naquela ocasião, sobre que posição tomaria o Brasil, no âmbito das relações internacionais. Por um lado,

*... os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento ou mesmo de oposição relativamente aos Estados Unidos. Por outro lado, os adversários do nacionalismo defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos no combate mundial ao comunismo, em uma época de agravamento das tensões resultantes do início da Guerra da Coreia.*⁷¹

Nesse debate, pode-se observar que, preponderava no pensamento dos nacionalistas o petróleo como uma questão nacional, ao mesmo tempo em que, defendiam a tese da

⁶⁸ Fausto, op. cit. P 225.

⁶⁹ Comblin, op. cit., p. 52.

⁷⁰ Fausto, op. cit., p. 225.

⁷¹ Ibid idem, p. 225.

soberania nacional e não estava descolada da idéia da segurança nacional enquanto uma doutrina. Uma doutrina, como bem salientou o Padre Comblin, que atribui ao Estado um papel de *agente da estratégia nacional, encarregado de colocar o Poder Nacional à disposição dos Objetivos Nacionais*⁷². E todo esse corpo ideológico estaria objetivado num processo de industrialização nacional e teria como meta maior: o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, a questão do petróleo como uma questão nacional, teve um significado muito forte em se definir, que país seria legado às futuras gerações e como manter a Nação, soberana, autônoma e independente. Aos adversários do nacionalismo só importava que a questão do petróleo tivesse um desfecho, independente do formato na exploração das riquezas naturais (petróleo), preferencialmente, fosse realizado pelo capital estrangeiro (trustes estrangeiros), que resultasse no abastecimento do mercado interno de combustíveis líquidos e desta forma, teria sua importância para a defesa nacional. A presença de empresas estrangeiras, mesmo monopolizando o setor petrolífero nacional, traria benefícios para o país, através de investimentos em outros setores produtivos, o que poderia alavancar o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

O grupo que era contrario a criação da Petrobrás ou do monopólio estatal do petróleo, do qual Távora fazia parte, defendia a concepção de que os comunistas foram os principais arquitetos da campanha do Petróleo e Nosso, o que poderia invalidar os argumentos da campanha, não obteve sucesso, tendo sido considerado uma concepção errônea, mesmo que:

*... a participação do Partido Comunista na Campanha do Petróleo é inegável; pode-se mesmo, com justiça, supor que, sem a capacidade de organização e o desprendimento dos militantes daquele grupo político, dificilmente esse movimento teria podido arrostar todos os obstáculos com que se defrontou e subsistiu.*⁷³

Uma possível solução para o setor petrolífero foi encaminhada, pelo Presidente Vargas, ao Congresso, como proposta de centro, através da Mensagem nº 469, de 06 de dezembro de 1951, para criação de uma empresa estatal de capital misto, a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A., sem uma conotação de monopólio e possibilitava que

⁷² Comblin, op. cit., p. 73.

⁷³ Cohn, op. cit., p. 121.

qualquer capital pudesse explorar petróleo, até mesmo, os capitais internacionais, como forma de flexibilizar a execução da política nacional de petróleo e assegurar o que seria imprescindível, através da criação de uma empresa, o controle nacional do setor petrolífero. Em trecho da mensagem, que enviou ao Congresso o projeto de criação da Petrobrás, Vargas afirma que:

... o governo e o povo brasileiro desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atrito entre povos e governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacional.⁷⁴

Essa proposta levava a crer *que era mais importante descobrir o petróleo necessário para suprir o país do que manter as reservas sob domínio exclusivo do Estado.*⁷⁵ Para surpresa do Governo a proposta não agradou a ala política de direita que se aliou à esquerda para derrotar o projeto de lei apresentada pelo Governo.

Os debates no Congresso se prolongaram até que, finalmente, em 28 de janeiro de 1953, o Deputado Euzébio Rocha do Partido Trabalhista, apresentou um substitutivo em que indicava como solução do embate, a criação do monopólio estatal do petróleo que seria exercido pela Petrobrás e que teve a anuência do Presidente Getúlio Vargas. Para reforçar a proposta do deputado Euzébio Rocha, em 06 de junho de 1953, o deputado Bilac Pinto, da União Democrática Nacional – UDN, Partido de oposição ao Governo de Vargas, apresentou outro substitutivo em defesa do monopólio estatal do petróleo. A proposição de Euzébio Rocha era a de que a Petrobrás atuaria nos setores da produção, da refinação e da distribuição dos derivados do petróleo. Após os debates travados no Congresso e fora dele, no âmbito da sociedade brasileira, as conferências e os debates no Clube Militar – onde se destacam as conferências dos Generais Horta Barbosa e Juarez Távora -; finalmente, após 23 (vinte e três) meses de tramitação, o projeto de criação da Petrobrás foi aprovado pelo Congresso Nacional. Tendo o CNP cumprido sua função ao constatar a existência de

⁷⁴ Cupertino, op. cit., p. 92.

⁷⁵ Souza, op. cit., p. 202-203.

petróleo no subsolo brasileiro, bem como, realizou os estudos que apontavam para perspectivas de futuras descobertas, foi importante e influenciou na decisão do Congresso Nacional em aprovar a proposta do Governo, com as devidas alterações feitas pelos substitutivos dos deputados Euzébio Rocha e Bilac Pinto.

Desta forma, a projeto foi encaminhado para a aprovação do presidente Getúlio Vargas que sancionou a Lei nº 2004, em 3 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S. A. considerando o setor petrolífero de segurança nacional. Ao constituir a Petrobrás como uma sociedade por ações de economia mista, tendo o Estado o controle acionário,

... a lei definiu várias fontes de recursos financeiros para a empresa executar o monopólio: o Fundo Rodoviário Nacional; o Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos; o Imposto de importação sobre automóveis, etc. Enfim, a lei outorgou à empresa uma série de benefícios fiscais, incluindo-se a isenção dos tributos de importação para consumo e de impostos para importação de maquinário, equipamentos, sobressalentes e outros.⁷⁶

Naquela mesma data, o Presidente Vargas enviou mensagem para dar ciência, ao povo brasileiro, da criação do monopólio do petróleo, onde destacava que a empresa fora construída com capital, técnica e trabalho dos brasileiros e era resultado de uma política nacionalista e dos movimentos sociais organizados.

Assim nasceu a Petrobrás e com ela a expectativa do povo brasileiro ou a realização de um sonho nacional, de que essa empresa viesse desempenhar um papel importante no processo de consolidação da industrialização e do capitalismo brasileiro, bem como, no desenvolvimento socioeconômico.

1.2– A Conjuntura Internacional

O período após a Segunda Guerra Mundial marcou o início de uma era de prosperidade e desenvolvimento, para os países industrializados do bloco capitalista, liderado pelos EUA. A divisão ou polarização do poder mundial entre países capitalistas e

⁷⁶ Alveal, 1994, p. 72.

socialistas (liderados pela URSS), no pós-guerra, que ficou conhecido como Guerra Fria, evidenciou na década de 1950, um surto de crescimento econômico e desenvolvimento industrial, em países dos dois blocos. Esse período de expansão das atividades econômicas, ou de generalização do padrão de produção americana, que tinha o petróleo como a base dessa produção, foi chamado de Anos Dourados ou a Era do Ouro,

... assim denominada porque um dos motivos pelos quais a Era do Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares, durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata, e barateando cada vez mais.⁷⁷

Tudo parecia crer que esse fenômeno da Era do Ouro, teria se propagado em todo o mundo, mas, a partir dos resultados das economias capitalistas, no que se refere à produção mundial e exportações de manufaturados, percebeu-se a evidência do avanço dessas economias.

Esse período dourado foi caracterizado pelo avanço industrial e pelo modelo de produção em massa, inserido tanto nas economias Européias, como nos países Asiáticos e latino-americanos, em diversas atividades produtivas de bens e serviços, isto é, o que antes era privilégio de uma minoria de consumidores; a partir daí, possibilita a incorporação de outras classes nesse mercado consumidor. Isso foi possível graças à reestruturação do modo de produção capitalista, principalmente nos EUA, e, um sistema econômico internacional baseado na reorganização do comércio, com controle de capital e com taxas cambiais fixas, que foram imprescindíveis, para permitir o avanço do processo de internacionalização da economia. Essa internacionalização da economia resultou da capacidade de expansão das empresas transnacionais ou multinacionais; da nova divisão internacional do trabalho e do aumento de financiamento externo. Como bem salientou Hobsbawm, que *a principal função dessas empresas era 'internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais', isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território⁷⁸*. Essas empresas transnacionais eram de países desenvolvidos (ou industrializados), principalmente, dos EUA. Vale lembrar, que essa hegemonia exercida pelos EUA, foi respaldada pelo sistema de trocas internacionais firmado no Acordo de Bretton Woods, em 1944.

⁷⁷ Hobsbawm, 1997, p. 258.

⁷⁸ Ibid idem, p. 273.

Os debates da conferência apontavam, para aquilo que *parecia natural, a emergência de um sistema econômico internacional, capaz de proporcionar unidade de direção à economia mundial.*⁷⁹ Na realidade, o Acordo de Bretton Woods permitiu criar uma ordem monetária, para os países membros do bloco capitalista, que favoreceu decisivamente a recuperação econômica dos principais países europeus e Japão e garantiu a consolidação da hegemonia dos EUA no pós-guerra. Para concretizar esses objetivos foram criadas duas instituições internacionais: a primeira, o FMI – Fundo Monetário Internacional - criado para regular as relações financeiras entre as nações ao disponibilizar financiamentos, dentro de certas condicionalidades, aos países em dificuldades para equilibrar os balanços de pagamentos e, conseqüentemente, impulsionar o comércio internacional. Assim, o FMI - Fundo Monetário Internacional – aplica aquilo que estava contido no Acordo de Bretton Woods, que o sistema funcionaria com o dólar sendo lastreado pelo ouro. Como os Estados Unidos possuíam a maior reserva de ouro do mundo, em torno de 60% do total, e a sua moeda – o dólar – era a única aceita e conversível por todos os países, significou sua indiscutível liderança ou a consolidação de sua hegemonia econômica no após-guerra. O Acordo estabeleceu o regime de câmbio fixo ajustável e a escolha do ouro como ativo de reserva. Além disso, foi previsto que alterações cambiais somente poderiam ocorrer, no caso de comprovado desajuste estrutural. No caso do desajuste ser entendido como estrutural, o fundo tinha a incumbência de executar o realinhamento das taxas de câmbio.

A segunda instituição, o Banco Mundial teria o papel importante de financiar a reconstrução das economias capitalistas no pós-guerra. A recuperação econômica da Europa teve seu ponto de partida com o Plano Marshall anunciado em junho de 1947. Ao comentar o processo de recuperação da Europa imprimido pelo Plano Marshall, Moffitt cita trecho de *The World After Keynes*, escrito por Eric Roll, onde ele afirma que:

*... a capacidade produtiva e a produção cresceram consideravelmente os padrões de vida melhoraram, as barreiras comerciais na Europa foram reduzidas substancialmente, e criaram-se condições para um grande avanço no sentido da liberalização comercial entre a Europa e o resto do mundo.*⁸⁰

⁷⁹ Furtado, op. cit., p. 90.

⁸⁰ Moffitt, 1984, p. 27.

Na verdade, a criação dessas duas instituições financeiras, pelo Acordo de Bretton Woods, foi alvo de críticas dos banqueiros de Wall Street que acreditavam na possibilidade de perder o monopólio do mercado financeiro internacional para o FMI. O Governo norte-americano contra-argumentava que essas instituições teriam o papel importante na restauração da confiança e estabilidade monetária e ao mesmo tempo, atendia aos interesses e relações econômicas internacionais.

O mundo, ao final da Segunda Guerra Mundial, apresentava um quadro de destruição e desorganização econômica e social, e, a sua divisão em dois blocos. Essa polarização ideológica e de forças marca o início de um período de tensões soviético-americanas ou da Guerra Fria como foi denominado. Dentro de um processo de reorganização e integração dos blocos, foram adotadas ações com a finalidade de definir o quadro político internacional, sendo que, os Estados Unidos utilizou o Plano Marshall – que canalizou para a Europa um considerável fluxo de recursos - com o objetivo de evitar o avanço do comunismo (o que significava na verdade era o avanço do modo de produção socialista que traria a reboque o comunismo) na Europa. *A Europa do pós-guerra tinha imensas demandas insatisfeitas por produtos alimentícios, bens de capital e outras mercadorias produzidas nos Estados Unidos, e uma capacidade apenas limitada de produção de mercadorias para exportação.*⁸¹

Com a livre flutuação dos dólares em grandes quantidades, dentro de um mercado global,

*... em dado momento da década de 1960, um pouco de engenhosidade transformou o velho centro internacional financeiro, a City de Londres, num grande centro offshore global, com a invenção da "euromoea", ou seja, sobre tudo "eurodólares". Os dólares depositados em bancos não americanos e não repatriados, sobre tudo para evitar as restrições da legislação bancária americana, tornaram-se um instrumento financeiro negociável.*⁸²

Os saldos (em dólares) obtidos pela União Soviética e China, resultados de suas transações comerciais eram mantidos em bancos europeus (Londres e Paris) sob a forma de investimentos para evitar que fossem confiscados pelo Governo americano.

⁸¹ Eichengreen, 2000, p. 137.

⁸² Hobsbawm, op. cit., p. 273.

*O eurodólar, um dólar americano circulando fora dos Estados Unidos foi criado logo depois da Segunda Grande Guerra. Curiosamente, ele nasceu como resultado de transações em dólar, feitas na Europa Ocidental pela União Soviética e China. Como quase todo mundo, os russos conduziram suas transações internacionais em dólares.*⁸³

Essa integração ou inter-relação entre os países que compunham cada bloco tinha como finalidade realizar uma reorganização produtiva e a restauração das relações comerciais e destacava como eixo central à questão nacional, baseada em políticas e estratégias voltadas aos interesses nacionais e coordenadas pelo Estado, responsável pela aplicação de instrumentos capazes de construir um projeto de nação, no pós-guerra. Esse sentimento de nacionalismo despertado pelo fenômeno do imperialismo e pelo dualismo países centrais e países periféricos (representado pelos países subdesenvolvidos), imprimiu uma consciência da necessidade de expansão e modernização do processo produtivo.

Como resultado das políticas de reconstrução da Europa e do Japão, definidas no Acordo de Bretton Woods e colocadas em prática através da Organização para Cooperação Econômica Européia (OCEE) – criada para realizar a repartição dos recursos oriundos do Plano Marshall –, observou-se uma rápida recuperação dos setores mais modernos das economias capitalistas, ocorridas nos anos de 1950, com a retomada do ciclo produtivo, pelos Estados Unidos, após o processo de recessão econômica do final da década de 1940. Também foi observado que, a Alemanha Ocidental apresentou um crescimento econômico que atingiu níveis excelentes, tendo aproveitado as vantagens de um mercado ampliado pela integração comercial européia, apesar dos problemas sociais e políticos enfrentados internamente. Esse crescimento ocorre no setor da indústria pesada – siderúrgica, mecânica e química – onde a Alemanha detém um alto padrão tecnológico e de eficiência. O Japão que apesar de não apresentar o mesmo ritmo de recuperação que os demais países, o seu desempenho produtivo foi importante para o conjunto da economia capitalista, além de ter a *economia industrial mais exitosa dos últimos trinta anos, apoiou seu crescimento numa veloz e generalizada diversificação da estrutura produtiva e particularmente, numa ampliação e modernização sem precedentes do setor de bens de capital.*⁸⁴ Evidentemente, que esse desempenho, nas economias americana e européia, afastou a preocupação do

⁸³ Moffitt, op. cit., p. 46.

⁸⁴ Belluzzo, 1984, p. 80.

retorno da depressão dos anos de 1930 no pós-guerra. A ameaça da depressão deu lugar à ameaça da inflação, provocada pelo excesso de demanda, verificada de um lado, pelos países europeus na tentativa de uma rápida recuperação, e *o comércio seria o combustível da recuperação e proporcionaria à Europa as receitas em moeda forte necessárias para importar matérias-primas e bens de capital.*⁸⁵ e por outro, pelos países subdesenvolvidos que intensificaram um padrão de industrialização baseado na substituição de importações.

Nos países subdesenvolvidos, a industrialização passa a ser meta prioritária do desenvolvimento econômico e da afirmação nacional no contexto do sistema internacional, o que significava uma revolução industrial ao nível das economias domésticas, mesmo considerando que nesses países já se encontravam algumas indústrias em funcionamento, principalmente no setor têxtil. Desta forma, o grande desafio dessas economias em desenvolvimento, no pós-guerra, era a instalação de uma infra-estrutura, isto é, uma indústria de base ou indústria pesada. Isso exigia elevados investimentos, demandadas para siderúrgicas, metalúrgicas e petroquímicas.

Para concretizar essa rápida recuperação da economia dos países capitalistas mais desenvolvidos ou do Primeiro Mundo, no pós-guerra, intensificou-se a internacionalização do capital imprimida pelas empresas multinacionais ou transnacionais, num primeiro momento, pelas empresas norte-americanas e depois pelas empresas européias. Nesse estágio, de internacionalização do capital, a grande empresa – transnacional - teve um papel preponderante, ou seja, *o dinamismo da grande empresa determinou, portanto um desdobramento da estrutura industrial e dos padrões de consumo 'americanos', promovendo uma nova forma de articulação da economia mundial.*⁸⁶ Isso significou a expansão das empresas multinacionais e o surgimento de novos produtos e de novas tecnologias industriais que provocaram alterações, nas tradicionais práticas de produção norte-americanas. Vale ressaltar, que o livre comércio entre os países estava inscrito no Acordo de Bretton Woods e tinha como o seu maior defensor os Estados Unidos. Obviamente, que a indústria norte-americana entendia, que a intensificação da internacionalização do capital, via empresas transnacionais, era o caminho mais adequado para a liberação gradual do comércio e assim, ficava aberta à possibilidade de atuar em

⁸⁵ Eichengreen, op. cit., p. 138.

⁸⁶ Belluzzo, op. Cit., p. 45.

novos mercados externos. A internacionalização do capital associado ao interesse próprio de dominar o mercado mundial fazia com que *os Estados Unidos desejassem uma economia mundial aberta, com o mínimo de obstruções ao comércio e a fluxos financeiros*.⁸⁷.

O livre comércio ou a liberalização do comércio sofreu resistências por parte de alguns países, que temiam que as relações de trocas sofressem deterioração e, conseqüentemente, afetasse o padrão de vida da sociedade (os trabalhadores não aceitariam uma redução nos padrões de vida, o que redundaria em protestos por maiores salários e pela ampliação dos programas sociais). As barreiras comerciais, impostas por esses países, à importação foram utilizadas, através do mecanismo de tarifas alfandegárias, para amenizar as relações de trocas e não interferir no processo de recuperação da economia.

O dinamismo imposto pelas empresas multinacionais, a partir de 1950, resultaria em reformulações estruturais de suas organizações, o que acarretaria numa grande acumulação de capital, e o processo de concorrência entre elas que faria surgir uma nova divisão internacional do trabalho.

No processo de internacionalização da produção, através das empresas transnacionais, que se constituem uma nova dinâmica do comércio mundial, do pós-guerra, destaca-se outro fator de grande importância: o ressurgimento, no final da década de 1960, de um sistema financeiro internacional privado, oriundo dos países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão. A lógica movida pela necessidade de redução dos custos por parte das grandes empresas transnacionais, para a geração de maiores lucros e ao mesmo tempo, o surgimento de novos produtos, com a inovação tecnológica exigidas para modificar as técnicas de produção industrial, dariam ênfase à expansão das empresas multinacionais.

Vale ressaltar que, todo esse processo de internacionalização do capital seja ele produtivo, seja ele financeiro, através das grandes empresas (ou bancos), foi comandado sob a hegemonia norte-americana e

... foi de fato exercida num ambiente de competição entre o capitalismo e o socialismo real. Assim, não podemos esquecer que a reconstrução da Europa e do Japão foi conduzida à

⁸⁷ Moffitt, op. cit., p. 19.

*sombra da Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. Particularidade decisiva, a qual se somou a luta das forças democráticas européias e dos new dealers americanos, forjadas em meio de duas guerras mundiais, a crise de 29 e aos horrores do nazi-facismo.*⁸⁸

Com a expansão das grandes empresas americanas ou a sua internacionalização, além do êxito obtido pela ampliação e modernização - resultado da diversificação da estrutura produtiva - das economias alemã e japonesa, particularmente nos setores de metal-mecânica (bens de capital, bens duráveis de consumo e automobilística) e da química (petroquímica), observou-se que:

*... se bem que o comércio exterior continue a absorver uma fração relativamente pequena da atividade econômica nos Estados Unidos, os investimentos no estrangeiro tendem a representar um papel cada vez maior na atividade das empresas norte-americanas. Esses investimentos estão concentrados no petróleo e na indústria manufatureira e são controlados por um pequeno número de grandes empresas.*⁸⁹

A partir dessa política externa, implementada pelos Estados Unidos, dá-se à substituição do carvão pelo petróleo como principal fonte energética, importante dentro desse processo de crescimento econômico, além de intensificar a utilização do petróleo (tema e eixo central de nossa pesquisa) – e seus derivados - como fornecedor de matérias-primas e de outros insumos industriais.

Após a Segunda Guerra Mundial, observa-se que o setor petrolífero mundial intensifica suas atividades de exploração e prospecção de petróleo – principalmente nos países do Oriente Médio (Golfo Pérsico): Iraque, Irã, Arábia Saudita, etc. -, visando atender a demanda de petróleo dos principais países industrializados, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Na América Latina, nesse período, destaca-se a Venezuela, potencialmente detentora de grandes reservas e produtora de petróleo, o que faria, posteriormente, participar como membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, criada em setembro de 1960. Nesse contexto de internacionalização das grandes empresas, forma-se o maior complexo produtivo (oligopólio) de petróleo, sob o domínio dos Estados Unidos (dependente do petróleo importado) e da Inglaterra.

⁸⁸ Cardoso de Mello, 1997, p. 18.

⁸⁹ Furtado, op. cit., 95.

O oligopólio internacional do setor petrolífero formado pelas Seis “Irmãs” está sediado, nos Estados Unidos: Exxon, Texaco, Móbil e Chevron; e na Inglaterra: British Petroleum e a Shell. Com o principal objetivo de abastecer os países mais industrializados ou o Grupo dos Sete (G-7): USA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá, as Seis “Irmãs” intensificam suas atividade de exploração e produção, nas regiões que detêm grandes reservas de petróleo, além de exercerem estratégias de acesso ao petróleo, a partir da desestruturação das empresas estatais que monopolizam o setor petrolífero – quebra do monopólio - até conflitos (internacionais) armados para dominar esse setor produtivo e assim assegurar o suprimento de petróleo dos países industrializados.

O comércio internacional foi intensificado, na Era de Ouro, de tal forma que os EUA, que tinham sido em grande parte auto-suficientes antes da Segunda Guerra Mundial, quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, mas, também se tornaram um maciço importador de bens de consumo a partir do final da década de 1950.⁹⁰

Esse *boom* do processo produtivo provocou transformações no pós-guerra, a partir do fenômeno que demarcaria o progresso da humanidade. Um fenômeno observado, resultado do progresso material da sociedade capitalista, tanto nos países industrializados como nos países não industrializados, foi o da urbanização. Portanto, foi na Era de Ouro que se vivenciou uma urbanização desorganizada, sem se levar em conta questões que dizem respeito à natureza e a poluição (pelo uso intensivo de combustíveis fósseis), como a principal causa de danos ecológicos ou ao meio ambiente. A utilização do carvão, dos derivados do petróleo e do gás natural, provocou um grande impacto nas atividades urbanas, industriais e agrícolas, a partir dos anos de 1950. Da concentração industrial ou dos núcleos industriais, resultaram grandes aglomerações populacionais, oriundas do processo migratório, assim possibilitou aos agentes imobiliários se apropriarem dos, nas palavras de Hobsbawm: *incríveis lucros a serem obtidos numa era de boom secular de especulação que não podia dar errado*. O desenvolvimento da economia capitalista, concentrado nos EUA, na Era de Ouro, teve um importante fator de produção (a mão-de-obra) baseado na força de trabalho desempregada e no fluxo migratório interno (campesinato e das regiões mais pobres para as mais ricas), além da migração internacional

⁹⁰ Hobsbawm, Eric, op. cit., p. 271-272.

ocorrida no entre guerras. Esse movimento migratório se repetiu nos outros países industrializados. Contudo, sendo movido pelo progresso técnico ou pela revolução tecnológica que transformara os meios de produção; os governos daqueles países

... descobriram que se podia, usar métodos industriais para construir rapidamente conjuntos habitacionais baratos, enchendo os arredores das cidades de prédios de apartamentos visivelmente ameaçadores, a década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana.⁹¹

Todo esse progresso técnico ou revolução tecnológica, na Era de Ouro, teve um fator fundamental como explicação: investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia. A partir dos anos de 1950, ocorreram grandes transformações na educação, especificamente, na educação superior, nos países mais industrializados. Nesses países a conscientização teve maior impacto, quando se constatou que no início dos anos de 1950, foram formados mais de cem mil professores no nível universitários, exigência da própria conjuntura econômica mundial, que necessitava revolucionar as técnicas de produção.

Era óbvio, para planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que no passado, e que eles tinham de ser formados em alguma parte – e as universidades ou instituições semelhantes de educação superior vinham, por tradição, funcionando em grande parte como escolas de formação para o serviço público e as profissões especializadas.⁹²

A educação ou a alfabetização básica, assim como secundária, também, foi uma preocupação dos governos dos países não industrializados ou subdesenvolvidos, que necessitavam desenvolver ou introduzir novas formas de produção (industrial e agrícola), bem como, promover um processo de industrialização mesmo de forma tardia, como foi o caso dos países do Terceiro Mundo, dentre eles: o Brasil.

Essas transformações suscitaram questionamentos sobre a substituição da força de trabalho pela máquina - resultado do progresso técnico -, conforme previsão da teoria de

⁹¹ Ibid idem, p. 257.

⁹² Ibid idem, p. 291.

Marx eliminaria o trabalho na agricultura ou o campesinato, assim como o trabalho na indústria, Hobsbawm constata que:

... considerando-se o quanto se falava, mesmo na década de 1950 em diante, numa "sociedade pós-industrial"; considerando-se como foram revolucionárias, de fato, as transformações técnicas da produção, a maioria das quais economizou, afastou ou eliminou a mão-de-obra humana; e considerando-se como os partidos e movimentos baseados na classe operária entraram obviamente em crise após 1970 ou por volta dessa data. Contudo, a impressão generalizada de que de alguma forma a velha classe operária industrial estava morrendo era estatisticamente errada, pelo menos em escala global. (...) Em suma, no fim dos anos dourados havia sem dúvidas mais operário no mundo, em números absolutos, e quase com certeza maior proporção de empregados em manufaturas na população global do que jamais houvera antes.⁹³

Assim, o cenário mundial da Era de Ouro se configurou como a Era das grandes transformações da sociedade humana, ou mesmo, poderia chamá-la de a Era da revolução tecnológica. A Era em que se demandou as tecnologias mais avançadas, que resultaram das pesquisas científicas em tempo de guerra ou de períodos entre guerras, como a utilização da eletrônica; a tecnologia de informação, como os computadores digitais; a energia nuclear utilizada na geração de energia elétrica; a biotecnologia e tantas outras tecnologias, que por ser um processo contínuo de transformações, está associado e se torna indispensável ao progresso material do mundo capitalista.

Em agosto de 1971, marca o fim do sistema de Bretton Woods, com a decisão tomada pelos EUA de não mais honrar o compromisso da conversibilidade do dólar em ouro, assumido em 1944. As tentativas de restaurar o equilíbrio com base em novas paridades fracassaram. Após 1973, a economia mundial passa a conviver num regime de ausência total de paridades, o que significou a ausência de um sistema monetário internacional, em virtude de transformações que ocorreram no FMI. Isso acarretou a adoção do regime de flutuações cambial, pela maioria dos países, enquanto outros países (dentre eles os em desenvolvimento), a exemplo da América Latina, continuaram a vincular suas moedas ao dólar (por considerar uma divisa forte).

A crise do sistema monetário definido em Bretton Woods, nos anos de 1970, ou a crise do padrão monetário com o fim das taxas de câmbio fixas, coincidiu com a crise do

⁹³ Ibid idem, p. 296-297.

petróleo, mas especificamente, aumento dos preços do petróleo, o que significou um período de auge do setor petrolífero (dos petrodólares), ao mesmo tempo, em que marcou o fim do ciclo expansivo da economia brasileira, no período da adoção do II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND pode ser considerado o último grito do nacionalismo, quando tratou da questão do petróleo, numa conjuntura internacional inteiramente desfavorável, foi capaz de consolidar o processo de industrialização, com a implantação das atividades petroquímicas.

1.3 – A Petrobrás e o II Plano Nacional de Desenvolvimento

Após um período de expansão (1968-1973) da indústria brasileira que provocou desníveis na economia, principalmente na indústria de insumos básicos e na indústria de bens de capital, além da crise vivida pela economia mundial (provocada pelo choque do petróleo), o novo Governo propõe políticas econômicas capazes de corrigir essas distorções. Foi formulado pelo governo Geisel (1974-1979) o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que priorizava a expansão (ou crescimento) da economia brasileira via setor produtor de meios de produção, ou seja, pela indústria de equipamentos e pela indústria de insumos de base. Como as condições de financiamentos internacionais eram favoráveis, o Plano propunha uma ‘fuga para frente’, ou seja, assumia os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construía uma estrutura industrial avançada que permitiria superar a crise e o subdesenvolvimento; e, financiamentos para empreendimentos produtivos, ao invés de política de ajuste econômico (recessiva).

Ao comentar as diretrizes gerais do II PND, Davidoff Cruz destaca que:

... o dado novo na retórica oficial é que se tratava não mais de acelerar o crescimento desordenado, desequilibrado, mas sim de orientá-lo decisivamente na direção dos setores que haviam ficado relativamente atrofiados no período anterior: insumos básicos e bens de capitais. Isso significaria dizer que num prazo relativamente curto, completar a estrutura industrial brasileira eliminando, pela raiz, as bases da vulnerabilidade, da dependência

*externa. E por sua vez, o II PND, ambicioso programa centrado em grandes projetos de insumos básicos e de infra-estrutura que criando demanda ampliada para o setor de bens de capital, colocaria a economia brasileira, já no final da década de 70, no rol das economias capitalistas plenamente desenvolvidas.*⁹⁴

A política de investimentos do governo Geisel foi fundamental para sustentação do Plano, principalmente nas empresas estatais: Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel, dentre outras.

Esse período do governo Geisel foi considerado um dos mais complexos e polêmicos da era dos governos militares. Ao eleger a indústria pesada como fator dinâmico da economia, o Governo, objetivava consolidar a fase da industrialização brasileira, como o principal fomentador, dos investimentos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), das atividades da metalurgia, petroquímica e a indústria de bens de capital. Como muito bem lembra Gonçalves,

*... a partir da crise do petróleo em 1973, a economia brasileira entra em uma trajetória de desequilíbrio externo, que passou a ser determinante das políticas governamentais e da atuação das empresas. Nesse sentido, a orientação central da estratégia de ajuste passou a ser a redução do déficit na balança comercial. As ECE (Empresa de Capital Estrangeiro) tiveram um papel importante nesse processo de ajuste estrutural.*⁹⁵

O II PND, enquanto plano de desenvolvimento, foi considerado um modelo 'em vias de esgotamento histórico' em virtude de sua característica de economia fechada; com intervenção do Estado; financiamento inflacionário (taxas favorecidas, como descrito acima); e, uma política de subsídios para o setor privado que resultou em grandes distorções e ineficiências do aparelho produtivo. Em síntese: o II PND resultou em avanços na geração ou produção de bens de capital; de energia; na prospecção de petróleo e produção de álcool, mas em virtude da fase de declínio ou desaceleração cíclica da economia mundial, os seus objetivos foram inviabilizados, no que concerne ao aumento do PIB, da renda *per capita*, das exportações, como também, a ampliação do mercado

⁹⁴ Davidoff Cruz, 1994, p. 49.

⁹⁵ Gonçalves, 1999, p. 64.

consumidor. Os investimentos na área da energia, como fator de superação da crise energética teve reflexo no desempenho do setor de produção, haja vista que:

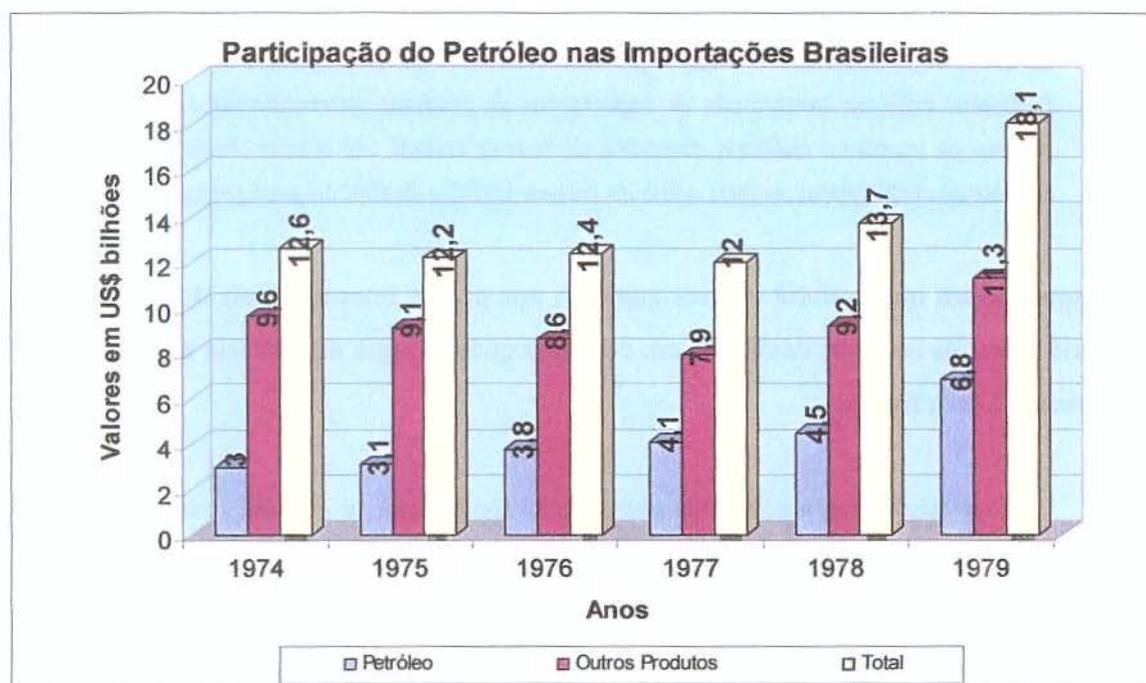
*... os defensores da estratégica do II PND, embora admitam o estímulo ao consumo advindo da política de preços, destacam a política de investimentos no setor como elemento central de superação permanente da dependência em relação à energia importada. Num primeiro momento a dependência aumentaria inexoravelmente em razão do tempo de maturação dos investimentos. Assim, tanto os projetos de inversão em hidroeletricidade quanto os de prospecção de petróleo offshore, inevitavelmente, só começariam a apresentar resultados substantivos após 1979.*⁹⁶

O Presidente Geisel assume o governo num momento em que o país necessitava ampliar suas exploração, reservas e produção de petróleo, em virtude do aumento da demanda interna, de combustíveis e derivados básicos para suprir a indústria brasileira. Apesar de todos os esforços voltados para o suprimento do mercado interno, enquanto à frente da administração da Petrobrás, o Presidente Geisel, no final de 1974, enfrentou uma campanha da grande imprensa que para justificar a abertura do setor petrolífero brasileiro ao capital internacional (das multinacionais do petróleo), num primeiro momento, divulgava a dependência do país em relação ao petróleo importado (que correspondia a 78% do consumo interno) o que exigiria, para 1975, uma importação global de US\$ 3.0 bilhões. Verificou-se um crescimento nas importações de petróleo, no período entre 1974-1979, conforme o Gráfico 4, o que foi significativo para aumentar a dívida externa brasileira:

Os valores das importações de petróleo se apresentam em escala crescente, no período 1974-1979. E a explicação mais lógica é a de que os choques do petróleo, ocorridos em 1973 e 1979, afetou as importações de 1974 e 1979, bem como, as constantes oscilações de preços ocorridas durante àquele período, foram os responsáveis pelo crescente percentual do petróleo nas importações brasileiras, que em 1974 era de 23,8% e em 1979 era de 37,6%.

⁹⁶ Carneiro, 1993, p.150.

GRÁFICO 4 – Participação do Petróleo nas Importações Brasileiras 1974-1979



Fonte: FISHOW, Albert (1986:513).

O endividamento externo a que se submeteu a economia brasileira, na década de 70, foi resultado da incapacidade do Estado em promover modificações estruturais, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento quando se pretendia que: a) a economia crescesse 10% ao ano (PIB), a indústria a 12% a agricultura a 7% e as exportações duplicassem em volume no período; b) substituir, em médio prazo, as importações no setor de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderúrgica, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos); c) aumentar a produção interna de petróleo e a capacidade de produção e geração de energia elétrica, ampliar a oferta do transporte ferroviário e a melhoria do sistema de telecomunicações; e d) concentrar esforços em programas que visem melhoria da produção agrícola, como: eletrificação rural, irrigação e construção de armazém e centrais de abastecimentos. Mas o II PND não obteve o êxito desejado pelo Estado, o que,

... na prática, o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976 devidos fundamentalmente à adoção de uma política antiinflacionária de natureza contencionista. Vale

observar que a canalização da poupança privada voluntária para financiar o investimento não se realizou, sendo que o financiamento necessário ficou por conta de fontes externas, internacionais ou estatais, estas a taxas de juros subsidiadas. (...).

De qualquer forma, embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso a indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais ou então graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado".⁹⁷

Especulavam que poderia ocorrer aumento nos preços internacionais do petróleo, o que poderia afetar as reservas cambiais, em contínua queda, o que dificultaria a rolagem da dívida externa. Desta forma,

... a estratégia de ajuste, adotada pelo governo Geisel, após os choques externos em 1974, implicou interação com a economia internacional, cada vez mais adversa e volátil, em vez da menor dependência pretendida pelos tomadores de decisão. A estratégia envolvia maior dependência externa em virtude da influência determinante das exportações de manufaturados, petróleo importado, tecnologia estrangeira, endividamento externo e IED (Investimento Externo Direto).⁹⁸

A abertura do setor petrolífero ao capital internacional poderia significar um fluxo de entrada de capital tanto produtivo como sob forma de empréstimos para investimentos em infra-estrutura (com financiamentos externos abundantes e baratos).

Para resolver um problema crônico de balanço de pagamentos, que é problema estrutural e não conjuntural, por que basicamente gerado pelo modelo de desenvolvimento vigente, preconiza-se a alienação de uma riqueza da qual depende não só a vida nacional, hoje, como todo o futuro do Brasil. Busca-se a solução mais fácil – a da entrega de todo um patrimônio do país -, numa alarmante confissão não só de carência imaginativa, como de total desapareço pelos deveres de transformação do Brasil em grande potência. Para a consumação desse ato, alegam os corifeus da entrega que faltam à Petrobrás recursos financeiros e tecnologia para alcançar os objetivos que determinaram a sua implantação. A esses dois motivos acrescenta-se, porque neles embutida, indisfaçada falta de confiança na vocação

⁹⁷ Serra, 1998, p. 105.

⁹⁸ Gonçalves, op. cit., p. 65.

*empreendedora do homem brasileiro. São argüições capciosas, que a própria história da Petrobrás frontalmente desmente.*⁹⁹

Num segundo momento, a grande imprensa relacionava a insuficiência técnica e financeira da Petrobrás com a prioridade nacional do abastecimento interno, objetivo do monopólio estatal do petróleo, que depois de vinte anos, considerando o montante de investimento, a Petrobrás não conseguiu descobrir jazidas ou aumentar as reservas provadas capazes de fazer face ao consumo interno de combustíveis e derivados básicos. Por último, a grande imprensa ao mesmo tempo em que admitia que a Petrobrás não pudesse abandonar o programa de investimentos nas atividades de refino, armazenamento, transporte e distribuição, para priorizar metas de exploração e perfuração na bacia de Campos (política que poderia afetar o endividamento externo do país), apontava como solução, a adoção do 'contrato de risco' como forma de aumentar a produção interna de petróleo.

Sob o pretexto da incerteza do suprimento de petróleo, do mercado mundial, e considerando o quadro da economia adverso, o presidente Geisel contrariando posição tomada em 1º de setembro de 1970 (quando era o então Presidente da Petrobrás), quando vetou a proposta de realização dos contratos de serviços, do ministro de Minas e Energia Antonio Dias Leite; como também, contrariando a Constituição e a legislação ordinária, autoritariamente anunciou, em 09 de outubro de 1975, ter autorizado a Petrobrás celebrar os contratos de riscos em áreas selecionadas (que correspondem aos campos de petróleo na plataforma continental).

*As dificuldades financeiras criadas por um modelo de desenvolvimento econômico que apesar de comprovadamente esgotado, teima em manter-se intocado e intocável, passaram a constituir a bandeira da entrega do nosso petróleo a grupos internacionais. A cruzada a favor do estabelecimento dos "contratos de risco" entre a empresa que executa o monopólio estatal do petróleo e as companhias estrangeiras especializadas em prospecção petrolífera não importa em outra coisa senão na derrocada da Lei 2004, símbolo, no campo econômico, da soberania nacional.*¹⁰⁰

⁹⁹ Jornal Opinião, 10/10/1975, p. 10.

¹⁰⁰ Jornal Opinião, op.cit. p. 10.

Apesar dessa decisão, o monopólio permanece resguardado, pois transfere para as Contratantes a responsabilidade pelos investimentos totais necessários à exploração do campo petrolífero; o risco da aventura de descobrir petróleo, em solo brasileiro e assegura uma remuneração pelo sucesso obtido proporcional a produção trimestral dos campos descobertos.

Como a Petrobrás tinha experiência, no exterior, com os contratos de riscos firmados pela BRASPETRO, foram definidas todas as cláusulas garantindo-se o princípio do monopólio estatal do petróleo e que lhes eram atribuídas: a propriedade das reservas encontradas; o controle e a supervisão dos serviços prestados durante as 'fases de exploração e desenvolvimento'; e, o exercício, com exclusividade, de todas as etapas da 'fase de produção'. Imediatamente, ecoam protestos dos nacionalistas (apesar do clima de supressão da liberdade de debate e da proibição de emitir opinião contrária à decisão presidencial), quando afirmam que as multinacionais não tinham nenhum interesse em aumentar a produção brasileira de petróleo, mas na verdade, controlar as reservas existentes. *A decisão presidencial, anunciada pela televisão, afirmava que as empresas estrangeiras resolveriam o nosso problema de produção de petróleo através de um aporte significativo de capital e de novas tecnologias.*¹⁰¹

Mesmo que os Contratos de Risco garantissem a manutenção do monopólio estatal do petróleo, ocorreram diversas manifestações, de cunho nacionalista, contrárias à decisão, do presidente Geisel, de instituir, o que denominou de: os 'contratos de serviço com cláusula de risco'. A primeira manifestação deu-se, no dia 08 de outubro de 1975 (dia anterior ao anúncio presidencial), quando Mattos Pimenta denunciou, em matéria paga no "Jornal do Brasil" e na qualidade de único presidente de honra da campanha de "O Petróleo é Nosso" - ainda vivo naquele momento -, o seguinte manifesto:

Desde o dia em que os técnicos da Petrobrás descobriram as possibilidades de grandes jazidas petrolíferas na plataforma continental de Garoupa e Sergipe, surgiu a idéia de transferir aos trustes os 'riscos' de encontrar petróleo no Brasil. Foi assim também quando os brasileiros fizeram jorrar petróleo pela primeira vez no nosso país. Surgiram os

¹⁰¹ Rocha, 1991, p. 20.

advogados dos trustes estrangeiros prontos para obter concessões de exploração de petróleo brasileiro.¹⁰²

O Congresso Nacional também foi palco de debates, sobre a adoção dos contratos de risco. Como se tratava de uma matéria considerada inconstitucional, porque contrariava a Lei 2.004, que instituiu o monopólio, nada foi decidido pelos parlamentares, nem mesmo uma nota de repúdio à decisão do presidente Geisel. Mas, uma representação de deputados do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, conhecido como grupo “autêntico”, considerando que o Executivo não iria submeter à matéria ao Congresso, decidiu-se por um manifesto, como forma de denunciar a decisão do Governo, em permitir a exploração de petróleo por empresas estrangeiras, com o seguinte teor:

*Denunciar este gravíssimo atentado à soberania nacional, aos interesses populares, que é a derrubada do monopólio estatal através dos contratos de risco ou outro nome que venha a ter ou aos aspectos formais que assumir (...) conclamar o povo em geral, mais uma vez excluído de participar direta ou indiretamente do fato que o afeta profundamente e a seu futuro, e cerrar fileiras em torno da manutenção do monopólio e, portanto, da soberania nacional.*¹⁰³

Outro importante manifesto foi do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde começaram os movimentos estudantis, em prol do monopólio estatal do petróleo, nos anos de 1950:

*Neste momento, milhões de brasileiros estão indignados, estupefatos diante de tal medida. Já não bastava o controle de grande parte das indústrias pelos grupos estrangeiros. Já não bastava a venda indiscriminada de nossas terras. Já não bastava a exploração, pelo capital alienígena, de nosso ferro, nosso manganês e de nossa mão-de-obra. Agora, os trustes internacionais, impulsionados pela sua sede voraz de lucros, abatem-se sobre o nosso subsolo, em busca do ouro negro. Exatamente num momento em que os países produtores de petróleo procuram, proteger, ao máximo, as suas reservas, fazendo delas instrumentos seguro de suas soberanias.*¹⁰⁴

¹⁰² Braga, 1977, p. 19.

¹⁰³ Ibid idem, p. 26.

¹⁰⁴ Ibid idem, p. 29-30.

Para os críticos, a adoção do contrato de riscos, no país, estava relacionada com a decisão do governo brasileiro em assinar um Acordo Nuclear com a Alemanha, criando o Programa Nuclear Brasileiro que resultaria na implantação e instalação de oito usinas produtoras de energia elétricas, além de uma indústria nacional de reatores e do ciclo combustível nuclear. A adoção dessa nova fonte energética surge como forma de,

... compensar a pretensa afirmação de soberania nacional do governo brasileiro em matéria de política nuclear, enaltecida pela assinatura do Acordo Nuclear, mas contestada pelos cientistas e ecologistas nacionais, decidiu-se abrir a porta da exploração do petróleo na plataforma continental ao capital estrangeiro, quando o Brasil se rendia ao processo de internacionalização de sua economia e do crescente endividamento externo decorrente desse processo, tornando-se a nação refém da comunidade bancária internacional.¹⁰⁵

A resistência era tamanha, no âmbito da Petrobrás, que o processo burocrático de elaboração e assinatura do primeiro contrato de riscos, demorou quase um ano.

Apesar das facilidades e da previsão de um aporte significativo de capital e de novas tecnologias, foram frustradas as expectativas de descobertas de petróleo, em grande escala, atribuindo-se o insucesso a complexa geologia brasileira. Outra justificativa apontava pelos críticos seria a de que, *não haveria interesse de que descobertas fossem feitas. Segundo esta hipótese seria melhor, para o cartel internacional, a manutenção do Brasil no rol dos compradores de óleo, em vez de colocá-lo como mais um concorrente no mercado.*¹⁰⁶

Mesmo assim, a exceção ficou por conta da PECTEN, subsidiária da Shell que descobriu o campo de gás de Merluza, na bacia de Santos (posteriormente, a Petrobrás descobriu petróleo nessa bacia) e da Azevedo Travassos, na bacia Potiguar, onde descobriu dois campos pequenos, porém economicamente exploráveis. Vale ainda destacar o insucesso da PAULIPETRO, empresa estatal paulista que atuou no Paraná, tendo investido em torno de US\$ 500 milhões (no exterior, com a compra de equipamentos e salários em dólares) e utilizado modelo de exploração idêntico ao da Petrobrás (apontado como a causa principal do insucesso obtido por essa empresa).

Tendo contabilizado insucesso nas atividades do setor petrolífero, devido às adversidades que impossibilitaram aumentar a produção interna de petróleo, somadas a

¹⁰⁵ Marinho Júnior, op. cit., p. 387.

¹⁰⁶ Souza, op. cit., p.231.

crise mundial que se iniciara com o choque produzido pela elevação do preço de petróleo, no final de 1973, o governo Geisel entendia que a forma de reverter esse quadro seria a adoção dos contratos de riscos (em termos foi um fracasso) e o re-direcionamento dos investimentos para as áreas pesquisa e de exploração (*upstream*), onde os estudos se mostravam mais atraentes, caso específico da plataforma continental. Essa decisão resultou na descoberta do campo de Garoupa, o primeiro produtor de petróleo, com reservas estimadas em 100 milhões de barris, em novembro de 1974, dando início a mais rica província petrolífera no território brasileiro: a bacia de Campos.

A tecnologia existente no período áureo não desapareceu. Pelo contrário: aprimorou-se. E quanto aos recursos? A Petrobrás os detém, embora em escala não compatível com a magnitude de seus objetivos. E tanto os tem que os aplica em depósitos bancários e em operações de mercado aberto. Embora sejam poucos, não os está deglutinando ao nível dos investimentos que lhe são imprescindíveis. Só nas operações de mercado aberto, de 1973 para 1974 suas aplicações elevaram-se em 142 milhões de cruzeiros para 893 milhões, representando essa elevação um aumento de mais de 500 por cento. Se esse fato prova a existência de recursos da Petrobrás, precisam ser reforçados, para que o Brasil autosuficiente em petróleo. Desses recursos essenciais a consecução de tal meta não dispõe a Petrobrás é exato. Mas é também exato que o governo, dele dispõe, tanto que se permitiu lançá-los na bolsa, para alimentar atividades especulativas, como o fez, recentemente, com o PIS.¹⁰⁷

No ano seguinte (1975), além da criação do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, instituído pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975 (para incremento da produção de álcool anidro e para substituir ou ser adicionado à gasolina). Também seriam descobertos os campos de Pargo, Bagre e Badejo, que somados daria um total de reservas de 100 milhões de barris, além da descoberta, no mesmo ano, do campo de Namorado, com reservas de 260 milhões de barris. Em 1976, continuam as descobertas de reservas com os campos Enchova, Bicudo e Cherne, que acumulavam mais de 300 milhões de barris. Em 1977, foram adicionados mais de 200 milhões de barris às reservas brasileiras de petróleo, com as descobertas de Bonito e Pampo.

¹⁰⁷ Jornal Opinião, op. cit. P. 10.

A decisão política de descobrir novas reservas de petróleo, no território nacional, não ficou concentrada somente na bacia de Campos. Em 1978, as pesquisas realizadas pela Petrobrás, identificaram a existência de gás e petróleo na bacia do Solimões, na região amazônica. Em 1979, ocorreu a descoberta de petróleo, em campos terrestres, na bacia Potiguar, com reservas estimadas em 450 milhões de barris. Vale destacar, que a atividade petrolífera na bacia Potiguar iniciou-se em 1973, com a descoberta do primeiro poço, no campo de Ubarana, na plataforma continental. Apesar da política petrolífera voltada para a exploração e identificação de novas reservas, no território brasileiro, os resultados mais significativos, em termos de produção, só foram alcançados a partir da década de 1980.

A Petrobrás é incorporada a uma nova lógica da economia mundial, com a globalização e a financeirização de suas atividades, dentro de uma estratégia de mercado onde tem como objetivo maior o lucro. O Estado passa a ter uma nova função estratégica para Petrobrás, a partir da adoção de uma gestão econômica, onde a empresa subsiste alavancada pela eficiência e pela eficácia. Essa função estratégica está sustentada pela lógica do lucro, haja vista, que os resultados obtidos (as receitas e os lucros) pela Petrobrás são canalizados para a Conta Única do Tesouro Nacional fundamentais para equilibrar as contas do Governo. Apesar da mudança do caráter do monopólio, com a flexibilização das atividades de exploração e produção de petróleo; e, a privatização de empresas do Complexo Petroquímico, a Petrobrás subsistiu as crises em todos os períodos, desde o estágio do capitalismo tardio (dos anos de 1930, com o Conselho Nacional do Petróleo - CNP) até a sua financeirização (a partir dos anos de 1980). Mesmo com a quebra do monopólio da produção de petróleo ou sua flexibilização, a Petrobrás sobrevive à crise dos anos de 1990, dentro de uma nova concepção de gestão compartilhada ou como é denominada, atualmente, de governança corporativa. Para entender essa nova concepção de gestão e as transformações ocorridas na *holding* Petrobrás, discute-se no Capítulo 2, as ações governamentais de JK a Sarney, assim como, o debate político sobre a quebra do monopólio do petróleo ou sua flexibilização.

CAPITULO 2

CONSIDERAÇÕES SOBRE PETRÓLEO E PODER

O modelo de gestão implementado, pela Petrobrás, nos anos de 1990, redefiniu o papel da empresa, no desenvolvimento nacional, que foi precedido por políticas petrolíferas dos governos de JK a Sarney, o que nos leva a entender o processo de desestatização ou de privatização de estatais e questionar: Por que a Petrobrás não foi privatizada? Para responder essa questão, deve-se entender qual era a lógica da Petrobrás no processo de desenvolvimento nacional, como uma etapa de construção dessa nova forma de gestão que resultou na flexibilização do monopólio da exploração e produção de petróleo.

A governança corporativa pode ser entendida como um processo no qual as sociedades empresariais são dirigidas e monitoradas pelo mercado de capitais, onde se define uma relação social entre acionistas, conselho de administração, diretoria e auditoria.

Foi um movimento de transformação na gestão empresarial, iniciada em meados dos anos de 1980, nos EUA, resultado da mobilização realizada por investidores contra corporações que eram administradas de forma irregular (balanços financeiros e patrimoniais foram fraudados), que contrariavam os interesses dos acionistas. Esse movimento se expandiu pelos países da Europa e somente chegando ao Brasil na década de 1990.

A Comissão de Valores Mobiliários entende a governança corporativa como *um conjunto de praticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.*¹⁰⁸ Esse novo modelo de gestão tem como objetivo principal, garantir a confiabilidade em uma determinada corporação assegurando aos acionistas, o retorno sobre os seus investimentos. Um dos fundamentos da governança corporativa é que o controle deixa de ser familiar ou estatal, significando desta forma que, o controlador (ou acionista) não executa, necessariamente, a tarefa de gestor.

¹⁰⁸ Borges & Serrão, 2005, p. 3.

2.1 – Indicações sobre Ações Governamentais de JK a Sarney - 1954-1990.

Após a morte de Getúlio Vargas, assume a presidência João Café Filho para um governo provisório, no período de 24/08/1954 a 09/11/1955, tendo assumido outros dois presidentes (interinos) com mandatos relâmpagos. Após o período de Café Filho, assumiu a Presidência da República Carlos Coimbra da Luz (presidente da Câmara dos Deputados), de 09/11/1955 a 11/11/1955 e Nereu de Oliveira Ramos (presidente do Senado), de 11/11/1955 a 31/01/1956. Durante o governo de Café Filho, que tinha como ministro da Fazenda Eugênio Gudin (um antinacionalista) – 1954-1956 -, defensor da presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas - por entender que o Brasil, teria maiores possibilidades de consolidar a industrialização -, e, de quem a Petrobrás receberia críticas à manutenção do monopólio estatal. Por causa desta postura, o ministro Gudin foi criticado pela revista “Time”, publicada em 06 de dezembro de 1954 com o seguinte comentário:

... segundo o pensamento de Gudin, constituem, o nacionalismo e a inflação, os dois obstáculos que impedem o desenvolvimento saudável da economia brasileira. Nunca se viu ministro de uma nação proclamar-se desafortadamente antinacionalista. Só mesmo no governo João Café Filho. (“To Gudin’s way of thinking, nationalism ranks with inflation as two obstacles to Brazil’s healthy economic growth”).¹⁰⁹

No governo Café Filho prevaleceu a política petrolífera definida na Lei nº 2004, de 03 de outubro de 1953, no governo Vargas. Esse momento histórico, da Petrobrás, foi tomado por uma incerteza sobre as possibilidades de uma continuidade na implementação das atividades petrolíferas, considerando que:

... a morte de Vargas e a sucessão do governo Café Filho aumentavam a incerteza do cenário de curto e médio prazo da estatal. O ambiente político, onde alguns postos centrais do Executivo foram ocupados por personalidades anti-vargas e avessas às teses industrializantes (notadamente o ministro da Fazenda Eugênio Gudin, o brigadeiro Eduardo Gomes na pasta da Aeronáutica e o general Juarez Távora, adversário do monopólio estatal, que ocupa a

¹⁰⁹ Fonseca, 1955, p. 103-104.

chefia da Casa Militar), catalisou muito cedo a ação da liderança da Petrobrás à procura de autonomia para encaminhar a sobrevivência e o crescimento da empresa.¹¹⁰

Foi um período em que movimentos contrários à instituição do monopólio estatal do petróleo contaram com o importante apoio do ministro da Fazenda Eugênio Gudin, para uma nova investida a favor da quebra do monopólio. Apesar dessa investida, essa tentativa de quebra do monopólio, durante o governo de Café Filho, foi frustrada em virtude da união dos militares em defesa da Petrobrás e com o objetivo de neutralizar os movimentos de oposição ao monopólio. Essa união foi resultado da articulação, realizada pelo Coronel Arthur Levy, presidente da Petrobrás, que contou, inclusive, com o apoio de Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da presidência da República. Essa mudança repentina, de posição de Juarez Távora em relação à manutenção ou não do monopólio, deu-se em virtude de sua candidatura à presidência da República e que acreditava que a defesa do monopólio estatal do petróleo poderia lhe render bons resultados na eleição. Ao mesmo tempo em que, o presidente da Petrobrás, pôde contar com o apoio de Juarez Távora, enquanto chefe do Gabinete Militar, para expandir as atividades da empresa.

Um fato político, do governo de Café Filho, que merece destaque foi à criação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, e que depois seria implementado por Juscelino Kubitschek (governo em que o Instituto exerceu uma forte influência política). O ISEB projetou-se como um Centro formulador de uma ideologia desenvolvimentista, bem como, tornou-se matriz de uma concepção de cultura como elemento impulsionador de transformações socioeconômicas e de fixação de identidades nacionais. Portanto, o ISEB proclamava uma ideologia nacional-desenvolvimentista, nos anos de 1950 e de 1960, quando exercia grande influência como fórum de discussão das questões estratégicas para o desenvolvimento do país, além de formar quadros enquanto uma instituição de pós-graduação. O nacionalismo, como uma ideologia proposta pelo ISEB, estaria diretamente ligado à luta pela libertação nacional no que concerne ao domínio cultural, político e econômico dos países hegemônicos (ou desenvolvidos). A identidade ideológica do ISEB estava inserida dentro de uma concepção de autonomia e independência, dos países periféricos em relação aos países hegemônicos (ou

¹¹⁰ Alveal Contreras, op. cit., p. 75.

industrializados), e estava bem definida como uma questão nacional, a partir do pensamento prevalecente onde:

O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial (...) O nacionalismo é a reivindicação essencial que hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania (...) O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente organizando-se como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. O nacionalismo não é o fim. É o meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional.¹¹¹

Diferente do governo provisório de João Café Filho e do período itinerante de Carlos Luz e Nereu Ramos, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) tinha uma política para o setor petrolífero que visava fortalecer a Petrobrás, como forma de dinamizar o processo de desenvolvimento econômico, dentro de uma política nacional-desenvolvimentismo que objetivava reduzir a pobreza e a miséria do país. Esse período do governo Kubitschek foi caracterizado por uma combinação entre o desenvolvimento econômico com estabilidade política. A modernidade do processo produtivo que se implantava, nesse governo, estava associada ao desenvolvimento econômico, enquanto que a estabilidade política era resultado da aliança dos Partidos (PTB e PSD), que davam sustentação e maioria ao Governo, formavam sua base política, no Congresso Nacional, tornando possível à governabilidade.

Apesar de ter sido considerado um governo nacionalista, o governo Kubitschek caracterizou-se, também, por uma política de conciliação entre elites e massas, e,

... também se identifica com um novo tipo de nacionalismo, que se distanciava do nacionalismo getulista pela ênfase concedida ao capital estrangeiro, cujo ingresso privilegiado constituiria o principal motivo da crítica das esquerdas ao governo. Esse nacionalismo de certa forma confundia-se com desenvolvimentismo em termos de mobilização de recursos e de apoio, como também no nível ideológico, graças ao grupo de intelectuais articulados em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹¹²

¹¹¹ Ramos, 1960, p.225-226.

¹¹² Benevides, 1979, p.25.

Em relação à industrialização e ao crescimento econômico, o governo Kubitschek era considerado um governo que implementou políticas inovadoras, ou seja, políticas voltadas para a industrialização modernizadora e contava com uma base de apoio, que formava uma aliança política conservadora, que conciliava os interesses, da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas na base partidária, de apoio ao Governo, pelo PSD (Partido Social Democrático) – Partido pelo qual Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República - e pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A política petrolífera estabelecida pelo Programa de Metas, para a Petrobrás, visava:

*... aumentar a produção de petróleo para 40 mil barris /dia, e de acordo com resultados das pesquisas em andamento, atingir 100 mil barris /dia; aumentar a capacidade de refino para 200 mil barris /dia; ampliar a frota de petroleiros para 180 mil toneladas; construção de oleodutos e terminais marítimos; e intensificar a pesquisa, a perfuração e produção nos campos da Bahia e de Nova Olinda (Manaus). Além de superar todas as metas planejadas, dentre elas, a produção de petróleo atingiu, em 1960, 75.500 barris por dia e o resultado do refino de petróleo alcançou o volume de 218 mil barris diários; a Petrobrás iniciava a produção de fertilizantes em Cubatão; a construção da Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e a ampliação da Refinaria Landulfo Alves, na Bahia.*¹¹³

A conjuntura favorável que assegurou ao Governo, uma estabilidade política, foi resultado da combinação de apoios recebidos, por um lado das Forças Armadas e por outro, do Congresso (onde mantinha uma aliança majoritária), cuja atuação estava voltada para a política econômica, de forma a assegurar o sucesso do Plano de Metas. O Presidente Juscelino governava com o apoio do

*... setor nacionalista das Forças Armadas, o qual considera: dos males, o menor; Classe operária que recebe orientação dos sindicatos controlados pelo Sr. João Goulart; e, dos Trustes de energia elétrica e da indústria automobilística que estão fornecendo, embora a preço escorchantemente para o país, a técnica para montagem de represas e de fábricas de automóveis.*¹¹⁴

¹¹³ Marinho Júnior, op. cit. 286-287.

¹¹⁴ Pereira, op. cit., p. 110.

Na verdade, o vice Presidente João Goulart era filiado ao PTB e tinha sob a sua tutela o Ministério do Trabalho, que o possibilitava manter um controle sobre as reivindicações e os movimentos de greve dos sindicatos. Por outro lado, a classe empresarial apoiava o governo Kubitschek em virtude de privilégios obtidos, através de,

estímulos à inversão privada, legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos ao longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações (lembramos do êxito da indústria automobilística).¹¹⁵

Apesar disso, o monopólio estatal do petróleo sempre esteve na mira dos críticos que insistem em modificar a Lei nº 2004, a fim da abertura do setor petrolífero, ao capital estrangeiro, nas atividades de prospecção e produção de petróleo.

Mesmo com essa aliança, o Presidente Juscelino mantinha em sua equipe de governo, pessoas de posição contrária à manutenção do monopólio estatal do petróleo e que foram mantidas em seus cargos, a exemplo do economista Roberto Campos, presidente do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que defendia mudanças na Lei nº 2004, como forma de limitar as atividades da Petrobrás às explorações no Recôncavo baiano e a abertura do setor à iniciativa privada (ou ao capital) nacional e, principalmente, internacional, no restante do território explorável. O apoio dos militares, ao monopólio do petróleo, foi reafirmado pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, ao citar a frase: *a Petrobrás é intocável*. Essa frase, na verdade, foi idéia do Presidente Juscelino que encarregou o então Ministro da Guerra Lott de *cunhar o segundo slogan da história recente do petróleo no Brasil*.¹¹⁶ Fato que ocorreu durante a visita do Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, ao Brasil, na tentativa de conseguir permissão do governo brasileiro para empresas estrangeiras ter acesso às atividades petrolíferas no país.

Assegurava assim o apoio do aparato militar ao desenvolvimento da Petrobrás, como forma de consolidar as atividades petrolíferas no país.

Estaria assim recomposta a coligação em defesa do monopólio estatal, congregando militares, como o presidente do Clube Militar, que reafirmaria o apoio militar ao

¹¹⁵ Benevides, op. cit., p. 26.

¹¹⁶ Cupertino, op. cit., p. 98.

*'nacionalismo desenvolvimentistas' sob o baluarte da Petrobrás, além de parlamentares ligados à Frente Nacionalista Parlamentar – FNP, e os estudantes do Rio de Janeiro, cujo novo presidente da UNE se comprometera em sua campanha a defender a solução estatal.*¹¹⁷

Essa posição de apoio militar veio a se concretizar com a indicação do Tenente-coronel Janary Nunes, para a Presidência da Petrobrás, em 03 de fevereiro de 1956.

O novo presidente da Petrobrás assumia com um discurso afinado com o do presidente Juscelino, quando este afirmou que o *verdadeiro nacionalismo era aquele que procurava apressar o desenvolvimento econômico para reduzir a pobreza da nação.*¹¹⁸

Com base nesse pensamento de Juscelino, entendia, o presidente da Petrobrás, que para consolidar as metas da política de desenvolvimento nacional, a Petrobrás tinha um importante papel a exercer nesse processo, a partir de metas como: intensificar a exploração e a produção de petróleo nos campos da Bahia e de Nova Olinda (nos rios Urariá, Acari, urubu, em Manaus e Sampaio, Estado do Amazonas) e aumentar a capacidade de refino de petróleo, e, desta forma, como objetivo maior, abastecer o mercado interno de insumos e derivados do petróleo. Mas a gestão de Janary Nunes teve seus momentos de crise, em virtude de denúncias de corrupção que envolvia a sua administração, tendo sido objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída no Congresso Nacional. Esse fato político levou o presidente Juscelino substituí-lo, em 11 de dezembro de 1958, pelo Coronel Idálio Sardenberg (indicado pelo General Lott, Ministro da Guerra) que ficaria na presidência da Petrobrás até o final do governo Kubitschek.

Eleito Presidente da República Jânio Quadros para substituir Juscelino Kubitschek, em 1961, começa seu governo alardeando uma política externa independente e a defesa da soberania nacional. Essa política externa independente, implementada, consistia numa aproximação com diversos blocos do mundo do pós-guerra, para ampliar as relações comercial e cultural e fortalecer, desta forma, a posição do Brasil na América Latina. Medidas como reatar as relações diplomáticas com a URSS, enviar missões comerciais à China e a África, além de condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul, Ernesto Guevara, ministro da Economia de Cuba, repercutiu de forma negativa para aqueles que defendiam

¹¹⁷ Marinho Júnior, op. cit., p. 298.

¹¹⁸ Carvalho, op. cit., p. 103.

um maior alinhamento com as políticas norte-americanas, como era o caso da bancada da UDN e do governador da Guanabara Carlos Lacerda.

Com relação à política interna, o Presidente Jânio Quadros ao enviar Mensagem ao Congresso Nacional destacou as principais preocupações do seu governo com a política petrolífera ou com a Petrobrás,

... visando avançar a execução do programa brasileiro para o setor petrolífero sem a interferência de fatores exógenos; considerava o período de crise anteriormente vivido pela estatal e destacava as críticas feitas à Petrobrás, que questionavam a eficiência e a produtividade na cadeia produtiva do setor petrolífero. Destaca, também, a importância da criação de um complexo industrial voltado para o desenvolvimento nacional, apesar de ser uma economia sem disponibilidade dos fatores indispensáveis como: técnica, mão-de-obra especializada e os bens de produção, tendo a Petrobrás um importante papel nesse processo; além de reconhecer a capacidade de absorção de novas tecnologias pelo corpo técnico da empresa¹¹⁹.

Objetivando corrigir falhas ou insuficiências existentes na Petrobrás, o presidente Jânio Quadros indicou o geólogo Geonísio Carvalho Barroso – um técnico dos quadros da empresa – para a presidência da Petrobrás. Desta forma, o governo de Jânio Quadros tinha a intenção de defender e proteger a Petrobrás. Isso significava recuperar a empresa estatal, principalmente, de problemas técnico, administrativos e financeiros (de endividamento). O endividamento da empresa foi resultado de investimentos contraídos pelo governo anterior, o que exigia uma decisão no sentido de sanear as finanças da Petrobrás. E isso foi possível a partir de uma política de reajustamento de preços dos derivados de petróleo. Assim, o presidente da República entendia que a Petrobrás era de vital importância para o desenvolvimento da indústria nacional, bem como, para consolidar o capitalismo brasileiro em construção.

Em suma, o governo de Jânio Quadros acenava com uma política independente para o Brasil e até contestava a integração ou interdependência, de tal forma que,

... internamente não chegou a definir com clareza os rumos que seguiria. Parecia um homem preocupado com a expansão da melhoria do padrão de vida do trabalhador. Revelou ainda

¹¹⁹ Marinho Júnior, op. cit., p. 309-310

*certo interesse pela expansão do mercado interno. Mas tudo de maneira muito vaga. A meu ver a crise que o envolveu se caracterizou mais pelas atitudes com relação ao exterior do que com relação aos assuntos internos.*¹²⁰

Apesar da crise econômica, no início da década de 1960, decorrente da queda dos investimentos; queda da taxa de crescimento da renda dos trabalhadores; a necessidade de desenvolver a industrialização pesada (bens de capital); necessidade de ampliação (ou modernização) do setor de bens intermediários; falta de melhoria da infra-estrutura urbana; ausência de linha de crédito ou financiamento, tanto ao setor público – deficitário devido os gastos ocorridos no governo de Juscelino Kubitschek -, como para o setor privado que necessitava investir na implantação de novos setores produtivos; e, ausência de uma linha de financiamento ao consumidor voltado ao consumo dos bens duráveis, como forma de estimular a demanda no mercado interno.

A renúncia, do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, após sete meses na Presidência da República, provocou um conturbado momento político nacional, quando o vice-presidente João Goulart, que se encontrava na China em missão diplomática, teve que retardar a volta ao Brasil porque sua posse estava sendo contestada. Após negociações entre a UDN (União Democrática Nacional) e a cúpula militar, a concordância para que João Goulart seja empossado, foi imposta à adoção do regime do parlamentarismo, como forma de diminuir os poderes do Presidente da República. Essa imposição marcou a vitória da frente legalista na crise da sucessão presidencial. A instauração do regime parlamentarista foi aprovada pelo Congresso em 3 de setembro de 1961. A situação foi revertida em janeiro de 1963, através de um plebiscito, quando foi restabelecido o presidencialismo.

A marca do governo de João Goulart foi o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado (ministro do Planejamento) e um grupo de economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e tinha como objetivos: reduzir a inflação; garantir o crescimento da economia até 1965 e realizar as 'reformas de base'. Ao elaborar o Plano Trienal ficou claro que o grupo, *na sua formulação teórica, julgava poder harmonizar e satisfazer interesses contraditórios – de patrões e*

¹²⁰ Pereira, op. cit., p. 160.

*empregados, de proprietários e trabalhadores assalariados.*¹²¹ O Plano Trienal tinha objetivos desenvolvimentistas, ao buscar o retorno do crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, ao nível do período anterior em torno de 7% ao ano, bem como, pretendia implantar uma política de distribuição de renda. O grande desafio do Plano era realizar “reformas de base” administrativa, fiscal, agrária e bancária, além de re-escalonar a dívida externa.

A política para o setor petrolífero do governo João Goulart foi destacada em discurso pelo Presidente da Petrobrás Francisco Mangabeira, ao afirmar que:

*... a disposição de repelir todas as correntes que procuram apoderar-se das riquezas do Brasil; sob a inspiração dos princípios nacionalistas, diretrizes para a defesa do monopólio; para o aumento da produção; para a intensificação da pesquisa; para a expansão da indústria petroquímica e para a distribuição de gasolina e outros derivados*¹²².

Não deixaria de destacar, em seu discurso, o objetivo fundamental da Petrobrás que seria atingir a auto-suficiência na produção de petróleo. Desde o início do seu governo, João Goulart recebera pedidos, do movimento sindicalista dos funcionários da Petrobrás, em prol da estatização das refinarias particulares. Em 13 de março de 1964 através do Decreto nº 53.701, nacionalizou as refinarias de propriedades privadas que foram autorizadas a funcionar antes da criação do monopólio estatal do petróleo.

A organização sindical dos petroleiros, da Petrobrás, surgiu na Bahia em 1957, quando foi criado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo (STIEP). Em 1959, era criado o Sindicato dos Trabalhadores do Refino de Petróleo. Outro movimento sindicalista ocorreu, no ano de 1963, que marca a primeira greve dos petroleiros no Brasil, cujo lema era: “Equipara ou Aquipara”. Nessa greve, os trabalhadores da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em Mataripe – Bahia paralisaram suas atividades por 15 (quinze) dias, ao reivindicarem equiparação salarial com os petroleiros das refinarias de Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão – São Paulo, e de Duque de Caxias (REDUC) – Rio de Janeiro.

No governo de João Goulart as metas traçadas para a Petrobrás não avançaram, como foram planejadas. Ocorreu um decréscimo na produção de petróleo, além das

¹²¹ Toledo, 1993, p. 43.

¹²² Marinho Júnior, op. cit. 316.

pressões dos movimentos sindicais; de interferências ideológicas e interesses exógenos aos da Petrobrás, contribuíram para o insucesso da empresa nesse governo. Nos primeiros dez anos de sua existência, a Petrobrás exerceu um papel importante para o desenvolvimento sócio-econômico do país, sempre voltado para a consolidação da industrialização nacional. Conseguiu enorme avanço no que concerne à política petrolífera, apesar dos fatores de cunho político, internos ou externos, que impediram um ritmo maior no crescimento das atividades do monopólio estatal.

Instaurado o governo militar, assume a Presidência o General Castelo Branco (1964-1967), num momento em que país encontrava-se num clima de estagnação econômica e de aceleração inflacionária. Foi elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) voltado para as correções da política econômica e com um amplo programa de reformas institucionais no plano fiscal; monetário-financeiro; trabalhista; habitacional e de comércio exterior que foram implementados nesse governo.

As metas do PAEG visavam reduzir a inflação a partir da: a) redução do déficit público, através da redução dos gastos do Governo – diminuição da demanda agregada -, ampliando as receitas a partir da reforma tributária e da correção das tarifas públicas; b) restrição ao crédito e austeridade na política monetária. O aumento das taxas de juros reais, o que elevou o passivo das empresas, provocou um processo de falências, de concordatas, fusões e incorporações, de pequenas e médias empresas, principalmente, dos setores produtivos do vestuário, alimentos e construção civil; e, c) política salarial voltada para a contenção da demanda. A fórmula aplicada de reajuste salarial teve como consequência uma redução do salário real.

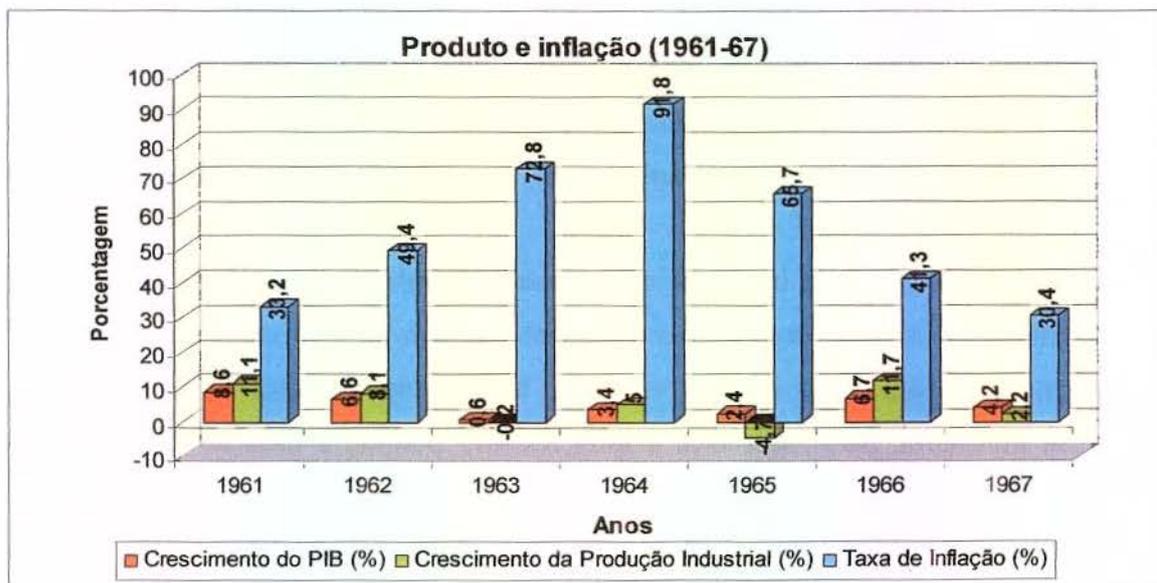
Em linhas gerais, as reformas institucionais visavam: a) criar novos mecanismos de intermediação financeira, com o re-ordenamento do mercado de capitais e a adoção de novas medidas para atrair capitais externos; b) criar um mecanismo de indexação, a correção monetária, para fazer face à inflação, isso porque, a inflação desestimulava a canalização de poupança para o sistema financeiro; c) criar um mecanismo de poupança forçada, para financiar a construção civil através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; f) estimular as empresas estatais a fixar preços de seus produtos com base no custo de produção, como forma de ampliar a capacidade produtiva sem afetar as contas do governo. A fixação de preços não seria aplicada às empresas estatais produtoras de insumos

básicos; e, g) criar um mecanismo de política salarial (reajuste salarial) com base na inflação prevista pelo governo, adicionando 1,5% pela produtividade. No plano institucional, em novembro de 1964, o Governo lançou o “Estatuto da Terra” que objetivava: a desapropriação e o acesso à propriedade rural, considerada improdutivo; a colonização de terras devolutas e um elenco de serviços de assistência às atividades agrícolas, onde previa a organização de cooperativas, a garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e a inclusão de novas técnicas de produção.

O PAEG era um plano de estabilização econômica e estava voltado para a retomada do crescimento da economia. O papel (intervencionista) do Estado objetivava corrigir desvios no funcionamento da economia de mercado, sem, necessariamente, ter que substituir os mecanismos de mercado, assegurando a predominância da livre empresa no sistema econômico.

Como se pode constatar no Gráfico 5, demonstra-se os resultados em termos do PIB, produção industrial e inflação, o comportamento da economia no período do PAEG.

GRÁFICO 5 – Produto Interno Bruto, Produção Industrial e Inflação 1961-1967.



Fonte: IBGE.

Como resultados, o PAEG conseguiu reduzir a taxa de inflação, sem no entanto, alcançar as taxas que foram propostas, como também, não conseguindo realizar as metas de crescimento da produção industrial. No que se refere ao PIB – Produto Interno Bruto, apesar da variação, no período 1964-1967, apresentou um crescimento positivo que propiciou, no período seguinte 1968-1973, um processo de expansão (ou crescimento) da economia brasileira – denominado de “Milagre Brasileiro”.

A política para o setor petrolífero brasileiro, do governo Castelo Branco, foi definida com base em três objetivos:

- a) *a reorganização da empresa, com a despolitização gerencial, e sua substituição pela profissionalização de seus quadros gerenciais;*
- b) *a retomada da produção nacional de petróleo, incentivada pela redescoberta do campo de Carmópolis, na bacia Sergipe/Alagoas; e,*
- c) *a manutenção da auto-suficiência do refino, com a instalação de novas unidades, além de ampliar o parque da indústria petroquímica.*¹²³

que foi contemplada com ‘diretrizes e fixação de bases’, através do Decreto nº 56.571, de 09 de julho de 1965. A diretriz do Presidente Castelo Branco com referência à Petrobrás afirmava que, *uma coisa é o monopólio estatal do petróleo que representa inelutável necessidade de nossa economia, outra coisa é o funcionamento da Petrobrás, que deve e precisa ser dia a dia dotada de melhores condições de produtividade.*¹²⁴

Em mensagem presidencial de 1965, ao se referir ao desenvolvimento do país e reconhecendo a importância da Petrobrás, nesse contexto de crise econômica, deveria a Petrobrás implementar a política petrolífera a fim de *procurar obter todo o suprimento do petróleo que o nosso desenvolvimento exija, através de forte apoio à expansão da indústria nacional do petróleo.*¹²⁵

¹²³ Marinho Júnior, op. cit. 341.

¹²⁴ Ibid. idem, p. 342

¹²⁵ Castelo Branco, Decreto nº 56.571, de 09.07.1965.

O Presidente Castelo Branco, em fins de 1965, reconhecia que:

*... devido a uma sadia modificação quanto aos objetivos da Petrobrás, que deixaram de ser políticos e demagógicos, para se voltarem definitivamente para as necessidades do país num campo tão identificado com a própria segurança nacional. Logramos alcançar êxitos sem precedentes.*¹²⁶

Sendo o ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto de Oliveira Campos reconhecidamente pelas suas posições contrárias à manutenção do monopólio estatal do petróleo, paradoxalmente, foi responsável pela transferência de recursos financeiros para a Petrobrás, capaz de ampliar as atividades de pesquisa e lavra, que tiveram origem com a eliminação do subsídio ao consumo de derivados de petróleo; com a reformulação da Lei do Imposto Único (Decreto-lei nº 61/66) sobre combustíveis líquidos; com a vinculação das importações de petróleo às exportações de manufaturados brasileiros e com a elevação da taxa de câmbio para o petróleo. Essa política de fomentar o setor petrolífero brasileiro resultou no aumento da produção interna de petróleo.

Com a morte do Presidente Castelo Branco, em 1967, assume a presidência da República o General Costa e Silva. No governo de Costa e Silva (1967-1969) foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que enfatizava as metas definidas no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico do governo Castelo Branco. Apesar do governo não criar barreiras ao investimento estrangeiro no setor produtivo brasileiro, o princípio básico do PED era de que a participação estatal deveria ocorrer de forma a preencher os 'espaços vazios' da economia. O objetivo da participação do Estado na economia era o de não permitir a consolidação do capital estrangeiro em atividades consideradas estratégicas, para o desenvolvimento da economia nacional, de tal forma que pudesse criar novas oportunidades para incentivar a política de substituição das importações.

A política petrolífera definida pelo governo de Costa e Silva tinha como meta primordial: a Petrobrás alcançar a auto-suficiência na produção de petróleo. A auto-suficiência era o corolário e o objetivo maior da Petrobrás. O interlocutor da Presidência da República foi o General Arthur Candal Fonseca, presidente da Petrobrás, ao afirmar:

¹²⁶ Marinho Júnior, op. cit. p. 345.

*que o objetivo primacial da Petrobrás estava na obtenção da auto-suficiência. Realçou, entretanto, que poderemos aproximar-nos gradativamente, ano a ano, para atingi-lo, possivelmente dentro de cinco ou seis anos, desde que a União junte aos recursos gerados pela empresa substancial contribuição.*¹²⁷

Com essa preocupação o presidente da Petrobrás não conseguiu induzir o governo Costa e Silva a aumentar os investimentos, mas, pelo contrário, foi uma política imposta de cortes de verbas, além da redução da alíquota (de 12,5% para 12%) do imposto único sobre combustíveis, o que conseqüentemente, reduziu os investimentos nas atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo.

No governo Costa e Silva foram implantadas duas novas refinarias: a de Gabriel Passos, em Minas Gerais, e a Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, além dos estudos para a implantação da refinaria de Paulínia; foi criada a Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA, com as participações de capitais nacional e estrangeiro, para desenvolver o setor petroquímico e assegurar o abastecimento do mercado interno de matérias-primas e outros insumos. Assegurava, também, o controle acionário da PETROQUISA ao capital nacional, no qual a Petrobrás assumia um importante papel de liderança no setor petroquímico. Inaugurava-se uma nova fase da Petrobrás como agente capaz de consolidar a industrialização brasileira e como motor do desenvolvimento nacional.

O período do governo de Costa e Silva foi conturbado em virtude da crise institucional instalada no país, quando ocorreram cassações; decretação do recesso das Assembléias Legislativas Estaduais; o Ato Institucional nº 5.

Dentro desse clima de instabilidade política, assume a Presidência o General Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). O planejamento governamental também foi uma marca do governo Médici, quando da elaboração do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo para o período 1970-1973 e que objetivava estruturar as bases econômicas, consolidando a industrialização para o ingresso do Brasil no primeiro Mundo, ainda no século XX. No plano econômico, o governo Médici foi marcado por um período de desenvolvimento, que a propaganda oficial chamou de 'milagre brasileiro'. A economia cresceu a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização dos empréstimos externos.

¹²⁷ Rocha, op. cit., p. 18.

As políticas econômicas implantadas pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto se destinava a promover o que se chamou de desenvolvimento capitalista associado. Seria engano pensar que essa política aplicava uma receita liberal, deixando a ‘mão invisível do mercado’ a tarefa de promover o desenvolvimento. Pelo contrário, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários; concedendo créditos; isenções de tributos aos exportadores, etc.

As diretrizes do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo Médici (1970-1973), que serviram de base para um primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, foram direcionadas para áreas consideradas prioritárias: a) educação, saúde e saneamento; b) agricultura e abastecimento; c) desenvolvimento científico e tecnológico; e, d) fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. No governo Médici foram criados o Programa de Integração Nacional (PIN) que resultou na obra faraônica da transamazônica; o Programa de Integração Social (PIS) que instituiu a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e criou também o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

A vinculação entre segurança e desenvolvimento, no governo Médici, estava ligada a uma relação onde o desenvolvimento econômico estabeleceria as condições essenciais para a segurança nacional, ou seja, o desenvolvimento seria o meio para alcançarem-se os recursos que proveriam a segurança nacional.

A política para o setor petrolífero brasileiro, no governo Médici, tinha como interlocutor o presidente da Petrobrás o General Ernesto Geisel (considerado um militar nacionalista, com experiência no setor do petróleo como superintendente da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão e no Conselho Nacional do Petróleo – CNP) que afirmou ser a diretriz fundamental e permanente, de sua administração foi fazer com que a Petrobrás assegurasse o abastecimento nacional de petróleo. Era uma diretriz que não se descolava do objeto essencial da Petrobrás: suprir o mercado brasileiro de derivados, a partir das exigências demandadas pelo parque industrial, em contínuo processo de desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo, foi criada a Petrobrás Distribuidora S. A – BR, em 1971, com o objetivo de dominar o setor de distribuição de combustíveis no mercado interno. Dentro dessa concepção de dominar o mercado interno foram adquiridos, pelo governo, o controle

acionário das refinarias de Manaus, Capuava, Matarazzo e Uruguaiana, todas do setor privado.

Foram definidas metas para a política do petróleo, no governo Médici, de ampliação da capacidade de carga da Frota Nacional de Petroleiros; projeto de exploração da plataforma submarina; concentrar recursos em prospecção e produção de petróleo, para diminuir a dependência externa com aumento da produção nacional; integração multinacional com a realização de intercâmbio comercial que propiciasse a exploração de petróleo no exterior, o que resultou na criação da BRASPETRO S. A, em 1972.

No governo Médici, a Petrobrás não descobriu nenhum campo petrolífero de grande porte (em termos de reserva), apesar do aumento de recursos destinados ao investimento em exploração e produção de petróleo. Para o Ministro de Minas e Energia *Shigeaki Ueki* ao fazer comentários sobre as atividades da Petrobrás, observa que *os investimentos no período 1965-1969 cresceram 9%, enquanto que no período 1969-1973, cresceram 42%*. Como em todos os governos que o antecederam, o governo Médici tinha uma preocupação central com o desenvolvimento nacional e com a consolidação da industrialização. O próprio presidente da Petrobrás Ernesto Geisel em discurso (ao deixar a empresa) afirmou que:

*... a Petrobrás durante os últimos anos, não só realizou convenientemente o abastecimento de derivados de petróleo, onde quer que fora exigido pela demanda, em todo o território nacional, e a preços inferiores aos que vigoraram nos principais países do mundo, mas ainda a empresa cresceu e se expandiu, de maneira a acompanhar constantemente o ritmo acelerado do nosso desenvolvimento.*¹²⁸

Na verdade, a prioridade dada, pelo governo, ao abastecimento do mercado interno de combustíveis e na manutenção da produção de derivados básicos (auto-suficiência alcançada desde de 1963) do petróleo, objetivava assegurar ou dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico e social.

Em 1973, último ano do governo Médici, ocorreu o primeiro choque do petróleo, com a elevação do preço do barril de US\$ 2,79 para US\$ 11,00. Essa elevação do preço internacional do barril de petróleo levou o governo Médici a adotar diretrizes capazes de

¹²⁸ Marinho Júnior, op. cit., p. 367.

atenuar o impacto, tanto no abastecimento interno de combustíveis como na balança comercial:

a) aumentar a oferta interna de petróleo (com a redução do tempo entre a descoberta do campo petrolífero e sua produção);

b) elevar o estoque de petróleo e de derivados, com ampliação do armazenamento das refinarias e modernização dos terminais (com a construção de tanques para estocagem de petróleo cru);

c) aumentar a utilização de navios de bandeira nacional no transporte de petróleo; e,

d) política comercial de compras, ao substituir os contratos com as multinacionais pela compra direta às empresas estatais dos países produtores.

As metas cumpridas pela Petrobrás foram capazes de superar a crise provocada pelo choque do petróleo. Desta forma, cumpria a Petrobrás o seu papel de suprir o mercado interno de combustíveis e de derivados básicos do petróleo. O jornalista Carlos Castelo Branco ao analisar o papel da Petrobrás, no momento de crise, afirmou que:

*... nesse setor a revolução teve atuação corretiva de primeira ordem. Sustentando a tese do monopólio, mas substituindo a ênfase político-ideológica em que a mesma se envolvia pela racionalidade e eficiência da empresa incumbida de exercê-lo nos setores de pesquisa e do refino, bem como de participar nos setores de comercialização e do transporte.*¹²⁹

Ao se afastar da Presidência da Petrobrás, para assumir a Presidência da República, o General Ernesto Geisel, sinalizou como seriam as diretrizes da política petrolífera em seu governo ao afirmar:

... que a auto-suficiência na produção nacional de petróleo, por mais desejável que seja, não é a missão básica da Companhia e que deva ser alcançada a qualquer preço, e isto porque ela é função de fatores e circunstâncias aleatórias, independentes de nossa vontade; porque pode exigir custos demasiadamente onerosos; porque, se é difícil obter essa auto-suficiência, mais difícil ainda é mantê-la, dada à explosiva expansão do mercado de consumo, de um lado, e a inexorável exaustão das jazidas, de outro, e por fim, porque não devem ser excluídas

¹²⁹ Cotta, op. cit., p. 108.

as possibilidades e conveniências de suprimentos através de intercâmbio comercial com outros países.

Demonstraria assim, o General Ernesto Geisel, ao se afastar para assumir a Presidência da República, a percepção do problema do petróleo no contexto internacional e a necessidade da Petrobrás priorizar a atividade da pesquisa de jazidas de petróleo, a partir de uma política de redução dos custos e com o aumento da produtividade, adequando os recursos humanos, materiais e financeiros, para cumprir o seu papel social no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. As políticas petrolíferas do governo Geisel foram tratadas, separadamente (Capítulo 1), pela sua importância na consolidação das atividades petrolíferas e do processo de industrialização brasileira.

Para completar o ciclo dos governos militares, assume a Presidência da República o General João Batista de Figueiredo, para governar no período de 1979-1985. Para governar o país o Presidente Figueiredo assume em um momento de plena crise econômica mundial, e para tanto, foi elaborado o III Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1980-1985. O III PND estabelecia como metas prioritárias: crescimento da renda e do emprego; equilíbrio do balanço de pagamentos; melhoria da distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo; redução das disparidades regionais; aperfeiçoamento das instituições políticas; controle da dívida externa; combate à inflação e o desenvolvimento de novas fontes de energia.

O Plano explicitava e reconhecia que o desenvolvimento é um processo que envolve não apenas a dimensão econômica, mas também a social, a política. A construção e fortalecimento de uma sociedade democrática e pluralista são, ao mesmo tempo, um objetivo nacional e um condicionante para realização dos demais objetivos de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento implica a ampliação do saber e do uso de meios adequados para a realização das aspirações da sociedade, onde seus membros canalizam suas energias e criatividade para a melhoria dos níveis de saúde; das condições habitacionais; dos modelos educativos; e, das relações entre trabalho e capital.

Apesar de não ter sido implementado em sua totalidade, o III PND foi um plano de intenções e não um plano de desenvolvimento, e que a sua elaboração apenas cumpria uma determinação legal. Ao apresentar o Plano em maio de 1980, para aprovação do Congresso

Nacional, o ministro Delfim Neto afirmava que era um plano ‘qualitativo’, no sentido de que não procurava fixar metas rígidas. Para isso, seria necessário aumentar a produção agrícola de exportação; recuperar o setor de energia através do aumento dos investimentos nesse setor; aplicações em educação, saúde e habitação; e, reduzir as disparidades regionais. Mesmo com o insucesso do III PND, pode-se reconhecer que algumas metas importantes e consideradas modernizadoras foram concretizadas, principalmente, as desenvolvidas nos setores de infra-estrutura, com a expansão dos investimentos do Estado em atividades básicas da economia.

Para incentivar o crescimento industrial, o governo Figueiredo concentrou investimentos na política energética nacional que resultou na ampliação da produção brasileira de petróleo e o incentivo à utilização de outras fontes alternativas de energia, como o carvão e o álcool (PROÁLCOOL). Importantes investimentos também foram realizados na construção de gigantescas usinas hidrelétricas em várias regiões do país (exemplo de Itaipu e Tucuruí). Importantes investimentos foram destinados ao aperfeiçoamento e expansão do sistema de comunicações brasileiro: telefonia, telégrafos, correios, antenas microondas, além da integração do Brasil ao sistema de comunicações internacional via satélite.

Mesmo tendo iniciado o seu governo, num momento em que a crítica política às decisões autoritárias e centralizadoras crescia em termos nacionais, alguns setores da sociedade civil (Sindicatos de trabalhadores, Igreja, Universidades, grupos de empresários, Associações artísticas e Imprensa) passaram a pressionar pela redemocratização do país. Diante desse quadro, o Presidente Figueiredo assumiu o compromisso de realizar a “abertura política” e devolver a democracia ao Brasil. Nesse processo de redemocratização do país, a mais importante decisão do governo Figueiredo foi conceder a Anistia a todos os que foram punidos pela ditadura militar (direitos políticos cassados), ou seja, foram reabilitados os direitos políticos e o retorno ao país dos brasileiros que tinham sido exilados. Outra decisão foi o fim do bipartidarismo com a criação de novos partidos para disputar as eleições: o PDS (Partido Democrata Social) no lugar da ARENA – Aliança Renovadora Nacional (que dava sustentação aos governos militares); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no lugar do MDB (Movimento Democrático Brasileiro); o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PDT (Partido Democrata Trabalhista),

entre outros. Desta forma, foram restabelecidas as eleições diretas para governador de estado e em 15 de março de 1983, os novos governadores assumiram o poder, eleitos diretamente pelo povo.

Apesar do processo de abertura política, em andamento, o agravamento da crise econômica, cresce a insatisfação popular contra o governo. Essa insatisfação ou descontentamento foi manifestado, pelo povo, nas eleições de 1982 quando elegeu, nos principais estados brasileiros, um grande número de candidatos da oposição. Isso renovou a força popular e a oposição ao Governo Central (Figueiredo) passou a exigir eleições diretas para presidente da República, o que resultou no movimento popular em todo país, pelas “Diretas Já”. Esse movimento político e popular foi comparado, pelo sucesso obtido, a mobilização do povo brasileiro na campanha “O Petróleo é Nosso”. Ressurgia o movimento nacionalista com força total para garantir que o país recuperasse a democracia subtraída pelo golpe militar de 1964.

Mesmo diante dessas questões sociais e políticas que se agravavam, o governo Figueiredo não se descuidou das questões econômicas, principalmente, àquelas concernentes à questão do petróleo ou da Petrobrás. Para comandar a política petrolífera, no seu governo, o presidente Figueiredo nomeou o ex-ministro de Minas e Energia (do governo Geisel) Shigeaky Ueki, para presidente da Petrobrás. A exemplo dos governos anteriores, para a política petrolífera do governo Figueiredo foram definidas com metas prioritárias ou como objetivos essenciais da Petrobrás: garantir a continuidade do abastecimento do mercado nacional de derivados de petróleo e o aumento das reservas e da produção nacional. Como interlocutor do Governo, o presidente da Petrobrás Shigeaki Ueki, em discurso de posse afirmava que *envidaremos todos os esforços para a implantação de projetos novos, para suprir os déficits que ainda não puderam ser cobertos pela produção nacional, e também as novas exigências quantitativas e qualitativas da demanda do mercado.*¹³⁰ Além do mais, assumia a direção da Petrobrás em um momento de crise na economia mundial, com o segundo choque (1979) nos preços do petróleo. Para superar a crise, o Brasil teria que ampliar a produção interna de petróleo, com um crescimento anual em torno de 20%, como também, utilizar outras fontes de energia como forma de diminuir as importações de petróleo. Para atingir os objetivos propostos, a

¹³⁰ Marinho Júnior, op. cit., p. 393.

Petrobrás direcionou mais de 70% dos investimentos diretos para as atividades de *upstream*: exploração e produção de petróleo (colocando em produção os campos já descobertos). Outras medidas tomadas com a finalidade de aumentar as explorações de petróleo foram: a modificação nos contratos de riscos e no teor das licitações internacionais, como forma de atrair investidores (ou empresas petrolíferas) estrangeiros e nacionais.

Para o Presidente da Petrobrás, o investimento em pesquisas e produção de novas tecnologias em prospecção marítima era importante como forma de superar a crise energética ora vivenciada. Não só uma tecnologia brasileira de exploração, mas, também que complete o ciclo de produção, de refino de petróleo e da petroquímica. Por isso, a pesquisa foi fundamental para alcançar os objetivos propostos, haja vista que,

*...a tecnologia não é um ente, nem uma abstração, mas o resultado de um processo civilizatório, envolvendo cultura, ciência, técnica e decisões estratégicas da sociedade. (...) o modelo tecnológico de um país constitui elemento essencial na divisão internacional do trabalho.*¹³¹

Contudo, o governo Figueiredo conseguiu levar adiante a política de substituição progressiva da energia importada por energia nacional. Isso foi possível com a utilização do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, dentro da política petrolífera traçada por esse governo e sem ter nenhum compromisso formal de atingir a auto-suficiência na produção de petróleo.

Na opinião do presidente da Petrobrás Shigeaki Ueki, o contínuo aumento da produção de petróleo levaria o país atingir até 1985, a produção em torno de 500 mil b/d. Meta que foi atingida em junho de 1984, o que fez com que a dependência externa de petróleo diminuir de 80% para menos de 60%, e, simultaneamente, também aumentava as reservas comprovadas de petróleo de 1,26 bilhão de barris, em 1979, para superar os 2,0 bilhões de barris, em 1984. Vale destacar que, os 208 contratos de risco assinados, entre 1975 e 1984, não tiveram nenhuma participação quantitativa no aumento da produção e das reservas de petróleo. Observou-se que em virtude do processo recessivo da economia brasileira, nesse período, ocorreu uma redução do consumo interno de derivados do

¹³¹ Vidal & Vasconcelos, 2001, p. 26.

petróleo, de 1,2 milhão barris /dia para 945 mil barris /dia. O governo Figueiredo, em 1985, ao término do seu mandato, deixou a Petrobrás produzindo 530 mil barris /dia de petróleo, o que foi atribuído aos recursos investidos nas atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo, que totalizaram 77,4% dos investimentos diretos, naquele ano. No discurso de despedida como presidente da Petrobrás, o Almirante Telmo Dutra de Rezende (que tinha substituído Shigeaki Ueki, em agosto de 1984), afirmava que *nós fomos os continuadores da grande obra de consolidação da Petrobrás. A Petrobrás caminha, agora, para a pesquisa em águas profundas, onde podem estar localizadas grandes reservas de petróleo e gás natural*.¹³²

Na verdade, com o fim do governo Figueiredo e da era da ditadura militar, ficou a marca de uma luta nacionalista, em prol da manutenção do monopólio estatal do petróleo, da consolidação dos objetivos da Petrobrás propostos na Lei nº 2004, de 03 de outubro de 1953 e a expectativa do que seria o futuro do Brasil, nas atividades de exploração e de produção de petróleo, com o início das pesquisas em águas profundas. Esse momento histórico político-social marca a transição do período de Regime Militar ou de governos militares (1964-1985) para um período de redemocratização do país, com o advento da Nova República.

Apesar de não ter sido realizada a eleição direta para Presidente da República, naquele ano, foram eleitos para governarem o país, no período de 1985-1990, Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-presidente da República, respectivamente. Com a morte de Tancredo Neves, antes de tomar posse, assume, em 15 de março de 1985, a Presidência da República o Vice-presidente eleito, José Sarney. O Presidente Sarney, o primeiro governo da Nova República, tinha o desafio de realizar e consolidar a transição democrática; de forma a assegurar as eleições diretas em 1989, principalmente para Presidente da República. Durante o seu governo, Sarney acabou com a censura à Imprensa, ampliou o pluripartidarismo e legalizou o sindicalismo e as grandes centrais sindicais. Também foram legalizados os partidos de esquerda tradicionais como o Partido Comunista Brasileiro - PCB - e o Partido Comunista do Brasil - PC do B.

Para governar o país, no período de 1985-1990, o governo Sarney elaborou um Programa de Estabilização Econômica, implantado em fevereiro de 1986, denominado de

¹³² Marinho Júnior, op. cit., p. 403.

Plano Cruzado, que visava estabilizar os preços e criar condições para realizar as reformas econômicas de que o país necessitava, O Plano Cruzado objetivava constituir um novo padrão de financiamento público e privado, capaz de garantir o crescimento sustentado e a implantação de uma política social efetiva.

O governo Sarney optou pelo choque heterodoxo tanto em razão da aceleração da inflação quanto da existência das condições favoráveis à deflagração do choque, segundo a concepção inercialista, de que o mecanismo formal de indexação constituía o elemento principal da inércia inflacionária: a correção monetária. O Programa de Estabilização Econômica tinha como metas - ao utilizar as principais alternativas de combate à inflação: a desindexação e o controle de preços - de interferir tanto nos processos de valorização da riqueza acumulada, principalmente dos ativos financeiros (decorrentes da ciranda financeira que assegurava maior rentabilidade ao capital, devido à pressão da correção monetária ou desindexação), quanto nos processos de valorização dos ativos de capital, através do controle de preços.

O governo Sarney anunciou o Plano Cruzado, em 28-02-1986, através do Decreto-lei nº 2.283, em clima de grande euforia e participação popular. Naquele momento, o presidente Sarney, aproveitando o clima de euforia, convocou toda sociedade brasileira para atuar como fiscais dos preços e do abastecimento, em virtude da adoção do congelamento de preços e das tarifas públicas, tendo conseguido mobilizar os diversos segmentos da sociedade e que ficaram conhecidos como: os fiscais do Sarney. A dessincronização dos reajustes de salários e dos preços foi uma das dificuldades enfrentadas na implementação do Plano Cruzado.

As principais medidas do Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), estabelecidas através do Decreto-lei nº 2.283, foram:

- *mudança na unidade de conta de cruzeiro para cruzado, com paridade de mil cruzeiros por cruzado;*
- *conversão para cruzados dos depósitos à vista e de poupança, das contas do FGTS, do PIS/PASEP e de todas as obrigações vencidas e exigíveis;*
- *apuração da taxa de inflação em cruzados pelo índice de preços ao consumidor (IPC) calculado pelo IBGE;*
- *conversão em cruzados dos salários e demais remunerações pela média dos últimos seis meses, acrescida de abono de 8% (16% no caso do salário mínimo). Restabelecimento dos*

reajustes anuais na data-base de cada categoria, sendo o reajuste do salário mínimo antecipado para 01.03.1987;

- *reajuste automático dos salários, sempre que a taxa de inflação acumulada ultrapassar 20% a partir da data de vigência do Decreto-lei, ou da primeira negociação salarial;*
- *proibição das cláusulas de correção monetária para contratos de prazo inferior a um ano;*
- *conversão em cruzados dos contratos com taxas de juros pré-fixados, na data do vencimento, com base em tabela que passou a desvalorizar o cruzeiro à taxa diária de 0,45%;*
- *conversão dos aluguéis e prestações do Sistema Financeiro da Habitação pelo valor real médio dos últimos 12 meses; e,*
- *preços congelados nos níveis vigentes de 27.02.1986.*¹³³

Apesar do boom de investimentos concentrado nas pequenas e médias empresas, além da expansão do crédito bancário; a estratégia da grande empresa foi esperar como seria o comportamento da economia, em virtude das incertezas e expectativas de longo prazo, para realizar investimentos.

Os efeitos causados pelo Plano Cruzado às grandes empresas resultam da crise da economia brasileira a partir de 1982, e que:

*... muitos imaginam, se fosse possível, assegurar a continuidade do plano, teriam sido distintas as perspectivas e as decisões adotadas pela grande empresa na seqüência da estabilização promovida pelo congelamento geral dos preços, salários, câmbio e indexadores financeiros. Isso significar dizer que se a ampliação, do mercado interno, permitida pela estabilidade momentânea pudesse ser projetada para o longo prazo e, sobretudo, se fosse assegurado o equilíbrio cambial na etapa de recuperação econômica, as decisões de investir da grande empresa certamente teriam sido reanimadas.*¹³⁴

Outra tentativa foi feita com o lançamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), coordenado pelo ministro João Sayad, que serviria de orientação ou reorientação para as metas e diretrizes das políticas públicas. Consistia este Plano de metas, publicado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento, para o período de 1986 a 1989. Em linhas gerais o Plano concentrou-se nos seguintes objetivos: a) crescimento econômico; b) combate à pobreza, às desigualdades e ao desemprego; c)

¹³³ Decreto-lei nº 2283, de 28 de fevereiro de 1986.

¹³⁴ Belluzzo & Almeida, 2002, p. 230.

educação, alimentação, saúde, saneamento, habitação, previdência e assistência social; e, d) justiça e segurança pública. Em relação ao setor público, o I PND-NR, priorizava a reestruturação do aparelho estatal através da reforma administrativa, além da privatização de empresas estatais previamente selecionadas. No campo econômico, o Plano estava voltado para mudanças na forma de negociação das dívidas externa e interna e do controle maior das transferências de recursos para o exterior. No entanto, a implementação do I PND-NR foi dificultada pelas inúmeras crises no período e conseqüentemente pela substituição de ministros da área econômica. O governo Sarney contabilizava mais um fracasso, na tentativa de implementar uma política de estabilização econômica.

O governo Sarney, em 1987, lança o Plano de Ação Governamental (PAG), sob a coordenação do ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, que visava implementar uma estratégia de desenvolvimento para o país no período de 1987-1991. Esse Plano objetivava o desenvolvimento tecnológico, a qualificação de recursos humanos e a eliminação dos desequilíbrios sociais. O PAG, enquanto Plano quinquenal, estabeleceu diretrizes e metas voltadas para a geração de empregos; o desenvolvimento do mercado interno; a expansão das exportações; e, programas de gastos públicos em infra-estrutura social (saúde e saneamento). Apesar da consistência do planejamento, o PAG foi considerado incapaz de suprir as necessidades e fracassos do Plano anterior (I PND-NR), não conseguiu obter sucesso. Outros Planos foram elaborados até o final do governo Sarney, com a finalidade de combater o processo inflacionário e estabilizar a economia: Plano Cruzado II; Plano Bresser e o Plano Verão. Tentativas que não impediram nem a exacerbação do processo inflacionário crescente (hiperinflação) e nem a estagnação da economia brasileira (característica dos anos de 1980).

Para administrar a política petrolífera, o presidente Sarney nomeou para presidente da Petrobrás Hélio Beltrão. Entendia o presidente da Petrobrás que os objetivos da empresa foram definidos pela Lei nº 2004 e as diretrizes seriam estabelecidas pelo governo. Observava que o desenvolvimento das atividades petrolíferas, pela Petrobrás, fundamentava-se em uma exigência: aumento da produtividade, como resultado da eficiência no processo produtivo, que fosse capaz de atender as necessidades demandadas pela economia nacional. A partir da política de congelamento de preços, do Plano Cruzado, a Petrobrás via-se na eminência de fazer aquisição de petróleo no exterior, em um mercado

com preços flutuantes, e comercializar os seus derivados, no mercado interno, a preços controlados (ou congelados durante cinco meses). Inevitavelmente, isso levou a Petrobrás recorrer ao endividamento externo de curto prazo, além de contabilizar prejuízos nos primeiros meses de 1986. Outra dificuldade enfrentada pela Petrobrás, no governo Sarney, foi o corte de recursos para investimentos. A respeito dos contratos de risco, Hélio Beltrão (presidente da Petrobrás), era da opinião de que os contratos não significavam a solução para os problemas de desequilíbrio do balanço de pagamentos, enquanto instrumento de ingresso adicional de recursos.

Com a saída de Hélio Beltrão, assume a Presidência da Petrobrás Ozires Silva, oriundo da Embraer, em maio de 1986. Diretrizes foram traçadas pelo governo Sarney onde se define como política petrolífera: a retomada dos investimentos no setor petrolífero, especificamente nas atividades de exploração e produção de petróleo; busca da auto-suficiência; inclusão de um programa de gás natural dentro da política energética; fortalecer a atuação da Petrobrás no cenário internacional, utilizando o mecanismo de trocas eficientes com a expansão das exportações de produtos brasileiros vinculados à importação de petróleo.

Dificuldades teriam de ser superadas na Petrobrás, enquanto o Estado controlasse os preços dos derivados do petróleo, no mercado interno e não admitia que fossem adequados ou alinhados aos preços internacionais. Além do mais, determinou que a Petrobrás subsidiasse além dos fertilizantes, os produtores de álcool carburante utilizado na mistura da gasolina. Para dar um novo impulso no desenvolvimento nacional, a Petrobrás implementou uma política de investimentos maciços, nas atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo, com a finalidade de atingir a auto-suficiência, num período de tempo menor e diminuir a dependência externa dessa fonte energética. A partir de então, estava a Petrobrás exposta aos desafios de aperfeiçoar as tecnologias de exploração e produção de petróleo em águas profundas (em lâminas d'água superiores a 1000 metros), e a inclusão do gás natural na matriz energética brasileira, bem como, a sua utilização no processo de produção industrial. Nota-se que as políticas definidas pelo Estado, para as atividades petrolíferas, não desvinculam as metas de produção nacional de petróleo, daquelas concernentes ao setor petroquímico, considerado além de estratégico e o

mais dinâmico, para a ampliação e consolidação da estrutura da indústria brasileira, ser, também, um setor preponderante para o desenvolvimento nacional.

2.2 – O Debate Político sobre a Flexibilização do Monopólio do Petróleo

A análise das políticas da Petrobrás após a flexibilização do monopólio estatal do petróleo e a privatização da quase totalidade do setor petroquímico, na década de 1990, pode explicar quais são as possibilidades do desenvolvimento da economia brasileira, nesse novo cenário, de conformidade com as mudanças ocorridas na Petrobrás. Desta forma, a partir da constatação se as atividades da Petrobrás expressam um desenvolvimento nacional, após a quebra do monopólio estatal do petróleo (ou a sua flexibilização) ou se suas políticas priorizam uma nova lógica: a da financeirização globalizada. Isso significa que, essa nova lógica da Petrobrás torna a produção o meio para obter lucros, objetivando remunerar acionistas nacionais e internacionais.

O importante é pesquisar as políticas da Petrobrás, pós-flexibilização, para identificar o novo formato de atuação do setor petrolífero na economia brasileira. A Petrobrás sobrevive porque a lógica do nacional é substituída pela lógica do internacional. Portanto, a Petrobrás passa a atuar em outros países, ora explorando ou produzindo em novas áreas petrolíferas, ora realizando a comercialização e/ou distribuição de derivados do petróleo em países como: Argentina, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, México EUA, Nigéria, Angola Tanzânia, Irã e China. Essa atuação internacional foi iniciada nos anos de 1970, quando da atuação da então BRASPETRO, subsidiária responsável pelas atividades da Petrobrás, na área internacional negociando parcerias e na preparação de técnicos para o acompanhamento das atividades dos operadores estrangeiros, e, sendo intensificada no período pós-flexibilização ou quebra do monopólio da produção de petróleo. Outra questão, ligada ao processo de quebra do monopólio estatal do petróleo ou sua flexibilização, é o papel desenvolvido pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, sua instituição (como Agência Reguladora) e como foi sua atuação nesse novo cenário do setor petrolífero brasileiro e no desenvolvimento nacional.

O processo que levou à quebra do monopólio estatal do petróleo ou a sua flexibilização foi resultado de um longo debate nacional, onde se destacam os interesses de

grupos sociais em manter ou não, as empresas do complexo petrolífero – inclusive as empresas do setor petroquímico - sob a tutela do Estado. Vale destacar que, o processo de privatizações de estatais, teve início no governo Figueiredo e vai até o governo FHC (1980-2002). Contextualizar o cenário do debate nacional, sobre o monopólio estatal do petróleo, nos leva a identificar os interesses de grupos sociais - Partidos Políticos, Entidades Civis, Nacionalistas - na quebra (ou flexibilização) ou defesa do monopólio do petróleo.

O debate político-econômico sobre a manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo é, sem dúvida, um dos mais importante a nível nacional. Manter ou não qualquer monopólio na estrutura de livre-mercado das economias capitalistas, com mudanças sistemáticas nas relações econômicas internas e externas, constitui-se a principal temática ora discutida, a nível político ou ao nível de entidades que representam à sociedade civil. Essa discussão criou correntes antagônicas, em nível nacional, que tem como principal fórum o Congresso Nacional e se constituiu o mais longo debate político-econômico da história brasileira, que corresponde a todo o período de existência da Petrobrás (criada em out/53). Até a Revisão Constitucional de 1988, a corrente que defende a manutenção do monopólio estatal do petróleo, conseguiu se sobrepor mais uma vez (adiando a discussão para outra Revisão) ao grupo de parlamentares considerados neoliberais (composto por políticos que compõem os partidos conservadores). Como parlamentar responsável pela apresentação de um substituto, em 28.01.53, que defendia o monopólio estatal com a criação da Petrobrás, Rocha faz a seguinte análise, ao criticar a tese neoliberal sobre a participação do Estado na economia:

A teoria Neoliberal de não participação do Estado na economia, aplicada no Brasil, fez da privatização a palavra da moda. Uma espécie de panacéia para todos os males. Ninguém defende a hipertrofia do Estado, mas não se pode deixar de reconhecer que tem sido o Estado um fator de defesa da economia nacional e do nosso desenvolvimento e, na medida do possível, uma resistência à sucção dos nossos recursos por parte dos grandes centros do poder econômico mundial. Por isso: nem hipertrofia, nem atrofia.

Nada justifica que se entregue toda a nossa economia à iniciativa privada. É certo que não é o capital nacional que vai absorver as grandes indústrias ou atividades

*econômicas que exigem elevados investimentos e alta tecnologia e, sim o capital transnacional.*¹³⁵

Os posicionamentos dos principais Partidos Políticos do país sobre o monopólio estatal do petróleo, durante as discussões sobre a Revisão Constitucional (out/93 a maio/94), segundo a Folha de São Paulo, de 29.05. 94. As linhas programáticas definidas por cada Partido Político, foram as seguintes:

Para o Partido dos Trabalhadores (PT), concorda com a participação do Estado na exploração e produção de petróleo, desde que permaneça sob seu controle o setor petrolífero. O programa do Partido não é claro sobre a manutenção ou não, do monopólio em toda a sua extensão, nem sobre se a Petrobrás deve permanecer como a única executora dele. Essa posição foi revista pelo Partido e no que concerne às empresas do setor petroquímico que compõem o Complexo Petrobrás; ao entender que a *Holding* Petrobrás deve centralizar todas as atividades do setor petrolífero brasileiro.

Já o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), defendeu não só a quebra do monopólio estatal do petróleo, como admitia a privatização de estatais, dentre elas a Petrobrás, objetivando diminuir o tamanho do Estado. Assim, o programa partidário do PSDB, adota a concepção neoliberal da não participação do Estado nas atividades produtivas. Essa concepção ideológica é reafirmada por Fernando Henrique Cardoso, quando afirma que:

*... nossa proposta (minha, do PSDB e dos que nos apóiam) é reformar o Estado, enfrentando os interesses corporativos, para criar os instrumentos de uma nova articulação entre o país e a ordem mundial, sem que esta se dê, como hoje, a matroca respondendo automaticamente às propostas internacionais ou refugiando-se no protecionismo de um "estatismo envergonhado", manipulado pelos interesses corporativos de funcionários, às expensas dos interesses da imensa maioria do povo.*¹³⁶

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), admitia que o Estado é produto das contradições antagônicas de classe, mas que o mesmo Estado pode organizar a economia de forma que as contradições sejam superadas. Considerava o monopólio estatal do petróleo

¹³⁵ Rocha, op. cit., p. 44.

¹³⁶ Cardoso, 1994, p. 178.

uma questão de "soberania nacional" e afirmava que ele tem sido eficiente para o País. Apresentou como meta para a PETROBRÁS, a auto-suficiência do Brasil em petróleo até o final da década de 1990.

O Partido Progressista Republicano (PPR, ex-PDS), além de concordar com a concepção neoliberal da não participação do Estado em atividades produtivas, apresentaram proposta de quebras de monopólios através de concessões e permissões nas áreas de energia, telecomunicações e transportes. O Partido entendia serem "indesejáveis" os monopólios públicos e privados.

O Partido Liberal (PL), ideologicamente predomina a concepção neoliberal da não participação do Estado na economia, e destaca que o Estado deve investir em áreas ainda não exploradas e após o sucesso transferir os resultados para a iniciativa privada. Foi favorável à quebra do monopólio porque considerava o monopólio "*um biombo que protege a ineficiência e a má gestão*". Para o Partido Liberal, o monopólio estatal do petróleo é um dos responsáveis pela perda de competitividade da economia brasileira.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), considerado um Partido progressista, por isso, o Estado é visto, dentro de uma concepção, onde deve desempenhar um papel de regulador das atividades econômicas, e, capaz de superar as contradições inerentes do capitalismo, principalmente nos períodos de crise. Não se definiu sobre a questão, e sendo o maior Partido do Congresso Nacional, enfrenta a dificuldade de definição ou de posicionamento sobre o monopólio estatal do petróleo. Ficou claro, na atual Revisão Constitucional, que a maioria dos parlamentares que compõem o Partido se posicionou favorável a manutenção do monopólio.

O Partido da Frente Liberal (PFL), na concepção do capitalismo moderno é autenticamente neoliberal, e não admite o Estado desempenhando qualquer função produtiva, mas, apenas funções sociais. O Partido da Frente Liberal foi favorável à quebra do monopólio estatal do petróleo, bem como a sua privatização. Defende a entrada do capital transnacional em todos os setores produtivos da economia, principalmente os monopolizados pelo Estado, como solução para alavancar o desenvolvimento econômico do País.

A privatização, de empresas do setor petroquímico, enfraqueceu a estrutura produtiva verticalizada da Petrobrás. Antes de tudo, é necessário entender a estrutura

produtiva da Petrobrás e o que foi privatizado. De que forma a privatização ocorreu e como afetou a estrutura produtiva do monopólio e assim, entender porque a Petrobrás não foi privatizada.

Esse processo de privatização de estatais e quebra de monopólios, teve seu início, ainda no governo Figueiredo (1979-1985), com a criação do “Programa Nacional de Desburocratização” em julho de 1979, em cujo Decreto definia para algumas empresas deficitárias, a recomendação para a transferência do seu controle acionário, para o setor privado. Em julho de 1981, foram criados o “Programa de Desestatização” e a “Comissão Especial de Desestatização”. Como resultados foram privatizadas 20 (vinte) empresas estatais – consideradas de menor importância para a economia ou por terem sido estatizadas, como atividades que não tinham importância estratégica, para o processo de desenvolvimento econômico. Outras 22 (vinte e duas) empresas estatais foram transferidas para Governos Estaduais ou entraram num programa de fusão com outras empresas.

No governo Sarney (1985-1990), para a continuidade desse processo de privatizações, foi criado o Conselho Interministerial de privatização, depois transformado em Conselho federal de Desestatização. Foi definido um novo formato para as privatizações, que iam desde abertura do capital social das empresas até mesmo a sua liquidação, significando que as empresas poderiam ser transferidas para a gestão privada ou mesmo ter suas ações pulverizadas. Ao final do governo Sarney, 18 (dezoito) empresas estatais foram privatizadas – algumas dessas empresas tinham sido estatizadas por governos anteriores, para evitar falências - e 24 (vinte e quatro) foram transferidas para Governos Estaduais ou liquidadas.

No governo Collor (1990-1992), que presidiu o país por dois anos e meio (devido ao *impeachment* de que foi alvo), o processo de privatização teve início no dia da posse, ao apresentar um pacote neoliberal de 20 medidas provisórias, que foram transformadas em Lei 8.031/90, que instituiu o “Programa Nacional de Desestatização”. Essa Lei definia o papel do Estado, a partir de sua retirada de atividades econômicas e a sua concentração em atividades que lhes são essenciais (saúde, educação, habitação, etc); a redução da dívida pública e a democratização do capital das estatais que seriam privatizadas. Como resultados, dessa política neoliberal, foram privatizadas 18 (dezoito) empresas estatais, dentre elas: siderúrgicas e a maioria empresas do setor petroquímico.

O restante do mandato foi concluído por Itamar Franco (1992-1994). De início, o governo de Itamar Franco interrompeu o processo de privatização, elaborado no governo Collor, suspendeu os leilões programados para a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e da ULTRAFÉRTIL. Novas normas, para o processo de privatização, foram definidas no Decreto nº 724, onde exigiam que os pagamentos fossem efetuados em moeda corrente; os recursos resultados das privatizações seriam direcionados para investimentos em áreas sociais e em ciência e tecnologia; obrigava os compradores das estatais investirem no meio ambiente; e, dava ao Presidente total poderes para decidir, em casos considerados polêmicos. Esse processo resultou na privatização de 17 (dezessete) empresas estatais, durante o curto governo Itamar Franco. Ao comentar esse período em as privatizações foram realizadas, Gonçalves faz uma síntese sobre esse processo e salienta que:

... na realidade, nas últimas décadas o Brasil teve governos com distintas orientações quanto à presença do capital estrangeiro na economia brasileira. No regime militar observou-se um viés nacionalista, com forte conteúdo estatizante no período Geisel (1974-1979) e um viés pró-setor privado nacional no governo Figueiredo (1980-1984). A partir de 1985, com o regime civil, houve mudanças expressivas. O governo Sarney teve um claro viés privatista, promoveu o setor privado nacional e provocou um processo de desnacionalização. Durante o governo Collor não se observou nenhuma tendência quanto à participação dos distintos blocos de capital. No governo Itamar houve o retorno da orientação nacionalista e ao mesmo tempo pró-setor privado nacional.¹³⁷

O governo que imprimiu, mais fortemente e de forma mais ampla, o processo de privatizações e quebra de monopólios, foi o de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Para realizar esse projeto, o governo FHC decidiu alterar a Constituição Federal nos pontos em que, tanto a economia nacional como as empresas estatais, estavam protegidas. Criou o “Conselho Nacional de Desestatização – CND”, com maiores poderes e uma legislação voltada para ampliar e concretizar, todo processo de privatização. A partir de então, sancionou a Lei das Concessões que tinha o poder de não só privatizar empresas estatais, como realizar licitações pra exploração de serviços públicos. Através da Lei nº 9.074/95, permitia transferir ao setor privado o direito de explorar os serviços de energia elétrica. Ainda em maio de 1995, pelo Decreto nº 1.481, incluiu no Programa de Privatizações as

¹³⁷ Gonçalves, 1999, p. 133-134.

estatais: ELETRONORTE, ELETROSUL, FURNAS, CHESF e também a ELETROBRÁS. Mandou para leilão, todas as empresas estatais que tiveram seus leilões suspensos, no governo Itamar Franco, dentre elas 8 (oito) empresas do setor petroquímico. Novo pacote, de empresas estatais, foi levado para leilão, como: a LIGHT, RFFSA, EXCELSA E MERIDIONAL, além de 31 (trinta e um) portos brasileiros. Tudo isso aconteceu porque *a política neoliberal imposta pelas estruturas hegemônicas internacionais e aceita de forma submissa pelo atual governo, perpetra verdadeiro crime de lesa pátria*.¹³⁸

O governo FHC, ao dar continuidade ao processo de aprofundamento das políticas neoliberais, realizou a quebra do monopólio do petróleo (Lei nº 9.478/97, de 06 de agosto de 1997) e das telecomunicações, ao mesmo tempo em que, liberou a pesquisa e lavra do subsolo brasileiro para empresas de capital nacional ou internacional. Também, sancionou a Lei nº 9.295, que liberou ao capital privado a exploração da telefonia celular; o transporte de sinais por satélite e outros segmentos de telecomunicações. Mesmo enfrentando movimentos sociais, contrários ao processo de privatizações, o governo FHC, em maio de 1997, privatizou em maio de 1997 a Companhia Vale do Rio Doce, considerada a maior transação de uma empresa estatal e a vigésima a ser privatizada. Assim, o país se vê diante de uma realidade: os setores estratégicos têm suas empresas privatizadas, como também, flexibilizadas com a quebra do monopólio.

*Somente no governo FHC é que se constata, pela primeira vez, na história econômica recente do país, um nítido e forte processo de desnacionalização, que vem acompanhado da perda de posição relativa, tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais. Esse tipo de processo, de desnacionalização, é inusitado, pois envolve o enfraquecimento generalizado dos blocos de capitais nacionais (privado e estatal).*¹³⁹

Vale destacar que, mais de 500 (quinhentas) empresas (públicas e privadas) foram desnacionalizadas na década de 1990.

Chega-se a uma constatação de que, todo processo desencadeado pelo Programa Nacional de Desestatização – PND, tinha como objetivos: a) a redefinição do papel do Estado, dentro de uma configuração imposta pela economia mundial; e, b) realizar uma re-arrumação da burguesia ou elite brasileira (associada ao capital internacional), em virtude

¹³⁸ Vidal & Vasconcelos, op. cit., p. 29.

¹³⁹ Gonçalves, op. cit., p. 134.

da crise econômica dos anos de 1980 e 1990, com a transferência (ou apropriação) do patrimônio público (via privatizações ou quebra de monopólios) para o capital privado. Com a consolidação desse processo, ocorre:

*... o enfraquecimento generalizado do empresariado nacional e as fantásticas oportunidades de investimento, resultantes da privatização, têm permitido que alguns poucos grupos econômicos nacionais – freqüentemente, em associação com o capital estrangeiro ou tomando empréstimos externos – experimentem uma excepcional expansão. Esses grupos são os chamados “barões da privatização”.*¹⁴⁰

Na realidade, esse processo de privatização definiu os grupos econômicos que foram além de favorecidos com a formação de conglomerados, passaram a controlar setores estratégicos da economia nacional. Pode-se, enumerar alguns grupos que se beneficiaram das privatizações:

- No Setor Petroquímico → O Grupo ODEBRECHT (majoritário do pólo de Camaçari – BA).
- No Setor de Fertilizantes → As Multinacionais: MANAH, SOLORICO E CARGIL que exercem o monopólio do setor e controlam as seguintes empresas: ULTRAFÉRTIL, FOSFÉRTIL, GOIASFÉRTIL, INDAG e ARAFÉRTIL.
- No Setor Siderúrgico → O Grupo GERDAU, o Banco BOZANO SIMONSEN e os Fundos de Pensões das Estatais.

Desta forma, temos um novo cenário na vida econômica do país, a partir do momento em que, *a burguesia nacional está sendo substituída, por um número reduzido de barões da privatização, freqüentemente associados ao capital estrangeiro.*¹⁴¹

Todas essas mudanças na economia brasileira, ocorridas nos anos de 1990, resultado da forte influência do neoliberalismo nas economias do Terceiro Mundo, com a adoção do receituário definido pelo “Consenso de Washington”, que imprimiu uma nova concepção do papel do Estado Nacional e ao mesmo tempo, provocou uma crise existencial do nacionalismo. Constata-se que:

¹⁴⁰ Ibid idem, p. 137.

¹⁴¹ Ibid idem, p. 155.

... as reformas neoliberais têm tido práticas concretas muito distintas. Mas, como "doutrina", estão centradas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução de tamanho e papel do Estado (para chegar ao chamado Estado mínimo).¹⁴²

Os diversos segmentos da sociedade civil que lideram os movimentos nacionalistas, nesse período, já não são capazes de organizarem uma mobilização em defesa do interesse nacional, ou seja, um movimento contrário à Revisão da Constituição, no que diz respeito à política petrolífera brasileira, a exemplo do que ocorreu nos anos de 1950.

Algumas opiniões foram pesquisadas, como forma de sentir, o que parte da intelectualidade brasileira ou representante de entidades civis pensavam, sobre esses processos de privatização, extinções de estatais e quebra de monopólios.

Para Bautista Vidal e Felisberto Vasconcelos:

É necessário defender a Petrobrás, empresa que mais descobriu petróleo nos últimos dez anos, empresa vitoriosa e única que detém tecnologia de prospecção de petróleo, em grandes profundidades marinhas.¹⁴³ Enfatizam tal posição ao destacar a importância de se pensar o nacionalismo como uma questão ética, fundamentada na vontade de sobrevivência dos povos. E como tal, o nacionalismo enquanto princípio que permite cada um defender seu direito à sobrevivência. Quem não é nacionalista, é inimigo do seu povo, da cultura a que pertence. O nacionalismo não é uma questão ideológica. É uma questão existencial e filosófica. É quase um princípio religioso, um conceito amplo da valorização da vida.¹⁴⁴

Imprime uma crítica à concepção neoliberal, adotada pelo governo brasileiro no que concerne às políticas econômicas impostas, pelos países hegemônicos, e que não correspondem às necessidades e aos interesses nacionais, principalmente, quando trata da desnacionalização de empresas públicas.

A crítica mais contundente da professora Conceição Tavares, é direcionada para o processo de privatização de estatais, enquanto acha que:

... os contratos de risco, parcerias, joint-ventures, mudanças na forma de gestão e controle públicos, tudo bem. Mas a idéia de "privatizar" a PETROBRÁS ou desmembrá-la, privatizando,

¹⁴² Tavares, M. da C. op. cit. p. 68.

¹⁴³ Vidal & Vasconcelos, op. cit., p. 19.

¹⁴⁴ Ibid, idem, p. 19-20.

*por exemplo, o comércio de petróleo, é de uma tamanha ignorância ou má-fé que é difícil agüentar a discussão nesses termos.*¹⁴⁵

A posição adotada por Herbert de Souza (Betinho), Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais - IBASE, da questão sobre privatização ou não de estatais, está centrada numa preocupação central: como poderão sobreviver essas empresas? Observa que as estatais estão destinadas à morte e, na ausência dessas empresas, o Brasil tem diante de si um quadro imprevisível de deterioração social e política. Para se salvarem, essas empresas devem se desatrelar da União; devem deixar de ser estatais para serem públicas. (...) Devem voltar a ser empresas e poder determinar os preços de seus serviços e produtos de acordo com o mercado.¹⁴⁶ A partir dessa idéia de empresa pública, Herbert de Souza, desenha o formato ideal para essas empresas se tornarem eficientes e eficazes, desde que sejam:

*... controladas por formas inovadoras de participação da sociedade e do próprio Estado. Deverão ter autonomia, direção própria, planejamento de longo prazo, estratégias de desenvolvimento, capacidade de inovação tecnológica e o mercado como critério de seu próprio desempenho. E adiante enfatiza que, as empresas estatais nessa nova modalidade serão públicas, autônomas, autogestionárias, solidárias com o desenvolvimento do país. Fiscalizadas pelo Estado e pela sociedade, estarão atuando segundo as condições dadas pelo mercado na determinação de seus preços, salários, desenvolvimento tecnológico e investimentos.*¹⁴⁷

Algumas opiniões são destacadas, de entrevistas realizadas por Bautista Vidal e Gilberto Felisberto Vasconcelos, sobre o processo de quebra ou flexibilização do monopólio estatal do petróleo:

Paulo Vieira Belotti (ex-diretor da PETROQUISA, secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio, vice-presidente e Diretor-financeiro da Petrobrás):

Havia consenso de que o Brasil não poderia ser desenvolvido se não tivesse uma infraestrutura produtiva. A Petrobrás partiu para dar sua contribuição implantando as indústrias petroquímicas e de fertilizantes básicos, aproveitando os recursos naturais do país. Adiante

¹⁴⁵ Tavares, 1997, p. 80.

¹⁴⁶ Souza, 1994, p.35.

¹⁴⁷ *ibid*, *idem*, p. 36.

*destaca que, não me parece do interesse nacional é a venda de partes da Petrobrás e até mesmo essa política de livre acesso obrigatório de outras empresas a instalações da Petrobrás, pois, no futuro, isso pode causar grandes disputas e complicações.*¹⁴⁸

Barbosa Lima Sobrinho (Jornalista da Associação Brasileira de Imprensa, 103 anos, estudioso da Obra de Alberto Torres, pioneiro do nacionalismo brasileiro):

*O Brasil corre riscos em todas as suas principais realizações, em tudo o que foi construído a nosso favor. Querem reverter nossos interesses para entregá-los ao estrangeiro. Meus livros sobre o nacionalismo descrevem as campanhas em defesa dos interesses brasileiros. Creio que seja esse o nacionalismo que nos interessa. Se o Fernando Henrique estivesse aqui, ia perguntar a ele sobre isso, inclusive acerca das campanhas em defesa da Petrobrás, das quais ele participou com seu tio (Espírito Santo Cardoso) e seu pai. Enfatiza que, nós vamos repelir todos os inimigos do Brasil, pois não admitimos submissões. O sentimento nacionalista é profundo no Brasil. Alberto Torres nunca descuidou da defesa dos interesses do Brasil. O nacionalismo nunca esteve ausente da minha obra. Foram milhares de artigos e, nesses milhares de artigos, eu nunca esqueci a defesa dos interesses sagrados do Brasil.*¹⁴⁹

Ricardo Maranhão (Engenheiro da Petrobrás e ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET):

*Receio que essa tal abertura externa para o petróleo, com o aumento da influência das transnacionais no Brasil, vá ter reflexo desastroso sobre o Proálcool, porque essa gente não quer competição e eles sabem que o Brasil tem condições climáticas e de insolação excepcionais para ser um grande produtor dessa fonte de energia, oriunda da biomassa, e, eles não querem que o Brasil tenha independência no setor energético, vital em qualquer economia. Adiante afirma, o que a Petrobrás fez, e por isso querem destruí-la ou privatizá-la, o que dá no mesmo, foi mostrar que o povo brasileiro é capaz de construir uma grande empresa, respeitada em toda parte.*¹⁵⁰

Argemiro Pertence (da Associação de Engenheiros da Petrobrás – AEPET):

¹⁴⁸ Vidal & Vasconcelos, op. cit., p. 49 e 53.

¹⁴⁹ Ibid idem, p. 54-57.

¹⁵⁰ Ibid idem, p. 64 e 68.

A história do petróleo no mundo é uma história de poluição, agressões ao meio ambiente, por parte de grandes corporações privadas. Portanto, é plausível que o fato de se abrir agora no Brasil o setor para elas vai trazer um aumento do risco de agressões à natureza. Às vezes fazem isso até mesmo nos países que são sedes de suas matrizes. Sintetiza a real situação da Petrobrás com esse processo de desnacionalização, quando afirma que, com a venda da Petrobrás tinha impedimento constitucional, o governo preferiu comer pelas beiradas, privatizando a petroquímica; fertilizantes e outros ramos mais, e até na distribuição, propondo vender a BR Distribuidora. A companhia está sendo fatiada, despedaçada para poder atender ao comando externo.¹⁵¹

Guilherme Estrella (ex-Superintendente-geral do CENPES – Centro de Pesquisas da Petrobrás e atual diretor de Exploração e Produção da Petrobrás):

O desenvolvimento tecnológico é um dos pilares fundamentais da auto-estima nacional quando a gente resolve nossos problemas por nossa iniciativa.

Foi com o planejamento estratégico que o desenvolvimento tecnológico da companhia ganhou forma final, sua consistência concreta, porque esse planejamento começou a pensar a empresa 20, 50 anos na frente. Investir desde o conhecimento, levantamento de dados, consecução de projetos de engenharia.

O planejamento estratégico começou este modelo e isso, hoje, não existe mais. O negócio hoje é o mercado, não é mais o desenvolvimento nacional, já que não há projeto nacional de desenvolvimento.¹⁵²

Para Aloysio Biondi:

A esperança, hoje, está no Congresso, pois os sindicatos, como o dos petroleiros, e entidades como a AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), que tradicionalmente tomavam posição diante dos desmandos do governo, estão estranhamente silenciosos.¹⁵³

Apesar das opiniões, contrárias a quebra do monopólio do petróleo, o governo Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei nº 9478/97, em 06/08/1997, que libera a pesquisa e lavra do subsolo do país às empresas de qualquer nacionalidade. Ao mesmo

¹⁵¹ Ibid idem, p. 74 e 77.

¹⁵² Ibid idem, p. 89-90.

¹⁵³ Biondi, 2003, p. 41.

tempo, em que criou a Agência Nacional de Petróleo – ANP, que desempenhou um papel importante no processo de flexibilização ou quebra do monopólio, como o órgão regulador e fiscalizador do setor petróleo no Brasil. Na verdade, atuou mais como uma Agência definidora de políticas petrolíferas, o que a tornou alvo das críticas dos defensores do monopólio. Dentro desse novo cenário, a Petrobrás foi impedida de tomar empréstimos no exterior com juros de 6% ao ano. O que obrigaria a empresa a fazer parcerias, o que significava correr riscos e dividir lucros de atividades com parceiros (que não arriscaram capitais e que iriam produzir petróleo em áreas, onde já estava produzindo ou com reservas provadas). Em 1998, a Petrobrás foi impedida de emitir debêntures para captar recursos para investir em suas atividades produtivas. Ao mesmo tempo, em que a ANP retira mais 35% das áreas escolhidas pela Petrobrás, para exploração, restando à estatal, apenas, 7,1% do total das áreas reservadas ao leilão. Na tentativa de esvaziar as atividades da Petrobrás, o governo realizou cortes orçamentários, durante toda a década de 1990. Desta forma, a Agência Nacional de Petróleo – ANP,

... tomou áreas riquíssimas da Petrobrás para entregá-las às multinacionais, nos leilões. E a Petrobrás foi forçada a entregar à Agência todos os estudos e pesquisas realizadas durante décadas, que custaram bilhões de reais ao povo brasileiro. O mapa da mina, o mapa dizendo onde existe e não existe petróleo, e quanto tem em cada lugar.¹⁵⁴

Como resultado dessa política, imposta a Petrobrás, se fez necessário mudanças nas diretrizes de gestão administrativa, que visavam intensificar a atuação da *holding* Petrobrás no mercado externo. Com as mudanças foram adotadas novas políticas de atuação, tanto no mercado interno, como no mercado externo, objetivando desenvolver outras atividades além da exploração e produção de petróleo, tais como: produzir energia através de termoelétricas e hidroelétricas, como também, a inserção do gás natural como nova matriz energética no processo industrial brasileiro.

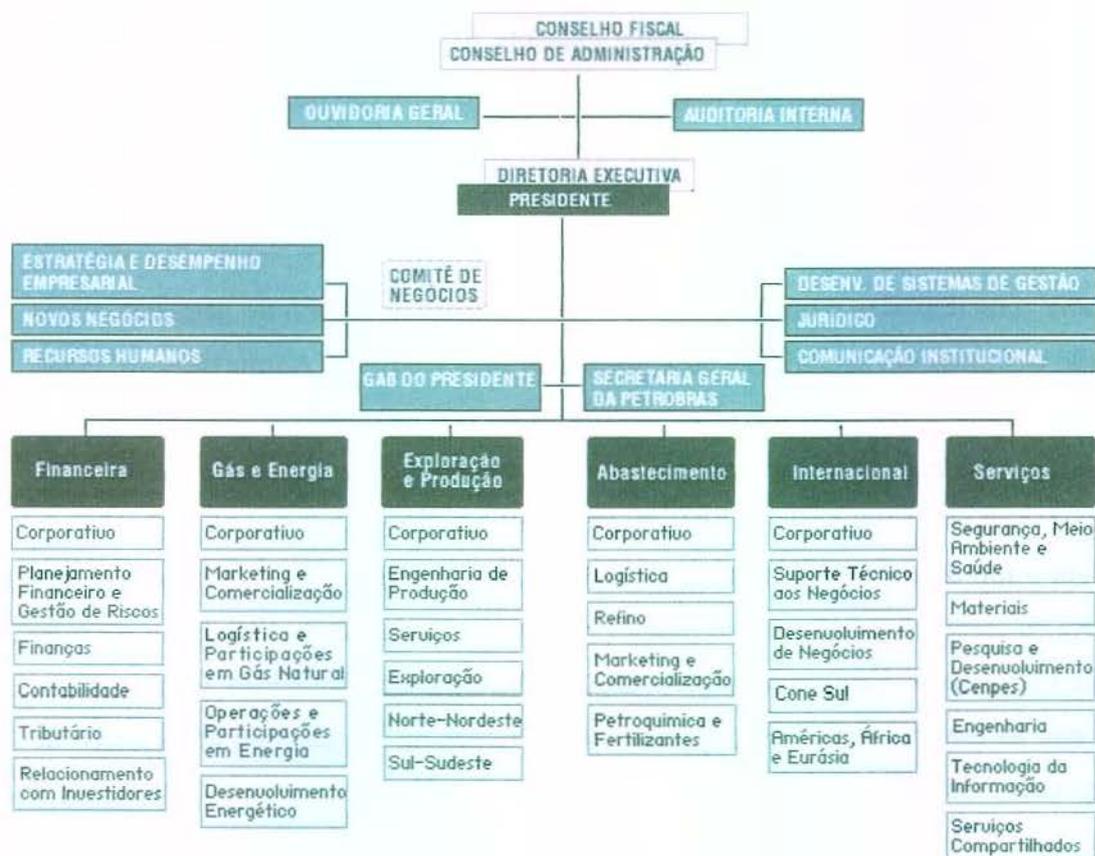
¹⁵⁴ Ibid idem, p. 46.

2.3 – Atuação sob Condições do Mercado

A contemporaneidade da Petrobrás é marcada pela adoção de novas práticas de gestão compartilhada, que objetivam assegurar uma maior proteção dos interesses de todos os acionistas ou controladores da gestão, e também, de grupos envolvidos com as atividades petrolíferas (fornecedores, empregados, etc.). A política de governança corporativa adota as melhores práticas de governança, baseadas na eficiência e na eficácia, e, tem como características a modernidade e a transparência da gestão de negócios. Essas práticas são definidas em estatuto social e aprovadas pelo Conselho Administrativo, como forma de assegurar e reforçar sua credibilidade junto aos mercados – petrolíferos e de capitais – tanto no país como no exterior, com o propósito de aprimorar o processo de gestão administrativa.

Com o fim do monopólio estatal da produção e exploração do petróleo, a Petrobrás entra na era da competitividade, sob a ótica da governança corporativa. Uma nova etapa na história da Petrobrás se iniciava com parceiros, no processo de exploração e produção de petróleo, que ao mesmo tempo eram grandes concorrentes no mercado de distribuição de derivados. Em 1999, 54 (cinquenta e quatro) empresas internacionais estão associadas à Petrobrás. Em 2005, seriam somente 39 empresas. Para enfrentar essa nova fase, a Petrobrás adotou o Planejamento Estratégico Decenal. Isso significava que teria que passar por uma reestruturação de todas suas atividades. Esse planejamento, sob a lógica da eficácia, eficiência e efetividade social, foi fundamental para uma política de investimentos, em longo prazo, e da internacionalização de suas atividades, resultando num crescimento das reservas e das produções de petróleo e gás natural. Esse desempenho foi precedido de uma reestruturação nas atividades de *upstream* (exploração e produção) e de *downstream* (transporte, industrialização e comercialização), que levou a Petrobrás à posição de destaque mundial, ao alcançar a auto-suficiência na produção de petróleo em 2006 (conforme evolução da produção de petróleo, Gráfico 4), dentre as grandes empresas do setor petrolífero. Ocorreu mudança na estrutura produtiva e de gestão da Petrobrás, em consequência da flexibilização do monopólio estatal do petróleo, conforme Figura 1:

FIGURA 1 – Organograma da Petrobrás



Fonte: Petrobrás (www2.Petrobrás.gov.br).

As mudanças ocorridas, no início dos anos 2000, com a reestruturação das atividades administrativas e produtivas, sob a ótica da governança corporativa, aprovadas pelo Conselho de Administração, em outubro de 2000. A *Holding* Petrobrás iniciou a implementação de novas políticas de ampliação das atividades produtivas e tinha como meta se tornar uma Empresa de Energia. Empresa que teria o papel de investir e diversificar novas fontes de energia renováveis (eólica, solar, hídrica, geotermia, biomassa e biocombustível), a fim de dotar o país de matrizes energéticas alternativas. Assim, a Petrobrás ao deixar a exclusividade de suas atividades do petróleo, amplia seu campo de

produção e geração em outras fontes de energias. Essas atividades podem ser entendidas (conforme Figura 1) a partir de diretorias ligadas diretamente à Presidência da Empresa, sempre com o intuito de obter uma maior eficácia, eficiência e integração de suas atividades. Portanto, a nova estrutura da *Holding* Petrobrás após a extinção da Petrobrás Internacional S. A. – BRASPETRO e da Petrobrás Fertilizantes S. A. – PETROFÉRTIL, ficou constituída com as seguintes Subsidiárias (empresas que têm autonomia administrativa e diretorias próprias apesar de subordinadas ao Sistema Petrobrás) :

- Petrobrás Gás S. A. – GASPETRO. Subsidiária responsável pela comercialização do gás natural nacional e internacional. Atua diretamente na ampliação da oferta do gás natural em todo o país. A distribuição do gás natural é feita por distribuidoras estaduais, às residências, indústrias, usinas e aos veículos automotivos. Também possibilita a Companhia atuar em outro importante segmento: o de telecomunicações. Um serviço que a empresa a mais alta tecnologia e é requisitada por grandes empresas em todo mundo. Com sólida infra-estrutura, confortando milhares de quilômetros de cabos de fibras óticas, a GASPETRO estará oferecendo ao mundo um sistema de transmissão rápido e seguro.

- Petrobrás Química S. A. – PETROQUISA. – Tem como objetivo desenvolver e consolidar a indústria química e petroquímica no Brasil. Atuar de forma segura e rentável nos mercados químico e petroquímico, com responsabilidade social e ambiental, exercendo efetiva gestão nas parcerias e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

- Petrobrás Distribuidora S. A. – BR – Cabe a empresa distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Tem como estratégia, liderar o mercado nacional nos segmentos em que atua.

- Petrobrás Transportes S. A. – TRANSPETRO – Atende às atividades de transporte e armazenagem de petróleo e derivados, álcool e gás natural, operando uma frota de 51 navios, 10 mil quilômetros de malha dutoviária e 44 terminais terrestres e aquaviários. O principal objetivo da TRANSPETRO é crescer e ajudar a impulsionar o desenvolvimento do país, em sintonia com a estratégia de negócios do sistema Petrobrás. No exterior, a empresa atua por intermédio da subsidiária Fronape Internacional *Company*, e colabora com a Petrobrás na implantação de projetos internacionais.

- Petrobrás Comercializadora de Energia Ltda. – Realização de pesquisas de novas fontes energéticas (exemplo: do bio-diesel); Compra e vende energia elétrica; energia termoelétrica com utilização de gás natural. Adquiriu 58% do controle acionário, do capital total, da *Perez Companc S.A.*, em 22.07.2006. Com a denominação de Petrobrás Energia *Participaciones S. A.*, a empresa atua com as seguintes subsidiárias: Petrobrás Energia Peru S. A., Petrobrás Energia Venezuela S. A. e Petrobrás Energia Ecuador S. A. A área de atuação dessas empresas, nesses países, envolve a produção de óleo e gás, refino, marketing e transporte, petroquímica, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O principal objetivo da empresa está centrado na geração de uma maior rentabilidade para acionistas, clientes, empregados, investidores, provedores e comunidades, onde desenvolve suas atividades. Por ser uma empresa integrada de energia, tem uma liderança na América Latina e uma projeção internacional.

- Petrobrás Negócios Eletrônicos S. A. - Participa no capital social de outras sociedades que tenham por objetivo: atividades realizadas pela Internet ou meios eletrônicos. A empresa se justifica pelo fato da Petrobrás, utilizar os mais modernos equipamentos e tecnologias da informática. Possui (no Edifício-Sede do Rio de Janeiro) um moderno “Centro de Realidade Virtual - CRV”, considerado a fronteira da tecnologia da informática. *A estrela do CRV:*

É um monólito com 48 processadores, 96 gigabytes de memória RAM e oito placas gráficas. Esse monstro da modernidade tecnológica tem como coadjuvantes um sistema de projeção tridimensional – formado por diversas telas, das quais a frontal tem 6,5 metros de comprimento por 2 metros de altura -, além de seis projetores traseiros e uma batelada de softwares. Da mesa de controle, com quatro monitores de cristal líquido, um operador põe toda tecnologia a serviço dos caçadores de petróleo.¹⁵⁵

- Petrobrás Internacional *Finance Company* – PIFCO – Os principais objetivos da PIFCO, que substituiu A Petrobrás Internacional S. A. – BRASPETRO, são: a) A compra e venda de petróleo; b) Tecnologias, equipamentos, materiais e serviços; c) Acompanhamento do desenvolvimento das empresas americanas e européias; d) Operação

¹⁵⁵ Petrobrás. 2004, p. 60.

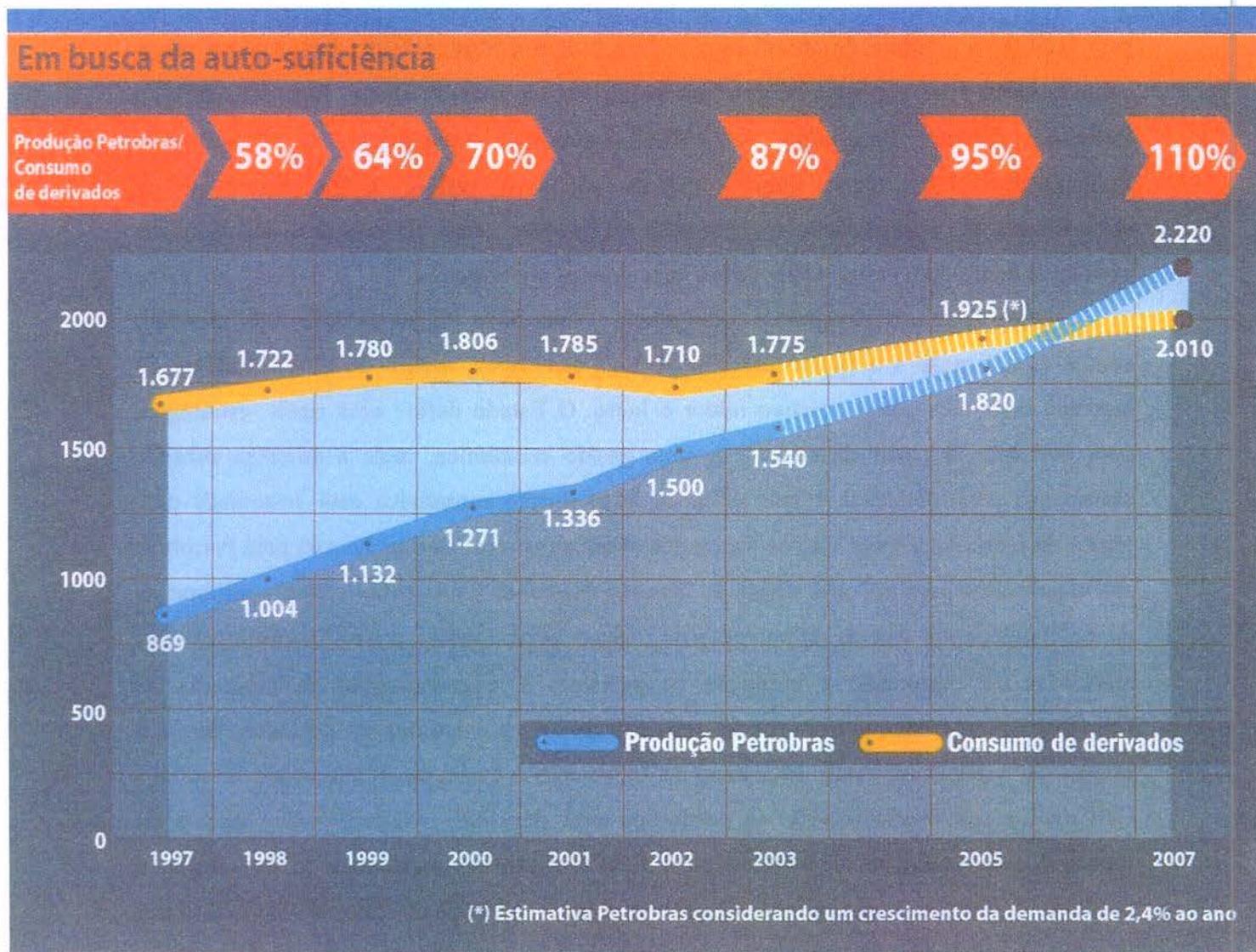
financeira com Bancos e Bolsa de Valores; e) Recrutamento de pessoal especializado; f) Afretamento de navios; e, g) Apoio em eventos internacionais, etc.

• *Downstream Participações S. A.* – Essa empresa foi criada em 27.11.2000, para facilitar a permuta de ativos entre a Petrobrás e a *Repsol-YPF* (Argentina) e servir como holding para os postos de gasolina adquiridos na troca de ativos. Em 05.02.2001, a Refinaria Alberto Pasqualine – REFAP, tornou-se subsidiária da *Downstream Participações S.A.*, tendo como objetivo social o refino, o processamento, a comercialização, a importação e exportação de petróleo bruto, de produtos derivados do petróleo e de produtos afins e atividades relacionadas ou similares.¹⁵⁶

Desta forma, a Petrobrás é incorporada a uma nova lógica da economia mundial, com a globalização e a financeirização de suas atividades, dentro de uma estratégia de mercado onde tem como objetivo maior o lucro. O Estado define uma nova estratégia para Petrobrás, a partir da criação de uma gestão econômica, onde a empresa subsiste alavancada pela eficiência e pela eficácia. Essa função estratégica está sustentada pela lógica do lucro, haja vista, que os resultados obtidos (as receitas e os lucros) pela Petrobrás são canalizados para a Conta Única do Tesouro Nacional fundamentais para equilibrar as contas do Governo. Apesar da mudança do caráter do monopólio, com a flexibilização das atividades de exploração e produção de petróleo; e, a privatização de empresas do Complexo Petroquímico, a Petrobrás subsistiu as crises em todos os períodos, desde o estágio do capitalismo tardio (dos anos de 1930, com o Conselho Nacional do Petróleo - CNP) até a sua financeirização (a partir dos anos de 1980). Mesmo com a quebra do monopólio da produção de petróleo ou a flexibilização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a Petrobrás sobrevive à crise dos anos de 1990. O maior exemplo da superação da crise pode ser constatada, pelo aumento da produção de petróleo, no período entre 1997 a 2005, conforme Gráfico 6, (com projeção para a produção de petróleo até 2007), resultado da gestão baseada na eficácia e na eficiência, e a internacionalização da Petrobrás, ao expandir suas atividades de exploração, e produção de petróleo, assim como de distribuição de derivados do petróleo em outros países, objetivando alcançar a auto-suficiência do país:

¹⁵⁶ Holding Petrobrás. www2.petrobras.gov.br. (01.12.2006 – 15:30 hs.)

**GRÁFICO 6 – Evolução da Produção de Petróleo e do Consumo de Derivados
1997-2005.**



O Plano Estratégico da Petrobras prevê a auto-suficiência em petróleo a partir de 2006

Fonte: Petrobrás (2004).

A projeção da auto-suficiência brasileira, na produção de petróleo, no período pós-flexibilização do monopólio estatal do petróleo (1997).

Outra política de superação da crise foi à aquisição de refinarias em outros países (Argentina e Bolívia), pela Petrobrás, com o objetivo de aumentar a capacidade de refino de petróleo e assegurar o abastecimento do mercado interno, a partir dos resultados obtido por essa atividade, nos anos de 1997 (ano da flexibilização do monopólio) e 2005 (quando a Petrobrás está inserida em um novo cenário mundial), conforme Tabela 1:

TABELA 1 – Capacidade Instalada e Utilização de Refinarias da Petrobrás 1997 e 2005.

Refinarias	CAPACIDADE INSTALADA E UTILIZAÇÃO DE REFINARIAS DA PETROBRÁS					
	Capacidade Instalada (Mbpd)		Capacidade Utilizada (Mbpd)		Utilização (%)	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005
Landulpho Alves	306	334	130	200	43	65
Presidente Bernardes	170	170	148	164	87	96
Duque de Caxias	226	242	178	24	78	88
Alberto Pasqualini	189	189	120	105	64	56
Replan - Paulínia	327	365	277	297	85	80
Reman - Manaus	14	46	14	44	97	96
Recap - Capuava	44	53	44	44	100	83
Pres. Getúlio Vargas	171	189	165	191	97	101
Henrique Lage	214	251	188	219	88	87
Fábrica de Asfalto CE	6	6	5	5	83	83
G. Villaruel - Bolívia	-	40	-	18	-	45
R. Eliçabe - Argentina	-	31	-	30	-	97
G. Elder Bell - Bolívia	-	20	-	15	-	75
San Lorenzo	-	38	-	33	-	87
Totais	1,812	2,125	1,403	1,708	78	81

Fonte: Petrobrás (www2.petrobrás.com.br ... 14/09/2006)

Dados atualizados em Maio de 2006. Organizado pelo Autor.

Mbpd – mil barris por dia.

Fonte: Petrobrás (www2.petrobrás.com.br ... 14/09/2006)

Portanto, uma nova fase da Petrobrás se configura, com a quebra ou flexibilização do monopólio da exploração e produção do petróleo, de resistência ou superação de uma crise política ou de concepção ideológica. A Petrobrás é posta a um novo desafio: como sobreviver ou superar essa crise? Essa superação seria possível com a implementação de uma política de expansão das atividades de exploração e produção de petróleo, baseadas na eficiência e eficácia. Isso significa que, as mudanças institucionais ocorridas no setor petróleo brasileiro, determinaram o re-direcionamento na forma de atuação da Petrobrás e justificaram a atualização de seu Plano Estratégico. Para tanto, foi definido como meta: a liderança do mercado de petróleo, gás natural e derivados, na América Latina, bem como, a atuação da Petrobrás como empresa integrada de energia, com expansão seletiva na petroquímica, tanto no mercado petroquímico brasileiro como no cone sul.

O processo de internacionalização da Petrobrás, nesse novo contexto, enquanto multinacional brasileira, teve início com algumas ações, no exterior, visando consolidar essa forma de gestão compartilhada ou de governança corporativa.

a) A Petrobrás assinou, em dezembro de 2005, três contratos de aquisição de ações – Share Purchase Agreement , para aquisição dos negócios de combustíveis (varejo e mercado comercial) na Colômbia e a totalidade das operações no Paraguai e Uruguai de ativos oriundos da Shell, no valor de US\$ 140 milhões.

b) A Petrobrás através de sua subsidiária Petrobrás Internacional Braspetro, constituiu no Japão a Brasil-Japan Ethanol Co. Ltd, que terá a denominação em japonês de Nippaku Ethanol K.K., com o objetivo de importar e distribuir etanol de origem brasileira, desenvolvendo soluções técnicas e comerciais que resultem no suprimento confiável e de longo prazo de álcool para o mercado japonês. A participação acionaria da Brasil-Japan Ethanol Co. Ltd tem a Petrobrás com 50% e a Nippon Alcohol Hanbai K.K. com 50%. Essa nova empresa buscara soluções técnicas e comerciais para introduzir o etanol na matriz energética japonesa, em substituição aos combustíveis fósseis de forma a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, como o dióxido de carbono.

O fundamento do papel do Estado, nessa nova concepção de internacionalização e de gestão compartilhada, pode ser entendido em dois momentos distintos: no primeiro, o Estado está voltado para as questões nacionais, ou seja, uma visão política onde os interesses estão centrados na gestão governamental, e, no segundo, o Estado passa da

política para a gestão, isto é, passa a ser gestor e não definidor de políticas, em razão da questão nacional que se esvazia, além da redefinição do seu papel no novo arranjo internacional. O Estado substitui a lógica do nacional (do desenvolvimento) pela lógica do mercado. A Petrobrás como uma multinacional, os interesses dela passam para os controladores da gestão, ou seja, dos acionistas ou investidores. Com esse formato de gestão, a responsabilidade de investimento ou de industrialização, passa para sociedade.

A partir dessa lógica é possível entender, porque a Petrobrás não foi privatizada. Alguns indicadores de resultados da Petrobrás, no período pós-flexibilização das atividades de exploração e produção de petróleo, nos leva a crer que, são imprescindíveis para ajuste fiscal das contas públicas. Assim sendo, o Estado não pôde abrir mão da gestão da Petrobrás, o que pode se configurar como um impedimento ao processo de privatização dessa estatal.

Quando se analisam os resultados financeiros da Petrobrás (contidos nos Relatórios Anuais) e considera-se a sua complexidade, em relação à consolidação dos dados, sem o devido conhecimento da metodologia contábil adotada (utilização de um Plano de Contas), enfrenta-se um grande desafio na análise, agregar categorias que possibilitem explicar ou justificar a validade do novo modelo de gestão, implantada pela Petrobrás, ou sua capacidade de sucesso medida pela eficiência. Nesta análise, consideram-se todos os resultados que são canalizados para o gestor (o Estado), através da Conta Única do Tesouro Nacional, assim como, a participação dos Acionistas (com capital votante), conforme Tabela 2, por terem um peso maior na distribuição dos dividendos, e serem proprietários de Ações Ordinárias. Enquanto, os Acionistas minoritários são proprietários de Ações Preferenciais, sem direito a voto.

TABELA 2 - Principais Acionistas da Petrobrás

ACIONISTAS (1)	%
União Federal	55,7
BNDESPAR	2,0
Fundo de Participação Social – FPS	0,6
Custódias da Bolsa	4,7
Estrangeiros	2,8
ADR – Nível III (2)	24,9
Fundo Mútuo de Privatização – FGTS	5,9
Outros	3,4
Total	100,0

Fonte: Relatórios da Petrobrás (1996-2005) em CD-RW

Tabela elaborada pelo Autor

1) Acionistas com Capital Votante (Ações Ordinárias).

2) Programa de *American Depositary Receipts* – ADR (Bolsa de Valores de Nova Iorque).

Para entender o cálculo que determina ou consolida os lucros líquidos, da Petrobrás, destacamos algumas variáveis utilizadas e que são específicas para cada exercício financeiro, de acordo com a conjuntura econômica nacional ou internacional:

- a) *Aumento do lucro bruto em função do comportamento dos preços do petróleo e derivados nos mercados interno e externo, do aumento da produção de petróleo e LGN (gás de cozinha) no país, do acréscimo da produção e da qualidade dos derivados;*
- b) *Aumento nas despesas com vendas, para atender ao volume comercializado e o aumento do custo de fretes marítimos, tendo em vista o crescimento das exportações;*
- c) *Aumento das despesas gerais e administrativas, em virtude dos maiores gastos com pessoal, com manutenção de redes e com licenças de software;*
- d) *Aumento nas despesas com planos de pensão e de saúde de aposentados e pensionistas devido à mudança da premissa procedida na revisão atuarial de dez/2004;*
- e) *Aumento das despesas de prospecções e exploração, devido ao aumento da atividade de geologia e geofísica, a baixa de poços secos e/ou sub-comerciais e ao efeito do complemento da provisão para abandono de área;*
- f) *Aumento nas despesas de pesquisas e desenvolvimento (P&D), para atender às atividades de pesquisa e contratação de licença de exploração de dados sísmicos;*

g) *Aumento de outras despesas operacionais, em função, principalmente, dos gastos com relações institucionais e projetos culturais e perdas líquidas no segmento de Gás e Energia;*

h) *Redução nas despesas tributárias, em função da mudança na legislação que reduziu a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre as receitas financeiras;*

i) *Aumento dos preços de petróleo e derivados de exportações; e,*

j) *Aumento do lucro bruto da área internacional*¹⁵⁷.

Iniciemos com uma observação sobre o EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), conforme Tabela 3.

Considerando que os resultados do EBITA são significativos para a decisão do investidor; considerando que esses resultados são crescentes e favoráveis, no período entre 2000 e 2005; considerando que nesse mesmo período, a distribuição de dividendos teve uma certa regularidade, apesar das variações que ocorreram; considerando os investimentos em infra-estrutura em todas as atividades relacionadas, diretamente, com a produção, refino e distribuição dos derivados do petróleo, no país e no exterior. Conclui-se que, o desempenho da Petrobrás, com base nesses dados, confirmam a sua performance, no mercado de capitais, e é apontada como a empresa brasileira que detém a maior credibilidade reconhecida pelos investidores nacionais e internacionais. A credibilidade é resultado da gestão empresarial e da boa governança, traduzidas em dados financeiros e operacionais; nas parcerias firmadas tanto nas atividades de exploração e produção de petróleo, no país e no exterior, como nas atividades da petroquímica; no avanço tecnológico de novas técnicas de exploração, produção e refino do petróleo, etc.

¹⁵⁷ Relatórios da Petrobrás – 1997 a 2005.

TABELA 3 - Resultados Obtidos pela Petrobrás (EBITDA, Lucros Líquidos e Participações Governamentais) – 1996-2005.

Anos	EBITDA (R\$ milhões) (1)	Lucros Líquidos (R\$ milhões)	Participações Governamentais (R\$ milhões) (2)
1996	2.903	664	ND
1997	3.208	1.533	ND
1998	3.689	1.433	ND
1999	9.449	1.771	1.091
2000	16.527	10.159	2.975
2001	14.577	10.294	4.100
2002	14.996	9.804	1.674
2003	26.411	17.525	1.496
2004	29.004	17.754	2.008
2005	36.518	23.450	2.477
Totais	157.282	94.387	15.821

Fonte: Relatórios da Petrobrás (1997 a 2005) em CD-RW.

Os valores expressos em Reais (R\$), mencionados nessa análise financeira, foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

- (1) Resultado antes dos impostos, das participações minoritárias, do resultado financeiro líquido, das participações sem investimentos relevantes, e da depreciação, amortização e custo com abandono.
- (2) As participações especiais incidem sobre os campos de petróleo com alta produtividade e o comportamento de seu custo reflete o aumento da produção e a elevação do preço de referência dos petróleos extraídos desses campos.
- Os *royalties* incidem sobre a evolução dos volumes de produção e a variação do preço dos petróleos.

Tabela elaborada pelo Autor.

Ao verificar a significância dos valores, dos Lucros Líquidos (Tabela 3), das Participações Governamentais (Tabela 3) e dos Dividendos - Ações Ordinárias, conforme Tabela 4, quando canalizados para a Conta Única do Tesouro Nacional, a idéia de agregá-los, tem o objetivo analítico de saber, qual é o peso desses valores sobre superávit primário?

TABELA 4 - Dividendos Pagos aos Acionistas pela Petrobrás 1996-2005.

Anos	Valor dos Dividendos (R\$ milhões)
1996	373
1997	382
1998	361
1999	882
2000	2.573
2001	3.584
2002	2.761
2003	5.647
2004	5.044
2005	4.830
Total	26.437

Fonte: Relatórios da Petrobrás (1996-2005) em CD-RW.
Tabela elaborada pelo Autor.

A série histórica dos dados do superávit primário, no período entre os anos de 1999-2005, (conforme Tabela 5), pode ser considerada pequena. Isso ocorreu em função dos resultados, nos anos anteriores, apresentarem uma certa irregularidade e na sua maioria foram deficitários. Mas, os resultados, da Tabela 6, mostram a capacidade de financiamento, da Petrobrás, no conjunto das contas públicas (representadas pela sua síntese: o superávit primário), num cenário em que a evolução do superávit primário é crescente. Desta forma, a Petrobrás, enquanto a maior empresa petrolífera da América do Sul, considerando os bons resultados que obteve nos últimos anos, confirmam sua posição de empresa de alta rentabilidade, fruto de uma gestão compartilhada.

TABELA 5 - Resultados do Superávit Primário – 1999-2005.

Anos	Superávit Primário (R\$ bilhões)	% Produto Interno Bruto
1999	20,2	3,1
2000	21,2	2,0
2001	43,7	3,7
2002	52,4	3,9
2003	66,2	4,3
2004	81,1	4,6
2005	93,5	4,8
TOTAL	378,3	-

Fonte: Boletins do Banco Central (1999 a 2005).

Tabela elaborada pelo Autor.

Cabe fazer uma observação, referente aos resultados do superávit primário em relação às participações governamentais, no período analisado. Enquanto os saldos do superávit primário se projetam em escala crescente e o quanto representa em termos percentuais (%) do Produto Interno Bruto – PIB (com o mesmo comportamento crescente, a partir do ano de 2001); as participações governamentais, oriundas da Petrobrás, diminuem sua capacidade de financiamento, numa escala decrescente, isso não leva a conclusão de que essas participações foram insignificantes no compute geral do superávit primário. Conforme a Tabela 6, a capacidade de financiamento ou pagamentos de juros da dívida pública e/ou sua amortização, das receitas representadas pelas participações governamentais (Holding Petrobrás), nas Contas Públicas, estiveram sempre acima de 25% (em relação ao valor total do superávit primário).

TABELA 6 - Impactos das Participações Governamentais* sobre o Superávit Primário - 1999-2005.

(em R\$ bilhões)

Anos	Superávit Primário (A)	Participações Governamentais (B)	% Capacidade de Financiamento B/A
1999	20,2	11,0	54
2000	21,2	14,6	69
2001	43,7	17,4	40
2002	52,4	13,0	25
2003	66,2	22,2	34
2004	81,1	22,6	28
2005	93,5	28,6	31
Totais	378,3	129,4	-

Fonte: * Relatórios da Petrobrás (1999-2005) em CD-RW.

* Boletins do Banco Central (1999-2005)

* As Participações Governamentais é igual ao somatório de lucros líquidos + *royalties* + participações especiais + dividendos.

- Os dividendos foram calculados de acordo com o percentual de Ações Ordinárias em poder da União Federal.
- Tabela elaborada pelo Autor.

Os dados referentes à Receita Operacional Líquida, conforme Tabela 7, não são incluídos, nos cálculos das Participações Governamentais, em virtude de ser uma conta de consolidação, resultante das receitas e despesas, da Conta Petróleo. Nessa conta são computadas todas as transações, de exportações e importações de petróleo e gás natural.

TABELA 7 - Receita Operacional Líquida – 1997-2005.

(em R\$ milhões)

Anos	Área Nacional	Área Internacional	Total
1997	15.452	1.217	16.669
1998	14.703	1.126	15.829
1999	24.988	1.893	26.881
2000	40.733	3.895	44.628
2001	51.777	5.735	57.512
2002	64.950	4.226	69.176
2003	86.279	9.463	95.743
2004	100.531	10.594	111.128
2005	125.137	11.468	136.605
Totais	524.550	49.617	574.167

Fonte: Relatórios da Petrobrás (1997-2005) em CD-RW.

Tabela elaborada pelo Autor.

O que é relevante nos dados consolidados da Receita Operacional Líquida, resultante da Conta Petróleo, diz respeito ao valor líquido das transações realizadas no período entre 1997 e 2005 (com exceção do resultado do ano de 1998 em relação a 1997), mostram que ocorreu um crescimento considerável, o que pode ser explicado pelo aumento da produção nacional de petróleo, conforme Gráfico 6, e uma diminuição no volume das importações. Os resultados, das receitas operacionais líquidas, obtidos em atividades de exploração, produção, refino e distribuição de derivados, em outros países, se comparados com os investimentos consolidados (conforme Tabela 8), para o mesmo período, observa-se que o retorno do capital adiantado resultou numa rentabilidade alta, própria das atividades petrolíferas. Também, resulta do modelo de gestão compartilhada ou governança corporativa, adotado pela Petrobrás, que incorporar a lógica de mercado e a internacionalização de suas atividades.

TABELA 8 - Investimentos Consolidados – 1997-2005.

(em R\$ milhões)

ANOS	EXPLOR. E PROD.	ABASTECIMENTO	GÁS E ENERGIA	INTERNACIONAL	DISTRIBUIÇÃO	CORPORATIVA	SOC. DE PROPOSTOS ESPECÍFICO	EMPREENHIMENTO EM NEGOCIAÇÃO	PROJETOS ESTRUTURADO	TOTAL
1997	2.231	810	-	275	363	-	-	-	-	3.679
1998	2.063	515	293	-	1.462	-	-	-	-	4.333
1999	2.080	1.913	-	646	526	-	315	402	1.701	7.583
2000	3.929	696	-	582	-	-	540	144	1.320	7.211
2001	4.935	1.209	374	1.176	209	570	-	111	1.354	9.938
2002	7.438	2.514	796	5.887	439	297	-	523	970	18.864
2003	8.772	4.705	1.118	1.967	332	460	-	615	516	18.485
2004	12.441	3.907	625	2.331	1.223	624	775	454	169	22.549
2005	13.934	3.289	1.527	3.153	495	532	2.385	311	87	25.710
TOTAIS	57.823	19.558	4.733	16.017	5.049	2.483	4.015	2.560	6.117	118.352

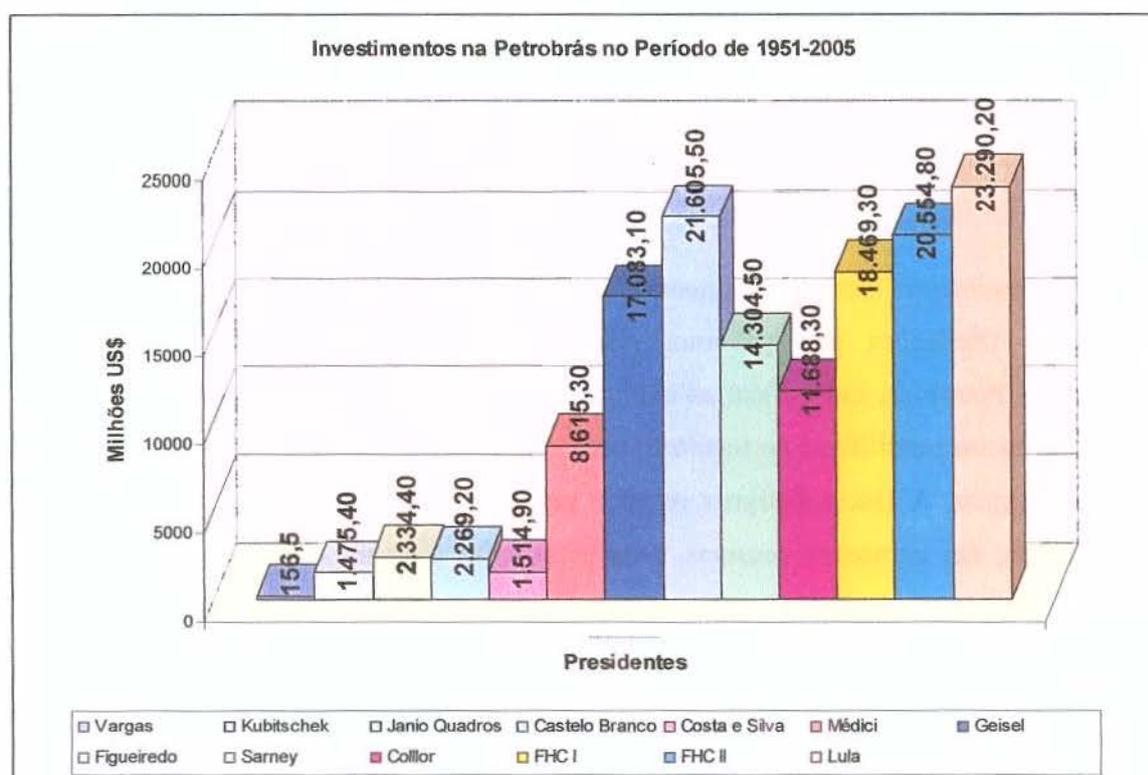
Fonte: Relatórios da Petrobrás (1997-2005) em CD-RW.

Tabela elaborada pelo Autor.

Os resultados alcançados pela Petrobrás, desde a sua criação (1953) até os dias atuais, só foram possíveis em virtude da definição, pelo Estado, de políticas para o setor do petróleo e energia, capazes de dotar o país de uma infra-estrutura necessária para consolidar a industrialização brasileira. Esse esforço estatal pode ser traduzido pelo montante de investimentos destinados à Petrobrás. No Gráfico 7, verifica-se a tendência de aumento no volume de investimentos, destinado as atividades petrolíferas, por cada governo. Observa-se, porém, que ocorreu uma diminuição dos investimentos, nos governos Sarney e Collor –

período em que se iniciava o processo de privatização das estatais do setor petroquímico, apesar dos resultados positivos de exploração e produção de petróleo, na Bacia de Campos – RJ. Apesar da retomada dos investimentos nos dois governos FHC, o processo de privatização não foi interrompido. Com o início dos governos Lula, em 2003, as atividades da Petrobrás, dentro de uma nova lógica de gestão, passa a contar com um volume maior de investimentos, em virtude da internacionalização de suas atividades. Essa internacionalização resultou numa dependência, insignificante, das importações de petróleo e seus derivados, devido ao aumento da produção interna de petróleo. A Tabela 9 mostra os investimentos por governo e período, como também, os totais que foram destinados à Petrobrás.

GRÁFICO 7 - Investimentos na Petrobrás – 1951-2005.



Fonte: Petrobrás (2006)

Atualização Cambial: pelo dólar de 2004 (PPI Index), segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP) (Petrobrás).

Total dos Investimentos no período: 1951-2005 → US\$ 143.361,4 milhões de dólares.

Gráfico elaborado pelo Autor.

TABELA 9 - Investimentos da Petrobrás no Período de 1954-2005.

(em milhões de US\$)

GOVERNO	PERÍODO	TOTAL
Getúlio VARGAS (Café Filho; Carlos Luz e Nereu Ramos – 08/1954-3101/1956)	1951 – 1955	156,5
Juscelino KUBITSCHKEK	1956 – 1960	1.475,4
Jânio QUADROS (João Goulart – 08/1961)	1961 – 1964	2.334,4
CASTELO Branco	1964 – 1967	2.269,2
COSTA E SILVA	1967 – 1969	1.514,9
Emílio MÉDICI	1969 – 1974	8.615,3
Ernesto GEISEL	1974 – 1979	17.083,1
João FIGUEIREDO	1979 – 1985	21.605,5
José SARNEY	1985 – 1990	14.304,5
Fernando COLLOR (ITAMAR Franco 1992)	1990 – 1994	11.688,3
Fernando HENRIQUE	1994 – 1998	18.469,3
Fernando HENRIQUE	1998 – 2002	20.554,8
Luiz Inácio LULA	2003 – 2005	23.290,2
Total dos Investimentos		143.361,4

Fonte: Petrobrás (2006)

Atualização Cambial: pelo dólar de 2004 (PPI Index), segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP) (Petrobrás).

Tabela elaborada pelo Autor.

O crescimento dos investimentos pela Petrobrás, a partir de 1974, mesmo apresentando oscilações nos governos Sarney, Collor e FHC (primeiro governo), possibilitou à Petrobrás, intensificar as explorações e produções de petróleo e gás natural, em todas as bacias petrolíferas no território nacional, principalmente na Bacia de Campos e na Bacia Potiguar. A Bacia Potiguar recebeu uma especial atenção, por apresentar uma potencialidade, em termos de reservas, para exploração terrestre (e em menor escala no mar), comercialmente rentável. Deste modo, o Capítulo 3, tratará do sonho do petróleo, no Rio Grande do Norte, uma história iniciada em 1853, tendo se intensificado a partir dos anos de 1940, e, nos anos de 1970 com a vinda da Petrobrás para o Estado, possibilitou torná-la uma realidade para o povo potiguar.

CAPITULO 3

O SONHO DO PETROLEO

O sonho do petróleo torna-se uma realidade, no Rio Grande do Norte, para 575 (quinhentos e setenta e cinco) proprietários de terras, que contemplam, no dia-a-dia, a produção de petróleo através da tecnologia do processo “Cavalo de Pau”, que faz jorrar petróleo em suas fazendas, comumente observado, nos 15 quinze municípios produtores de petróleo, da Bacia Potiguar. A forma concreta, da realização desse sonho dá-se na forma de renda ou royalties transferidos ou pagos pela Petrobrás. Essa renda foi significativa, considerando o período entre 1997 a 2005, o que representou um total de R\$ 138,843 milhões de reais (conforme dados da ANP). A renda (ou royalties) foi aprovada pela Lei nº 9.478/97 e regulamentada através da Portaria nº 143, de 25 de setembro de 1998, do Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional do Petróleo que corresponde a 1% do valor total de petróleo produzido, por propriedade que possuíam unidade de bombeio em suas terras. O petróleo produzido nas terras, desses 575 proprietários de terras, do RN, significou o surgimento de um novo grupo social, diferenciado pela renda mensal e pela riqueza (petróleo) existente no subsolo de suas propriedades. O aumento do poder aquisitivo, desses proprietários de terras, com o recebimento dos *royalties*, provocou mudanças nos hábitos e costumes desse grupo social, também denominada por alguns de “Sheiks do Sertão”. Mudanças no que se refere à aquisição de bens, que outrora não conseguiam comprar tais como tratores e implementos agrícolas, novas terras, carros, motos, geladeiras, fogões a gás, etc. Assim como também, passam a morar nos centros urbanos e ter acesso às facilidades do cotidiano de uma cidade, com melhores condições de vida, como casa, uma melhor alimentação, educação dos filhos, lazer, etc.

Algumas histórias de “Sheiks do Sertão” são de conhecimento público, como do agricultor aposentado Silvino Freire da Silveira, 80 anos, proprietário da Fazenda Livramento, no município de Caraúbas, onde a Petrobrás iniciou perfurações na região. A renda com os *royalties* recebidos da Petrobrás, Silvino Freire melhorou as condições de vida de toda família. A história da dona-de-casa Maria Pereira da Silva, 79 anos, que não

queria que a Petrobrás fizesse perfurações em sua propriedade, em 1986, na Fazenda Baixa do Algodão, município de Governador Dix-Sept Rosado. Essa reação, em relação à Petrobrás, era comum entre os proprietários de terra, em virtude de não receberem nenhuma compensação pela exploração. Mesmo discordando da atividade da Petrobrás em sua propriedade, acabou concordando. Mesmo recebendo royalties da Petrobrás, sobre o bombeio de 40 poços de petróleo, dona Maria Pereira continuou com a atividade agrícola. Conta-se que, dona Maria Pereira (que perdera o marido em 1997) quando fala da produção de petróleo em suas terras, menciona os benefícios proporcionados a sua família, pelo recebimento dos *royalties*, mas também, pagos à Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado e ao Governo do Estado. Outro agricultor beneficiado foi Joaquim do Nascimento Veras, 54 anos, com propriedade na Vila Santa Catarina, município de Serra do Mel. Quando a Petrobrás iniciou suas atividades no município, o senhor Joaquim que era um comerciante e passou a fornecer alimentos e suprimentos para as empresas terceirizadas, pela Petrobrás, e seus trabalhadores. O primeiro poço perfurado no município ocorreu em suas terras. Com os rendimentos dos royalties conseguiu ampliar a propriedade (plantação de cajueiro), investir na carreira política de um dos filhos e custear os estudos de suas filhas em Universidades em Natal. Além desses benefícios, Joaquim do Nascimento afirmou que a Petrobrás trouxe outros para a comunidade local, como: melhoria de estradas e instalação de poços para abastecimento de água da comunidade. A história mais curiosa é a do agropecuarista Candido Hilário Mulatinho, 67 anos, que não aceitava, por hipótese nenhuma, a presença da Petrobrás em sua propriedade, no município de Alto do Rodrigues. Certa vez reuniu toda a família, com o intuito de expulsar os trabalhadores da Petrobrás, que iniciavam a perfuração de um poço em sua fazenda. Isso aconteceu na década de 1980. Esse impasse só foi resolvido quando a Petrobrás pagou indenização pela invasão. Quando perguntado sobre os *royalties* que recebe da Petrobrás, diz que preferia a situação anterior, quando era apenas um agropecuarista, mas, enfatiza a criação de empregos gerados pela presença das atividades petrolíferas, em Alto do Rodrigues. Outras histórias de agricultores são contadas que são relacionadas à história do petróleo, como a do agricultor que estava prestes a vender suas terras, na Chapada do Apodi, por um valor insignificante e não encontrava comprador. Mesmo antes de abandonar as terras, em virtude da seca que assolava a região, foi informado pela Petrobrás da existência de petróleo em sua fazenda.

Para sua surpresa, o rendimento mensal dos *royalties*, era superior ao valor que pretendia pelas terras. Hoje, o sonho do petróleo dos potiguares, é a realidade de uma história que se iniciou na segunda metade do século XIX.

3.1 – A História do Petróleo no Rio Grande do Norte.

Mas, para entender como o sonho do petróleo começou, pretendo responder a seguinte questão: por que a Petrobrás foi para o Rio Grande do Norte? A presença da Petrobrás no Rio Grande do Norte para ser explicada, se faz necessário reconstruir a história, para saber a origem sobre a existência e descoberta de petróleo, nessa província petrolífera, que precede a sua instalação em terras potiguares.

Tudo começou no século XIX, em data de agosto de 1853, quando o padre Florêncio Gomes de Oliveira, considerado o pioneiro de estudos geológicos (ou do petróleo), registrou em sua: “Memória topográfica, geológica e mineralógica do território banhado pelas águas do Rio Mossoró ou Apodi e seus afluentes, principalmente nos limites da província do Rio Grande do Norte com a do Ceará”, a existência ou indícios de uma substância betuminosa em terras da província, conforme Atas da Câmara de Vereadores da Vila do Apodi e remetidas ao Presidente da Província do Rio Grande do Norte, Antonio Francisco Pereira de Carvalho, das quais, Rosado destacou o seguinte trecho: *Em um dos recantos da lagoa desta vila, que está mais em contato com as substâncias minerais da serra, tem-se coalhado, em alguns anos, uma substância betuminosa, inflamável, e de boa luz semelhante, à cera, em quantidade tal que se pode carregar carros dela.*¹⁵⁸ A descrição faz com que os estudiosos do assunto, admitam a possibilidade de, na verdade, tratar-se de uma exsudação de óleo (ou de petróleo). O padre Florêncio Gomes de Oliveira nascido na Vila de Mossoró, em 16 de dezembro de 1813, província do Rio Grande do Norte, era um sacerdote, político (foi deputado por três legislaturas consecutivas, na Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte) jornalista, poeta e um curioso de botânica, da zoologia e da geologia.

¹⁵⁸ Rosado, 1987, p. 10.

Somente em 1908, com a descoberta de Elaterita, no Açude do Governo, na Vila de Caraúbas – Província do Rio Grande do Norte -, o farmacêutico químico Jerônimo Rosado identificou como sendo betume (provavelmente originado de carbonetos) e ao mesmo tempo, tendo sugerido a sua utilização na iluminação da Vila. Como bem define a literatura científica da geologia: o Betume sólido é o asfalto, o líquido é petróleo e o gasoso é o gás natural. Tendo o Açude do Governo, em 1932, secado completamente em virtude da seca (estiagem) que assolou a região, o Agente Municipal de Estatística Raimundo Soares de Brito constatou in loco a existência de material combustível nas partes mais profunda do Açude, o que possibilitaria ser uma identificação da presença de petróleo naquela localidade. Segundo depoimento do então Agente de Estatística Raimundo Soares de Brito (hoje aos 87 anos, pesquisador, historiador e escritor), ao ser entrevistado relata que: os habitantes da Vila de Caraúbas retiravam do açude, uma lama preta que seria utilizada para acender os lampiões. Atenta para o fato de naquele tempo (1932) e local, não se sabia nada sobre a existência do petróleo, apesar do uso de querosene pela população da Vila.

Os indícios da existência de petróleo em terras potiguares não param por aí. Segundo o Jornal “A República” – Natal - de 25/09/1979, em matéria escrita por Nilson Patriota, com o título: Petróleo – redenção para o RN, onde se destaca o seguinte:

Em 1922, John Casper Branner escreveu e publicou, em Nova York, um trabalho que mais tarde seria da maior importância, não só para o Brasil, mas sobre tudo para o Rio Grande do Norte, e particularmente para Mossoró: OIL POSSIBILITIES, que passa em revista, embora de forma reduzida à geologia brasileira, no que respeita as possibilidades de existência de petróleo em nosso País. Adiante, destaca-se: E ao deter-se em considerações sobre o Terciário, Branner torna-se profético ao vaticinar: Parece inteiramente possível que esta zona contenha petróleo onde ela se alarga para o interior, como na Bahia, até 300 milhas, e Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, e Maranhão; mas em qualquer outra parte duvido de sua existência porque este horizonte é muito estreito, muito fragmentário e muito delgado, para fornecer solo para muito petróleo. O texto original de Branner é citado por Rosado: It seems quite possible that is zone amy contain petroleum where it widens out and extends well into the interior, as at Bahia for 300 miles at Mossoró in the state of Rio Grande do Norte, as at Maranhão but elsewhere, I doubt its existence because this horizon is too narrow too fragmentary, and too thin, to furnish colleting grounds for much petroleum.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Rosado, 1974, p. 3-7.

Outros estudos foram realizados, que identificaram importantes indicadores de petróleo nos limites dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Como o estudo de Luciano Jacques de Moraes, geólogo brasileiro, em 1929, sobre: Possível Ocorrência de Petróleo no Rio Grande do Norte. Ao escrever “Serras e Montanhas do Nordeste”, Luciano Jacques de Moraes sugeria ao Governo brasileiro que: nessas condições achamos que se deve voltar à atenção para essa região nordestina e efetuar minuciosas pesquisas para petróleo. Seria de grande vantagem à aplicação de métodos geofísicos de prospecção. Sugestão somente acatada pelo Governo brasileiro, a partir de 1951. Em “Recursos Minerais do Rio Grande do Norte”, publicado em julho de 1932, na Revista Viação, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Luciano Jacques destaca a possibilidade de existência de petróleo, em terras potiguares, resultado da geologia própria à estrutura de acumulação de hidrocarbonetos. Ao apresentar comunicado na Academia Brasileira de Ciências sobre Observações Geológicas na “Costa de Pernambuco”, em 1938, Luciano Jacques em trecho destaca que: queremos acentuar que, no Rio Grande do Norte, devem merecer toda a consideração o terreno cretáceo que se estende do Apodi até a região de Olho d’água da Catanduba, a leste de Epitácio Pessoa, e o terciário da costa, este último mais pelo fato de poder haver formações mais antigas, cretáceas, de baixo dele.

O geólogo Luciano Jacques de Moraes voltaria ao Rio Grande do Norte, em 1952, para estudar a localização de uma fábrica de cimento e em 1954, quando ao concluir pesquisa, destaca a existência de reservas em minerais radioativos. Não há, pois, quem conheça melhor a geologia do Rio Grande do Norte do que Luciano Jacques de Moraes. Conhecimento adquirido em árduas caminhadas, que o seu espírito esportivo e a sua mocidade espiritual transformavam sempre numa agradável e atraente excursão.¹⁶⁰

Em 1938, o Serviço do Fomento da produção Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral, publica do geólogo brasileiro Avelino Inácio Oliveira, o trabalho: “Mapa demonstrativo das possibilidades geológicas do Petróleo no Brasil”. Nesse trabalho, o autor destaca que a região de Mossoró se enquadra nas áreas de rochas sedimentares com maiores possibilidades de existência de petróleo. Em 1949, outro geólogo brasileiro Silvio Froes de Abreu destacava, em Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, o termo Província Petrolífera do Nordeste, para a faixa costeira compreendida entre o Estado do Ceará (barra do Jaguaribe) até o

¹⁶⁰ Rosado, 1976, p. 8.

Estado do Rio de Janeiro (barra do Macaé), ressaltando que essa área é em geral estreita, tomando maior expansão para o oeste apenas na bacia do Mossoró, no Rio Grande do Norte. (Relatado por Vingt-un Rosado).

Antes mesmo do início da campanha “O Petróleo é Nosso”, um fato se passava na cidade de Ouro Fino, Minas Gerais, em 1945, quando o soldado padioleiro, da Companhia Escola de Engenharia (agrônomo e escritor mossoroense Vingt-un Rosado) ao tomar conhecimento de trabalhos que tratavam da existência de petróleo no Rio Grande do Norte, escreveu “O Meu Encontro com o Petróleo de Mossoró, em 1945” e somente publicado na Coleção Mossoroense em 1994, de onde se destaca do seu pensamento o seguinte trecho:

Carregado nos ombros de dois gigantes: John Casper Branner (geólogo americano) e Luciano Jacques de Moraes, em 1945, na cidade de Ouro Fino, fundei uma crença (denominada pelo autor de: uma nova fé) que tinha alguma coisa do evangelismo fervoroso do passado, radical e perseguido pela intolerância católica. Convenci-me de que Mossoró tinha petróleo. Se me perguntassem a razão, talvez não soubesse explicá-la. Mas, não cometeria a insensatez de afirmar que o petróleo mossoroense tenha sido uma conquista da minha pregação. Esta tarefa foi uma vitória da Petrobrás, uma gloriosa conquista do povo brasileiro, que a criou para pesquisar, descobrir e explorar o petróleo.¹⁶¹

Obstinado em perseguir esse tema do petróleo e por acreditar em sua existência no subsolo do Rio Grande do Norte, Rosado publicou diversos artigos no Jornal “O Mossoroense”, de 06 a 13 de abril de 1947, sobre o Wildcat mossoroense, onde procurou comentar os trabalhos de Branner (1922) e de Luciano Jacques (1929). O termo Wildcat que significa poço para procurar petróleo em uma região onde se supõe existir, sem uma base científica e sem nenhuma comprovação que possa torná-la uma “proved land”.

Outros geólogos passaram pelo Rio Grande do Norte, entre 1945 e 1947, realizando pesquisas sobre a existência de água potável e de petróleo, como os norte-americanos Mac Naughton e Everéter L. De Golyer que indicavam a possibilidade da descoberta (de petróleo) na faixa denominada de planície Costeira do Nordeste, compreendida entre a foz do rio Jaguaribe (Ceará) e a cidade de Touros (RN).

¹⁶¹ Rosado, 1994, p. 4.

Como bem resume Vingt-un Rosado, em 25 de fevereiro de 1956, ao proferir aula sobre A Geologia da Região de Mossoró e suas Conseqüências Culturais: Petróleo, (conforme anotações de aula), afirma que: podemos estar vivendo dias da mais alta significação para os destinos da região de Mossoró e da sua cultura, com a provável confirmação da existência de Petróleo, e a posterior instalação de uma Refinaria. Mas, de 1949 a fevereiro de 1956, a cidade já tem sido visitada por técnicos e cientistas, nacionais e estrangeiros, que vieram trazer a sua técnica e a sua ciência, os seus métodos mais modernos de Geofísica e Geologia, as suas viaturas, os seus equipamentos, a sua sonda, à torre monumental de Gangorra, animando e enriquecendo, em cores, sons e ritmos a cultura do antigo burgo de Souza Machado (fundador da cidade de Mossoró).

Apesar dos estudos geofísicos realizados pelo Conselho Nacional de Petróleo e pela Petrobrás, no período de 1951 a 1955, somente em 1956 foi perfurado o primeiro poço, localizado em Gangorra, no município de Grossos (RN). O poço pioneiro 2-G-1-RN, foi considerado como de formação arenítica com fraca impregnação de óleo, segundo comunicado feito ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, pelo presidente da Petrobrás Janary Gentil Nunes, que em trecho afirma: Embora seja prematura qualquer apreciação quanto ao valor da ocorrência, é de se ponderar a localização favorável no que respeita às facilidades de aproveitamento e transporte, do possível depósito de óleo ali existente. Em função destes estudos geofísicos, foram perfurados pela Petrobrás em 1956 os poços 2-G-1-RN (Gangorra) e 2-M-1-RN (Macau-RN), que mostraram indícios de hidrocarbonetos, sem, contudo, localizar intervalos de interesse comercial.¹⁶²

A descoberta foi noticiada em 18/02/1956, pela Voz do Brasil (apesar de poucos habitantes possuírem rádio, era um costume ser ouvida pela população da cidade de Mossoró, através de um sistema de som municipal instalado nos bairros da cidade), o que criou uma expectativa enorme de mudanças na economia local. A decepção veio logo em seguida. Foram retirados todos os equipamentos de perfuração, sendo lacrado o poço de Gangorra, sob a alegação da inexistência de petróleo.

Lembro que a população de Mossoró comentava, naquele ano, que os americanos encontraram petróleo e fecharam o poço para explorar no futuro. Essa alegação aos americanos era feita em referência à equipe de Walter Link que chefiava a equipe de

¹⁶² Roos & Alves, 1983, p. 2.

exploração e perfuração da Petrobrás. Tudo fazia crer que o espírito do nacionalismo ainda estava vivo nos mossoroenses, por acreditarem nessa possibilidade. Como Gangorra, município de Grossos, fica localizada entre a cidade de Mossoró e a Praia de Tibau (onde os mossoroenses freqüentam em veraneios), era o local dos trabalhos de perfuração pela Petrobrás e que foram presenciados pela população local, os indícios de óleo deixados em torno do poço, o que motivou uma expectativa, e talvez uma certeza, da existência de petróleo na região. A existência de indicações de óleo, na superfície, era negligenciada, pois contrariavam os princípios básicos da ciência, sendo consideradas como simples ocorrência de petróleo imaturo, produto da fase precursora da sua formação.¹⁶³

A partir de então, a Petrobrás ao realizar análise do material colhido nos poços de Gangorra e Macau, acenou para a possibilidade de que a bacia sedimentar na costa do Rio Grande do Norte (hoje denominada Bacia Potiguar) reunia condições para produzir petróleo. Mas, somente em 1965, a Petrobrás deslocou uma equipe de geologia de superfície, para o Rio Grande do Norte, com objetivo de realizar um estudo detalhado da geologia da região e sua extensão em direção a plataforma continental. Em 1966, dois poços foram perfurados, por iniciativas da Prefeitura Municipal de Mossoró, um poço no centro da cidade (localizado na Praça Padre Mota), perfurado pelo geólogo Lúcio José Cavalcante, que produziu petróleo que saía misturado a água, mas, apesar da rejeição unânime por parte dos geólogos, a população potiguar sabia que naquela bacia existia óleo, isto devido a já estar cansada de ter que constantemente limpar as caixas d'água, sujas com uma borra negra de petróleo, trazida pela água dos poços¹⁶⁴; o segundo poço foi perfurado pela Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações – CONESP, no bairro Belo Horizonte, e produziu algum petróleo.

Em virtude desses resultados, a Petrobrás resolveu deslocar, para Mossoró, uma sonda rotativa do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com a finalidade de perfurar um poço na localidade de Panela do Amaro, tendo produzido petróleo. Com esses indícios de petróleo encontrado, a Petrobrás adotou medidas para a realização da perfilagem elétrica do poço perfurado, como também, a perfuração de um poço adicional utilizando melhores técnicas e uma sonda apropriada. Além dessas medidas, a Petrobrás

¹⁶³ Souza, 1997, p. 227

¹⁶⁴ Ibidem, idem, p. 227.

intensificou as pesquisas na Bacia Potiguar (em virtude do petróleo extraído não ter sido provado sua viabilidade econômica), através de trabalhos, realizados no período de 1966 a 1977, de aeromagnéticos, gravimétricos e sísmicos na plataforma continental, principalmente, na fronteira com o Estado do Ceará.

Finalmente, em novembro de 1973, tem início à produção de petróleo na plataforma continental, na costa do Rio Grande do Norte, quando foi perfurado o poço 1-RNS-3, com a descoberta do Campo de Ubarana foram identificadas acumulações economicamente viáveis.

Em termos nacionais na costa do Rio Grande do Norte era descoberto o campo de Ubarana, cujas reservas, da ordem de 80 milhões de barris, não chegavam a atingir o volume mínimo estabelecido como interessante economicamente, mas já eram superiores às descobertas na costa sergipana.¹⁶⁵

Com a perfuração do poço 1-RNS-7, em 1975, seria descoberto o Campo de Agulha. O primeiro embarque de petróleo, produzido na plataforma do Rio Grande do Norte, ocorreu em 26/09/1976, com 26 mil toneladas que foram transportados para o Terminal de Carmópolis - SE. Seguiram-se, nos anos de 1980, outras descobertas de petróleo na plataforma continental com os poços 1-RNS-27, no Campo de Pescada e 1-RNS-43, no Campo de Aratum.

Outras evidências da existência de petróleo, em terras potiguares, ocorreram em outubro de 1975 e em maio de 1976, quando a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN - perfurou poços, à procura de água, para abastecimento da cidade de Mossoró, observou-se que a água que jorrava nas torneiras das residências saía associada com óleo negro (petróleo), fato ocorrido em 1966 e que se repetia. Outro fato, em setembro de 1979, que constatava a existência de petróleo, em terra, foi quando um poço perfurado para abastecer o Hotel Termas, em Mossoró, jorrou água associada com petróleo, em suas dez piscinas, dias antes da sua inauguração marcada para 30/09/1979.

Com o advento da Petrobrás, em meados da década de 70, instala-se, no RN, um complexo de atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo, capaz de modificar a estrutura da economia estadual, resultado da prioridade do Estado brasileiro em

¹⁶⁵ Ibid idem, p. 223.

expandir estas atividades, com a finalidade de aumentar a produção nacional de petróleo e conseqüentemente diminuir a sua importação ou dependência externa. Com a implantação da nova matriz produtiva: a indústria de extração de petróleo marca o início a uma etapa moderna na industrialização do estado do RN.

Ao ser constatado pela Petrobrás, após pesquisa e exploração, de que se tratava realmente de jazida (ou hidrocarbonetos) com volume potencial de petróleo de boa qualidade e sua produção economicamente viável. Em 27/12/1979, entraria em fase de operação o poço 9-MO-013-RN, perfurado próximo ao poço do Hotel Termas, que seria o marco da primeira descoberta terrestre de petróleo, economicamente viável, no Rio Grande do Norte. Essa descoberta levaria a Petrobrás intensificar suas atividades de pesquisas e exploração, com sucesso, em diversos municípios potiguares como: Areia Branca; Alto do Rodrigues; Ipanguassu; Apodi; Governador Dix-sept Rosado, Caraúbas; Upanema; Açú; Carnaubais; Porto do Mangue; Serra do Mel; Macau; Felipe Guerra; Upanema e Guamaré. Vale destacar que dentre os poços perfurados e em desenvolvimento, o Campo terrestre em Canto do Amaro, no município de Mossoró, é considerado pela sua capacidade produtiva como o maior campo terrestre de petróleo no país. Portanto, a descoberta do Campo de Canto do Amaro, em 1985, consolidou as atividades da Petrobrás na busca e extração de petróleo, na Bacia Potiguar. Essa história do petróleo em terras potiguares explica as razões por que a Petrobrás foi para o Rio Grande do Norte, o que resultou na descoberta da segunda maior bacia petrolífera do país.

A Bacia Potiguar abrange tanto a plataforma continental e terrestre do Rio Grande do Norte como a do Ceará. A exploração da porção submersa da Bacia do Ceará teve início em 1967, com o levantamento aeromagnetométrico e somente em 1970, a Petrobrás realizou o reconhecimento com a sísmica de reflexão de cobertura múltipla e registro digital. A Petrobrás ainda não utilizava a tecnologia da sísmica tridimensional, só incorporada a partir dos anos de 1980, nas atividades de exploração até o desenvolvimento dos campos petrolíferos. O primeiro poço exploratório foi perfurado em 1971, mas somente em 1977, com a perfuração do poço 1-CES-8, foi descoberto o Campo de Xaréu. Seguiram-se as descobertas na plataforma continental do Ceará, em 1978, os Campos de Curimã (poço 1-CES-19) e de Espada (poço 1-CES-23A); em 1979, com os poços 1-CES-33A e 1-

CES-27, o Campo de Atum; em 1982, com o poço 1-CES-66A e em 1984, com o poço 1-CES-49, foram descobertas acumulações de gás consideradas economicamente viáveis.

As condições da geografia do solo, em arenitos do Cretáceo Superior, em que está localizada a Bacia Potiguar constitui-se numa contradição para os geólogos que a estudavam, a exemplo da Bacia do Solimões onde a possibilidade de sucesso era remota, mas confirmada em maio de 1978. Souza observa que:

... apesar do adiantado estado de conhecimento da bacia, ainda não se consegue explicar, convincentemente, a presença de um petróleo que contraria os fundamentos básicos da ciência geológica. Petróleo, numa bacia onde aparentemente não existem rochas geradoras, sem rochas selantes possantes e invadidas por água doce, continua sendo motivo de perplexidade para a comunidade geológica, muito embora muitas teorias, todas sem muita sustentação, tentem justificá-lo.¹⁶⁶

Quiçá, tenha sido uma intuição, a possibilidade da existência de petróleo, que insistentemente foi defendida pela crença popular dos potiguares – no seu senso comum – ao longo das décadas de 1950 a 1970 que contrariava os fundamentos da ciência geológica, que culminou na descoberta de cerca de 450 milhões de barris de óleo (reserva provada) e transformando a Bacia Potiguar na segunda maior produtora de petróleo do Brasil.

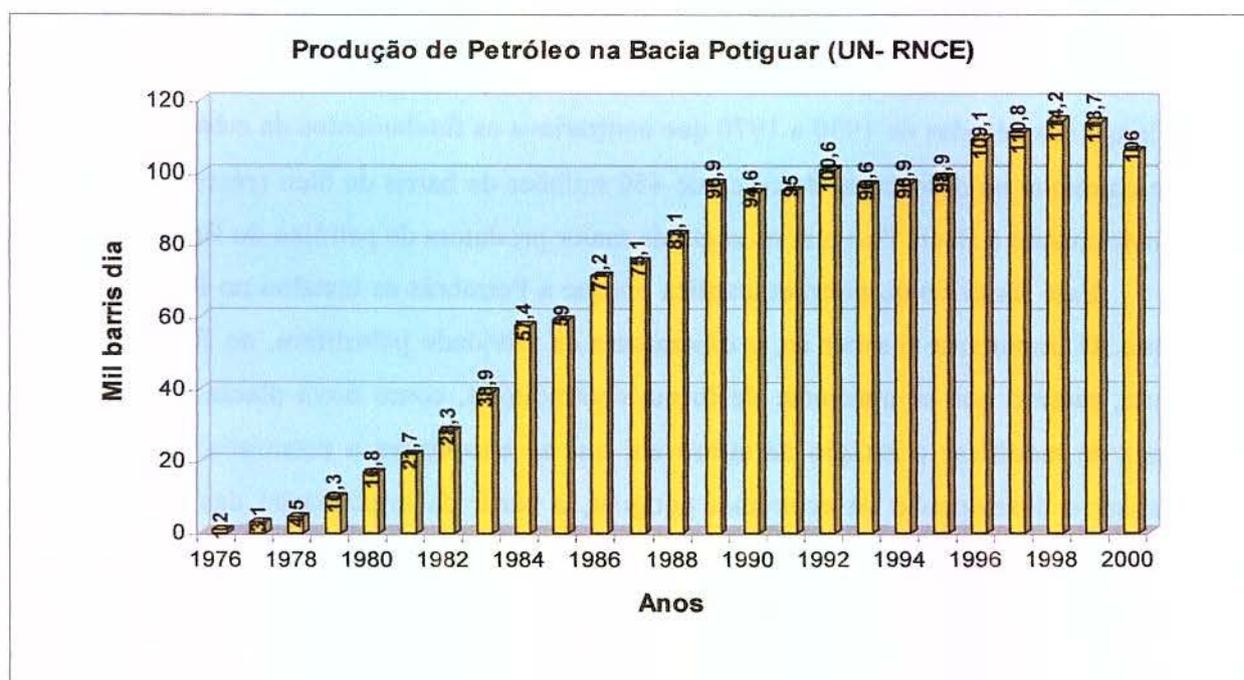
Esse histórico do petróleo explica porque a Petrobrás se instalou no Rio Grande do Norte. O importante é saber se, o dinamismo da atividade petrolífera, no Rio Grande do Norte, mesmo que se apresente de forma contraditória, como nova planta industrial, foi capaz de modificar o estágio de atraso em que se encontrava a economia. Só nos resta, analisar o desempenho da economia potiguar, a partir da implantação das atividades da Petrobrás, no Estado, e verificar se essas atividades foram capazes de impactar a economia, de tal forma, que tenha provocado um desenvolvimento econômico e social.

¹⁶⁶ Ibidem, idem, p.228.

3.2 – A Petrobrás e a Evolução da Economia do Rio Grande do Norte

A produção de petróleo da Unidade de Negócio de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará (UN-RNCE), Bacia Potiguar, teve início em 1976. Mesmo tendo sido descoberto em 1973, o Campo de Ubarana, com plataforma localizada em águas rasas, na costa do município de Guamaré, somente começou a produzir petróleo em 1976. A produção de petróleo, na UN-RNCE, teve um crescimento acelerado em virtude das descobertas de jazidas, realizadas em campos terrestres. O desenvolvimento da produção de petróleo teve o seguinte desempenho, no período de 1976 a 2000, conforme o Gráfico 8, abaixo:

GRÁFICO 8 - Produção de Petróleo na Bacia Potiguar - UN-RNCE - 1976-2000.



Fonte: Petrobrás (2004).

A Produção de petróleo, no Rio Grande do Norte, foi crescente entre o período de 1976 a 1989. Entre os anos de 1990 e 1995, a produção ficou em média de 98 mil barris dia. A partir de 1996, a produção manteve-se na casa dos 100 mil barris dia, conforme Gráfico 10. Essa produção foi considerada excelente, em virtude de se tratar de exploração terrestre. Na tabela 8, os dados sobre a produção nacional de petróleo, mostram a variação da produção bruta (em m³), dos principais estados produtores, no período 1976-2000, que possibilita verificar, a participação relativa da produção do Rio Grande do Norte, na produção nacional e na produção do Nordeste.

TABELA 10 – Produção Nacional de Petróleo (Principais Estados)
1976-2000.

Brasil												
Principais Produtores de Petróleo												
Evolução da Produção Bruta – 1.000 m ³												
1976 – 2000												
	Bahia	Var. %	Rio de Janeiro	Var. %	Rio Grande do Norte (a)	Var. %	Sudeste	Nordeste (b)	Total (c)	a/b (%)	a/c (%)	b/c (%)
1976	6.278				70			6.348	6.348	1,10	1,10	100,00
1977	5.739	-8,59			182	160,00		5.921	5.921	3,07	3,07	100,00
1978	5.367	-6,48	493		260	42,86	810	8.495	9.305	3,06	2,79	91,30
1979	4.987	-7,08	941	90,87	598	130,00	1.279	8.382	9.661	7,13	6,19	86,76
1980	4.604	-7,68	1.663	76,73	778	30,10	2.117	8.446	10.563	9,21	7,37	79,96
1981	4.340	-5,73	3.130	88,21	824	5,91	4.047	8.338	12.385	9,88	6,65	67,32
1982	4.280	-1,38	5.371	71,60	1.010	22,57	6.383	8.697	15.080	11,61	6,70	57,67
1983	4.365	1,99	8.432	56,99	1.367	35,35	9.538	9.582	19.120	14,27	7,15	50,12
1984	4.425	1,37	14.489	71,83	1.740	27,29	15.749	11.043	26.792	15,76	6,49	41,22
1985	4.558	3,01	19.227	32,70	1.933	11,09	20.385	11.324	31.709	17,07	6,10	35,71
1986	4.594	0,79	20.239	5,26	2.550	31,92	21.287	11.910	33.197	21,41	7,68	35,88
1987	4.637	0,94	19.938	-1,49	2.972	16,55	20.767	12.062	32.829	24,64	9,05	36,74
1988	4.542	-2,05	18.853	-5,44	3.523	18,54	19.817	12.406	32.223	28,40	10,93	38,50
1989	4.424	-2,60	20.386	8,13	4.305	22,20	21.325	13.032	34.357	33,03	12,53	37,93
1990	4.077	-7,84	23.171	13,66	4.236	-1,60	24.013	12.359	36.372	34,27	11,65	33,98
1991	3.514	-13,81	23.498	1,41	4.237	0,02	24.276	11.566	35.842	36,63	11,82	32,27
1992	3.604	2,56	23.197	-1,28	4.479	5,71	23.864	11.873	35.737	37,72	12,53	33,22
1993	3.450	-4,27	24.338	4,92	4.340	-3,10	24.961	11.290	36.251	38,44	11,97	31,14
1994	3.350	-2,90	25.626	5,29	4.391	1,18	26.434	11.020	37.454	39,85	11,72	29,42
1995	3.199	-4,51	27.126	5,85	4.639	5,65	27.880	10.999	38.879	42,18	11,93	28,29
1996	3.172	-0,84	31.294	15,37	5.207	12,24	32.116	11.603	43.719	44,88	11,91	26,54
1997	3.035	-4,32	34.662	10,76	5.254	0,90	35.394	11.347	46.741	46,30	11,24	24,28
1998	2.964	-2,34	41.647	20,15	5.489	4,47	42.394	11.626	54.020	47,21	10,16	21,52
1999	3.087	4,15	49.766	19,49	5.753	4,81	50.563	12.511	63.074	45,99	9,12	19,83
2000	3.050	-1,20	57.733	16,01	5.375	-6,58	58.577	12.034	70.611	44,66	7,61	17,04

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico Mineral (diversos números)

Tabela elaborada pelo Autor.

Os resultados obtidos, pelo Rio Grande do Norte, nas atividades petrolíferas e aliadas ao excelente desempenho da economia na década de 1980, conforme Tabela 9, refletem a importante participação da Petrobrás, assim como do Estado na composição do PIB, resultado dos investimentos canalizados para a agricultura - destaque para a construção de barragem Armando Ribeiro (Açu - RN) e os incentivos às agroindústrias -; para a indústria de extração de petróleo e gás natural - nas atividades de exploração e produção -; e, a expansão do setor serviços no qual se destacam: a) a terceirização - empresas prestadoras de serviços à Petrobrás; b) o comércio - inclusive hotéis e restaurantes; e, c) a infra-estrutura do turismo estadual.

A presença do Estado na economia do Rio Grande do Norte, enquanto produtor de petróleo, ou como fomentador de investimentos para outras atividades econômicas, é de fundamental importância pelo caráter multiplicador na formação da renda e no nível de emprego, ao utilizar-se de alguns segmentos do setor terciários, indispensáveis às suas atividades produtivas. A implantação de uma nova matriz produtiva foi capaz de transformar a base produtiva e econômica do estado, bem como, criar novas alternativas para o surgimento de outras atividades econômicas ligadas ou não, ao setor petrolífero. A atividade produtiva realizada pelo Estado foi importante para diversificar a base econômica estadual, com a implantação de outras atividades industriais ligadas à atividade extrativa de petróleo. Ao analisar os dados da Tabela 11, observa-se que as taxas médias anuais do PIB, obtidas pela economia do Rio Grande do Norte, são, relativamente, superiores aos dos estados do Nordeste e do Brasil, no período entre 1970 e 1999:

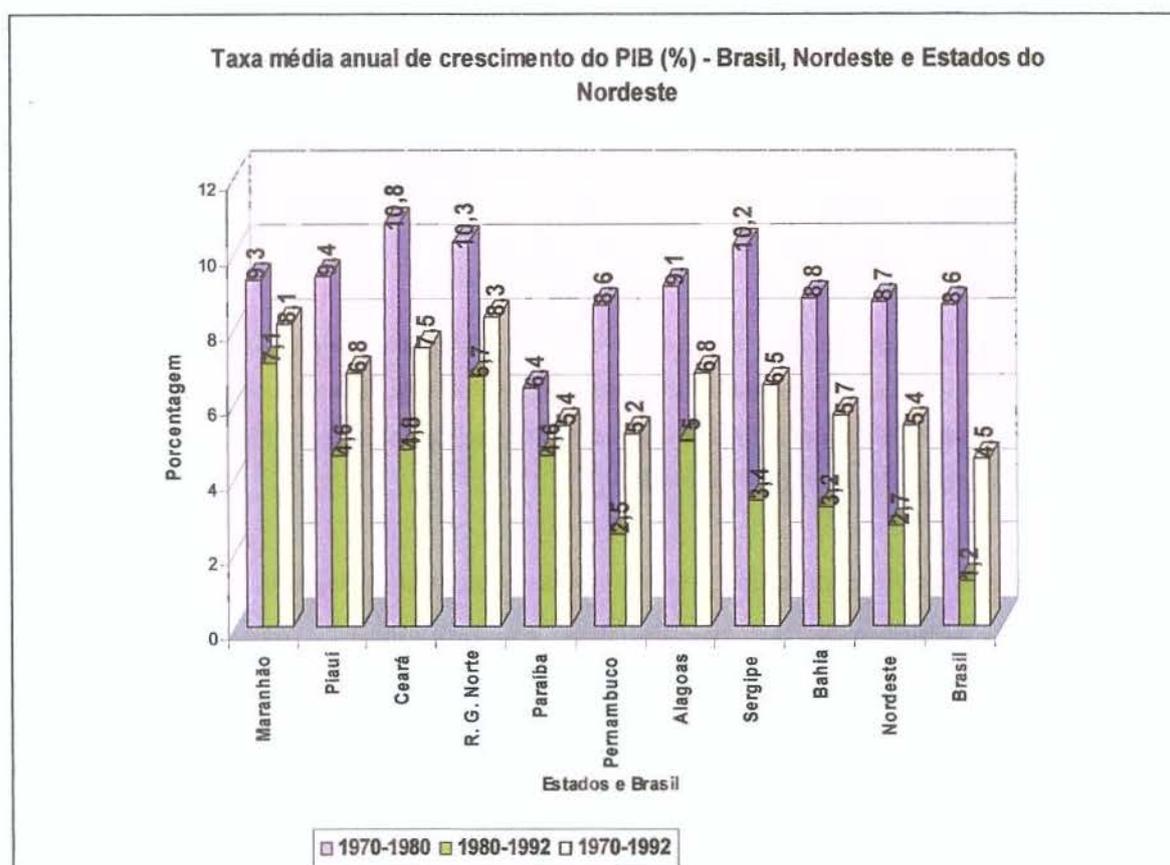
**TABELA 11 - Produto Interno Bruto do RN, Nordeste e Brasil
1970-1999.**

	1970-80	1980-90	1990-99
RN	10,3	7,4	4,2
NE	8,7	3,3	3,0
BR	8,6	1,6	2,5

Fonte: IBGE (2003).

O desempenho da economia do Rio Grande do Norte quando analisada, com base nos dados da SUDENE, ao considerar os períodos 1970-1980, 1970-1992 e 1980-1992, também demonstram a mesma tendência de taxas relativas maiores, do PIB, se comparadas às economias do Nordeste e do Brasil, conforme Gráfico 9:

GRÁFICO 9 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%) – Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste – 1970 a 1992.



Fonte: SUDENE (1994).

Elaborado pelo Autor

Os dados (do Gráfico 9), demonstram que a economia do Rio Grande do Norte, no período de 1970-1980, obteve um excelente resultado, taxa média de crescimento de 10,3%. Ao passo que, no período 1980-1992, esse desempenho foi bom, mesmo considerando

que a década de 1980, chamada “década perdida” (em relação ao péssimo desempenho da economia brasileira), de 6,7%, só inferior ao obtido pelo Maranhão (7,4%). Esse período foi significativo em virtude da implantação da Petrobrás, no RN, e em termos de crescimento da produção de petróleo. Esse bom desempenho é confirmado pelo resultado do PIB estadual, que ficou acima da média do Nordeste (2,7%) e da economia brasileira (1,2%). Considerando os últimos 22 anos (1970-1992), pode-se observar que, a taxa média de crescimento, da economia do RN (de 8,3%) foi a que mais cresceu, no Nordeste – a média da Região foi de 5,4% -, e acima da média da economia brasileira, que foi de 4,5%.

Assim, a dinâmica das atividades produtivas da Petrobrás, no Rio Grande do Norte, foi o fator de maior impacto na constituição do PIB Estadual. Atribui-se esse crescimento econômico, a intervenção do Estado frente às especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero no RN, além do momento atípico em que se encontrava a economia estadual, em plena década de 80 ou “década perdida”.

Na década de 1980, período em que a Petrobrás começou a intensificar as suas atividades no Estado, a economia do RN vivia sob os reflexos da decadência da cultura do algodão e do revigoração do setor salineiro, reestruturado a partir da década de 1970, além de incipientes resultados nas atividades têxtil e mineradora.¹⁶⁷

Quando a crise econômica afetava toda economia brasileira, o Estado esteve presente como fomentador de investimentos na agricultura - na implantação das agroindústrias -, e no setor serviços - na expansão e consolidação do pólo turístico e na terceirização das atividades produtivas da Petrobrás.

O desempenho da economia do Rio Grande do Norte, nos anos de 1990, foi considerado bom, quando a taxa média anual do PIB ficou em 4,2%, (conforme Tabela 3), acima das taxas médias do Nordeste e do Brasil. Uma das possibilidades para tal resultado, além da contribuição das atividades da Petrobrás, foi à política de incentivos à indústria implementada pelo Governo do Estado, ao criar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – PROADI. Esse Programa tinha como objetivo, conceder às indústrias empréstimos do valor que teriam de recolher a título de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

¹⁶⁷ Sobrinho, 2006, p. 163.

O valor desses empréstimos, que ultrapassou os 37 milhões de reais, poderia ser pago em prestações amortizáveis no prazo de 10 a 15 anos, a juros de 3% ao ano. A Petrobrás foi à empresa que mais se beneficiou do PROADI, ao receber incentivos fiscais para comercializar seus produtos finais ante o compromisso de investir na produção e transformação do petróleo em derivados¹⁶⁸.

O dinamismo que a atividade petrolífera brasileira, exerce em uma determinada região reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento econômicos, de tal forma que, induz as mais variadas transformações sociais, ao beneficiar comunidades com programas de inserção social, tais como: culturais e artísticos (preservando e valorizando a cultura local); de preservação do meio ambiente; de preservação arqueológica; educacionais de profissionalização; de geração de renda; e, de esportes e lazer. Esse é o caso do Rio Grande do Norte, onde a Petrobrás contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, bem como, às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida, das populações carentes dos municípios produtores de petróleo, além de induzir a implantação de diversas atividades econômicas industriais e de serviços. Os resultados obtidos, na atividade de produção que se mostram, sempre crescente, apesar de algumas inflexões (1993 a 1995), refletem a política adotada, pela Petrobrás, no RN, voltada para a ampliação de todas as outras atividades petrolíferas, assim como, ao canalizar recursos para a economia potiguar, contribuiu para o desenvolvimento econômico-social, além de proporcionar, outros benefícios visando à melhoria da qualidade de vida da população carente. Enumeramos resultados dessas ações (conforme dados fornecidos pela Gerência de Comunicação Empresarial, UN-RNCE da Petrobrás):

- a) Os investimentos no RN, no período de 1976 a 2005, foram de US\$ 15,5 bilhões de dólares;
- b) O número de Empresas prestadoras de serviços: Serviços = 586 (quinhentos e oitenta e seis) e Fornecedoras (ou compras) = 369 (trezentas e sessenta e nove), no ano de 2005;
- c) Empregos gerados no RN: 1.929 (um mil, novecentos e vinte e nove) empregos próprios; 6.800 (seis mil e oitocentos) contratados ou terceirizados; e, 34.916 (trinta e quatro mil, novecentos e dezesseis) empregos indiretos;

¹⁶⁸ Ibid, idem, p. 166.

d) Entre 2003 até 2005, foram investido R\$ 28 milhões de reais em projetos de responsabilidade social;

e) Foram pagos *Royalties*, no valor de R\$ 1.604.721 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões e setecentos e vinte e um mil reais), pela produção de petróleo e gás natural, no período de 1997 a 2005, conforme dados da ANP (Atualizados em 26/12/2005) (em milhares de reais):

- Estado do Rio Grande do Norte → R\$ 590.695
- 92 Municípios produtores e não produtores → R\$ 806.398
- 575 Proprietários de terras (Servidão e Lei do petróleo) → R\$ 138.843
- Participação Especial nos *Royalties*, no período 2003-2005:
 - * Estado do Rio Grande do Norte → R\$ 55.028
 - * Município de Mossoró → R\$ 11.675
 - * Areia Branca → R\$ 2.082;

f) Foram recolhidos de impostos, no Rio Grande do Norte, em 2004, R\$ 251,4 milhões de reais e em 2005, R\$ 270 milhões de reais;

g) Em Ciência & Tecnologia, foram aplicados R\$ 30 milhões de reais, no período de 1999 a 2005, oriundos da Petrobrás, em infra-estrutura e pesquisa em óleo e gás. E no período de 1999-2003, de projetos de pesquisas, financiados pela FINEP e ANP (Agência Nacional do Petróleo), no valor de R\$ 40 milhões de reais. Com esses recursos, foram realizadas construções e melhorias em 31 (trinta e um) laboratórios de pesquisas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, consolidando, assim, como o segundo Centro de Pesquisa, do país, de tecnologia da indústria do petróleo (o maior Centro de Pesquisa da Petrobrás é o CENPES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Desta forma, ocorreu à consolidação do Núcleo de Petróleo e a inserção da UFRN no contexto da indústria do petróleo.

h) Contratos de Serviços (terceirizados) e Aquisição de materiais – 2005 → R\$ 287 milhões de reais;

i) Salários pagos (+ repasses à Distribuidora de Energia no Estado + Assistência médica de empregados, dependentes e aposentados) – 2005 → R\$ 282 milhões de reais;

j) Recuperação de Estradas (parceria com o Governo do Estado) → 123 km de Rodovias;

Vale destacar que foram pagos royalties pela Petrobrás, no Rio Grande do Norte, aos 575 proprietários de terras, onde foram perfurados poços de petróleo. Esses proprietários recebem, desde 1998, royalties que equivalem a 1% do valor da produção, regulamentado pelo Decreto nº 2.705, de 04/08/1998, o que significa uma nova fonte de geração de renda, para o estado; Governo do Estado; 15 (quinze) municípios produtores de petróleo; e, 77 (setenta e sete) municípios não produtores de petróleo, o que possibilita uma melhoria na qualidade de vida da população, conforme os resultados da Tabela 4.

Na área social, a Petrobrás mantém alguns programas culturais visando o desenvolvimento artístico e promovendo a formação educacional de jovens, em situação de risco social, tais como: o **Programa Petrobrás Cultural** que objetiva oferecer a oportunidade de transformação da realidade de jovens, através de cursos de formação e capacitação profissional, onde podem exercitar seus potenciais artísticos. Está presente em 13 municípios, com o projeto **Casa Talento Petrobrás** onde foram criadas duas orquestras: a Orquestra Talento Petrobrás, com 59 músicos; e a Orquestra Infantil, com 25 crianças de seis a sete anos de idade. Vale ressaltar que, a Petrobrás mantém, também, esse projeto, na cidade de Natal, que recebe alunos das escolas públicas, onde aprendem a tocar instrumentos como: violino, violoncelo, contrabaixo, baixo, guitarra, bateria e flauta doce. Nesse mesmo espaço foi criada a Lutheria Talento Petrobrás que objetiva ensinar aos alunos fabricarem e restaurarem violinos, violas, violoncelos e contrabaixos.

O **Programa de Criança Petrobrás**, financiados pelo Fundo da Infância e da Adolescência destinou para cada município R\$ 110 mil (cento e dez mil reais), destinado às crianças de famílias de baixa renda no âmbito estadual. Dentro do projeto de profissionalização e com o intuito de inserir essas comunidades carentes, no mundo digital, a Petrobrás desenvolveu um projeto que visa, instalar equipamentos de informática e facilitar o acesso à Internet, que foi denominado de Tele-centros de Inclusão Digital.

Também, como alternativa de fonte de geração de renda, foi criado o **Programa Petrobrás Fome Zero**, com abrangência em 39 municípios do Rio Grande do Norte, que objetiva atender diversos projetos de assentamentos rurais, nas atividades da agricultura

cooperativa; produção familiar; apicultura e outras atividades produtivas. Como o Estado está situado na região semi-árida do Nordeste, tem como seu principal problema a seca (a falta d'água). A Petrobrás firmou convênio com o Governo do Estado e municípios, em 1986, para a cessão de poços perfurados e não produtivos, para abastecimento d'água para as comunidades da zona rural.

Outro programa implantado pela Petrobrás, de atendimento às comunidades rurais foi: **Terra Pronta**. O objetivo do programa era atender seis mil pequenos produtores rurais, de dezenove municípios do Rio Grande do Norte, possibilitando as condições para produzir, ao garantir as máquinas necessárias ao preparo da terra, o óleo diesel necessário para abastecer os tratores e o acompanhamento técnico.

Para o atendimento a população rural, a Petrobrás implantou o **Programa de Água Petrobrás** (em 1994) e que depois foi denominado de **Projeto Molhar a Terra**, que tinha como objetivo abastecer com água potável, comunidades rurais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte e Ceará, com a instalação de poços e construção de chafarizes, além de incentivar as atividades produtivas agro-pecuárias, capazes de gerar trabalho e renda. Esse programa faz parte da mudança de relacionamento da Petrobrás tanto com os proprietários de terras onde explora petróleo, como a inclusão, no programa, de comunidades próximas aos campos de exploração petrolíferas.

A Petrobrás, ao longo das suas atividades, tem investido em pesquisas, visando à inovação tecnológica. Dentre essas pesquisas, foi destaque o projeto (premiado pela FINEP) sobre a fabricação de esteiras da palha de carnaúba, por artesãs do Vale do Açu. Estas esteiras impermeabilizadas seriam utilizadas no revestimento de dutos, que transportam o vapor injetado nos poços, como forma de melhorar a produção de petróleo, em substituição ao alumínio utilizado.

Mesmo considerando, as comunidades atendidas e beneficiadas pelos programas sociais da Petrobrás, considera-se que são políticas focalizadas que não atendem todas as comunidades rurais, provocando, desta forma, uma nova desigualdade social, no campo, e gerando novas hierarquias, pois, esses programas não conseguem homogeneizar em virtude da incapacidade de atender todos os proprietários de terras, de forma indiscriminada, o que significa a ausência de uma política social, por parte da Petrobrás, de cunho universal.

Outros projetos sociais e culturais tiveram a participação da Petrobrás:

- a) A preservação arqueológica do Lajedo de Soledade, no município de Apodi, e o patrocínio de um projeto de eco-turismo na região, além de investir na formação de artesãos;
- b) Em parceria com o Governo do Estado e com a Prefeitura Municipal de Mossoró, construção do Teatro Municipal *Dix-Huit* Rosado, em Mossoró, nesse projeto arquitetônico foi utilizado recursos tecnológicos de última geração; e,
- c) Em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró, construção da Estação das Artes Eliseu Ventania. Nesse espaço cultural encontra-se o Museu do petróleo, visitado por pesquisadores e interessados no estudo da história do petróleo e da Petrobrás no Rio Grande do Norte.

A participação da Petrobrás no desenvolvimento estadual e regional, seja através da possibilidade de geração de empregos direto ou indireto, ou seja, pelos programas sociais de atendimentos às comunidades mais carentes, resulta de uma estratégia da empresa que:

... sempre investiu no desenvolvimento de tecnologia no país, em programas de pesquisas junto a Universidades, na especialização de mão-de-obra regional, em atividades que beneficiam as comunidades, cumprindo seu papel social. Uma empresa multinacional não substituirá a Petrobrás nesses aspectos, pois, além de trazer tudo pronto lá de fora, não tem laços com nossa sociedade.¹⁶⁹

Todo esse envolvimento, da Petrobrás com a sociedade potiguar resultou num movimento migratório crescente no Estado, no período entre o ano de 1970 e o de 2000, conforme a Tabela 12. Esse processo migratório ocorreu como resultado, tanto da expansão das atividades da Petrobrás, no Rio Grande do Norte, como das empresas prestadoras de serviços à Petrobrás, que em sua maioria exigiam uma força de trabalho especializada, não disponível no estado, o que suscitou na importação desses trabalhadores de outras regiões do país.

¹⁶⁹ Vidal & Vasconcelos, op. cit., p. 140.

TABELA 12 – População e Taxa de Crescimento Demográfico dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio Grande do Norte – 1970-2000.

Municípios Produtores de Petróleo/População	1970			2000			% Total 2000/1970
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	
Açu	13.250	11.788	25.038	34.645	13.259	47.904	91,33
Alto do Rodrigues	1.463	3.341	4.804	6.482	3.017	9.499	97,73
Apodi	5.111	15.945	21.056	16.353	17.821	34.174	62,39
Areia Branca	10.755	4.845	15.600	17.861	4.669	22.530	44,42
Caraúbas	4.406	7.378	11.784	12.304	6.506	18.810	59,62
Carnaubais	603	4.764	5.367	2.104	6.088	8.192	52,64
Felipe Guerra	662	3.100	3.762	3.276	2.258	5.534	47,10
Gov <i>Dix-Sept</i> Rosado	1.838	6.930	8.768	5.904	5.868	11.772	34,26
Guamaré	865	1.957	2.822	3.599	4.550	8.149	188,77
Macau	18.832	6.968	25.800	18.612	7.088	25.700	(-) 0,39
Mossoró	79.409	17.736	97.145	199.081	14.760	213.841	120,13
Pendências	5.065	3.594	8.659	8.944	2.457	11.401	31,67
Porto do Mangue	0	0	0	2.285	1.779	4.064	0
Serra do Mel	0	0	0	8.203	34	8.237	0
Upanema	1.820	4.710	6.530	5.043	5.948	10.991	68,32
População Área Petróleo	44.079	93.056	237.135	344.696	96.102	440.798	85,88
População do RN	717.483	795.515	1.512.998	2.036.673	740.109	2.776.782	83,53

Fonte: IBGE – Censo Demográfico do RN – 1970 e 2000.

Elaborada pelo Autor.

Pode-se constatar que, esse movimento migratório apresenta um crescimento nos municípios produtores de petróleo (85,88%), quando comparados com o crescimento da população estadual (83,53). A exceção do crescimento ocorreu no município de Macau, onde o resultado foi negativo (-0,39) e nos municípios que se emanciparam, após 1970, Porto do Mangue e Serra do Mel não foram computados no resultado final dos municípios produtores de petróleo do RN.

Dois municípios se destacam pelas altas taxas demográficas. Mossoró que, no período analisado, a população cresceu 120,13% e explica-se pela grande concentração de campos petrolíferos na região (a exemplo do campo de Canto do Amaro, maior produtor terrestre do Brasil), além de oferecer as melhores condições de infra-estrutura da região. Guamaré, com um crescimento populacional de 188,77%, tem como argumento para

explicar esse aumento, por ser o município onde se localiza o Pólo Industrial, onde se concentram atividades que demandam uma grande parcela de trabalhadores, no Rio Grande do Norte. Além do mais, o Pólo Industrial concentra atividades de refino (com uma mini-refinaria produzindo) e distribuição de gás natural.

Considerando a atuação da Petrobrás, no RN, entre a década de 1970 até o ano de 2005, seus investimentos e os programas sociais implementados no estado; assim como pagamentos de royalties, impostos estaduais e municipais; geração de empregos diretos e indiretos, oriundos tanto de suas atividades produtivas, como de empresas terceirizadas; e, considerando os municípios produtores de petróleo, em número de 15 (quinze), na Bacia Potiguar, constatou-se que, ocorreram melhorias na qualidade de vida do norte-riograndense (conforme os dados da Tabela 13):

TABELA 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), dos Municípios produtores de Petróleo no Rio Grande do Norte – 1970-2000.

Municípios produtores de petróleo.	IDH – M			IDH -M RENDA			IDH- M LONGEVIDADE			IDH – M EDUCAÇÃO		
	1970	2000	00/70 (%)	1970	2000	00/70 (%)	1970	2000	00/70 (%)	1970	2000	00/70 (%)
Mossoró	0.291	0.735	152,58	0.176	0.639	263,07	0.290	0.739	154,83	0.406	0.827	103,69
Areia Branca	0.291	0.710	143,99	0.167	0.605	262,28	0.285	0.715	150,88	0.420	0.810	92,86
Macau	0.310	0.690	122,58	0.250	0.593	137,20	0.279	0.711	154,84	0.402	0.767	90,80
Alto do Rodrigues	1.207	0.688	232,37	0.259*	0.602	132,43	0.270	0.711	163,33	0.288	0.751	160,80
Açu	0.260	0.677	160,38	0.168	0.599	256,55	0.277	0.678	144,77	0.334	0.754	160,76
Apodi	0.224	0.654	191,96	0.275*	0.520	89,09	0.305	0.717	135,08	0.316	0.520	125,75
Carnaubais	0.203	0.651	220,69	0.276*	0.570	106,52	0.252	0.692	174,60	0.260	0.692	64,56
Guamaré	0.237	0.645	172,15	0.109	0.528	384,40	0.374	0.675	80,48	0.228	0.734	166,15
Gov. Dix-Sept Rosado	0.241	0.637	164,32	0.279*	0.637	128,32	0.264	0.660	150,00	0.381	0.746	221,93
Felipe Guerra	0.230	0.633	175,22	0.276	0.518	87,68	0.356	0.653	83,43	0.291	0.758	95,80
Pendência	0.225	0.631	180,44	0.121	0.549	353,72	0.252	0.609	141,66	0.302	0.736	160,48
Serra do Mel	0.391*	0.619	58,31	0.193*	0.523	170,98	0.547*	0.630	151,74	0.432*	0.704	143,71
Caraúbas	0.220	0.614	179,09	0.214*	0.518	142,06	0.300	0.600	100,00	0.283	0.723	62,96
Porto do Mangue	0	0.598	0	0	0.494	0	0	0.647	0	0	0.652	155,48
Upanema	0.206	0.588	185,44	0.221	0.476	115,38	0.334	0.609	82,34	0.241	0.681	0
Natal	0.458	0.787	71,83	0.465	0.746	60,43	0.365	0.730	100,00	0.545	0.887	182,57
Rio Grande do Norte	0.266	0.702	163,91	0	0.636	0	0	0.690	0	0	0.799	0
Brasil	0.494	0.757	53,24	0	0.604	0	0.440	0.712	61,82	0.501	0.781	55,89

Fonte: ONU / IPEA / Fundação João Pinheiro, 2002. (In: Alexandre, M. J. de Oliveira. O georritmo do cavalo-de-pau nos municípios da área do petróleo potiguar: a relação entre os royalties e a dinâmica socioeconômica. Natal: UFRN, 2003). (Dissertação de Mestrado).

Obs: A ordem decrescente dos municípios, está de acordo com o IDH-M de 2000.

* Dados de 1991.

Verifica-se que o IDH-M, nesse período, melhorou consideravelmente, quando se compara ao IDH (2000) da capital, Natal (0.787) e do Brasil (0.757). Os municípios produtores de petróleo, com exceção de Porto do Mangue, apresentaram, conforme dados percentuais, uma melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, o que pode ser constatado ao se verificar que, o IDH-M Renda apresenta um aumento significativo ao ser comparado, em termos percentuais, ao de Natal (60,43%), o que pode afirmar que ocorreu uma melhoria no nível de renda, nesses municípios. A melhora do nível de renda ou poder de compra, por sua vez, influencia o IDH-M Longevidade, em virtude do aumento da demanda por alimentos de melhor qualidade e acesso a um serviço melhor de saúde, o que ocasionou o aumento da longevidade (2000) naqueles municípios, a níveis iguais ou próximos dos de Natal (0.730); do Rio Grande do Norte (0.690) e do Brasil (0.712). Os resultados mais significativos ficaram com o IDH-M Educação. Se comparados os dados obtidos, no ano de 2000, pelos municípios produtores de petróleo com os de Natal (0.887); do Rio Grande do Norte (0.799) e do Brasil (0.781), pode-se afirmar que, a educação teve um avanço relativamente, surpreendente, se relacionados com os dados do ano de 1970, e considerando o estado de pobreza da população e uma economia agrícola e pouco industrializada, nos anos que antecederam a implantação da Petrobrás no Rio Grande do Norte.

Essas melhorias sociais resultam de um conjunto de atividades econômicas, nucleada pela Petrobrás e toda infra-estrutura necessária à indústria petrolífera, como as empresas prestadoras de serviços especializados, empresas fornecedoras de materiais, pequenas indústrias e diversas atividades do setor terciário, presentes na economia do RN, a partir da década de 1980. Todo esse conjunto de atividades proporcionou à Petrobrás, concretizar os objetivos planejados para suas atividades de extração de petróleo e gás natural, na Bacia Potiguar. É importante destacar que, o excedente de gás natural é, atualmente, comercializado em outros estados do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), através da Companhia Potiguar de Gás – POTIGÁS, consorciada da Petrobrás Distribuidora S. A – BR. O Governo do Estado do Rio grande do Norte detém 83% do capital societário, da POTIGÁS. Esse empreendimento representa triplicar o volume de gás produzido e comercializado, atendendo dessa forma a demanda crescente por parte das indústrias do RN e de outros estados do Nordeste. Além de ser uma fonte energética para

utilização no processo produtivo, considerado como um diferencial do estado, capaz de atrair novas indústrias, e, por ser um fator de inter-relação regional, constitui-se numa nova atividade produtiva para a economia potiguar. Apesar da presença do Estado, através da Petrobrás, na economia potiguar, observa-se que, nesse período contemporâneo da nova reestruturação produtiva e de gestão, com a quebra do monopólio ou sua flexibilização, da empresa petrolífera brasileira, os resultados dessa atividade, em termos de produção de combustíveis, só passaram a ser computados na balança comercial estadual, a partir de 2002, conforme os dados da Tabela 14:

TABELA 14 – Exportações Totais do Rio Grande do Norte – 1996-2004.

	(em %)								
PRODUTOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Peixes, Crustáceos	5,45	5,68	4,18	6,53	15,41	22,92	30,32	28,81	17,91
Frutas	41,90	40,68	46,55	43,77	32,74	29,66	27,69	29,10	17,98
Açúcares	25,42	23,03	18,83	17,45	11,34	14,27	9,51	7,99	4,51
Sal	2,44	4,25	6,86	6,76	5,98	5,75	4,07	2,63	1,30
Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,76	18,99	49,55
Algodão	4,05	5,23	4,56	4,68	1,83	2,63	2,06	2,52	1,93
Vestuário de Malha	0,00	0,87	4,95	9,55	24,71	16,66	9,55	4,24	2,03
Outros Produtos	20,74	20,26	14,07	11,26	7,99	8,11	6,04	5,72	4,79
T o t a i s	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados do MDIC/SECEX, coletados através do Sistema ALICE.

Elaborada pelo Autor.

Constata-se que Combustíveis, com 49,55%, representa o produto mais importante, na pauta de exportação do Rio Grande do Norte, com uma tendência crescente para os próximos períodos. Outros produtos que se destacam são: Frutas, com 17,98%, resultado da instalação de empresas agrícolas, de capital nacional e internacional, cuja produção destinada às exportações, quase exclusiva, para a Europa e para os Estados Unidos. Os Peixes e Crustáceos, com 17,91%, resultam dos incentivos dados pelo Estado, a atividade da carcinicultura, isto é, a produção comercial de camarão confinado, intensificando essa

atividade através da instalação de “fazendas de camarões”, que se encontram espalhadas por toda região litorânea potiguar. Nessa atividade, concentram-se tanto capitais nacionais (destaque para os empresários locais) como internacional, tendo o camarão como produto principal, do setor, na pauta de exportações.

A tendência crescente das exportações de petróleo e gás natural, como resultado do aumento dos investimentos nas atividades de exploração e produção, conjugada com a infra-estrutura existente, no Pólo Industrial de Guamaré, possibilitará o estado tornar-se, em curto prazo, a sede de um novo Pólo Petroquímico brasileiro, com diferencial (produz petróleo e gás natural) para atrair indústrias, pelas condições de adequar e atender as necessidades das empresas, que demandam matérias-primas e derivados do petróleo, necessários às diversas atividades da indústria petroquímica. Vale destacar que, o Pólo Industrial de Guamaré, além de contar com um terminal de armazenamento e transferência de petróleo, dispõe de uma mini-refinaria onde produz QAV – Querosene de Aviação; duas plantas de produção de diesel e nafta; duas unidades de processamento de Gás natural; uma planta piloto de biodiesel; e, conta com duas estações de tratamento de afluentes (tratam a água separada do petróleo para devolver ao meio ambiente, via emissários submarinos).

O Pólo Industrial de Guamaré é constituído de modernas instalações industriais, onde desenvolve as atividades de tratamento e processamento de petróleo e gás natural, que são produzidos nos campos marítimos e terrestres, resultante de uma infra-estrutura produtiva, instalada pela Petrobrás, conforme dados da Gerência de Comunicação Empresarial, da UN-RN/CE: **a)** 34 (trinta e quatro) Plataformas Marítimas de produção; **b)** 50 (cinquenta) Campos Produtores em terra; **c)** 6.099 (seis mil e noventa e nove) Poços Perfurados (4.726 são poços produtores); **d)** 556 (quinhentos e cinquenta e seis) km de Oleodutos; **e)** 542 (quinhentos e quarenta e dois) km de Gasodutos; **f)** 9 (nove) Estações de Tratamento de Fluidos (óleo); **g)** 17 (dezessete) Estações de Injeção de vapor; **h)** 67 (sessenta e sete) Estações Coletoras de óleo e gás; **i)** 8 (oito) Sondas de perfuração; **j)** 18 (dezoito) Sondas de Intervenção; **e, l)** 8 (oito) Estações de Compressão de gás.

O Pólo Industrial de Guamaré centraliza o resultado de todas as atividades de produção de petróleo e gás natural, tanto terrestre como marítima, que são transportados através de dutos. No Pólo, o petróleo passa por processamento em que é separado da água e após é armazenado, para posterior exportação para as refinarias em outros estados. O

transporte, dessa exportação, é realizado por navios que recebem o produto, à distância de 30 quilômetros da costa litorânea, através de dutos. O Pólo de Guamaré processa e produz: gás de cozinha (GLP); gás industrial; gás natural veicular (GNV) e 630 mil litros dia de óleo diesel. Essa produção faz do Rio Grande do Norte, um estado auto-suficiente desses produtos, bem como, passou a condição de exportador dos excedentes da produção de gás industrial, gás de cozinha (GLP) e gás natural veicular (GNV), para os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Com a reestruturação produtiva, pós-flexibilização do monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás implantou uma política de geração de novas fontes energéticas. Desta forma, a Petrobrás assume uma nova característica de empresa de produção e comercialização de energia elétrica. No Rio Grande do Norte, a Petrobrás iniciou a produção de diesel a partir da utilização do óleo de mamona, o Projeto do Biodiesel, que se encontra em fase de ampliação. Implantou projeto de uma Usina Eólica, primeira experiência, da empresa, no país, localizada no município de Macau-RN, que está gerando 1,8 *megawatts* e a energia extra (ou excedente) é utilizada na produção de petróleo nos campos de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal. Outro projeto importante, na oferta de energia elétrica, é a instalação da Termoação (geração de energia através de termelétrica, com a utilização de gás natural), em consórcio com o Governo do Estado, que aumentará em 325 (trezentos e vinte e cinco) *megawatts* a oferta estadual de energia. Outra fonte energética está sendo utilizada pela Petrobrás, no RN, a energia solar para acionamento de poços (projeto piloto em poços de produção terrestre).

A atividade petrolífera possibilitou a transformação da economia potiguar, haja vista, o que antes era apenas uma economia agro-pecuária (baseada na produção do algodão, sal e pecuária), no período pós Petrobrás 1970, uma economia com uma nova matriz industrial, de atividades petrolíferas capaz de atrair outras atividades ligadas ao setor petroquímico. O aumento das atividades petrolíferas, na Bacia Potiguar, está contido no planejamento estratégico da Petrobrás, após a reestruturação de suas atividades no país, ocorridas a partir de 1997, com a quebra (ou flexibilização) do monopólio estatal do petróleo. Esse planejamento estratégico foi imperativo, em virtude do processo de privatizações que incluiu a maioria das atividades do setor petroquímico, quebrando a seqüência de uma cadeia produtiva ou de atividades verticalizadas pela Petrobrás. A

verticalização é própria de todas as grandes empresas petrolíferas. Deste modo, os resultados obtidos pela Petrobrás, no Rio Grande do Norte, tantos nas atividades *upstream* (exploração e produção), como nas *downstream* (transporte, industrialização e comercialização) e as perspectivas de aumento da área de exploração e conseqüentemente da produção de petróleo, justificam os investimentos da Petrobrás, no RN, tanto nos resultados obtidos no processo produtivo, assim como, em projetos de pesquisas de novas formas ou técnicas de produção, desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Desta forma, os resultados dessas atividades petrolíferas, na Bacia Potiguar, foram significativos e influenciaram nos resultados e no desempenho apresentados pela economia potiguar, que será analisado a seguir.

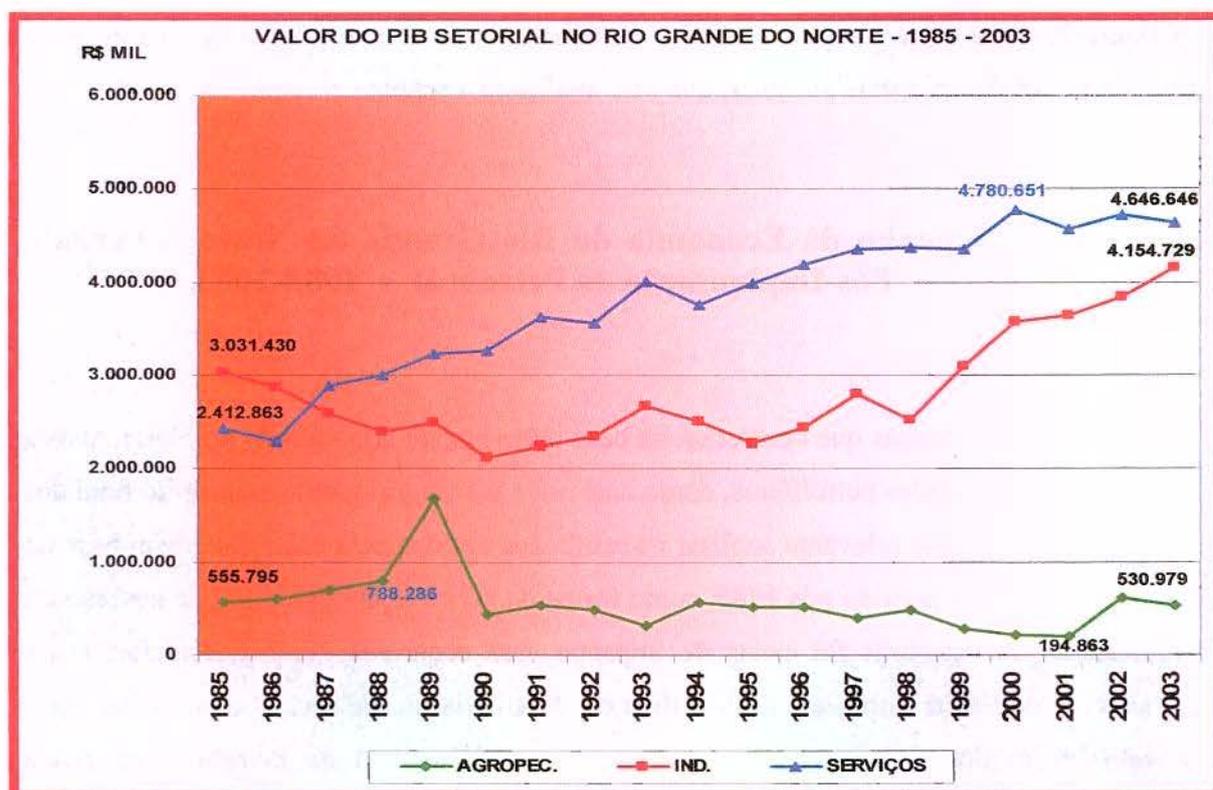
3.3 – O Desempenho da Economia do Rio Grande do Norte - Período Pós-Implantação da Petrobrás - 1985-2004.

Com as mudanças que ocorreram na base industrial do Rio Grande do Norte, após a instalação das atividades petrolíferas, como uma nova matriz produtiva, a partir do final dos anos de 1970, torna-se relevante analisar os resultados obtidos pela economia, com base no seu desempenho no período pós 1985, como forma de verificar até que ponto, o advento ou implantação da Petrobrás foi capaz de impactar essa economia. Vale considerar, nesse contexto, a exigência imposta na diversificação de atividades industriais e/ou de serviços, necessários ao desenvolvimento das atividades petrolíferas ou da Petrobrás, na Bacia Potiguar. Essa análise, também, possibilita verificar, a partir de dados da evolução do valor do PIB pm – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (Anexo 1), dos setores de atividades (conforme Gráfico 10), esse desempenho em relação às economias do Nordeste e do Brasil, de tal forma que, indique no período analisado, qual foi sua importância ou contribuição, para o conjunto da economia nacional.

Os resultados obtidos no setor da agropecuária mostram (conforme o Gráfico 10), que ocorreu uma redução, no período, de 4,68% no valor absoluto do PIB pm, considerando que seu valor em 1985 era de R\$ 555 milhões e ao término da série histórica em 2003, era

de R\$ 530 milhões, mesmo considerando o crescimento verificado nos anos de 2002 e 2003. As especificidades do setor agropecuário do Rio Grande do Norte, por se localizar, geograficamente, em pleno semi-árido nordestino, está exposto aos problemas climáticos, como falta de chuvas ou incidências do ciclo das secas, característicos da região.

GRÁFICO 10 - Evolução do Valor do PIBpm dos setores de atividade -1985 a 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005)

O desempenho negativo do setor agropecuário, resultou da necessidade de introduzir novas formas de produções agrícolas, para superação desses problemas. A solução encontrada foi a de introduzir uma nova agricultura baseada na atividade da fruticultura, por ter características diversas da agricultura tradicional, no que concerne à utilização de água, ou seja, substitui os períodos de chuvas por um processo de irrigação específico. Assim, o setor agrícola do estado do Rio Grande do Norte passou por grandes

transformações, motivadas pela difusão e implantação de um pólo de fruticultura, localizado na região do semi-árido nordestino, nas regiões de Mossoró/Apodi e de Açu, sua característica é a de uma agricultura de capital intensivo, tecnologicamente moderna e voltado para a produção e exportação de frutas tropicais, como: melão, manga, banana, mamão, melancia e castanha de caju.

*A civilização do semi-árido nordestino foi constituída sob a síndrome das secas. O diagnóstico constituído pelas elites regionais e induzido no imaginário popular na açudagem e a irrigação como o remédio para amenizar os males causados por este problema. A irrigação tornou-se a alternativa presente em todas as propostas de solução para os problemas do Nordeste semi-árido.*¹⁷⁰

Essa atividade agrícola baseada na irrigação imprimiu uma nova dinâmica na economia estadual, por ser uma atividade que demanda os principais fatores de produção: terras, mão-de-obra e água em abundância. Além disso, a participação do Estado foi importante através de políticas de incentivos às exportações, como as fiscais ou creditícias (importantes para as vantagens competitivas no comércio exterior); políticas de assistência técnica e a infra-estrutura de apoio como: a malha rodoviária (federal, estadual e vicinal); rede de ferrovia, sistema aeroportuário; energia e comunicação e recursos hídricos (construções de barragens e açudes), necessária ao desenvolvimento da agricultura. Esses fatores possibilitaram a instalação de grandes empresas capitalistas, o que provocou uma melhoria nas técnicas de produção e nas condições de trabalho, mudanças nas relações sociais de produção, com a introdução do regime do trabalho assalariado temporário e pela reutilização da parceria na agricultura irrigada. Outras ações do Estado foram centradas nas defesas agropecuárias, através da manutenção da área livre da mosca das frutas; manutenção das barreiras zoofitossanitárias e a ampliação, aparelhamento e melhorias das unidades locais de saúde animal e vegetal. O Estado implantou o sistema de emissão do certificado fitossanitário de origem e o controle da entrada da Sigatoka Negra (doença fúngica que afeta a bananeira), ao realizar o cadastramento das propriedades produtoras de banana; a fiscalização das fronteiras; o monitoramento das propriedades e a capacitação de técnicos envolvidos no processo de produção agrícola e em especial da fruticultura.

¹⁷⁰ Trindade, 2004, p. 12.

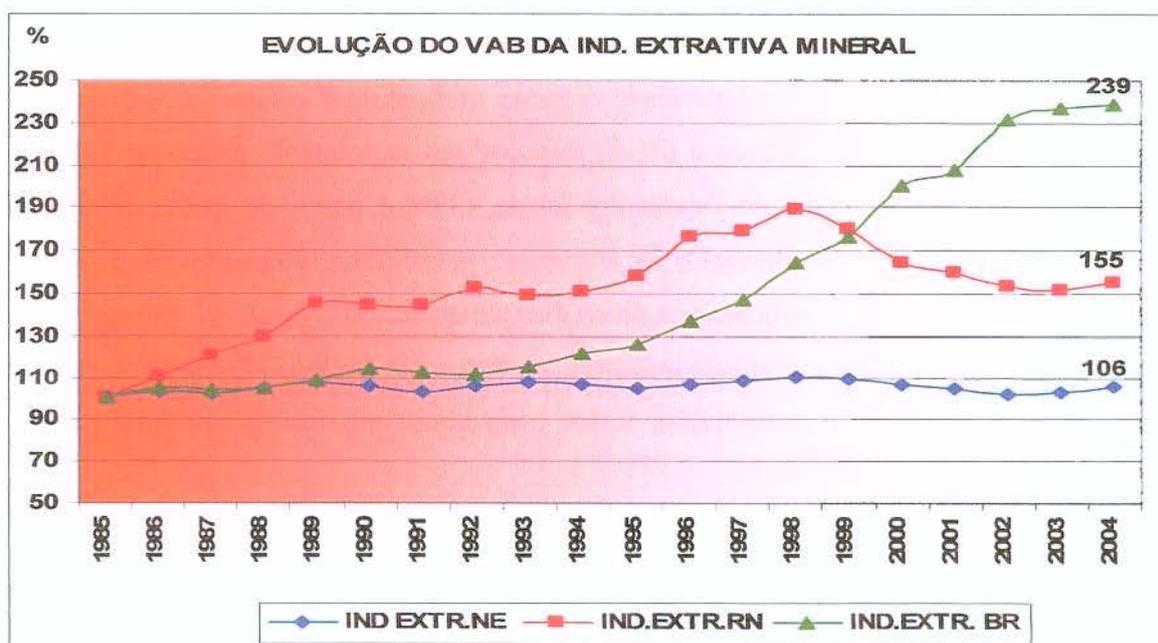
Enquanto a atividade da agricultura tradicional cumpre o papel de preservar o emprego no campo, essas grandes empresas capitalistas, produtoras de frutas, absorvem grandes contingentes de trabalhadores, além de atrair empresas prestadoras de serviços, dentre elas as fornecedoras de insumos agrícolas; têm um papel importante no processo de geração de renda dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários de terras.

O processo de produção no pólo de fruticultura ocorre em grande parte da atividade em pequenas e médias propriedades, dedicadas à agricultura de subsistência - com tecnologia rudimentar - e na produção de matérias-primas - que dependem do fornecimento de sementes e de tecnologia. Dentro dessa estrutura produtiva, destacam-se: as unidades da pequena agricultura familiar e as unidades coletivas, como resultado de atividades que ocorrem em assentamentos de colonos, organizados pelo INCRA. As relações de produção entre os grandes latifúndios ou exportadores, com os pequenos e médios produtores são baseadas na terceirização. A parceria que ocorre na terceirização possibilita a difusão da tecnologia, de processo e de gestão da produção. Como a atividade da fruticultura é baseada na agricultura de irrigação, o período de produção concentra-se nas estações onde se dar à ausência de chuvas - tendo como fatores importantes, desse processo, a disponibilidade de água para a irrigação, o clima favorável com bastante sol, solo e localização privilegiada -, quando se obtém uma maior produtividade por hectare plantado, assim como, um padrão de qualidade exigido pelos países importadores de frutas tropicais. Portanto, a fruticultura, beneficiada pelo processo de irrigação, não sofre os efeitos da estiagem, fator recorrente da região nordestina, principalmente, daquela localizada no semi-árido, além de ser uma atividade que gera emprego e renda, como também, ser atualmente a atividade que se apresenta com maior nível de competitividade, no comércio exterior, dentro do setor de agro-negócio brasileiro.

O PIB pm do setor industrial apesar da redução no seu valor, conforme Gráfico 10, no período entre 1986 a 1990, não afetou seu valor absoluto ao final da série histórica (2003), ou seja, não representou uma queda no valor absoluto, haja vista, que apresentou um crescimento de 37,08%, ao considerar o seu valor em 1985 de R\$ 3,031 bilhões em relação ao valor de 2003 de R\$ 4,155 bilhões. Esse crescimento de 37,08% foi resultado da tendência crescente do PIB a partir de 1991. Como a atividade petrolífera ou a Petrobrás é o núcleo do nosso objeto de estudo, convém analisar os resultados das atividades industriais:

Extrativa Mineral, de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública e de Construção Civil, utilizando a estimativa do Valor Agregado Bruto, a preços básicos correntes - VAB pb (conforme notas metodológicas, no anexo 1), para se obter o PIB (Produto Interno Bruto) de cada atividade, e, conseqüentemente, a ocorrência ou não, do crescimento relativo do PIB estadual, como também, sua significância em relação ao Nordeste e ao Brasil.

GRÁFICO 11 - Evolução do VABpb da Indústria Extrativa Mineral – 1985–2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

Para Garcia, a atividade extrativa mineral compreende

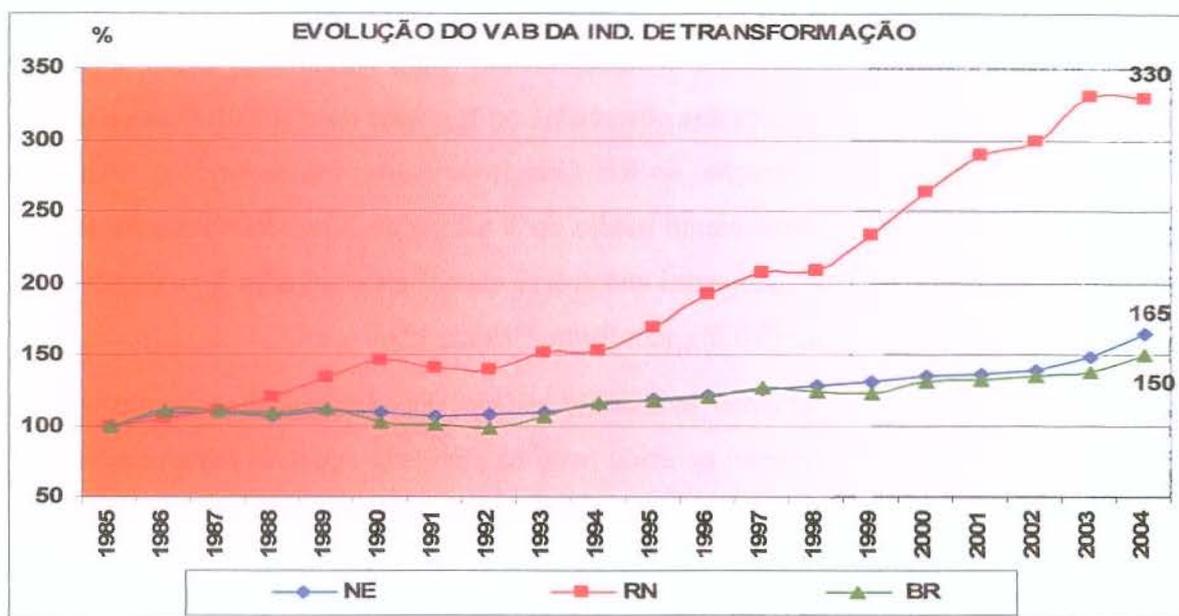
... a extração de minerais em seu estado natural: sólido (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) ou gasosos (gás natural) e as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc. Incluem também os serviços industriais

*realizados por terceiros que fazem parte do processo produtivo das atividades, particularmente na extração de petróleo.*¹⁷¹

Os dados (do Gráfico 11) demonstram que ocorreu um crescimento médio da atividade extrativa mineral, no Rio Grande do Norte, no período entre 1985 e 1998, quando comparados aos resultados do Nordeste e do Brasil. O desempenho, considerado bom, dessa atividade na economia estadual foi resultado da ampliação das atividades de exploração de petróleo que assegurou taxas de crescimento, acima das verificadas no Brasil e em relação ao Nordeste, naquele período. A queda da taxa relativa de crescimento do VAB pb, a partir de 1999, deu-se em virtude do aumento da produção de petróleo na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, que afetou a participação proporcional, da atividade estadual no VAB pb nacional. Apesar disso, a atividade extrativa mineral do Rio Grande do Norte, ao final do período analisado, segundo o IBGE, alcançou um crescimento médio de 55% do VAB pb, menor que a média do Brasil que foi de 139% e maior do que a média do Nordeste que alcançou 6%. Portanto, as atividades petrolíferas, enquanto nova matriz produtiva, foram capazes de influenciar a diversificação da indústria de transformação. Para analisar o desempenho dessa atividade industrial, os dados (do Gráfico 12), da Evolução do VAB pb, da indústria de transformação, foram comparados aos resultados obtidos tanto pelo Nordeste, como pelo Brasil.

¹⁷¹ Garcia, 2006, p. 7.

GRÁFICO 12 - Evolução do VABpb da Indústria de Transformação – 1985 – 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

A indústria de transformação compreende as unidades produtivas que se dedicam à oferta de bens duráveis e não duráveis, assim como outras atividades de serviços industriais, de montagem de componentes de produtos industriais e instalação de máquinas e equipamentos (inclusive a manutenção e reparação). Para Garcia, atividade extrativa mineral compreende:

... a extração de minerais em seu estado natural: sólido (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) ou gasosos (gás natural) e as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc. Incluem também os serviços industriais

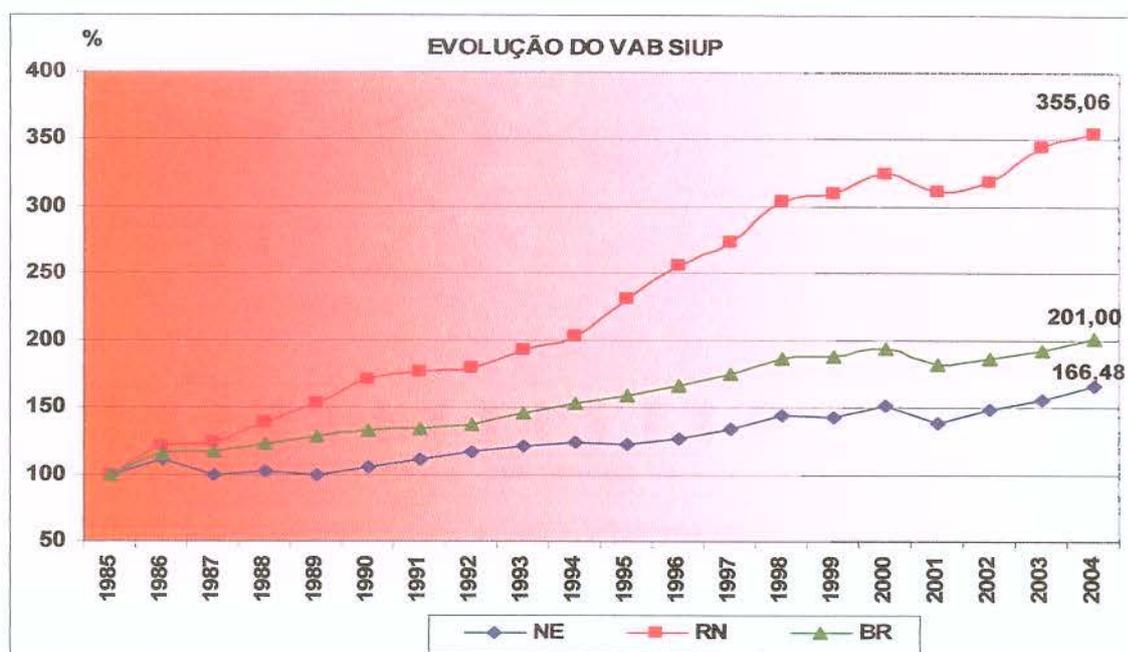
*realizados por terceiros que fazem parte do processo produtivo das atividades, particularmente na extração de petróleo.*¹⁷²

Os resultados obtidos em termos de crescimento, pela indústria de transformação, do Rio Grande do Norte, conforme a evolução do seu Valor Adicionado Bruto, a preços básicos correntes, foram superiores aos observados no Nordeste e no Brasil. O crescimento médio da indústria de transformação, do Rio Grande do Norte, foi, segundo o IBGE, de 230%, enquanto o nível de crescimento médio do VAB pb do Nordeste foi de 65% e do Brasil de 50%. Outra atividade industrial que obteve excelentes resultados foi a de Serviços Industriais de utilidade Pública (SIUP), (conforme Gráfico 13):

Essa atividade de serviços industriais obteve um desempenho acentuado, no período, em virtude do crescimento ocorrido tanto na atividade extrativa mineral, como na indústria de transformação, que passaram a demandar uma maior quantidade de energia elétrica, gás industrial, água tratada, etc. Os serviços industriais de utilidade pública foram os que tiveram um crescimento mais significativo, em relação às outras atividades industriais. Observa-se que esse crescimento médio foi superior ao crescimento médio ocorrido no Nordeste (66%), como também, no Brasil (101%). O êxito dessa atividade pode ser explicado, em grande parte, pelas exportações de gás industrial para os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Os resultados positivos das atividades industriais exerceram forte influência na evolução das atividades do Setor de Serviços, principalmente, a extrativa mineral do petróleo e gás natural, por ter imprimido uma nova dinâmica à economia do Rio Grande do Norte. Da mesma forma, a atividade turística do estado, em expansão, em virtudes das condições de infra-estrutura hoteleira; climáticas; sol; praia; gastronomia; etc., próprias da região Nordeste, contribuiu, significativamente, no crescimento das atividades do Setor Serviços.

¹⁷² Ibidem, idem, p 7.

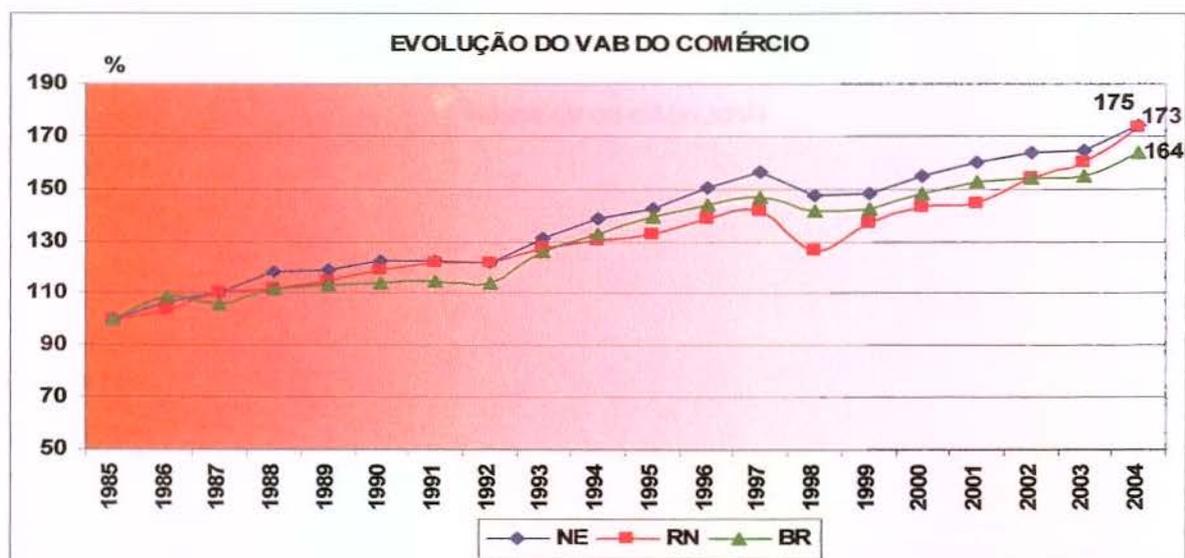
**GRÁFICO 13 - Evolução do VABpb dos Serviços Industriais de Utilidade Pública
1985-2004**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

O PIB pm do Setor Serviços foi, comparativamente com os outros setores, o que teve o melhor desempenho na economia do Rio Grande do Norte, conforme os dados do Gráfico 1, comparando os valores de 1985, que representou R\$ 2,412 bilhões com o valor de R\$ 4,646 bilhões, de 2003. Observa-se que o PIB pm no ano de 2000, teve o maior valor, alcançado pelo setor (R\$ 4,780 bilhões), no período. Convém, analisar o desempenho das principais atividades do Setor de Serviços, a partir da evolução do VAB pb, para identificar as que mais cresceram no período, comparadas com os resultados do Nordeste e do Brasil. A atividade do comércio é significativa no Setor, em virtude de representar a atividade onde se realizam todas as transações de mercadorias, no atacado ou no varejo; assim como, a prestação de serviços que está relacionada com essas transações (vendas de mercadorias), conforme o Gráfico 14:

GRÁFICO 14 - Evolução do VABpb do Comércio – 1985 - 2004



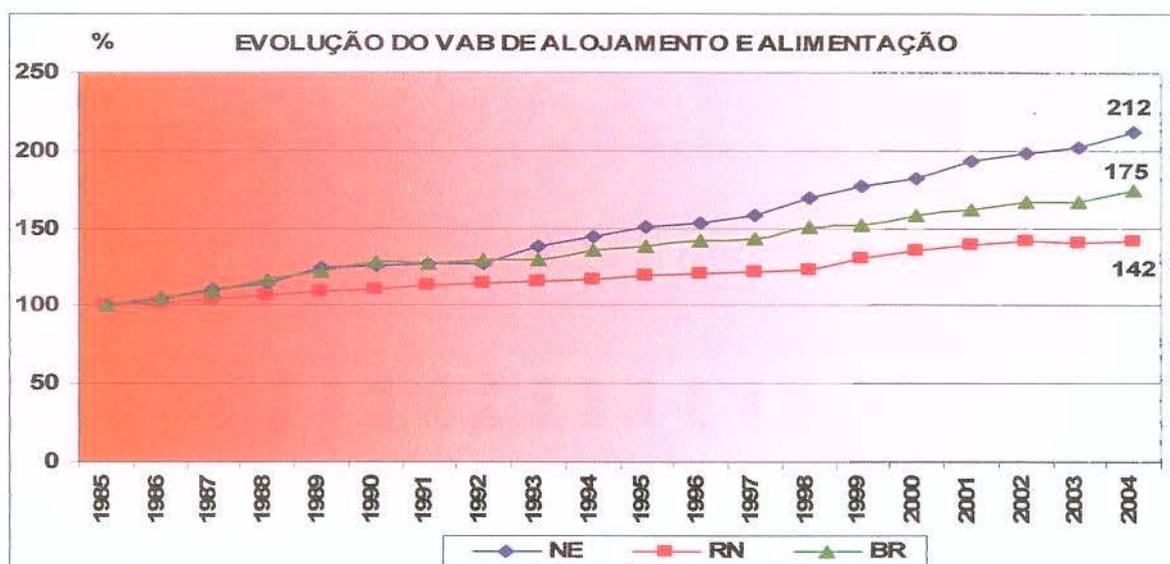
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2002)

O desempenho da atividade do Comércio, no Rio Grande do Norte, no Nordeste e Brasil, apesar de ligeiras oscilações, guardaram entre si, uma semelhança no que se refere aos seus resultados. Enquanto o Rio Grande do Norte registrou um crescimento médio de 73%, que foi superior ao resultado do Nordeste, 64%, e sua expansão foi inferior a média do Brasil, 75%. Desta forma, a atividade do Comércio, apresentou em todo o período, um crescimento médio de 70,66%, para o conjunto da economia nacional.

Outras atividades importantes, do Setor Serviços, são as de Alojamento e Alimentação. Correspondem, basicamente, as atividades de hotelaria e restaurantes. Essas atividades desempenham um papel preponderante, para a expansão tanto da atividade do Comércio, com para a consolidação da atividade turística estadual. O Gráfico 15, possibilita analisar o crescimento ou a evolução do VAB pb, dessas atividades:

GRÁFICO 15 - Evolução do VABpb nas atividades de Alojamento e Alimentação

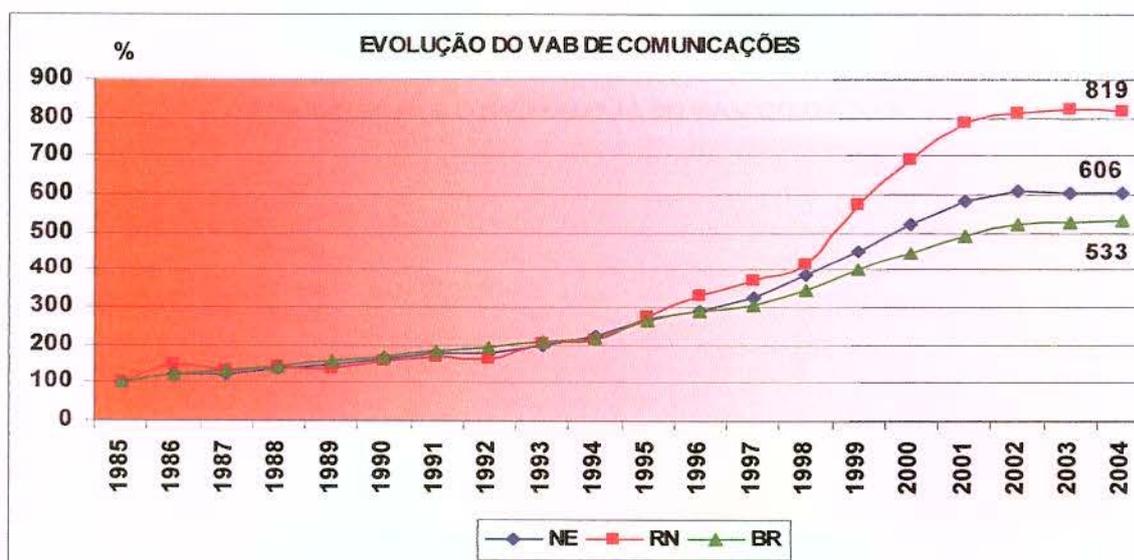
1985 – 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005)

O desempenho das atividades de Alojamento e Alimentação, no Rio Grande do Norte, não foi o melhor do Setor, se comparado com os resultados do Nordeste e do Brasil. Mesmo considerando a vocação turística do estado, essas atividades cresceram no período em média 42%, abaixo do desempenho médio do Nordeste que foi de 112% e do Brasil de 75%. Vale destacar que, essa vocação turística não é uma característica exclusiva do Rio Grande do Norte, apesar de oferecer aos visitantes, alguns diferenciais turísticos. Essa vocação ou característica turística está presente em todos os estados brasileiros.

No Setor Serviços, a atividade que apresentou a maior taxa de crescimento (segundo a evolução do VAB pb), em todo o conjunto da economia, foi o de comunicações, conforme o Gráfico 16:

GRÁFICO 16 - Evolução do VABpb nos Serviços de Comunicações – 1985–2004

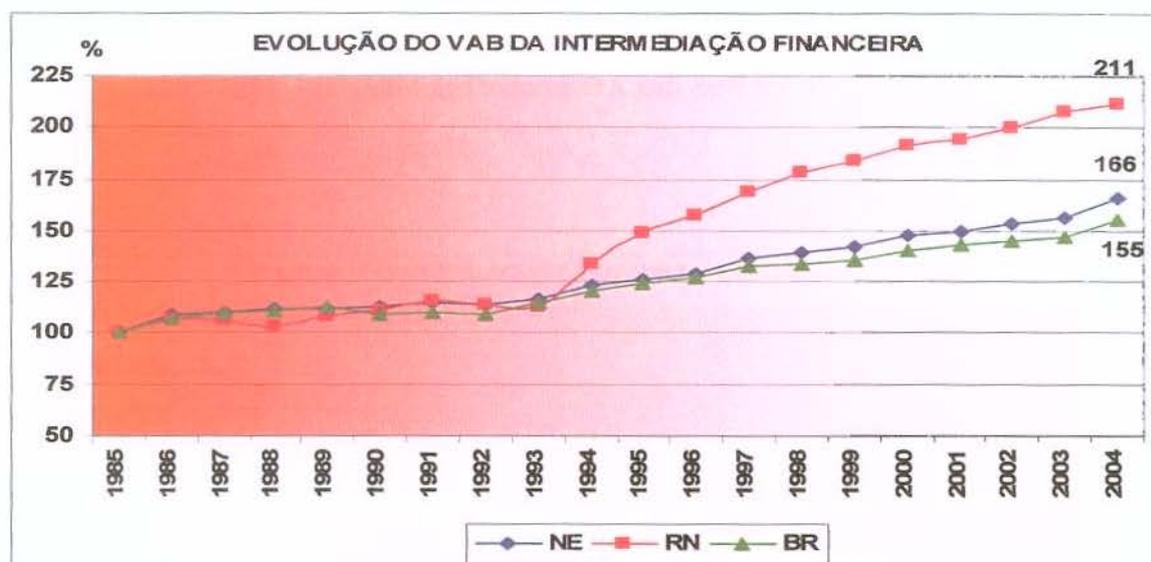
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005)

Ao analisar os dados do IBGE, Gráfico 16, verifica-se que o desempenho ou expansão do VAB pb dos Serviços de Comunicações, no Rio Grande do Norte, no período em estudo, ficou acima do crescimento médio do Nordeste e do Brasil. Os dados mostram que a atividade de comunicações, no estado, cresceu em média 719%, no Nordeste 506% e no Brasil 433%. Esse excelente desempenho é destacado por Garcia, ao afirmar que *o efeito da expansão das Telecomunicações, aliado às tarifas reajustadas acima da inflação média anual, a partir do processo de privatização das empresas de telecomunicações, explica o alto grau de crescimento verificado a partir de 1999.*¹⁷³ Essas vantagens, aliadas aos investimentos externo, no setor, e a introdução de novas tecnologias das comunicações, foram determinantes para assegurar o crescimento obtido.

O Gráfico 17, apresenta dados da atividade de Intermediação Financeira, que corresponde às transações financeiras ou de ativos financeiros. São computados, nessa atividade, dados relativos às atividades de seguros; previdência complementar; planos de saúde; etc.

¹⁷³ Ibidem, idem, p. 12.

**GRÁFICO 17 - Evolução do VABpb nas Atividades de Intermediação Financeira
1985 - 2004**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005)

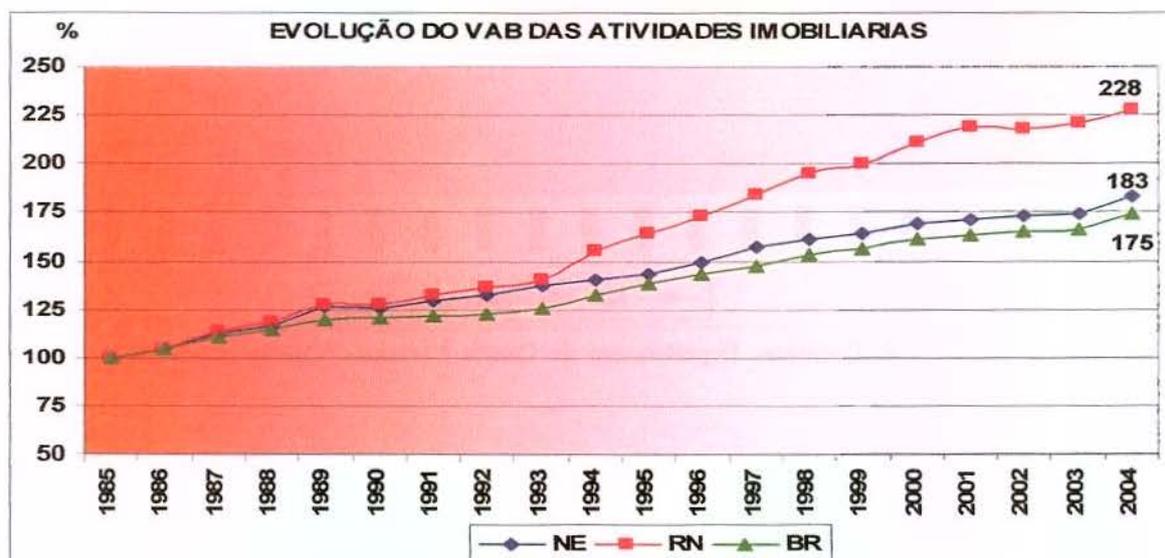
A exemplo das outras atividades do Setor Serviços, a Intermediação Financeira teve um excelente desempenho, no Rio Grande do Norte, superior a média do Nordeste e do Brasil. A expansão do VAB pb, desta atividade, foi menor no Brasil que obteve um crescimento médio de 55%, o crescimento médio do Nordeste ficou de 66%, enquanto do Rio Grande do Norte esse crescimento médio foi de 111%, no período. Esse crescimento foi mais significativo a partir de 1995.

Por último, as atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas. Conforme sua classificação pelo IBGE, correspondem a aluguel, administração de imóveis, atividades de informática, atividades de pesquisas básicas (experimentais ou teóricas) e práticas relacionadas às ciências físicas, naturais, sociais e humanas. Os dados (do Gráfico 18), demonstram a evolução do VAB pb das atividades Imobiliárias:

Ao considerar a importância das atividades petrolíferas, na economia potiguar, como principais demandantes dos serviços das atividades Imobiliárias, poder-se-ia admitir que são relativamente responsáveis, pelo desempenho do VAB pb do Rio Grande do Norte,

que cresceu em média 128%, no período. Esse crescimento foi superior ao crescimento médio obtido pelo Nordeste, 83%, e pelo Brasil que foi em média 75%.

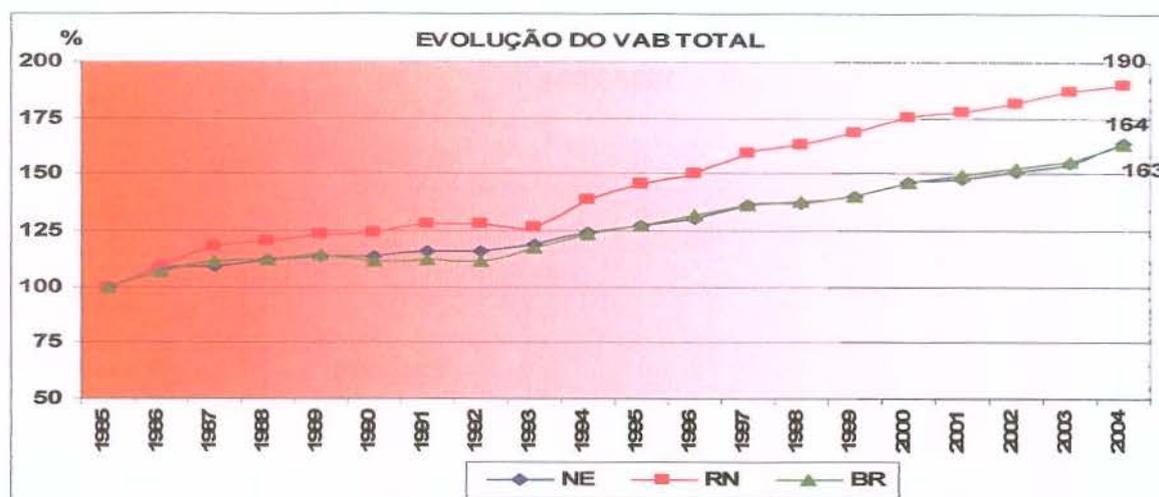
GRÁFICO 18 - Evolução do VABpb das Atividades Imobiliárias – 1985-2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

O excelente desempenho ou crescimento do Valor Agregado Bruto Total, a preços básicos correntes, da economia do Rio Grande do Norte, no período estudado 1985-2004, pode ser constatado conforme dados do Gráfico 19:

**GRÁFICO 19 - Evolução do VABpb Total da Economia do Rio Grande do Norte
1985 - 2004**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

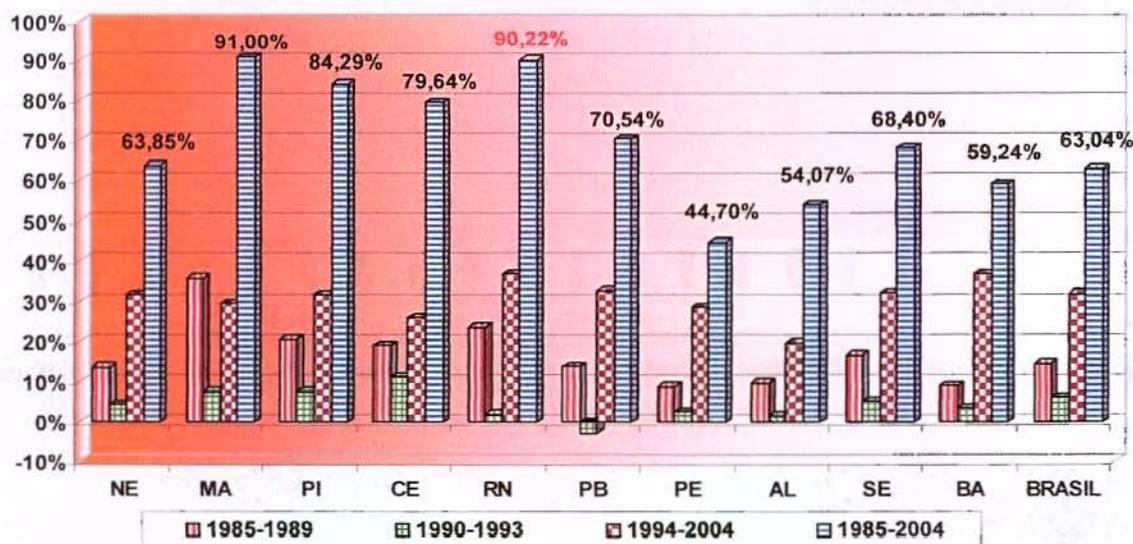
Os dados da Evolução do Valor Agregado Bruto (a preços básicos correntes) Total confirmam o desempenho do VAB pb do Rio Grande do Norte, no período de 1985-2004, quando obteve um crescimento superior às taxas médias do Nordeste e do Brasil. Isso significa que, o Rio Grande do Norte obteve taxa de crescimento médio em torno de 90%, enquanto a taxa média do Nordeste foi de 64% e a do Brasil de 63%. O Gráfico 20, possibilita verificar o desempenho das economias estaduais, como também a nacional, conforme a evolução do VAB pb, entre 1985 a 2004.

O desempenho, das economias estaduais, como bem analisa Garcia (2006):

... reflete os efeitos do período de baixo crescimento econômico enfrentado pela economia brasileira no período. Os períodos selecionados (no Gráfico 20), correspondem às fases bem marcadas do crescimento da economia brasileira, com períodos de expansão baixa (média de 2,89% entre 1985 e 1989 e 3,18% entre 1994 e 2004) e muito baixa (média de 1,48% entre 1990 e 1993). Neste último período a economia do Estado (RN) apresentou seu pior desempenho, sugerindo que seu crescimento é alavancado pela expansão da economia

nacional. Entre as economias da região apenas Ceará (11,19%), Maranhão (7,62%) e Piauí (7,55%) e Sergipe (5,13%) apresentaram crescimento maior que o brasileiro nesse período.¹⁷⁴

GRÁFICO 20 - Evolução do VABpb dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil - 1985 2004.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

Mesmo conseguindo um crescimento acima da média, o desempenho da economia do Rio Grande do Norte, apesar das especificidades locais, tem uma participação, pouco significativa, na formação do VAB pb do conjunto da economia, no período entre 1985 a 2004, conforme a Tabela 15:

O desempenho da economia do Rio Grande do Norte, no período pós-implantação da Petrobrás (1985) ou das atividades petrolíferas, pode ser considerado razoável, se comparado com os outros estados nordestinos. Em termos de desempenho da economia, quando se analisa a evolução do VAB pb, no período entre 1985 e 2004, observa-se que, apesar da variação ter sido 15,47%, a participação da economia do Rio Grande do Norte no conjunto da economia brasileira foi menor que 1%.

¹⁷⁴ Ibidem, idem, p. 19.

TABELA 15 - Participação do Rio Grande do Norte no VABpb do Brasil, por Atividade Econômica - 1985–2004. (em %)

ATIVIDADES	ANOS								VAR. %
	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	
TOTAL	0,77	0,68	0,73	0,84	0,81	0,85	0,86	0,89	15,47
Agropecuária	0,63	0,64	0,64	0,29	0,2	0,60	0,47	0,52	-16,74
Indústria Extrativa Mineral	6	5,78	4,93	4,16	3,7	3,34	3,31	3,48	-42,08
Indústria de Transformação	0,37	0,38	0,31	0,31	0,3	0,36	0,42	0,35	-6,20
Eletricidade, gás e água	0,34	0,18	0,49	0,99	1,1	1,22	1,14	1,12	228,69
Construção	1,1	1,09	1,2	1,31	1,3	1,29	1,33	1,41	28,13
Com. e Reparação de Veíc. E Obj. Pessoais e de Uso Dom.	0,68	0,66	0,56	0,52	0,50	0,52	0,55	0,57	-16,48
Alojamento e Alimentação	1,29	1,32	1,11	0,76	0,70	0,79	0,63	0,65	-49,24
Transporte e Armazenagem	0,73	1,09	1,06	1,1	1,1	1,00	1,11	1,04	41,85
Comunicações	0,4	0,47	0,53	0,81	0,9	1,00	1,03	1,04	160,91
Intermediação Financeira	0,3	0,26	0,38	0,41	0,4	0,52	0,43	0,47	58,03
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serv. Prest. às Empresas.	0,63	0,56	0,55	0,69	0,7	0,67	0,68	0,66	5,39
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1,25	1,29	1,32	1,46	1,4	1,38	1,49	1,58	26,62
Saúde e Educação Mercantis	0,72	0,8	0,87	1,03	1	1,00	0,90	0,96	33,45
Outros Serviços Coletivos, Pessoais e Sociais.	0,21	0,16	0,19	0,21	0,2	0,22	0,23	0,23	8,83
Serviços Domésticos	0,48	0,55	0,77	0,64	0,6	0,63	0,64	0,64	33,55

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

Garcia faz o seguinte destaque:

... a participação do VAB pb, do Rio Grande do Norte, na economia brasileira foi de 0,89%, em 2004, tendo variado no período 15,47%. As atividades que mais se destacaram foram Eletricidade, Gás e Água (228,69%), Comunicações (160,91%), Intermediação Financeira (58,03%), Transporte e Armazenagem (41,85%), etc. A atividade da Indústria Extrativa Mineral apresentou perda na participação relativa (-42,08), mas, foi à atividade, do Rio Grande do Norte que teve o maior peso (3,48%) na economia nacional, em 2004. Sua participação relativa foi reduzida em virtude do crescimento dessa atividade no Estado do Rio de Janeiro, principalmente, a atividade petrolífera. No RN, além da atividade da Indústria Extrativa Mineral, as atividades da Construção Civil (1,41%), Eletricidade, Gás e Água (1,12%), Transporte e Armazenagem (1,04%) e Comunicações (1,04%), contribuíram com mais de 1% da produção nacional. Em relação ao desempenho regional, o Rio Grande do Norte ocupa uma posição intermediária, isto significa que o desempenho da

*economia local sofre forte influência da evolução econômica dos estados mais desenvolvidos da federação.*¹⁷⁵

Constata-se, conforme Tabela 13, que a atividade produtiva, do RN, mais significativa, em relação à sua participação na economia brasileira, é a extrativa mineral (3,48%). Os produtos que apresentaram maior peso, nessa atividade, pela ordem de importância, naquele período analisado, foram: petróleo, gás natural, sal marinho e tungstênio. Convém, destacar a importância dessa atividade produtiva, especificamente, a petrolífera, que impôs um novo dinamismo à economia do Rio Grande do Norte, seja pelas suas características produtivas ou pela sua capacidade de concentrar, diversas atividades industriais e de serviços, que interagem entre si.

A concentração industrial que ocorreu, na economia do Rio Grande do Norte, no período pós-implantação das atividades petrolíferas, reflete o impacto da implementação das políticas de reestruturação produtiva, pela Petrobrás, mais intensamente, a partir da segunda metade da década de 1990, com a quebra do monopólio de exploração e produção de petróleo ou sua flexibilização, que adotou novas tecnologias de gestão e organização da produção e do trabalho, necessárias a sua adequação ao mercado externo ou globalizado. Com a implantação de políticas de reestruturação, a Petrobrás imprimiu uma nova filosofia, baseada em *programas de qualidade, na adoção da automação, no emprego de novas técnicas gerenciais, na certificação de processos, na redução do número de petroleiros efetivos, na terceirização de atividades e no aumento de petroleiros terceirizados.*¹⁷⁶ Essa reestruturação foi resultado dos objetivos fundamentados: na redução de custos; aumento da produtividade; e, da competitividade da empresa, que resultariam no aumento da taxa de lucros. Esses objetivos modificaram as relações entre capital e trabalho, com a flexibilização das formas de contratação dos petroleiros, ao terceirizar as atividades produtivas. Ao comentar sobre o processo de terceirização, Silva afirma que:

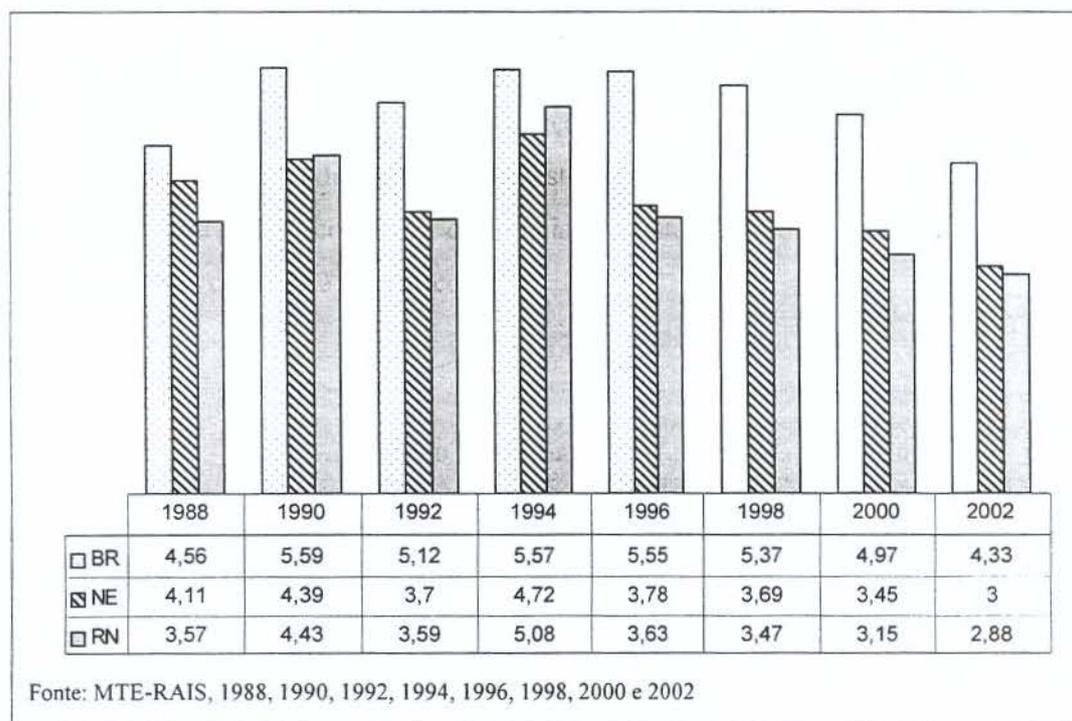
¹⁷⁵ *Ibidem*, *idem*, p. 29.

¹⁷⁶ Sobrinho, 2006, p. 173.

Era a constatação de uma nova conjuntura política e econômica no país e um novo cenário que se firmava na Petrobrás, agora, primado pela competitividade e voltado para buscar melhores níveis de produtividade e qualidade compatíveis com um mercado externo, para o qual, os trabalhadores teriam que se adequar.¹⁷⁷

A terceirização das atividades da Petrobrás, no Rio Grande do Norte, conta com dois fatores que favorecem a instalação de empresas prestadoras de serviços, na atividade petrolífera: o nível de renda e o custo da força de trabalho. Os salários médios, no RN, estão abaixo das médias da região Nordeste e também da média nacional, o que historicamente contribuem, como um diferencial do Estado, para atrair novas empresas de atividades diversas, conforme o Gráfico 21:

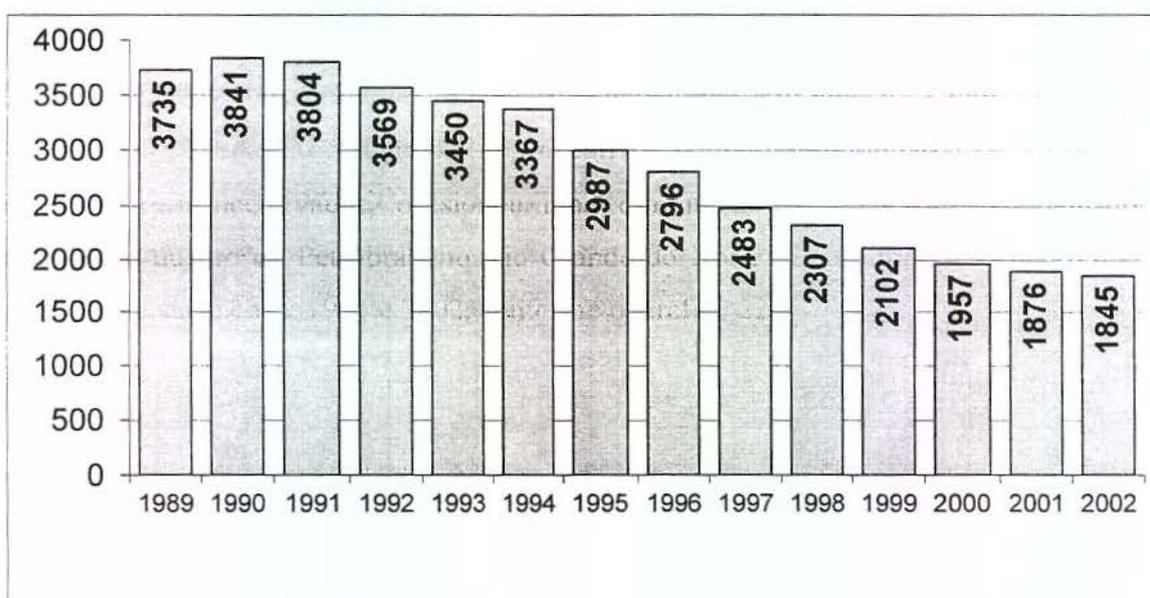
GRÁFICO 21 – Remuneração Média em Salários Mínimos – Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 1988 a 2002



¹⁷⁷ Silva, 2005, p. 109.

A terceirização das atividades produtivas, da Petrobrás, além do aumento no número de empresas contratadas, significou a precarização das condições de trabalho, no que concerne às formas de contratos, aos níveis salariais, jornadas de trabalhos, a qualificação da força de trabalho, o movimento sindical dos petroleiros fragilizado, entre outras. Essa precarização, aliada ao Programa de Incentivo às Saídas Voluntárias – PISV e às aposentadorias incentivadas, ocasionou uma diminuição no número de trabalhadores efetivos do quadro da Petrobrás, no Rio Grande do Norte. Essa diminuição ocorreu com maior intensidade entre 1994 e 2002, conforme o Gráfico 22:

GRÁFICO 22 – Evolução do Quadro Efetivo da Petrobrás no Rio Grande do Norte – 1989-2002.



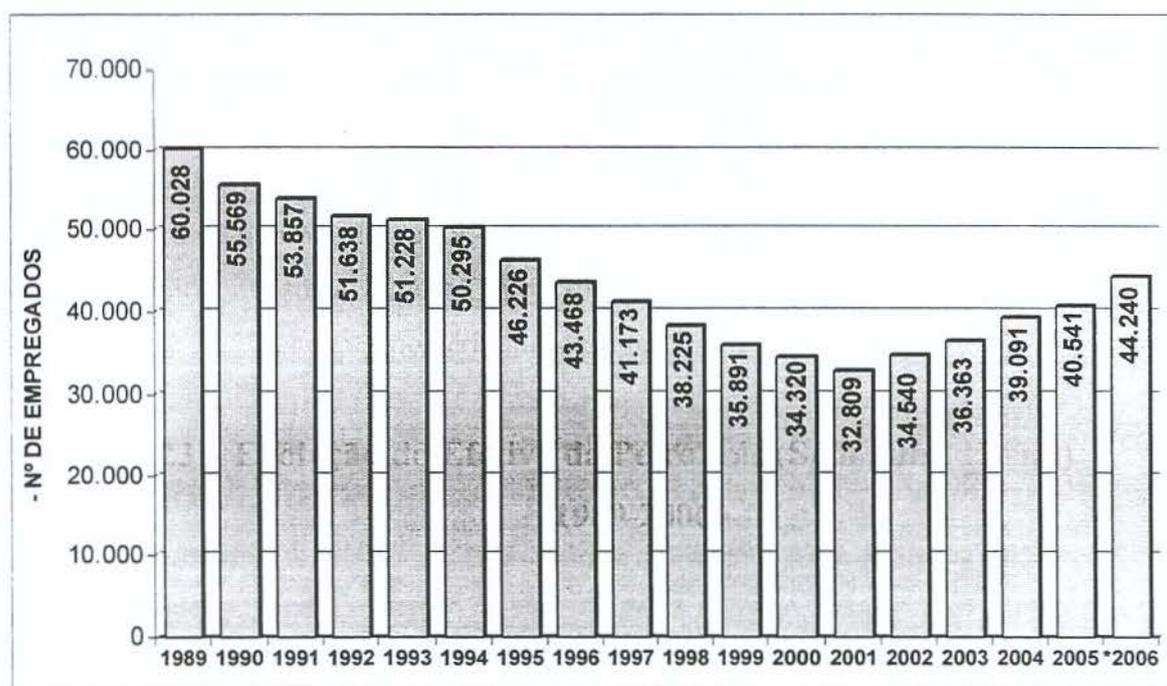
Fonte: Petrobrás (2006), In: Sobrinho, 2006.

A diminuição do quadro efetivo, da Petrobrás, não ocasionou uma queda na produção de petróleo, mas, manteve-se em ascensão, conforme Gráfico 22 e Tabela 10. Ao mesmo tempo em que, a produtividade aumentou por trabalhador. Isso foi possível, devido ao modo como a reengenharia da empresa obteve a adesão da sua força de trabalho. Significa que uma nova política de pessoal foi implementada, com a anuência e o

envolvimento dos trabalhadores, a partir da redefinição de critérios de avaliação pela Gerência de Desempenho Pessoal (GPD) quando foi dado *relevante destaque para os trabalhadores que além de empenhados na “gestão participativa” proposta pela empresa, fossem considerados como “multiqualificados” ou “polivalentes”*.¹⁷⁸

Essa política de pessoal faz parte do processo de reestruturação da Petrobrás, o que faz com que a Unidade de Negócios do RN/CE reproduza ou adote as normas definidas para todas as Unidades de produção, do país. Com a adoção da política de redução de trabalhadores efetivos, pode-se verificar (gráfico 22) que, o contingente de trabalhadores, no Rio Grande do Norte, teve uma diminuição de 49,4%, no período entre 1989 a 2002. Consta-se que essa redução foi menor, relativamente, que o observado no quadro total da Petrobrás, com uma variação de 57,5%, no mesmo período, conforme Gráfico 23:

**GRÁFICO 23 – Evolução do Efetivo da Petrobrás (Sem Subsidiárias)
1989-2006.**



Fonte: Petrobrás (2006), In: Sobrinho, 2006.

¹⁷⁸ Sobrinho, op. cit., p. 176.

Verifica-se que ocorre um aumento, do número de trabalhadores do quadro efetivo, entre os anos de 2002 e 2005. O quadro efetivo da Unidade de Negócios do RN/CE que em 2002 era de 1.845 (Gráfico 22) trabalhadores aumentou para 1.929, em 2005 (segundo informações da Gerência de Comunicação Empresarial da UN-RNCE), o que corresponde a uma variação de 4,6%, ou aos níveis de 2000. Em relação ao quadro efetivo total da Petrobrás, esse aumento foi maior. Em 2002, o total de trabalhadores era de 34.540 e em 2005, era de 40.541 (conforme Gráfico 23), uma variação de 17,4% ou aos níveis de 1997.

Tendo considerado o desempenho da economia do Rio Grande do Norte, como razoável, vamos particularizar essa questão, destacando o município de Mossoró, por ser o principal produtor terrestre de petróleo no Brasil, analisando algumas variáveis, na tentativa de vislumbrar respostas sobre: se, de fato, ocorreram impactos das atividades da Petrobrás, na economia e conseqüentemente na qualidade de vida da população local.

Como a aferição dos impactos de uma atividade econômica sobre a economia, podem ser verificados a partir de resultados do desenvolvimento social, como: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); o IDH-M Renda; o IDH-M Esperança de Vida; IDH-M Educação, etc. Optei por analisar, dados financeiros da Prefeitura Municipal de Mossoró, motivado pelas transferências de *royalties*, realizadas pela Petrobrás para aquele Município e considerando razoável o seu volume – em relação ao Orçamento Anual –; poderia a partir dessas considerações, responder aos seguintes questionamentos:

- a) Qual é o comportamento ou equilíbrio do Balanço Financeiro da Prefeitura Municipal de Mossoró, com as transferências dos *royalties*?
- b) Qual a destinação dada, pela Prefeitura de Mossoró, aos recursos dos *royalties* do petróleo (por rubrica de despesa)?
- c) Como a Prefeitura de Mossoró executa as despesas (descrição das despesas)?

Para construir essas respostas, utilizo dados da Prefeitura Municipal de Mossoró, fornecidos pelo contador Antonio Erivando Xavier Júnior, referente ao período de 2004 a 2006, das Receitas Arrecadadas para confrontar com as transferências de *royalties*, e, verificar qual é o percentual ou o peso destes *royalties* no computo geral das Receitas. Conforme resultados da Tabela 16, a participação média dos *royalties* nas Receitas Arrecadadas, nos três anos analisados, ficou em 19,7%. Isso significa que, sem as transferências dos *royalties*, a Prefeitura de Mossoró teria que renunciar partes dos gastos

planejados no Orçamento Anual. Portanto, a importância dos *royalties* no Orçamento da Prefeitura, está na possibilidade que tem o Poder Público Municipal de realizar obras públicas que beneficiem à população, e, desta forma se converterão em melhoria da qualidade de vida.

A segunda questão está relacionada, com a lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o Gestor Público não realizar despesas que excedam o Orçamento pré-fixado para o Exercício Fiscal. Assim, os *royalties* podem proporcionar, ao Gestor Público, condições mais favoráveis para a execução financeira. A exemplo dos dados da Tabela 17, verifica-se que nos anos de 2004 e 2005, o Balanço Financeiro apresenta superávit, o que tranqüiliza o Gestor Público, além de resolver os problemas do déficit do exercício fiscal de 2006.

TABELA 16 - Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e dos Royalties do Petróleo da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) 2004 a 2006.

EXERCÍCIOS	RECEITAS ARRECADADAS	RECEITAS COM ROYALTIES	(RS)
			PARTICIPAÇÃO DOS ROYALTIES NAS RECEITAS (%)
2004	164.298.275,54	33.254.089,37	20,2
2005	187.978.211,91	37.260.637,12	19,8
2006	220.341.877,43	42.348.403,48	19,2
TOTAIS	572.618.364,88	112.863.129,97	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró – Secretaria de Planejamento e Gestão Financeira.

Tabela elaborada pelo Autor.

TABELA 17 - Destinação das Receitas com Royalties do Petróleo, da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – 2004 a 2006.

CÓDIGOS /RUBRICAS	(em RS)			
	2004	2005	2006	TOTAIS
3390.30 Material de Consumo	2.222.941,91	3.695.203,54	3.874.190,06	9.792.335,51
3390.35 Serviços de Consultoria	199.510,00	899.880,00	48.890,00	1.148.280,00
3390.36 Outros Serviços de Terc. Pessoa Física	4.400,00	34.800,00	-	39.200,00
3390.39 Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídicas	11.262.551,40	12.661.847,87	14.079.371,47	38.003.770,74
3390.41 Contribuições	66.360,00	-	-	66.360,00
3390.47 Obrigações Tributárias e Contributivas	-	157.702,90	250.000,00	407.702,90
3390.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	-	300.000,00	751.500,00	1.051.500,00
3390.92 Despesas de Exercícios Anteriores	-	540.708,80	-	540.708,80
3390.93 Indenizações e Restituições	37.553,30	-	-	37.553,30
4450.41 Contribuições	40.000,00	523.939,50	1.774.358,50	2.338.298,00
4490.51 Obras e Instalações	18.293.558,58	15.952.928,28	19.754.881,52	54.001.368,38
4490.52 Equipamentos e Material Permanente	557.210,20	1.454.546,52	865.176,87	2.876.933,59
4490.61 Aquisições de Imóveis	420.000,00	190.459,00	-	610.459,00
4490.92 Despesas de Exercícios Anteriores	-	581.352,00	-	581.352,00
4490.93 Indenizações e Restituições	-	265.268,71	950.075,06	1.215.343,77
4590.65 Constituição ou Aumento de Capital de Empresa	150.003,98	-	-	150.003,98
TOTAIS	33.254.089,37	37.260.637,12	42.348.403,48	112.863.129,97

Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – Secretaria de Planejamento e Gestão Financeira.
Tabela elaborada pelo Autor.

A terceira questão, a forma da destinação das Receitas depende da decisão da Administração Municipal – que elabora o Orçamento Anual – e da aprovação da Câmara Municipal. A Tabela 18 mostra quais foram às destinações dadas as Receitas com os royalties do petróleo, Rubrica de Despesa, de acordo com as prioridades definidas no Orçamento.

TABELA 18 - Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e das Despesas Empenhadas e Liquidadas, da Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – 2004 a 2006.

(em R\$)

EXERCÍCIOS	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADADAS
2004	164.298.275,54	160.029.672,41	148.829.013,07
2005	187.978.211,91	186.844.617,32	163.466.787,91
2006	220.341.877,43	222.300.876,17	176.834.433,40
TOTAIS	572.618.364,88	569.175.165,90	489.130.234,38

Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – Secretaria de Planejamento e Gestão Financeira.

Tabela elaborada pelo Autor.

A última questão foi fruto da curiosidade do autor, em saber se realmente essas transferências tinham uma destinação correta, ou seja, beneficiar direta ou indiretamente a população mossoroense. Como resolver essa questão? Solicitei da Prefeitura Municipal de Mossoró, relatório (ou cópias) dos empenhos referentes à execução financeira dos royalties. Verificou-se que a execução era feita de forma separada, por fonte de Receita, facilitando uma análise detalhada de cada Empenho. A opção para construir a Tabela 19, com a descrição das despesas, foi selecionar as mais significativas e as que apresentavam valores elevados. A escolha das três rubricas Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas e Obras e Instalações deu-se por representarem em torno de 91% do total das despesas. Como foram observadas a repetições das despesas, nos períodos analisados e então, decidiu-se por uma consolidação dos dados, que possibilitasse chegar a algum resultado.

**TABELA 19 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS
DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
MOSSORÓ (RN) - (DESCRIÇÃO POR RUBRICA).**

CÓDIGO / RUBRICA	DESCRIÇÃO DAS DESPESAS CONSOLIDADAS (Período 2004 A 2006)
3390.30 – Material de Consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de material para recuperação de poços tubulares (zona rural); • Material para o Departamento de Recursos hídricos; • Aquisição de anéis de concreto para cacimbão (zona rural); • Material para manutenção de poços tubulares (zona rural); • Material utilizado em perfuração e instalação de poços públicos (zona rural); • Material de consumo para instalação de poços em projeto de irrigação (zona rural); • Aquisição de combustíveis para utilização em plantio de cajueiro (zona rural); • Material elétrico para manutenção de rede de iluminação pública; • Material de manutenção de equipamentos da Usina de Asfalto; • Aquisição de piso de borracha para o Ginásio Poliesportivo; • Material de consumo para uso nas secretarias municipais; • Material de ornamentação para festas culturais; • Aquisição de material hidráulico para manutenção de praças e de abastecimento de água; • Material utilizado na limpeza pública; • Material de consumo para a Usina de Asfalto; • Material para serviços de jardinagem e paisagismo; • Material elétrico para manutenção do Teatro Municipal; • Aquisição de conjuntos de luminárias para iluminação pública; • Aquisição de fardamento destinado aos serviços de limpeza pública, guarda municipal, usina de asfalto, parques e jardins; • Material elétrico para decoração da cidade (em festas culturais); • Aquisição de óleo diesel, gasolina e lubrificantes, destinados ao posto de abastecimento da Prefeitura Municipal.

<p>3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicidade Emissora de Rádio; • Produção de Revista Publicitária; • Contratação de Empresa Publicitária; • Elaboração de projeto de sistema de drenagem de água; • Consultoria para sistema operacional da central de abastecimento; • Restauração de prédio da Delegacia de Polícia federal; • Contratação de mão-de-obra especializada; • Elaboração de projeto arquitetônico passarela sobre rodovia; • Manutenção de equipamentos de informática; • Serviços de pintura de marcação viária; • Empresa especializada em serviços de segurança; • Restauração do Estádio de Futebol; • Empresa especializada em sistema de sonorização para o Teatro Municipal; • Instalação de sinalização de trânsito; • Locação de máquina moto-niveladora; • Recuperação de estradas vicinais (zona rural); • Locação de veículos (caminhão); • Contratação de mão-de-obra braças para limpeza pública; • Contratação de equipamentos para limpeza pública; • Serviço de controle tecnológico; • Serviço de locação de veículos; • Locação de grupos geradores de energia elétrica; • Locação de carro-pipa; • Desapropriação de imóveis; • Campanha publicitária da Administração Municipal através de televisão, jornal, rádio, revista e sites; • Campanhas publicitárias de exposições, feiras e festas culturais; • Serviços prestados: telefone, energia elétrica e água dos prédios públicos municipais; • Serviços especializados em restauração de igreja; • Recuperação e instalação de poços tubulares (zona rural); • Manutenção do sistema de iluminação pública; • Contratação de empresa especializada em produção de shows (Bandas, Cantores, etc.); • Manutenção da Usina de Asfalto.
<p>4490.51 – Obras e Instalações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração de chafariz (zona rural); • Construção de rede elétrica; • Construção de bueiro tubular em estrada;

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do galpão aviário (zona rural); • Construção de mureta (zona rural) • Restauração da lavanderia pública (zona rural); • Recuperação da rede de abastecimentos de água (zona rural); • Ampliação do sistema de iluminação (zona rural); • Corte de terra para plantio (zona rural); • Adaptações no Centro Comercial de Animais; • Perfuração de poços tubulares (zona rural); • Ampliação da iluminação pública (zona rural); • Expansão da rede adutora (zona rural); • Terraplanagem do Distrito Industrial; • Equipamento para climatização do Teatro Municipal; • Construção do Teatro Municipal; • Restauração de abrigos de passageiros de ônibus; • Recuperação de praças públicas; • Drenagem de águas pluviais; • Aquisição de asfalto; • Recuperação de pavimentação na zona urbana; • Revestimento acústico do Teatro Municipal; • Construção de Ginásio poliesportivo, • Construção do Centro Administrativo Municipal; • Construção de casas populares; • Reforma da Biblioteca Municipal; • Recuperação de Escolas Municipais; • Construção da Casa do Artesão.
--	---

Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) – Secretaria de Planejamento e Gestão Financeira.
Tabela elaborada pelo Autor.

Observou-se que, a Administração Municipal ao definir a destinação dos recursos dos royalties do petróleo, teve o cuidado de direcioná-los para todas as camadas da população urbana ou rural, do Município, com obras que vão desde um poço tubular na zona rural até a construção de um Teatro Municipal, de tal forma que os benefícios atendessem as necessidades demandadas. Após verificar, detalhadamente, os dados que nos foram disponibilizados pela Prefeitura de Mossoró, chega-se à conclusão de que a forma como os benefícios chegam para a população mais carente, podem influenciar, como ações positivas, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização deste trabalho está centrada nos problemas do desenvolvimento ou da industrialização, no Brasil, no período entendido como do pós-guerra ao início dos anos 2000, que estiveram relacionados às questões nacionais. Significa que as opções pelo nacional, representavam a inclusão da sociedade como principal agente beneficiado e objetivado na relação Estado, capital e trabalho. Apesar dessa concepção nacional, entre os anos de 1950 e 1980, a economia brasileira passou por transformações no seu processo produtivo (mesmo de forma tardia), com o advento da modernização tecnológica dos meios de produção, condições impostas e necessárias para sua inclusão no comércio exterior, como país exportador de produtos industrializados. Esse período foi fundamental para a consolidação da industrialização brasileira, especificamente, da petroquímica, sob a tutela da Petrobrás. A presença do Estado foi fundamental, no período do II PND, nesse processo de transformações econômicas e sociais, principalmente, com políticas de incentivos às atividades econômicas de empresas nacionais e multinacionais (assegurou o direito à propriedade privada), e, como resultado dessas políticas, definiu estratégias de formação de mão-de-obra especializada que criou novos postos de trabalho, gerando emprego e renda para os trabalhadores.

Nesse cenário, destacou-se a história da criação da Petrobrás, a partir da definição, pela sociedade brasileira, do petróleo como uma questão nacional, originando o movimento social que ficou conhecido como a campanha: “O Petróleo é Nosso”. Essa discussão sobre a Petrobrás, defendida pelo pensamento nacionalista, se estende até a década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Desestatização, quando foram flexibilizadas as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Também, na década de 1990, a Petrobrás passou por transformações estruturais, com a adoção de um novo modelo de gestão, baseado na governança corporativa. Isso significou que, a lógica do nacional foi substituída pela lógica do mercado. Dentro dessa nova concepção de gestão, a Petrobrás internacionalizou suas atividades e a nível nacional, além das metas para aumentar a produção de petróleo, ampliou suas atividades nos estados produtores de petróleo, principalmente, no Rio Grande do Norte, que detém a segunda maior província petrolífera do país. A partir dessas questões, chego às seguintes conclusões:

- 1) Em decorrência da reestruturação produtiva e da financeirização da economia, ocorrida a partir da segunda metade dos anos de 1970, que modificou a lógica do nacional-desenvolvimentismo, a Petrobrás imprimiu uma nova concepção de relacionamento com a sociedade brasileira, haja vista, que os seus objetivos ou metas pautados em garantir a confiabilidade e as melhores práticas de gestão – eficiência, eficácia e efetividade social como suas referências -, se traduz em rentabilidade, são canalizados para remunerar os seus controladores ou acionistas e não mais para um projeto de desenvolvimento nacional;
- 2) A Petrobrás não foi privatizada, porque, além de expressar dinamismo, tem a capacidade de canalizar recursos (receitas e lucros) para a Conta Única da União, fundamental para equilibrar as contas públicas. O monopólio não foi quebrado, sendo apenas, flexibilizadas as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. A União continua sendo majoritária da *Holding* Petrobrás (conforme o anexo 2, a União Federal detém 55,7% das ações da empresa);
- 3) Os indicadores sociais dos 15 (quinze) municípios produtores de petróleo, como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, IDH-M da Educação, Esperança de Vida e Renda, 1970-2000, resultaram em médias superiores a 100% no período, e ficaram superiores a média do Brasil. Significa que, ocorreu uma melhoria nas condições de vida dessas populações e atribuímos esses resultados, em parte, as atividades da Petrobrás, no Rio Grande do Norte;
- 4) Os impactos econômicos e sociais no trabalho, com a geração de empregos diretos, indiretos e terceirizados (42.645 em 2005, segundo a Petrobrás), um cenário onde se procurou acompanhar o sonho da existência do petróleo, no Rio Grande do Norte, que é o imaginário social, desde da segunda metade da década de 1940;
- 5) O Pólo Industrial de Guamaré se configura como o grande diferencial para atrair empresas ligadas ao setor petroquímico, e consolidar o processo em desenvolvimento econômico do estado. O Pólo Industrial conta, atualmente, com uma mini refinaria, com sua ampliação poderá aumentar a capacidade produtiva de derivados do petróleo e do gás natural. O Rio Grande do Norte é auto-suficiente em óleo diesel, gás natural veicular – GNV, gás de cozinha - GLP e querosene de aviação – QAV;

- 6) O imaginário social ou o sonho do petróleo, no Rio Grande do Norte, está concretizado nas possibilidades criadas pelas atividades petrolíferas, seja na oferta de empregos diretos ou indiretos; seja nas transferências de royalties para o Estado, os Municípios e aos proprietários (575) de terras produtoras de petróleo – que significou o surgimento de um novo grupo social -; seja pelos impostos recolhidos ao Estado e Municípios; seja pelos programas sociais que beneficiam comunidades das áreas produtoras de petróleo (os quais o Autor é contrário, por se tratar de programas focalizados, resultando numa maior desigualdade social); ou seja, pelo diferencial que as atividades petrolíferas oferecem, em termos energéticos, tais como: derivados do petróleo, gás natural, gás liquefeito (gás de cozinha), querosene de aviação e energia gerada por termoelétrica, que possibilitam o surgimento de novas atividades industriais, no Rio Grande do Norte.

ANEXOS

ANEXO 1 - Evolução da economia do Rio Grande do Norte, no período de 1985 a 2004. (In: Garcia, 2006).

O conceito de PIB utilizado nas Contas Regionais do IBGE¹⁷⁹ para o período de 1985 a 2004 é a preços de mercado (PIBpm), e para obtê-lo estima-se primeiro o **Valor Adicionado Bruto (VAB)** - “valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB das diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades”, a preço básico corrente, subtraindo-se os serviços de intermediação financeira (que corresponde aos rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar) e acrescentando-se os impostos sobre produtos (impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários) líquidos de subsídios.¹⁸⁰ Assim, formalmente, pode-se escrever:

$$\text{VABpbc} = \text{VP} - \text{CI} \quad \text{onde:}$$

VABpbc = Valor Agregado Bruto a preços básicos correntes;
 VP = Valor de produção;
 CI = Consumo Intermediário;

O VAB depende diretamente do valor da produção (VBP), isto é, do preço e da produção física dos bens e serviços e do valor do consumo intermediário. Assim, seu crescimento não reflete necessariamente o crescimento da produção física dos bens e serviços.

O PIB, por sua vez, é definido como:

$$\text{PIBpc} = \text{VABpbc} - \text{SIF} + \text{IL}, \quad \text{onde:}$$

PIBpc = Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado;
 SIF = Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos;
 IL = Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

¹⁷⁹ As definições e conceitos utilizados aqui são encontrados em IBGE (1996 e 2005).

¹⁸⁰ No anexo apresenta-se as definições e as formas de cálculo das atividades econômicas utilizadas no cálculo do PIB pelo IBGE.

O PIBpm pode ser maior ou menor que o VABpbc, dependendo do valor das parcelas SIF e IL. Os dados da Tabela A1 no anexo estatístico revelam que nos 19 anos cobertos, em sete deles o VABpbc do Estado do Rio Grande do Norte foi maior que o PIBpc. Para as atividades econômicas os dados estão disponíveis no conceito de VABpbc, assim como as estimativas dos PIB's nacional, regional e estaduais que serão utilizadas nas análises a seguir.

2.2. Metodologia

Neste trabalho empregam-se duas estatísticas para comparação dos resultados das atividades e dos agregados econômicos. Com a primeira delas analisa-se a variação anual do VABpbc das atividades econômicas durante o período para o Estado, a região e o país. Essa relação pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\text{Var}_{x,i} = \frac{\text{VAB}_{x,i}}{\text{VAB}_{x,0}} \times 100 \quad \text{onde}$$

$\text{Var}_{x,i}$ = corresponde à variação do VAB da atividade X no ano i;

$\text{VAB}_{x,i}$ = corresponde ao Valor Adicionado Bruto da atividade X no ano i;

$\text{VAB}_{x,0}$ = corresponde ao Valor Adicionado Bruto da atividade X no ano 0.

Essa estatística informa o comportamento do VABpbc em relação ao ano anterior. Quando referenciado a determinado ano base, como ocorre com os dados das Contas Regionais do IBGE, pode-se analisar a evolução do VABpbc ao longo do tempo. Neste caso, adotou-se como período base o ano inicial da série (1985). Esse índice mostra a “velocidade” ou dinâmica do agregado ao longo do tempo através de sua taxa de variação.

A outra estatística utilizada é a participação na formação do agregado. Ela indica o “peso” de cada atividade na formação do VABpbc do setor ou no PIB, em cada período de tempo. A participação do VAB de uma atividade no total do VAB é expressa pela seguinte relação:

$$\text{Par}_{x,i} = \frac{\text{VAB}_{x,i}}{\text{VAB}_{t,i}} \times 100 \quad \text{onde}$$

$\text{Par}_{x,i}$ = corresponde à participação do VAB da atividade X no total do VAB total, no ano i;

$\text{VAB}_{t,i}$ = corresponde ao Valor Adicionado Bruto da atividade X no ano i;

$VAB_{t,i}$ = corresponde ao Valor Adicionado Bruto total no ano 0.

Há uma relação direta entre as duas estatísticas empregadas: as atividades que têm maior “velocidade” aumentam seu peso relativo. Isso altera a estrutura econômica, que é resultante da participação das atividades no VAB total ou no PIB.

A redução do “peso” da atividade não significa que não houve crescimento, mas sim que sua taxa de crescimento foi menor. Somente em casos muito específicos encontra-se uma redução real no Valor Adicionado ou da produção de algumas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel & REBÈRIOUX, Antoine. **Corporate governance adrift: a critique of shareholder value.**

ALEXANDRE, M. J. de Oliveira. **O georritmo do cavalo-de-pau nos municípios da área do petróleo potiguar: a relação entre os royalties e a dinâmica socioeconômica.** Natal – RN: UFRN, 2003. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, J. S. G. & BELLUZZO, L. G. M. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

ANTUNES, A. M. DE S. & MARTIM, A. A. M. G. **Indústria petrolífera brasileira.** In: Revista Petro & Química. São Paulo: Valete Editora Técnica. Com. Ltda., 2003, Revista nº 252.

AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVEAL CONTRERAS, E. Del C. **Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, ANPOCS, 1994.

BACHA, E. “**Plano Real: uma avaliação**”. In: MERCADANTE, A. (org) O Brasil pós-real. Campinas, UNICAMP, 1997.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção “Os Economistas”).

BATISTA, P. N. (et al.). **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina**. São Paulo: PDEX, Caderno nº 6, 1994.

BATISTA Jr., P. N. “**O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina**”.

Estudos Avançados, n. 28, set/dez 1996.

BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Vol. 1) e 1983 (Vol. 2).

BELLUZZO, L. G. M. **O senhor e o unicórnio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELLUZZO, L. G. M. & ALMEIDA, J. S. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. Seleção e organização de Frederico Mazzucchelli. São Paulo: Editora UNESP, Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, 2004.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento**. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BENJAMIM, César (et. al.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BORGES, Luiz F. Xavier & SERRÃO, Carlos F. de Barros. Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, Revista nº 24, Vol. 12, p. 111-148, Dezembro de 2005.

BRAGA, Fátima M. Teodomiro. **O pronunciamento**. In: Kucinski, Bernardo. *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BUENO, Ricardo. **Petrobrás: uma batalha contra a desinformação e o preconceito**. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1994.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC**. In: MALAGUTI, M. L. (et. al.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, F. H. **Reforma e imaginação**. In: BATISTA, P.N. (et. al.). *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana**. In: Tavares M. C. & Fiori, J. L. (Organizadores). *Poder e dinheiro*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARDOSO DE MELLO, J. M. (et. al.). **A internacionalização de empresas no capitalismo contemporâneo: breves notas sobre a inserção competitiva da indústria petroquímica brasileira**. Campinas: FACAMP, 2003. (Texto para Discussão).

CARNEIRO, Ricardo. **Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89**. In: Economia e Sociedade, Campinas-SP: Instituto de Economia da UNICAMP, nº 2, agosto 1993.

_____. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002.

CARONE, Edgard. **A terceira República**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, Getúlio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

CASTRO, A B. de & SOUZA, F. E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTI, Flávio Emílio Monteiro. **Qualidade de serviços em hotelaria: uma aplicação da escala servqual em quatro hotéis de Natal/RN**. Natal: UFRN, 1997. (Dissertação de mestrado).

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Complexidade de uma urbanização periférica**. Campinas-SP: UNICAMP, 1990. (Tese de Doutorado).

_____. **Impacto dos investimentos em petróleo sobre a economia do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1992. (Projeto de Pesquisa).

_____. **Economia e urbanização – o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN - CCHLA, 1995.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

COSTA, Artur de Souza. **Bretton Woods e o Brasil**. Rio de Janeiro, 1944. Conferência realizada na Associação Comercial de São Paulo, em 27 de outubro de 1944.

COTTA, Pery. **O petróleo é nosso?** Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1975.

COMBLIN, Padre Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUPERTINO, Fausto. **Os contratos de risco e a Petrobrás (o petróleo é nosso e o risco deles?)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DAVIDOFF CRUZ, P. “Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra”, Campinas: Economia e Sociedade nº 3, dez. de 1994.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DELFIM NETO, A. “O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico”. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil do pós real**. Campinas: UNICAMP, 1997.

EICHENGREEN, BARRY J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FARIAS, Joedson Jales de. **Exportações do Rio Grande do Norte: crescimento, vantagens comparativas reveladas e o problema da concentração (1980-1995)**. Recife: UFPE, 2000. (Dissertação de Mestrado).

FARO, Clóvis de. & SILVA, Salomão L. Quadros da. **A década de 1950 e o programa de metas**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

FISHLOW, Albert. **A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período de 1974/84**. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico / IPEA. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, dez, 1986.

FONSECA, Godin da. **Que sabe você sobre petróleo?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

FUNDAÇÃO Instituto de Desenvolvimento do RN. **O mapa da fome no Rio Grande do Norte**. Natal: IDEC, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

_____. (Org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1968.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1969.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).

_____. **Evolução da economia do Rio Grande do Norte, no período de 1985 a 2004.** Natal: Secretaria de Estado da Tributação - Rio Grande do Norte, 2006. (Relatório para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil.** In: CAVALCANTI, J. S. B. (Organizador). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

GOMES JUNIOR, José Umbelino. **O crescimento do turismo na Grande Natal – RN e o processo de diversificação das atividades informais: um estudo nas praias de Ponta Negra e Genipabu.** Natal: UFRN, 1998. (Dissertação de Mestrado).

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O Brasil e o comércio internacional.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife: Editora Massangana, 1989.

HEWLETT, Silvia Ann. **Dilemas do desenvolvimento – o Brasil do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultura, 1985. (Coleção “Os Economistas”).

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais. **Contas regionais o Brasil, 1985-2000: informações por unidades da federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.1 CD-ROM.

_____. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Contas Nacionais. **Contas regionais do Brasil. Contas Regionais do Brasil – 2003.** Disponível em: [http://www.//ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IEDI (2002). **O papel da Substituição de Importações no Ajuste Externo Brasileiro.** In: www.iedi.org.br

IPEADATA. **Dados regionais.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Economistas”).

KON, Anita. **Economia industrial.** São Paulo: Nobel, 1994.

KUCINSKI, Bernardo (et. al.). **Petróleo: contratos de risco e dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Crescendo em meio à incerteza**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LESSA, C. **Quinze anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **“Visão crítica do II PND”**. In: Revista Tibiriçá nº 6, jan/mar, 1977.

LIMA, Medeiros (Org.). **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo e do ferro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1946.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

MARINHO JR., Ilmar Penna. **Petróleo: política e poder**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1989.

MARTIN, Jean-Marie. **A economia mundial da energia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Economistas”).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, H. Pereira de . & Oliveira, Adilson de.ARAÚJO, João Lizardo de. **O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94)**. In: GOMES, Ângela de Castro & CORRÊA, Villas-Bôas (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MERCADANTE, A. **Plano Real e neoliberalismo tardio**. In: MERCADANTE, A. (org.) O Brasil do pós-real. Campinas: UNICAMP, 1997.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro no mundo. De Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP, Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

PEREIRA, Osny Duarte. **Estudos nacionalistas**. Vols. 1 e 2. São Paulo: Editora Fulgor, 1960.

PEREIRA, Jesus Soares. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Depoimentos organizados por Medeiros Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PERRONE, O. V. **Indústria petroquímica**. In: Revista Petro & Química. São Paulo: Valet Editora Técnica Com. Ltda., 2003. Revista nº 252.

PETROBRÁS, **Petróleo: produção nacional x importação**. Rio de Janeiro: mar, 1993. (Relatório).

_____. **Petrobrás ano 40: uma história brasileira de sucesso**. Rio e Janeiro. Setembro 1993.

_____. **Abertura e fechamento do setor petróleo**. Rio de Janeiro: out, 1993.

_____. **O petróleo: exposição permanente**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social. Agosto, 1985.

_____. **Região de produção do Nordeste Setentrional.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social. Dezembro 1990.

_____. **Conheça a Petrobrás.** Rio de Janeiro: Serviço de Relações Institucionais, 1993.

_____. **Petrobrás: uma nave rumo ao futuro.** Rio de Janeiro: Serviços de Relações Institucionais, mar, 1994.

_____. **Petrobrás.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, jun, 1991.

_____. **Conheça a bacia de campos.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, jun, 1991.

_____. **O petróleo e a Petrobrás - em perguntas e respostas.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, jan, 1992.

_____. **Relatório anual 1991.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, abr, 1992.

_____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, n. 59, set/1993.

_____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, faxpaper n° 46, jun, 1994.

_____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, faxpaper n. 53, ago, 1994.

_____. **A indústria do petróleo no Rio Grande do Norte.** Natal: Assessoria de Comunicação, jul, 1994.

_____. **PETROBRÁS: 50 Anos. Sonho realizado e novos desafios.** Suplemento Publicitário da Revista Veja, Edição nº 1.828, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Exploração no Brasil: os caçadores de petróleo.** Rio de Janeiro: Cadernos Petrobrás nº 4. Unidade de Comunicação Institucional/Comunicação Interna da Petrobrás. Dezembro, 2004.

_____. **Bacia Potiguar: 25 anos de produção terrestre.** Natal: Assessoria de Comunicação Empresarial da UM-RNCE, 2004.

_____. **Notícias de quem faz a Petrobrás.** Natal: Comunicação Empresarial da UN-RNCE, nº 536, de 14/02/2006.

_____. **2006: Brasil auto-suficiente em petróleo.** Rio de Janeiro: Comunicação Institucional. Abril 2006.

PIMENTEL, Petronilha. **Afinal, quem descobriu o petróleo do Brasil? Das tentativas de Allport no século passado às convicções científicas de Ignácio Bastos.** Rio de Janeiro: Graphos, 1984.

RAMOS, A. G. **O problema nacional brasileiro.** Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RICARDO David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção “Os Economistas”).

ROCHA, Euzébio. **Petrobrás: esse patrimônio é nosso.** São Paulo: RG Editora, 1991.

RODRIGUES NETO, João. **O Estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do Rio Grande do Norte, nos anos 80.** Campina Grande – PB: UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado).

ROOS, Sidney & ALVES, Aníbal César. **Estágio atual da exploração na Bacia Potiguar – EMERSA**. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, Série B, nº 399, 1983. (Apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Petróleo, no Rio de Janeiro, de 03 a 07/10/1982).

ROSADO, Vingt-un. **Uma refinaria para Mossoró**. Mossoró, “Boletim Bibliográfico” nº 85, pág. 3-7, junho de 1955. In: Coleção Mossoroense, volume XXVIII, 1974.

_____. **Gente a favor de Mossoró**. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, volume XXXVI, 1976. (Reproduzido no Boletim Bibliográfico nº 95-100, Mossoró, 1956).

_____. **Padre Florêncio Gomes de Oliveira, primeiro pioneiro do petróleo mossoroense, em 1853**. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, Série B, nº 473, 1987

_____. **O meu encontro com o petróleo de Mossoró, em 1945**. Mossoró/RN, Coleção Mossoroense, Série A, nº LXXVIII, 1994.

SERRA, J. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra**. In: BELLUZZO, L. G. de M. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998. V.1.

SILVA, Francisca Tavares da. **Reestruturação produtiva na Petrobrás e ação sindical dos petroleiros no RN**. Natal: UFRN, 2005. (Dissertação de Mestrado).

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultura, 1983. (Coleção “Os Economistas”).

SOBRINHO, Zéu Palmeira. **Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobrás no RN**. Natal: UFRN, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Herbert de. **Como matar uma estatal**. In: BATISTA, P. N. (et. al.). Em defesa do interesse nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Roberto G. de. **Petróleo: historia das descobertas e o potencial brasileiro**. Niterói: Editora Laboure Lima, 1997.

SUAREZ, Marcus Alban. **Petroquímica e tecnoburocracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SUDENE. **Agregados econômicos regionais - nordeste do Brasil - 1965-92**. Recife: SUDENE - DPG, 1994.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Abril Cultura 1983. (Coleção "Os Economistas").

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1972.

_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

_____. **A economia política do Real**. In: MERCADANTE, A. (org.) O Brasil pós-real. Campinas, UNICAMP, 1997.

_____. **O dissenso de Washington**. In: BATISTA, P. N. (et. al.). Em defesa do interesse nacional. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

_____. **Uma vida e muitas lutas. Memórias : voltando à planície.** 3º Volume. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64.** 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **ISEB: fábrica de ideologias.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TRINDADE, Gemelli Moura. **A fruticultura irrigada no projeto Baixo-Açu: uma análise da eficiência na irrigação.** Natal: UFRN, 2004.

VARGAS, Getúlio. **A política nacionalista do petróleo no Brasil.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A política econômica no segundo governo Vargas (1951 – 1954).** Rio de Janeiro: 11º Prêmio de Economia BNDES – Categoria Dissertação de Mestrado – PUC / RJ, 1987.

VIDAL, J. W. Bautista & VASCONCELOS, G. F. **Petrobrás, um clarão na história.** Brasília: Sol Editora, 2001.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira.** In: FURTADO, C. (Org.). **Brasil: tempos modernos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

A REPÚBLICA. **Petróleo – redenção para o RN.** Natal – RN, 25/09/1979.

Revista Veja. **A Petrobrás com medo da concorrência.** São Paulo, 30 mar/1994.

OPINIÃO. **O modelo não é intocável.** Rio de Janeiro: Editora Mary Ltda., 1975.
(Edição especial).